



# Revista de Estudos Demográficos

nº 34



## DIRECÇÃO EDITORIAL

### Editor Chefe:

Fernando Casimiro

### Editores Adjuntos:

Maria Filomena Mendes e Maria José Carrilho

### Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa- Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida- ICS, Lisboa

António Barreto- ICS, Lisboa

Fernando Casimiro, INE

Gilberta Rocha- Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth -ISEGI, Lisboa

Jorge Arroteia- Universidade de Aveiro

Karin Wall- ISCTE, Lisboa

Leston Bandeira- ISCTE, Lisboa

Maria Filomena Mendes- INE, Universidade de Évora

Maria Ioannis Baganha -Universidade de Coimbra

Maria José Carrilho- INE

### Secretária Administrativa:

Esmeralda Carvalho

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

## FICHA TÉCNICA:

**Director:** Presidente do Conselho de Administração -  
José Mata

**Editor:** Instituto Nacional de Estatística  
Av. António José de Almeida  
1000-043 LISBOA  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 842 63 73

**Composto:** DDP - Dep. de Difusão e Promoção

**Capa:** DDP - Dep. de Difusão e Promoção

**Impressão:** DDP - Dep. de Difusão e Promoção

**Tiragem:** 450 exemplares

**Depósito legal nº:** 185856/02

**Preço:** 15,00 € (IVA incluído)

O INE na Internet

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

## Catálogo Recomendada

**REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS.** Lisboa, 2002-  
Revista de estudos demográficos / ed. Instituto Nacional de  
Estatística. - N.º 32 (2002)- . - Lisboa : INE, 2002- . - 30 cm  
Semestral. - Continuação de : Estudos Demográficos =  
ISSN 0871-875X  
ISSN 1645-5657

©INE, Lisboa, Portugal, 2003 \* Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

## APRESENTAÇÃO

No 34º número da Revista de Estudos Demográficos (RED), aborda-se um conjunto variado de temas demográficos, com destaque para a análise de dados baseada nos resultados definitivos dos Censos 2001.

Passado um ano sobre a disponibilização daqueles resultados, pareceu-nos importante publicar trabalhos de reflexão sobre o conteúdo destas operações estatísticas e também sobre a consistência da informação. Os Recenseamentos da População e Habitação constituem sempre um "benchmark" da actividade estatística, com especial destaque para a demográfica e social.

Este número da RED abre com um trabalho de análise comparativa entre os resultados censitários de 2001 e 1991 e uma avaliação da consistência demográfica entre as duas operações estatísticas. As dinâmicas territoriais intercensitárias "tomam forma" de seguida, com o objectivo de compreender e avaliar os mecanismos de convergência/divergência regional. Dá-se a conhecer, também, uma análise comparativa entre os resultados censitários das últimas décadas e o Recenseamento Eleitoral, evidenciando a importância da qualidade dos ficheiros administrativos. Apresenta-se igualmente a caracterização das famílias institucionais, enquanto enquadramento de vivência com uma importância crescente na nossa sociedade, e das pessoas idosas institucionalizadas. O estudo do impacto dos fluxos migratórios sobre a evolução da população e em particular nas dinâmicas de crescimento regional, de modo a estabelecer hipóteses nas projecções de longo prazo, integra este número. Saindo um pouco da utilização directa dos resultados censitários, também a pobreza e desigualdade em Portugal são temas abordados. Procede-se à análise comparativa dos microdados dos Censos 2001 e respectivo Inquérito de Qualidade com os do Inquérito ao Emprego, enquanto elemento de referência incontornável da produção estatística corrente na área demográfica e social. Finalmente, um artigo que se pretende como referência sistemática dos números da RED, no segundo semestre de cada ano, e que faz o balanço da situação demográfica do país, utilizando, entre outros, os últimos dados demográficos correntes. Nas Notas e Documentos divulgam-se dois trabalhos, baseados na última informação censitária: um que retrata e identifica as principais características demográficas e socio-económicas da população de nacionalidade espanhola a residir em Portugal; outro sobre os métodos de estimação das migrações internas, visando a sua aplicação no cálculo de estimativas populacionais.

Esperamos que esta panóplia alargada de artigos constitua um bom suporte de informação a quem procure compreender a realidade demográfica e sócio-económica do País.

Os nossos principais agradecimentos endereçam-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendendo-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que connosco colaboraram, dando sugestões que nos permitiram melhorar alguns documentos agora publicados.

Fernando Casimiro

Editor Chefe

Novembro de 2003

**Artigo 1º**

- Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - Algumas reflexões globais 5  
*The 1991 and 2001 Population Censuses - A user point of view*

Teresa Rodrigues Veiga e Filipa de Castro Henriques

---

**Artigo 2º**

- Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento, Portugal 1991- 2001 17  
*Territorial dynamics and development paths in Portugal, 1991-2001*

João Ferrão

---

**Artigo 3º**

- Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral 27  
*2001 Census versus Electoral Register*

Fernando Simões Casimiro e Paula Paulino

---

**Artigo 4º**

- As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos 41  
*Older Persons on Institutional households based on population Censuses*

Cristina Gonçalves

---

**Artigo 5º**

- Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente 61  
*Internal migration and population projections for sub national geographic units*

Maria da Graça Magalhães

---

**Artigo 6º**

- Evolução da Pobreza e da Desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997 73  
*Monitoring poverty and inequality during the period 1995-1997*

Paulo Parente e Teresa Bago d'Uva

---

**Artigo 7º**

- Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o 95  
 respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa  
*Consistency between Census 2001 and the Labour Force Survey and between Census 2001 and its Post Enumeration Survey: a comparative analysis*

Jorge Pinheiro

---

**Artigo 8º**

- A Situação Demográfica Recente em Portugal 115  
*The demographic changes in Portugal*

Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

---

**Notas e Documentos 1**

- A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: 143  
 Uma caracterização com base nos Censos 2001  
*Population of Spanish nationality living in Portugal: A characterization based on 2001 Census*

Paula Paulino

---

**Notas e Documentos 2**

- Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português 157  
*Methodology to produce the net internal migrations: Three approaches to apply in the Portuguese case*

José Henrique Dias Gonçalves

---

## Artigo 1º\_ página 5



**Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - Algumas reflexões globais**

**Autoras: Teresa Rodrigues Veiga**

Professora Auxiliar com Agregação da Universidade Nova de Lisboa

E-mail: tveiga@isegi.unl.pt

**Filipa de Castro Henriques**

Investigadora do projecto Comunitário FELICIE – *Who will care?* e Mestranda do ISEGI

E-mail: filipahenriques@fcsh.unl.pt

### **Resumo:**

A aposta no controle de qualidade por parte dos responsáveis pela realização dos dois últimos recenseamentos gerais da população, permite-nos hoje utilizar sem reservas os resultados definitivos por eles veiculados. Neste artigo procurámos compreender a dinâmica específica da população portuguesa na última década do século XX. Para tanto socorremo-nos de dados censitários (ajustando os respectivos erros de cobertura), cruzando-os com o movimento da população ao nível das variáveis micro demográficas.

### **Abstract:**

The INE is committed to the quality control secured of the last two censuses of the Portuguese population which assure the use of the final results without reservation. In this article we tried to understand the specific dynamics of the Portuguese population in the last decade of the twentieth century. For so, we used the census data (adjusted to the respective coverage rates), crossing it with the population movement at the level of micro demographic variables.

### **Palavras-chave:**

Qualidade dos Dados, Censos 1991, Censos 2001, Taxa de Cobertura Líquida, Erros de Cobertura, Saldo Natural, Saldo Migratório, Nados Vivos Óbitos, Equação de Concordância, Esperança média de Vida, Variáveis micro demográficas, Envelhecimento.

### **Key-Words:**

Data quality, Census 1991, Census 2001, Net coverage rate, Coverage errors, Natural increase, Net migration, Live births, Deaths, Balance equation, Life expectancy, Micro demographic variables, Ageing.

The 1991 and 2001  
Population  
Censuses  
-A user point of  
view

## Apresentação

A divulgação dos resultados definitivos do XIV<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa permitiu concluir que, durante os anos 90, o número de residentes no nosso país terá aumentado cerca de 5%, passando dos 9867147 indivíduos<sup>1</sup> aos 10356117<sup>2</sup>. A quase totalidade desse acréscimo teve lugar na parte continental, já que os ganhos obtidos pela população açoriana não foram suficientes para anular as perdas sentidas na Madeira e em Porto Santo.

De certo modo, os valores totais apurados excederam as expectativas, na medida em que, no início da década, Portugal era já um país que reunia condições pouco favoráveis a uma dinâmica de crescimento significativa. Num processo contínuo de diminuição do volume de população nos primeiros escalões etários e aumento nos últimos, que se vinha a acentuar desde os anos 70, o país apresentava em 1991 uma estrutura etária envelhecida, sobretudo no interior e em áreas predominantemente rurais. E, com efeito, os resultados do levantamento da Primavera de 2001 vieram comprovar o agravamento deste fenómeno. Entre os dois recenseamentos o número de jovens<sup>3</sup> diminuiu quase 17%, enquanto o número total de idosos<sup>4</sup> viu aumentar em 26% a sua importância relativa. Esta tendência manifestou-se em todas as regiões, sobretudo nas de maior tradição jovem, ou seja, no Norte e nas ilhas dos Açores e Madeira.

Por seu turno, os níveis de fecundidade registaram poucas alterações nesses dez anos, mantendo-se estáveis em patamares muito baixos, que desde 1982 se haviam tornado insuficientes para assegurar a substituição das gerações<sup>5</sup>. Não obstante, o total anual de nascimentos manteve-se, embora com uma ligeira tendência negativa durante o primeiro quinquénio, que o aumento do número de mulheres em idade fértil parece ter conseguido travar, mas não inverter.

Em simultâneo, também o volume de óbitos regista na última década algumas flutuações em termos absolutos, fruto do aumento rápido da população nos últimos escalões etários, apesar da regressão dos níveis da mortalidade infantil e juvenil, que atingiram os seus valores mínimos, e do aumento da esperança média de vida, que, ao invés, apresentava resultados máximos ao terminar a centúria<sup>6</sup>.

País com grande tradição migratória, a dinâmica da população portuguesa continuou a depender dos movimentos migratórios, embora esta dependência tenha ganho novos contornos, dado o pendor positivo desse saldo. A partir de 1993, o número de entradas anuais no país manteve-se superior ao total de saídas, facto que os resultados do recenseamento de 2001 reflectem inevitavelmente.<sup>7</sup> O número de estrangeiros recenseados duplicou a sua representatividade entre 1991 e 2001, com natural impacto na estrutura etária, uma vez que se trata maioritariamente de jovens e activos. Por seu lado, o ritmo emigratório estabilizou, explicando parte dos saldos migratórios registados na última década e que são pouco comuns na história portuguesa<sup>8</sup>. Nos primeiros anos de 90 todas as estimativas apontavam para um ligeiro recuo do total de residentes em Portugal, mas essa tendência foi invertida, e em grande parte encontra no saldo migratório a sua explicação.

Estes considerandos conduzem-nos a uma questão vital, que remete para o grau de fiabilidade das fontes de informação, a nível da produção de estatísticas e de levantamentos censitários. Base de qualquer estudo no campo da ciência demográfica e em tantas outras áreas de conhecimento, a fidelidade dos dados à realidade e ao momento a que se reportam surge como garante do rigor científico das conclusões a obter.

Os recenseamentos pretendem cumprir o objectivo da universalidade, simultaneidade, exaustividade geográfica e ao nível do indivíduo. Essas premissas demonstram ser essenciais a futuras aplicações nos mais diversos sectores da realidade social, económica ou política. As entidades responsáveis estiveram conscientes desse facto, como se infere do texto de apresentação dos Censos 91<sup>9</sup>.

A avaliação da qualidade dos resultados censitários é, portanto, condição indispensável para validar as hipóteses que se pretendam comprovar a partir deles. Se os resultados do último censo não parecem levantar grandes reparos, o mesmo não aconteceu com o anterior. Os apuramentos finais mostraram-se inesperados ao nível do total de população, cujo valor era menor que o previsto, facto que esbarrava com o aumento significativo do número de alojamentos (+ 22%)<sup>10</sup> e com as estimativas feitas para a população no período intercensitário de 1981-1991. Foi então levantada a hipótese de algo ter falhado no processo de recenseamento, uma vez que se esperavam valores próximos dos 10337000 indivíduos. A partir desse momento houve que reflectir e tentar encontrar justificações para semelhantes discrepâncias.<sup>11</sup>

## 1. A procura de fiabilidade dos Recenseamentos de 1991 e 2001

A qualidade global dos *Censos 91* foi assegurada a diferentes níveis, tendo culminado num inquérito, realizado pela primeira vez nessa ocasião e que será repetido dez anos mais tarde em relação aos *Censos 2001*. Esse Inquérito de qualidade visava em ambos os casos confrontar os dados obtidos pelos recenseamentos com os erros de cobertura e conteúdo resultantes das unidades estatísticas e principais variáveis primárias e derivadas.

A identificação dos erros resultava da comparação dos dados recolhidos pelo recenseador com os recolhidos pelo entrevistador do Inquérito de Qualidade, sobre a mesma unidade estatística e nas mesmas circunstâncias. Foi pedido aos entrevistados que respondessem às perguntas do Inquérito de Qualidade tendo em conta o momento censitário (*Censos 1991*: referente às 0.00 horas de 15 Abril e 0.00 horas de 12 de Março, para os *Censos 2001*), para que a informação pudesse ser comparável. Em termos concretos, os trabalhos de recolha de dados no terreno decorreram entre Junho e Outubro de 1991 e entre Maio e Junho de 2001.

A responsabilidade da execução do Inquérito de Qualidade referente aos *Censos 1991* foi entregue à Coordenação Nacional e às Coordenações Regionais, cabendo o controlo do processo aos Coordenadores e Delegados Regionais. Em 2001 dessa responsabilidade foi incumbida uma entidade independente.

O Inquérito de qualidade foi realizado por amostragem multi-etápica com selecção sistemática da probabilidade proporcional à dimensão, representativa a nível nacional. Na primeira etapa foram seleccionadas freguesias; na segunda, secções estatísticas; na terceira, alojamentos. No que refere à selecção das secções, e de forma a assegurar a representatividade das NUTS II, foram referenciadas 262 em 1991 secções de um total de 13735 existentes no território nacional, montante que em 2001 subiu a 368 de entre mais de 16000 secções (Quadro nº1)

Quadro 1

Amostra do Inquérito de Qualidade, NUTS II		
NUTS II	1991	2001
Norte	89	42
Centro	47	46
Lisboa e Vale do Tejo	90	109
Alentejo	15	33
Algarve	9	75
Açores	6	32
Madeira	6	31
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>368</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Após a alteração das NUTS II em 2002<sup>12</sup>, a repartição das secções da amostra pelas regiões alterou-se, do modo apresentado no Quadro nº2.

Quadro 2

Amostra do Inquérito de Qualidade 2001, NUTS II	
NUTS II	2001
Norte	42
Centro	62
Lisboa	83
Alentejo	43
Algarve	45
Açores	32
Madeira	31
<b>Total</b>	<b>368</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Uma vez terminada a conferência exaustiva de todas as unidades estatísticas, por comparação dos dados do Inquérito de Qualidade com ambos os Censos, apuraram-se *taxas líquidas de cobertura* (em percentagem), a nível nacional das principais unidades estatísticas (Quadro nº3).

Quadro 3

Taxa de Cobertura Líquida (%) - Unidades Estatísticas -		
Unidade Estatística	1991	2001
Edifício	99,60%	99,70%
Alojamento	99,42%	99,50%
Família Clássica	99,24%	101,10%
Indivíduo Residente	99,04%	100,70%

Fonte: XIII<sup>o</sup> e XIV<sup>o</sup> Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Os resultados do Inquérito de Qualidade fornecem informação relativa às taxas de cobertura líquida, às diferenças brutas e erros de conteúdo obtidos nos Recenseamentos da Habitação e da População, bem como os respectivos desvios padrão, para as principais unidades estatísticas recenseadas. *A saber*: edifício; alojamento; família clássica e indivíduo residente. As taxas de cobertura resultam de contagem de unidades estatísticas omitidas ou erradamente incluídas.

$$\text{Taxa de Cobertura Líquida (\%)} = \frac{[(\text{Unidades Estatísticas Erradamente Incluídas} - \text{Unidades Estatísticas Erradamente Omitidas}) \div \text{Unidades Estatísticas Recenseadas}] \times 101}{1}$$

Em termos práticos, interessa-nos sobretudo verificar o que se passa em relação ao indivíduo residente, pelo que iremos restringir a partir deste momento a nossa análise, centrando-a na taxa de cobertura dessa unidade estatística. A distribuição por NUTS II da taxa de cobertura líquida de **indivíduos** é apresentada no Quadro nº4. De acordo com os dados fornecidos verifica-se uma subcobertura da ordem dos 0.96% dos indivíduos residentes no recenseamento de 1991 e uma sobrestimação de 0.7%, no que toca aos indivíduos residentes para o ano de 2001.

Quadro 4

Taxa de Cobertura Líquida (%), NUTS II		
NUTS II	1991	2001
Norte	99,00%	101,00%
Centro	99,67%	100,90%
Lisboa (e Vale do Tejo 91)	98,12%	99,70%
Alentejo	102,20%	100,80%
Algarve	100,30%	102,40%
R. A. Açores	99,48%	102,40%
R. A. Madeira	100,00%	108,80%
Portugal	99,04%	100,70%

Fonte: XIII<sup>o</sup> e XIV<sup>o</sup> Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Quando se comparam as diferentes NUTS II nos dois casos verifica-se que em 1991 houve uma maior omissão de unidades estatísticas (99,04%). A subcobertura oscila entre 0,33% e 1,88%: No entanto, Alentejo e Algarve apresentam mais inclusões que a média nacional (102,2% e 100,3%, respectivamente). A Madeira é única NUT II que atinge os 100% de cobertura.

No ano de 2001 verifica-se uma situação oposta, tendo havido mais unidades estatísticas erradamente incluídas (100,70%). Apenas Lisboa apresenta uma subcobertura de 0,3%, embora seja no país a que apresenta uma taxa mais próxima dos 100%. As restantes NUTS II apresentam valores de sobrecobertura, os quais oscilam entre os 2,4% do Algarve e Açores e o mínimo de 0,8% do Alentejo.

Para todos os que já há algum tempo se interessam pelas questões populacionais, está ainda bem presente a ideia que passou para o público em geral e os utilizadores em particular, quando da divulgação dos dados definitivos do XIII<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa. Foi então admitida a hipótese de que tivesse havido uma omissão de efectivos, ou seja, que alguns indivíduos "tivessem sido esquecidos" no acto do recenseamento em 1991. Esta hipótese, a comprovar-se, teria no entanto tido uma consequência imediata em relação ao total de indivíduos recenseados em 2001. A diferença entre os resultados definitivos de 1991 e 2001 deveria nesse caso ser maior que o efectivamente verificado, não obstante os saldos naturais e migratórios serem positivos durante a década de 90. Por outro lado, a confirmarem-se as estimativas de população que antecederam os Censos 91, o total adiantado para o início da década de 90 viria a ser muito semelhante ao

registado dez anos mais tarde. Esta hipótese também não nos parece razoável, tendo em conta o comportamento das variáveis micro demográficas ao longo do período de referência.

As reflexões que nos foram sugeridas por alguns dos aspectos anteriormente referidos explicam as páginas que se seguem. Talvez, ao adoptarmos uma postura mais crítica no que toca aos volumes de população ao longo dos anos 90, estejamos aptos a consubstanciar parte destas “impressões globais” sobre a coerência dos totais de população nas datas de 1991 e 2001.

## 2. Os novos totais de população por NUTS II e NUTS III

O primeiro teste que decidimos efectuar consiste no ajustamento dos valores totais de população recenseada nas diferentes regiões do país. Este exercício pressupõe a utilização dos erros detectados nos inquéritos de qualidade dos dois recenseamentos e destina-se a avaliar qual poderá ter sido o aumento ou diminuição real de efectivos em cada NUT.

Apresentam-se no Quadro nº 5 os totais definitivos dos indivíduos recenseados nos dois últimos censos, com e sem os ajustamentos derivados dos erros de cobertura.<sup>13</sup> Decidimos alargar essa aplicação até ao nível das NUTS III, embora assumindo que os resultados assim obtidos podem perder fiabilidade, numa grelha de análise mais fina. Em termos metodológicos considerámos estarem enfermas de igual erro de cobertura todas as unidades pertencentes a uma mesma NUT II, excepto nos três casos em que se registaram mudanças de tipo administrativo. Referimo-nos às NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, que foram retiradas à região da Grande Lisboa e passaram a integrar a região Centro (nos dois primeiros casos) e o Alentejo (último caso)<sup>14</sup>.

Quadro 5

NUTS II / NUTS III	1991			2001				
	Ind Res s/erro cobertura	Erro Cobertura	Ind Res c/ erro cobertura	Ind Res s/erro cobertura	Erro Cobertura	Ind Res c/erro cobertura	Tx Variação s/erro cobertura 91-01	Tx Variação c/erro cobertura 91-01
Minho-Lima	250 059	1,00%	252 560	250 275	-1,00%	247 772	0,09%	-1,90%
Cavado	353 267	1,00%	356 800	393 063	-1,00%	389 132	11,27%	9,06%
Ave	459 673	1,00%	464 270	509 968	-1,00%	504 868	10,94%	8,74%
Grande Porto	1 167 800	1,00%	1 179 478	1 260 680	-1,00%	1 248 073	7,95%	5,82%
Tamega	515 610	1,00%	520 766	551 309	-1,00%	545 796	6,92%	4,81%
Entre Douro e Vouga	252 370	1,00%	254 894	276 812	-1,00%	274 044	9,68%	7,51%
Douro	238 695	1,00%	241 082	221 853	-1,00%	219 634	-7,06%	-8,90%
Alto Trás-os-Montes	235 241	1,00%	237 593	223 333	-1,00%	221 100	-5,06%	-6,94%
<b>Norte</b>	<b>3 472 715</b>		<b>3 507 442</b>	<b>3 687 293</b>	<b>-1,00%</b>	<b>3 650 420</b>	<b>6,18%</b>	<b>4,08%</b>
Baixo Vouga	350 424	0,33%	351 580	385 724	-0,90%	382 252	10,07%	8,72%
Baixo Mondego	328 858	0,33%	329 943	340 309	-0,90%	337 246	3,48%	2,21%
Pinhal Litoral	223 025	0,33%	223 761	250 990	-0,90%	248 731	12,54%	11,16%
Pinhal Interior Norte	139 413	0,33%	139 873	138 535	-0,90%	137 288	-0,63%	-1,85%
Dão-Lafões	282 462	0,33%	283 394	286 313	-0,90%	283 736	1,36%	0,12%
Pinhal Interior Sul	50 801	0,33%	50 969	44 803	-0,90%	44 400	-11,81%	-12,89%
Serra da Estrela	54 042	0,33%	54 220	49 895	-0,90%	49 446	-7,67%	-8,81%
Beira Interior Norte	118 513	0,33%	118 904	115 325	-0,90%	114 287	-2,69%	-3,88%
Beira Interior Sul	81 015	0,33%	81 282	78 123	-0,90%	77 420	-3,57%	-4,75%
Cova da Beira	93 097	0,33%	93 404	93 579	-0,90%	92 737	0,52%	-0,71%
Oeste	359 430	1,88%	366 187	338 711	-0,90%	335 663	-5,76%	-8,34%
Médio Tejo	227 339	1,88%	231 613	226 090	-0,90%	224 055	-0,55%	-3,26%
<b>Centro</b>	<b>2 308 419</b>		<b>2 325 132</b>	<b>2 348 397</b>		<b>2 327 261</b>	<b>1,73%</b>	<b>0,09%</b>
Grande Lisboa	1 836 484	1,88%	1 871 010	1 947 261	0,30%	1 953 103	6,03%	4,65%
Península de Setúbal	640 493	1,88%	652 534	714 589	0,30%	716 733	11,57%	9,84%
<b>Lisboa</b>	<b>2 476 977</b>		<b>2 523 544</b>	<b>2 661 850</b>		<b>2 669 836</b>	<b>7,46%</b>	<b>5,99%</b>
Alentejo Litoral	98 519	-2,20%	96 352	99 976	-0,80%	99 176	1,48%	2,93%
Alentejo Central	173 216	-2,20%	169 405	173 646	-0,80%	172 257	0,25%	1,68%
Alto Alentejo	128 687	-2,20%	125 856	127 026	-0,80%	126 010	-1,29%	0,12%
Baixo Alentejo	143 020	-2,20%	139 874	135 105	-0,80%	134 024	-5,53%	-4,18%
Lezíria do Tejo	232 969	1,88%	237 349	240 832	-0,80%	238 905	3,38%	0,66%
<b>Alentejo</b>	<b>776 411</b>		<b>768 835</b>	<b>776 585</b>		<b>770 372</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,20%</b>
<b>Algarve</b>	<b>341 404</b>	<b>-0,30%</b>	<b>340 380</b>	<b>395 218</b>	<b>-2,40%</b>	<b>385 733</b>	<b>15,76%</b>	<b>13,32%</b>
<b>Açores</b>	<b>237 795</b>	<b>0,52%</b>	<b>239 032</b>	<b>241 763</b>	<b>-2,40%</b>	<b>235 961</b>	<b>1,67%</b>	<b>-1,28%</b>
<b>Madeira</b>	<b>253 426</b>	<b>0,00%</b>	<b>253 426</b>	<b>245 011</b>	<b>-1,80%</b>	<b>240 601</b>	<b>-3,32%</b>	<b>-5,06%</b>
<b>Portugal</b>	<b>9 867 147</b>		<b>9 957 790</b>	<b>10 356 117</b>		<b>10 280 184</b>	<b>4,96%</b>	<b>3,29%</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Como se pode visualizar no Quadro nº5, mantivemos nas três NUTS os erros de cobertura das áreas administrativas a que pertenciam à data de cada recenseamento.

Numa fase posterior calculámos a intensidade das variações ocorridas entre as duas datas.<sup>15</sup> O confronto dos resultados das últimas colunas sugere várias ilações. Nomeadamente o facto do crescimento global da população nessa década se reduzir 1,71%, quando corrigidos os valores de base, embora se mantenham as posições relativas das diferentes NUTS II, com o Algarve, Lisboa e Norte a influenciarem os resultados do país.

A nível de NUTS II e NUTS III registam-se algumas alterações, que na sua maioria reflectem a redução dos ritmos de aumento sugeridos pelos dados oficiais, chegando mesmo a alterar o sentido de crescimento, que passa de positivo a negativo. (Quadro nº6) Em termos gerais, podemos concluir que a inclusão dos erros de cobertura nos volumes relativos a 1991 e 2001 acentuaram a regressão do número de indivíduos nas zonas que já sabíamos terem perdido residentes, enquanto esbateram o ritmo de aumento demográfico de outras. A excepção verifica-se no Alentejo, onde os ganhos se acentuam e as perdas se reduzem, como consequência dos diferentes erros verificados em 1991 e 2001, os quais foram em qualquer dos casos bastante significativos e no primeiro contrariam mesmo a tendência média geral.<sup>16</sup>

Quadro 6

Alterações provocadas na dinâmica populacional pela inclusão dos erros de cobertura				
NUTSII	NUTS III	Aumento	Diminuição	Alteração de sentido
Norte	8	5	2	1
Centro	12	4	7	1
Lisboa	2	2	0	0
Alentejo	5	3	1	1
Algarve	1	1	0	0
Açores	1	0	0	1
Madeira	1	0	1	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

### 3. A nova dinâmica demográfica da população por NUTS II e NUTS III

O mais conhecido dos métodos para estimar a variação de uma dada população é o método da equação de concordância, que assenta na decomposição da mesma nas componentes relativas ao movimento natural e ao movimento migratório. No caso português, este método tem sido utilizado como forma indirecta de obter o saldo migratório, dadas as dificuldades com que se debatem todos quantos estudam esta variável<sup>17</sup>. Nela se confrontam dois recenseamentos sucessivos, aos quais são agregados os resultados do saldo natural do período, o que permite obter um valor residual correspondente ao saldo migratório. A partir de 1890 tornou-se possível calcular os saldos naturais por distrito ou concelho, ou seja, o valor residual que decorre da diferença entre o total de nascimentos e óbitos, e utilizar este método de forma sistemática, se bem que com algumas precauções nos anos mais recuados.<sup>18</sup> Se a qualidade dos dados for globalmente boa (recenseamentos e estatísticas de nascimentos e óbitos), a equação de concordância permite estimar o crescimento migratório, embora se trate apenas de um valor residual, que não nos dá informações sobre o número total de ocorrências.

No nosso caso partimos dos valores censitários corrigidos e confrontámo-los com o número total de nascimentos e óbitos ocorridos entre 15 de Abril de 1991 e 12 de Março de 2001<sup>19</sup> (Quadros nº7 e nº8)<sup>20</sup>.

Os primeiros anos da década foram marcados por uma diminuição constante do número total de nascimentos, processo que culmina em 1995, ano de menos nascimentos em toda a década, não chegando a ser atingido o volume de 106 mil. A partir dessa data a subida foi lenta, mas regular. No que respeita ao contributo das diferentes NUTS II verifica-se uma descida do Norte, que contribui em 1991 com 39,9% do total de nascimentos, mas onde ocorrem apenas 36,7% do total nacional em 2001. Ao invés, áreas de maior dinâmica demográfica e económica concentram um número relativo crescente de ocorrências. Veja-se o caso de Lisboa, que representa 23,6% e 27,3%, respectivamente em 1991 e 2001.

Leitura algo diversa pode fazer-se em relação aos óbitos registados ao longo do período, cujos montantes anuais, pesem embora os ganhos conseguidos em termos dos níveis de mortalidade geral e consequente aumento da esperança média de vida, são influenciados em termos de volume total pelo gradual envelhecimento da estrutura etária da população portuguesa, com constantes flutuações de sentido alternado<sup>21</sup>. Esse facto

reflecte-se em termos regionais, como testemunha o cálculo das percentagens de óbitos ocorridos nas várias partes do nosso território. No Norte do país verificaram-se 30,6% de todas as mortes registadas em 1991, valor idêntico ao de 2001 (30,8%). O mesmo sucede em Lisboa, onde vêm a ocorrer 23,5 e 23,4% dos óbitos desses mesmos anos. As oscilações só têm alguma evidência no Portugal mais envelhecido e sem poder atractivo a nível económico (zonas rurais do interior, com fracas acessibilidades, por exemplo).

Quadro 7

Nados Vivos em Portugal por NUTS II e NUTS III (1991-2001)											
	1991 15Abr- 31Dez	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 1Jan- 15Mar
Minho-Lima	1982	2527	2492	2379	2344	2425	2337	2304	2376	2453	499
Cavado	3772	5307	5292	5120	4765	5096	5139	5114	5186	5281	1026
Ave	5003	5800	5583	5491	4925	5141	5073	5152	6239	6424	1274
Grande Porto	10780	15840	15609	14633	13887	14191	14558	14657	15104	15361	2980
Tamega	5869	7187	7306	6887	7550	7650	8081	7786	7764	7652	1432
Entre Douro e Vouga	2427	3222	3336	3233	3068	3207	3220	3112	3134	3333	659
Douro	1915	2570	2443	2226	2212	2214	2201	2275	2109	2254	420
Alto Trás-os-Montes	1708	2179	2047	1903	1825	1929	1910	1848	1795	1818	333
<b>Norte</b>	<b>33454</b>	<b>44632</b>	<b>44108</b>	<b>41872</b>	<b>40576</b>	<b>41853</b>	<b>42519</b>	<b>42248</b>	<b>43707</b>	<b>44576</b>	<b>8622</b>
Baixo Vouga	3050	3441	3343	3341	3974	4186	4164	3941	4031	4363	856
Baixo Mondego	2442	4943	4959	4781	3483	3432	3330	3717	3607	3734	594
Pinhal Litoral	1845	2759	2694	2577	2481	2576	2640	2639	2799	2800	561
Pinhal Interior Norte	922	858	890	819	1114	1188	1236	1156	1153	1157	250
Dão-Lafões	2174	3065	2927	2945	2743	2756	2861	2881	3054	2892	594
Pinhal Interior Sul	283	242	211	198	284	318	330	296	291	284	57
Serra da Estrela	343	453	418	440	380	381	378	366	383	383	80
Beira Interior Norte	808	1033	1016	967	889	929	970	963	891	954	195
Beira Interior Sul	466	733	725	677	561	579	659	606	634	608	140
Cova da Beira	684	814	805	751	779	825	818	812	796	810	168
Oeste	2734	3470	3575	3321	3520	3630	3993	3729	3879	4139	876
Médio Tejo	1594	1789	1751	1671	1941	2026	2114	2125	2221	2197	452
<b>Centro</b>	<b>17342</b>	<b>23600</b>	<b>23314</b>	<b>22488</b>	<b>22149</b>	<b>22826</b>	<b>23493</b>	<b>23231</b>	<b>23739</b>	<b>24321</b>	<b>4821</b>
Grande Lisboa	14713	22053	21592	20745	20401	20792	20648	22402	23270	24566	4636
Península de Setúbal	5070	6278	6496	6555	6571	6962	7706	7417	7882	8506	1773
<b>Lisboa</b>	<b>19782</b>	<b>28331</b>	<b>28088</b>	<b>27300</b>	<b>26972</b>	<b>27754</b>	<b>28354</b>	<b>29819</b>	<b>31152</b>	<b>33072</b>	<b>6409</b>
Alentejo Litoral	646	664	712	665	670	696	780	704	753	736	170
Alentejo Central	794	1712	1615	1531	1452	1528	1619	1565	1593	1607	209
Alto Alentejo	1221	1045	1057	979	1023	997	1060	1036	1104	1113	324
Baixo Alentejo	963	1304	1284	1118	1095	1117	1180	1243	1136	1236	220
Lezíria do Tejo	1548	2090	2108	1997	1988	2093	2167	2130	2216	2449	506
<b>Alentejo</b>	<b>5171</b>	<b>6815</b>	<b>6776</b>	<b>6290</b>	<b>6228</b>	<b>6431</b>	<b>6806</b>	<b>6678</b>	<b>6802</b>	<b>7141</b>	<b>1429</b>
<b>Algarve</b>	<b>2787</b>	<b>3809</b>	<b>3844</b>	<b>3597</b>	<b>3523</b>	<b>3664</b>	<b>3829</b>	<b>3814</b>	<b>4042</b>	<b>4311</b>	<b>875</b>
<b>Açores</b>	<b>2750</b>	<b>3395</b>	<b>3468</b>	<b>3328</b>	<b>3049</b>	<b>3011</b>	<b>3119</b>	<b>3078</b>	<b>3238</b>	<b>3206</b>	<b>644</b>
<b>Madeira</b>	<b>2467</b>	<b>3653</b>	<b>3684</b>	<b>3637</b>	<b>3478</b>	<b>3548</b>	<b>3500</b>	<b>3432</b>	<b>3358</b>	<b>3444</b>	<b>690</b>
<b>Portugal</b>	<b>83752</b>	<b>114235</b>	<b>113282</b>	<b>108512</b>	<b>105975</b>	<b>109087</b>	<b>111620</b>	<b>112300</b>	<b>116038</b>	<b>120071</b>	<b>23488</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Quadro 8

Óbitos em Portugal por NUTS II e NUTS III (1991-2001)											
	1991 15Abr- 31Dez	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 1Jan - 15Mar
Minho-Lima	2101	3034	3012	2917	2941	3041	3020	2840	2840	2947	641
Cavado	1910	2826	2794	2680	2882	2868	2830	2910	2900	2773	678
Ave	2331	3302	3523	3453	3344	3548	3631	3588	3666	3689	837
Grande Porto	6991	10160	10372	9698	10246	10677	10355	10444	10860	10384	2403
Tamega	2902	4219	4274	3944	4181	4311	4162	4272	4273	4174	1002
Entre Douro e Vouga	1222	1879	2078	1849	1928	1979	1948	2071	2108	2065	494
Douro	1907	2755	2886	2572	2686	2759	2703	2633	2673	2617	633
Alto Trás-os-Montes	2066	2980	3114	2858	2977	2945	2883	2940	3025	2831	699
<b>Norte</b>	<b>21428</b>	<b>31155</b>	<b>32053</b>	<b>29971</b>	<b>31185</b>	<b>32128</b>	<b>31532</b>	<b>31698</b>	<b>32345</b>	<b>31480</b>	<b>7386</b>
Baixo Vouga	2350	3407	3654	3506	3588	3594	3527	3532	3786	3684	824
Baixo Mondego	2432	3498	3589	3498	3679	3740	3705	3688	3793	3690	790
Pinhal Litoral	1482	2079	2201	2082	2121	2267	2194	2325			502
Pinhal Interior Norte	1429	2073	2176	1977	2062	2049	2061	2073	2078	1987	444
Dão-Lafões	2354	3290	3490	3242	3266	3436	3368	3279	3302	3348	714
Pinhal Interior Sul	564	800	819	795	760	824	789	804	804	833	167
Serra da Estrela	519	680	703	620	757	733	731	786	734	696	195
Beira Interior Norte	1136	1675	1723	1563	1613	1607	1691	1706	1702	1604	373
Beira Interior Sul	795	1176	1245	1103	1189	1230	1254	1236	1274	1262	302
Cova da Beira	800	3590	3784	3342	3547	3722	3649	3729	3795	3662	247
Oeste	2789	4174	4379	4201	4231	4442	4393	4386	4634	4475	1084
Médio Tejo	1953	2640	2813	2704	2753	3081	2984	2942	2942	2992	688
<b>Centro</b>	<b>18599</b>	<b>29082</b>	<b>30576</b>	<b>28633</b>	<b>29566</b>	<b>30725</b>	<b>30346</b>	<b>30486</b>	<b>28844</b>	<b>28233</b>	<b>6328</b>
Grande Lisboa	12458	17740	18816	17720	18563	18998	18452	19047	19138	18624	4123
Península de Setúbal	4027	5741	6152	5727	6305	6577	6555	6781	6781	6855	1500
<b>Lisboa</b>	<b>16485</b>	<b>23481</b>	<b>24968</b>	<b>23447</b>	<b>24868</b>	<b>25575</b>	<b>25007</b>	<b>25828</b>	<b>25919</b>	<b>25479</b>	<b>5623</b>
Alentejo Litoral	854	1217	1274	1237	1242	1326	1309	1313	1313	1244	276,5
Alentejo Central	1278	2098	2215	2049	2122	2253	2208	2251	2261	2164	477
Alto Alentejo	1491	1818	1926	1816	1877	1959	1882	1909	1896	1846	503
Baixo Alentejo	1488	2067	2355	2040	2166	2297	2123	2252	2297	2164	453
Lezíria do Tejo	1957	2736	3013	2751	2974	3039	2961	3074	2807	2829	657
<b>Alentejo</b>	<b>7068</b>	<b>9936</b>	<b>10783</b>	<b>9893</b>	<b>10381</b>	<b>10874</b>	<b>10483</b>	<b>10799</b>	<b>10574</b>	<b>10247</b>	<b>2366</b>
<b>Algarve</b>	<b>2894</b>	<b>4163</b>	<b>4406</b>	<b>4382</b>	<b>4595</b>	<b>4624</b>	<b>4495</b>	<b>4505</b>	<b>4709</b>	<b>4581</b>	<b>1042</b>
<b>Açores</b>	<b>1765</b>	<b>2622</b>	<b>2906</b>	<b>2634</b>	<b>2694</b>	<b>2718</b>	<b>2811</b>	<b>2713</b>	<b>2577</b>	<b>2608</b>	<b>639</b>
<b>Madeira</b>	<b>1772</b>	<b>2551</b>	<b>2747</b>	<b>2478</b>	<b>2564</b>	<b>2697</b>	<b>2566</b>	<b>2590</b>	<b>2591</b>	<b>2656</b>	<b>604</b>
<b>Portugal</b>	<b>70009</b>	<b>102990</b>	<b>108439</b>	<b>101438</b>	<b>105853</b>	<b>109341</b>	<b>107240</b>	<b>108619</b>	<b>107559</b>	<b>105284</b>	<b>23986</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Os considerandos que acabámos de tecer influenciam os resultados finais, quando confrontamos os saldos naturais com os saldos migratórios residuais que decorrem da aplicação da Equação de Concordância para todo o período (Quadro nº9).

Em relação ao equilíbrio verificado entre o volume anual de nascimentos e óbitos pouco há a sublinhar, mas quando cruzamos o saldo natural com as populações ajustadas pelos erros de cobertura nos dois censos, obtemos uma imagem um tanto diversa. O valor final encontrado como representativo da diferença residual entre emigrantes e imigrantes cifra-se em 259485 indivíduos. Embora esteja próximo do adiantado pelo INE<sup>22</sup>, a novidade é que a “*correção*” censitária veio reduzir substancialmente (em cerca de 40%) o saldo migratório que tem sido assumido para a década.<sup>23</sup>

A leitura de qualquer destes resultados decorre da assunção dos seguintes pressupostos metodológicos:

- Admitimos que as séries de registo de nascimentos e óbitos são fidedignas, com elevado nível de exaustividade;
- Admitimos que os censos 2001 apresentam uma boa qualidade global, sendo conhecidas as margens de erro a considerar a diversos níveis, facto que possibilita os ajustamentos dos valores sempre que necessário para um estudo de maior pormenor geográfico;
- Admitimos que o comportamento dos movimentos migratórios, patente nos resultados indirectos da equação de concordância é aceitável, quando o confrontamos com outras fontes e com o conhecimento da conjuntura económica, social e política vivida nos anos 90.

Assim sendo, a aceitação destes pressupostos força-nos a concluir que as estimativas de população efectuadas durante a década 1981-1991 apresentavam valores superiores à realidade, já que não é possível acreditar num crescimento demográfico que teria sido quase nulo durante a última década.

Quadro 9

Saldo Natural e Saldo Residual da População Portuguesa (1991-2001)					
NUTS II / NUTSIII	População Corrigida Censos 1991	Saldo Natural	População Corrigida Censos 2001	População Esperada	Saldo Residual
Minho-Lima	252560	-5217	247772	247343	429
Cavado	356800	23047	389132	379846	9286
Ave	464270	21193	504868	485463	19406
Grande Porto	1179478	45011	1248073	1224489	23585
Tamega	520766	33451	545796	554217	-8421
Entre Douro e Vouga	254894	12330	274044	267224	6820
Douro	241082	-3985	219634	237097	-17462
Alto Trás-os-Montes	237593	-10023	221100	227570	-6471
<b>Norte</b>	<b>3507442</b>	<b>115806</b>	<b>3650420</b>	<b>3623248</b>	<b>27172</b>
Baixo Vouga	351580	3239	382252	358119	27434
Baixo Mondego	329943	2921	337246	332864	4382
Pinhal Litoral	223761	9118	248731	232879	15852
Pinhal Interior Norte	139873	-9666	137288	130207	7081
Dão-Lafões	283394	-4198	283736	279197	4540
Pinhal Interior Sul	50969	-5165	44400	45804	-1404
Serra da Estrela	54220	-3149	49446	51072	-1626
Beira Interior Norte	118904	-6778	114287	112127	2160
Beira Interior Sul	81282	-5678	77420	75604	1816
Cova da Beira	93404	-25805	92737	67600	25137
Oeste	366187	-6322	335663	359865	-24203
Médio Tejo	231613	-8612	224055	223001	1054
<b>Centro</b>	<b>2325132</b>	<b>-60093</b>	<b>2327261</b>	<b>2265039</b>	<b>62223</b>
Grande Lisboa	1871010	32139	1953103	1903149	49954
Península de Setúbal	652534	8215	716733	660749	55983
<b>Lisboa</b>	<b>2523544</b>	<b>40354</b>	<b>2669836</b>	<b>2563898</b>	<b>105938</b>
Alentejo Litoral	96352	-5409	99176	90943	8234
Alentejo Central	169405	-6152	172257	163254	9003
Alto Alentejo	125856	-7964	126010	117892	8118
Baixo Alentejo	139874	-9807	134024	130067	3958
Lezíria do Tejo	237349	-7506	238905	229843	9062
<b>Alentejo</b>	<b>768835</b>	<b>-36837</b>	<b>770372</b>	<b>731998</b>	<b>38374</b>
<b>Algarve</b>	<b>340380</b>	<b>-6301</b>	<b>385733</b>	<b>334079</b>	<b>51654</b>
<b>Açores</b>	<b>239032</b>	<b>5600</b>	<b>235961</b>	<b>244631</b>	<b>-8670</b>
<b>Madeira</b>	<b>253426</b>	<b>9074</b>	<b>240601</b>	<b>262500</b>	<b>-21899</b>
<b>Portugal</b>	<b>9953097</b>	<b>67602</b>	<b>10280184</b>	<b>10020699</b>	<b>254791</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

## Considerações Finais

A aposta no controle de qualidade por parte dos responsáveis pela realização dos dois últimos recenseamentos gerais da população, permite-nos hoje utilizar sem reservas os resultados definitivos por eles veiculados. Nas páginas anteriores procurámos compreender a dinâmica específica da população portuguesa na última década do século XX. Para tanto socorremo-nos de dados censitários, cruzando-os com o movimento da população ao nível das variáveis micro demográficas. Como produto final obtivemos uma imagem dinâmica do Portugal de final de milénio, cujas características e manifestas tendências de evolução pouco diferem das que encontramos noutros países do espaço europeu, e que são todas elas facilmente explicáveis por factores de índole diversa, demográficos, mas sobretudo económicos, sociais, culturais e políticos.

No espaço comunitário vários países, nomeadamente do sul, mas não só, comungam de características semelhantes às apresentadas pela população portuguesa. O acentuado envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária, a inversão do peso absoluto e relativo dos grupos extremos, o aumento da população em idade activa, decorrente de anos sucessivos de níveis baixos de fecundidade e da inversão de tendência dos saldos migratórios. Aliás, o acentuar de semelhanças nos comportamentos face à vida e à morte, tornam possível encontrar na Europa atractiva, na qual Portugal se incluiu na última década, um modelo demográfico único. Os resultados definitivos dos censos de 1991 e 2001 parecem em tudo coerentes com as mudanças recentes que se verificaram ao nível dos comportamentos das gentes portuguesas.

## Notas

- <sup>1</sup> Valor total apurado a 15 de Abril de 1991, corrigidos dados Amadora.
- <sup>2</sup> População residente às 0.00 horas de 12 de Março de 2001.
- <sup>3</sup> População com idades inferiores a 15 anos.
- <sup>4</sup> População com 65 e mais anos de vida.
- <sup>5</sup> O Índice Sintético de Fecundidade foi estimado em 1,56 no ano de 1991, em 1,41 no de 1995 e de novo em 1,56 no ano de 2000.
- <sup>6</sup> Ao longo da década de 90, a Taxa de Mortalidade Infantil passou de 10.8‰ em 1990/91, para 7,4 e 5,5‰, em 1995/96 e 2000/01, respectivamente. Em termos de esperança média de vida, a subida foi também evidente, com ganhos de 2,6 anos no sexo masculino (passam de 70.8 em 1991 a 73.4 em 2001) e de 2,4 anos no sexo feminino (78.0 em 1991 e 80.4 em 2001).
- <sup>7</sup> *Censos 2001.XIVª Recenseamento Geral da População Portuguesa. IVª Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos. Portugal*, INE, Lisboa, 2003, Quadros 6.06, pp.320 e segs.
- <sup>8</sup> Ao longo do século XX, os saldos migratórios só em três ocasiões tiveram resultados positivos, favoráveis ao acréscimo do total de residentes. Referimo-nos às décadas de 30, 70 e 90. No primeiro caso, a conjuntura externa reteve no país população que, de outro modo, teria ido engrossar as fileiras migratórias; no segundo, o grande factor explicativo concerne o retorno em massa de portugueses e africanos das ex-colónias e algum retorno da Europa; por último, a causa próxima consistiu na imigração de estrangeiros.
- <sup>9</sup> *Censos 91.XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação. Portugal – Antecedentes, Metodologia e Conclusões*, Série Estudos, nº73, INE, Lisboa, 1997, p.61.
- <sup>10</sup> É evidente que a questão não pode ser vista de uma forma simples, porque alojamentos e famílias não são sinónimos, tal como o não é a dimensão média das mesmas. Com efeito, temos de contar com as casas devolutas ou por alugar, as segundas habitações, as casas vazias. Sabemos também que no nosso país, à semelhança de outros, a estrutura familiar e o número médio de indivíduos por fogo estavam desde os anos 70 em franca regressão, tendência nunca invertida. De acordo com os sucessivos recenseamentos de 1970, 1981, 1991 e 2001, a dimensão média passou de 3,7 a 3,4, 3,1 e 2,8 habitantes.
- <sup>11</sup> Sobre toda esta problemática veja-se Fernando Simões Casimiro, "Censos 2001, O Primeiro Grande Desafio Estatístico do Século XXI", in *Seminário Censos 2001*, INE, Lisboa, 2001, pp.13-14.
- <sup>12</sup> Decreto-Lei nº244/2002 de 5 de Novembro (veja-se Nota 14 do presente estudo).
- <sup>13</sup> Cf. Quadro nº4, onde se apresentam as Taxas de Cobertura nas diferentes regiões do País. As diferenças a 100 dão-nos a dimensão do erro.
- <sup>14</sup> O Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de Novembro, alterou a delimitação de três NUTS. A Grande Lisboa tomou a designação de Lisboa, tendo as já mencionadas NUTS III sido incorporadas em duas diferentes regiões. Embora estas alterações sejam posteriores ao Recenseamento de 2001, optámos por "actualizar" os valores, de forma a facilitar trabalhos que posteriormente venham a ser feitos neste âmbito.
- <sup>15</sup> Através da Taxa de Variação(  $(Px + n - Px / Px) * 100$ )
- <sup>16</sup> A última coluna enumera os casos, embora escassos, em que se verificou uma alteração no sentido de crescimento, seja porque passa de positivo a negativo (Minho Lima, Cova da Beira e Açores), seja porque passa de negativo a positivo (Alto Alentejo).
- <sup>17</sup> De todas as variáveis micro demográficas, os movimentos migratórios são os de mais difícil medida. Escasseiam as séries estatísticas, os fenómenos da clandestinidade e ilegalidade introduzem erros substanciais, a abertura do espaço Schengen reduziu o registo de emigrantes, etc. (Sobre esta questão cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, "Migrações no Portugal do Século XX", in *Ler História*, nº43, Lisboa, 2002, pp.179-203).
- <sup>18</sup>  $Px + n = Px + N - O + I - E$   
 $Px + n - Px = N - O + I - E$   
 Crescimento entre Recenseamentos = Crescimento Natural + Crescimento Migratório  
 Crescimento Migratório = Crescimento entre Recenseamentos - Crescimento Natural
- <sup>19</sup> De modo a assegurar um maior rigor nos resultados corrigimos os totais referentes ao ano inicial (1991) e terminal (2001), retirando-lhes as ocorrências anteriores a 15 de Abril (no primeiro caso) e acrescentando o número de nascimentos e óbitos dos primeiros dois meses e 11 dias do ano de 2001.
- <sup>20</sup> Dada a impossibilidade em obter esta informação desagregada segundo os dias do mês, dividimos em duas partes os acontecimentos ocorridos nos meses de Abril de 1991 e Maio de 2001. Este erro não parece ser demasiado significativo, nem vir alterar as conclusões a obter.
- <sup>21</sup> Ainda assim, o número total de óbitos está em regressão desde 1998.
- <sup>22</sup> *Estimativas Definitivas da População Residente Intercensitária*, INE, Lisboa, 2003, p.22.
- <sup>23</sup> Entre 1991 e 2000 foram referenciadas 408213 entradas e 179414 saídas. (*idem*, p.22)

### **Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991– 2001**



**Territorial dynamics and development paths in Portugal, 1991-2001**

**Autor: João Ferrão**

Investigador do Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa

E-mail: Joao.ferrao@ics.ul.pt

**Resumo:**

Este artigo procura avaliar a convergência/divergência regional ocorrida ao longo da década de 90, considerando-se as alterações verificadas como um processo de transição composto por elementos sócio-demográficos tradicionais, modernos e pós-modernos. A análise do processo de transição baseou-se na construção de tipologias territoriais (freguesias) e no uso de metáforas espaciais como instrumentos importantes para a construção de visões para o futuro. Defende-se que a adopção de um novo mapa cognitivo no estudo das dinâmicas territoriais do país permitirá uma compreensão mais adequada dos mecanismos de convergência/divergência regional.

**Palavras-chave:**

Portugal, convergência/divergência regional, processos de transição, espaço-temporalidades

**Abstract:**

This article seeks to evaluate regional convergence/divergence in the 90's as a transitional process including traditional, modern and post-modern socio-demographic issues. In order to address this transitional process, parish-based typologies are built and spatial metaphors are used as vision-making tools. We argue that a new cognitive approach towards the study of territorial dynamics is needed in order to open up a more accurate understanding of the regional convergence/divergence mechanisms in Portugal.

**Key-words:**

Portugal, regional convergence/divergence, transitional process, space-time configurations

## Uma visão integrada e evolutiva das dinâmicas territoriais do país

A informação dos Censos 2001 permite actualizar e aprofundar o conhecimento das dinâmicas territoriais do país e, simultaneamente, averiguar em que medida as alterações ocorridas nos últimos anos reflectem a existência de trajectórias de desenvolvimento regionalmente diferenciadas.

O título do texto revela a forma como iremos abordar esta questão.

Ao privilegiar as dinâmicas territoriais procuramos propor uma visão integrada, susceptível de evitar as perspectivas de recorte estritamente sectorial ou temático. Sendo obviamente indispensáveis, sobretudo pelo conhecimento mais especializado que produzem, estas perspectivas não garantem, no entanto, o olhar sistémico que se pretende aqui imprimir.

Simultaneamente, as trajectórias de evolução permitem contextualizar as dinâmicas detectadas. De facto, mais do que desenhar um retrato minucioso do presente interessa-nos entender o significado das mudanças verificadas nestes últimos anos à luz dos movimentos estruturais que caracterizam a evolução recente da sociedade portuguesa.

Esta visão integrada (no espaço) e dinâmica (no tempo) sugere um duplo pano de fundo analítico. No primeiro caso, são as tendências de convergência/divergência regional que estão em causa. No segundo, são os processos de transição de uma sociedade particularmente híbrida – dada a intensidade da coexistência de elementos tradicionais, modernos e “pós-modernos” – que irão ser averiguados. No seu conjunto, é a evolução das espácio-temporalidades das várias parcelas do país que importa entender.

Estará Portugal, no início do século XXI, mais homogéneo do que há 10 anos atrás?

A bibliografia sobre os processos de convergência/divergência regional tem vindo a sublinhar dois aspectos importantes. Numa *óptica de tempo curto*, os momentos de grande expansão ou de crise tendem a acentuar as disparidades existentes enquanto em contextos de estabilidade e expansão moderada os movimentos convergentes ganham maior peso, podendo mesmo tornar-se dominantes. Numa *óptica de tempo longo*, a divergência regional tende a aumentar em períodos históricos de transição para fases qualitativamente novas do ponto de vista sócio-económico, contrastando com as tendências mais uniformizadoras verificadas em períodos de consolidação e maturidade das realidades já existentes.

É, pois, à luz deste duplo olhar de curto e longo alcance temporal que devem ser entendidas as dinâmicas territoriais que afectaram o país na última década do século XX. E é também à luz deste olhar que se torna possível identificar uma hipótese de partida: *Portugal, nesses 10 anos, tornou-se mais uniforme no que se refere a aspectos tradicionais ou modernos e maduros, mas mais heterogéneo no que toca aos elementos de modernidade tardia ou “pós-modernos”.*

Se assim for, e numa década globalmente marcada por um contexto de estabilidade positiva, indicadores típicos das sociedades tradicionais (peso relativo das famílias complexas, por exemplo) ou das sociedades modernas (acesso domiciliário a água potável, por exemplo) tenderão a revelar um país em uniformização tendencial e, por isso, internamente menos contrastado. Pelo contrário, indicadores de realidades “pós-modernas” ainda em irrupção, mas já com visibilidade (importância das famílias monoparentais, por exemplo), revelarão um país em diferenciação e, por isso, mais heterogéneo do que há dez anos.

Numa década em que, com uma intensidade provavelmente nunca antes observada, coexistem na sociedade portuguesa aspectos com temporalidades históricas tão distintas, a análise das evoluções ocorridas deve ser particularmente cuidadosa. Por detrás de valores médios ou de um mesmo indicador estatístico escondem-se, por vezes, comportamentos de surpreendente diversidade. Repare-se, por exemplo, como o aumento vertiginoso de agregados domésticos sem núcleo familiar se alimenta, ao mesmo tempo, do avanço da solidão grisalha tipicamente moderna (idosos, sobretudo mulheres, a viverem sós) e da individualização juvenil de características “pós-modernas” (jovens, sobretudo do sexo masculino, a viverem sós).

Vejamos o que uma primeira análise, necessariamente bastante elementar, dos resultados dos Censos 2001 nos sugere a este propósito.

## Metodologia de análise

A análise efectuada baseou-se em dados de evolução 1991-2001 ao nível da freguesia<sup>1</sup>. O facto de apenas se ter recorrido a indicadores de evolução resulta, justamente, da intenção de captar o *país em movimento*, isto é, de identificar a intensidade das mudanças ocorridas durante esta década. Por outro lado, o recurso a dados espacialmente desagregados por freguesia justifica-se por apenas assim ser possível detectar diferenciações que o nível municipal – e, por maioria de razão, escalas geográficas mais abrangentes – necessariamente ocultam.

Consideraram-se quatro domínios de observação: ocupação do território, famílias, empregabilidade e condições de vida. O conceito de poliedro do desenvolvimento (Figura 1) procura imprimir uma visão integrada, sistémica, desses vários domínios.

Figura 1



Nesta fase preliminar tivemos de recorrer a um leque relativamente reduzido de indicadores, susceptíveis de garantir os dois critérios acima referidos (taxas de evolução; dados desagregados ao nível da freguesia) e, simultaneamente, cobrir de forma satisfatória os vários domínios de observação considerados.

Os 19 indicadores retidos para análise procuram representar aspectos com “temporalidades sociais” distintas. Assim, e a título de exemplo, valores elevados de dimensão média da família, de envelhecimento demográfico ou de população casada sem registo representam, tendencialmente, aspectos característicos das sociedades tradicionais, modernas e “pós-modernas”, respectivamente. No entanto, mais do que cada indicador por si só, é a forma como estes se associam em cachos coerentes que permitirá ilustrar as várias “temporalidades” a que acima se aludiu.

Claro que nem todos os indicadores podem ser linearmente identificados com distintas “temporalidades”. E também é óbvio que os vários indicadores considerados cobrem de forma muito desigual os vários “tempos sociais” em causa. É, pois, de uma primeira aproximação grosseira que se trata, pelo que os resultados obtidos não poderão deixar de ser lidos com a devida precaução.

As análises que se seguem basearam-se na construção de tipologias de freguesias. A partir da base de dados constituída pelos valores dos 19 indicadores nas 4 241 freguesias do país, e recorrendo a uma análise de correspondências múltiplas seguida da classificação e descrição do perfil de cada um dos grupos definidos<sup>2</sup> (tendo por base os indicadores sobre-representados em cada grupo face ao valor médio nacional), construíram-se duas tipologias: uma primeira, mais agregada, em que as freguesias do país são associadas, com base nas semelhanças que apresentam entre si, em três classes; uma segunda, mais fina, em que se identificam seis classes.

Nos parágrafos que se seguem, procuraremos entender os resultados obtidos em cada um dos casos à luz da hipótese inicialmente formulada.

## Resultados

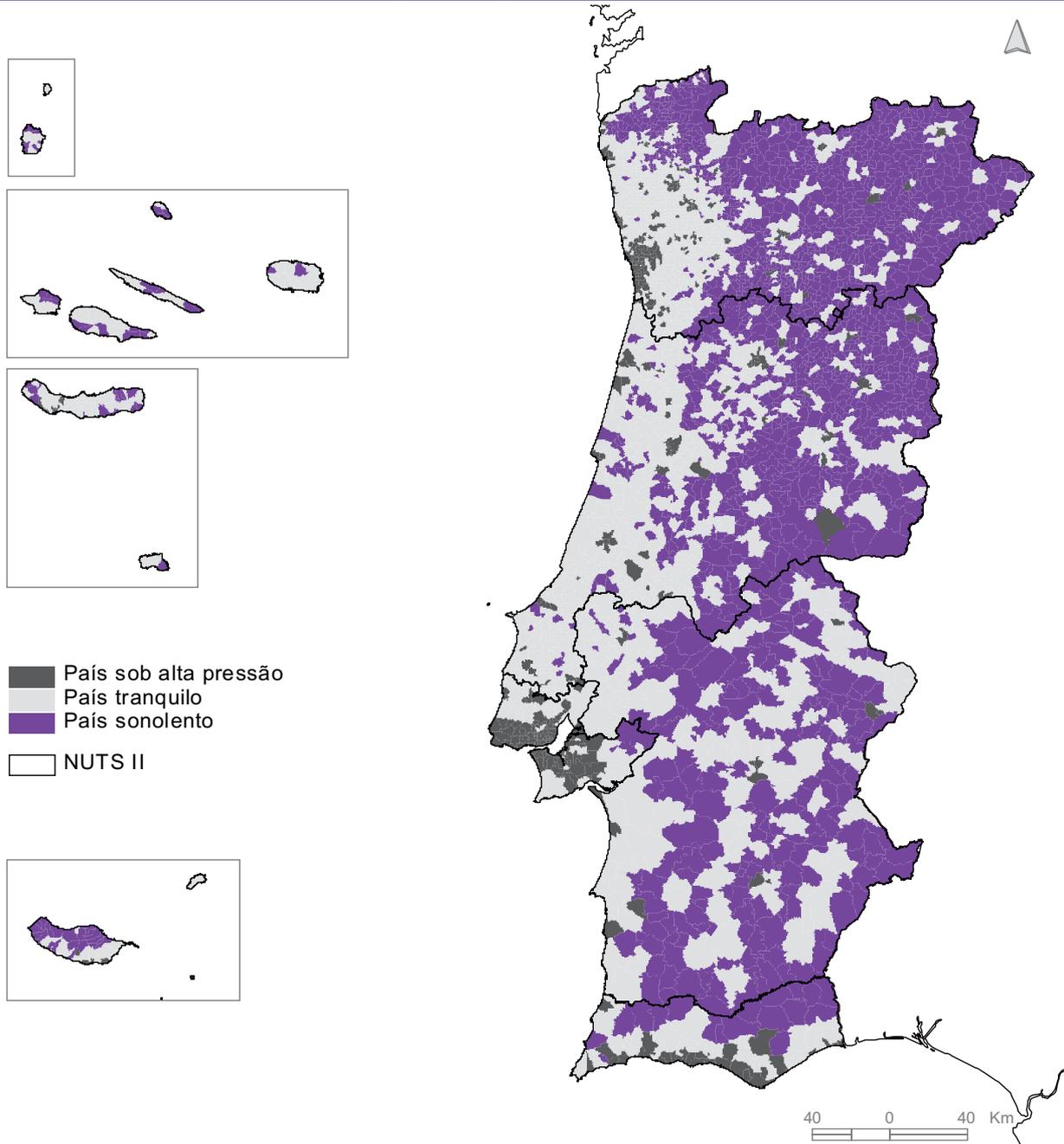
### A tipologia de freguesias com três classes

Na primeira das tipologias construídas, as freguesias do país foram agregadas em três categorias, simbolicamente referenciadas por “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”.

As designações utilizadas são deliberadamente equívocas.

Figura 2

### Tipologia de freguesias com 3 classes



A referência a “alta pressão” tanto pode ser lida do ponto de vista da intensidade da mudança, acarretando riscos elevados, como associada às situações meteorológicas de céu particularmente limpo, invocando a existências de contextos muito positivos. São, em suma, territórios excessivos tanto do ponto de vista das ameaças como das oportunidades. Um rápido relance pela geografia do *Portugal sob alta pressão* (Figura 2) mostra, sem surpresa, que coincide com as manchas metropolitanas e urbanas do país. Aqui, conjugam-se resultados particularmente elevados no que se refere aos indicadores de atracção, densificação e qualificação dos recursos humanos. Complementarmente, a incidência de população estrangeira e dos casamentos sem registo – dois indicadores bem distintos de “abertura” – é também bastante superior à que se verifica no conjunto do país. Trata-se, portanto, do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX.

No pólo oposto coloca-se o “país sonolento”. O equívoco subjacente a esta designação procura abarcar a sua carga tanto negativa - a inacção própria de quem perdeu energia - como positiva - o sono retemperador que permite, mais tarde, acordar revigorado. A geografia do *Portugal sonolento* coincide em grande parte com o interior do país, embora revele uma particular incidência nas regiões Norte e Centro. Os indicadores aqui sobrerrepresentados sugerem um círculo vicioso de subdesenvolvimento difícil de romper: repulsão demográfica, despovoamento, envelhecimento, estabilização ou mesmo degradação do capital humano. Complementarmente, o aumento de alojamentos sazonais e a diminuição das taxas de emprego confirmam a natureza sonolenta desta vasta parcela do país. Este é, de forma clara, o Portugal perdedor ao longo dos anos em análise.

Em situação intermédia coloca-se o “país tranquilo”, isto é, um conjunto amplo de áreas onde, em termos comparativos, as evoluções ocorridas ao longo da última década do século XX foram relativamente moderadas. Espreado-se maioritariamente pelo litoral, mas com um número significativo de pequenos e médios afloramentos no interior, o *Portugal tranquilo* é, sob todos os aspectos – social, económico e geográfico, o país intermédio, o país da transição. Em termos gerais, no entanto, revela uma trajectória de evolução mais próxima da que se verifica nos territórios do “Portugal sob alta pressão”.

Uma leitura estritamente visual da geografia desta tipologia pode, no entanto, suscitar alguma ilusão de óptica.

O *Portugal sob alta pressão* engloba, em 2001, 11% das freguesias, 46% da população residente e certamente bastante mais de metade do produto nacional. Inversamente, o *Portugal sonolento* inclui 45% das freguesias, 11% da população residente e uma percentagem ainda inferior do produto. Ou seja, olhar para o país, e para os seus grandes contrastes, a partir do território, das pessoas ou das empresas sugere, sem dúvida, juízos de valor e prioridades de intervenção relativamente distintos, senão mesmo conflituais. A leitura visual do país não pode, por isso, identificar linearmente a expressão geográfica de um determinado fenómeno com a sua relevância social ou económica em termos nacionais.

Por outro lado, a configuração espacial das três categorias da tipologia da Figura 2 parece confirmar a persistência do Portugal dual que Adérito Sedas Nunes identificou nos anos 70<sup>3</sup>, com o *país sob alta pressão* a representar o Portugal moderno por excelência, o *país sonolento* a retratar o Portugal tradicional e, finalmente, o *país tranquilo* a associar-se de forma privilegiada ao primeiro. Ou seja, a leitura de Portugal através da dicotomia *litoral desenvolvido e em modernização vs. interior (e ilhas) tradicional e subdesenvolvido* permanece, no essencial, válida tanto do ponto de vista descritivo como analítico. Será assim?

#### A tipologia de freguesias com seis classes

Uma tipologia mais fina, embora construída a partir da mesma base de informação, permitiu identificar seis classes ou categorias de freguesias (Figura 3):

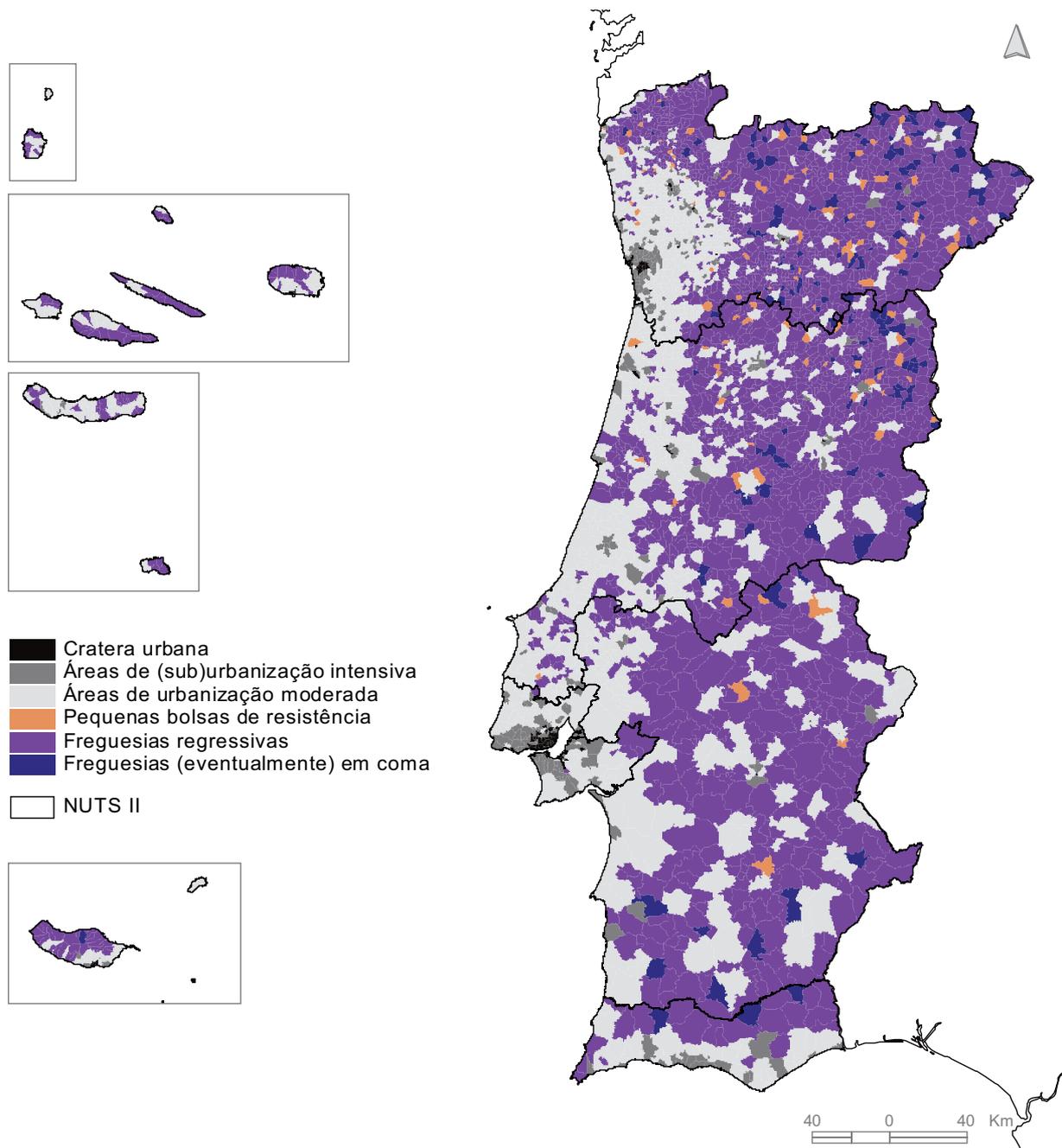
- as *crateras urbanas*, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande (Lisboa, Porto) ou média (Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, etc.) dimensão, mas que no caso de Lisboa se alarga já aos subúrbios industriais de primeira geração (Almada, Barreiro);
- as *áreas de (sub)urbanização intensiva*, que envolvem geograficamente as “crateras urbanas” ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;
- as *áreas de urbanização moderada*, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das

principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;

- as *pequenas bolsas de resistência*, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente das categorias com resultados mais problemáticos;
- as *freguesias regressivas*, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);
- as *freguesias (eventualmente) em coma*, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.

Figura 3

### Tipologia de freguesias com 6 classes



### Que ilações retirar desta segunda tipologia?

Em primeiro lugar, parece pelo menos prudente – senão mesmo aconselhável – evitar a leitura dicotómica que sublinha a pertinência analítica da oposição entre o país moderno e desenvolvido do litoral e o país tradicional e subdesenvolvido do interior (e ilhas). Na verdade, a situação é bastante mais complexa, conforme exemplificam as dinâmicas de evolução ocorridas na década de 90. Em termos genéricos, a “interioridade” (enquanto processo sócio-económico) estende-se até ao litoral em diversas áreas do país, assim como a “litoralidade” emerge em vários territórios do interior. O final do século XX parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias Norte/Sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa<sup>4</sup> e Porto<sup>5</sup>, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, parece legítimo afirmar – ou, pelo menos, colocar como hipótese – que a emergência desta situação mais complexa traduz uma maior maturidade dos processos de modernização da sociedade portuguesa. A articulação recorrente entre dinamismos positivos e áreas urbanas ou sob forte influência urbana parece confirmá-lo.

Em terceiro lugar, a geografia das dinâmicas territoriais observadas ao longo da década de 90 parece apontar para um país *espacialmente mais desequilibrado* – maior concentração de pessoas, actividades, competências e oportunidades numa parcela reduzida do território - *mas socialmente menos heterogéneo*, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização.

Finalmente, esta análise mais fina das dinâmicas territoriais efectuada numa óptica de trajectórias de desenvolvimento permite perceber em que medida os processos de transição para uma sociedade mais moderna e até “pós-moderna” se encontram em fases de maturação bastante distintas nas várias áreas do país. Embora apenas uma investigação mais ampla e profunda possibilite concretizar esta afirmação, os resultados obtidos são suficientemente claros para revelar, por exemplo, o avanço da região metropolitana de Lisboa em relação à do Porto ou, num outro patamar, do Alentejo em relação a Trás-os-Montes.

### Implicações para Investigações futuras

Dadas as limitações da análise efectuada, os comentários anteriormente expostos devem ser vistos mais como intuições do que como afirmações definitivas. Ainda assim, a linha interpretativa proposta parece ter um potencial de interesse suficientemente forte para justificar, desde já, a identificação de aspectos a serem valorizados em próximas investigações.

Por um lado, parece urgente a necessidade de olharmos para o país a partir de um novo mapa cognitivo, capaz de superar as limitações ou, até, as armadilhas das consagradas dicotomias Norte/Sul e litoral/interior.

Por outro lado, e justamente no contexto da construção desse novo mapa cognitivo, há temas que ganham uma relevância renovada ou até inesperada: o papel das cidades, a heterogeneidade dos processos de urbanização, o futuro dos espaços rurais de baixa densidade no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos, ou seja, aspectos decisivos para melhor perceber a evolução das várias territorialidades da sociedade contemporânea portuguesa.

Finalmente, e de um ponto de vista mais propositivo, importa esclarecer de que estamos realmente a falar quando nos referimos aos processos de convergência/divergência regional. A convergência ao nível da garantia de direitos básicos das sociedades modernas (o acesso universal a determinados serviços, por exemplo) deve constituir um imperativo nacional. Já a divergência que resulta da manutenção de alguns factores culturais diferenciadores pode ser positiva. E o agravamento de divergências associadas à emergência de aspectos inovadores é (temporariamente) inevitável. Um país mais homogéneo não é necessariamente melhor. Da mesma forma, um país internamente mais heterogéneo não traduz obrigatoriamente uma trajectória de desenvolvimento positiva. A década de 90 prosseguiu (culminou?) tendências anteriores que levaram a que Portugal se tornasse

um país espacialmente mais desequilibrado, mas socialmente menos diferenciado, situação típica do processo de consolidação da fase moderna das sociedades actuais. Que Portugal queremos no início do século XXI?

## Notas

<sup>1</sup> A informação utilizada foi gentilmente disponibilizada para este efeito pelo Instituto Nacional de Estatística (Departamento de Estatísticas Censitárias e da População). A Francisco Vala e Ana Silva, do Serviço de Estudos da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do INE, devo a preparação dos mapas incluídos neste texto.

<sup>2</sup> Foi utilizado, para este efeito, o pacote estatístico SPAD (*Système Portable d'Analyse des Données*). Agradeço a Fernando Honório a realização das análises efectuadas.

<sup>3</sup> Nunes, A. Sedas (1964), « Portugal, sociedade dualista em evolução », *Análise Social*, II (7-8), pp. 407-462.

<sup>4</sup> Área limitada *grosso modo* pelo arco Leiria – Abrantes – Évora – Sines.

<sup>5</sup> Área limitada *grosso modo* pelo arco Viana do Castelo – Braga – Aveiro.

<sup>6</sup> Para um maior aprofundamento desta perspectiva ver Ferrão, J. (1999), “As Geografias do País”, *Janus 1999-2000*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, pp.184-187 e Ferrão, J. (2002), “Portugal, Três Geografias em Recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais”, *Lusotopie*, 2002/2, pp. 151-158.



### Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral

#### **Autores: Fernando Simões Casimiro**

Director do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: [fernando.casimiro@ine.pt](mailto:fernando.casimiro@ine.pt)

#### **Paula Paulino**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: [paula.paulino@ine.pt](mailto:paula.paulino@ine.pt)

#### **Resumo:**

A comparação dos resultados censitários com outras fontes tem constituído, nos últimos anos, um dos temas preferenciais para muitos utilizadores de informação estatística e líderes de opinião. Neste sentido, este artigo confronta os dados do último Recenseamento da População e os constantes no Recenseamento Eleitoral, identificando os factores responsáveis pelas diferenças existentes; entre estes factores destacam-se os óbitos não eliminados e a não actualização da residência de facto no Recenseamento Eleitoral.

#### **Palavras Chave:**

Recenseamento da população, Censos 2001, Recenseamento eleitoral, Comparação de dados, Ficheiros administrativos.

#### **Abstract:**

Comparison between census data and other sources has been, in the last years, one of the preferred subjects among statistical users and opinion leaders. In this way, this paper compares last census data with data from electoral register, identifying responsible factors for the existing differences; key factors responsible for these differences are deaths not erased and persons with usual residence abroad but also enrolled in the Electoral register as resident in Portugal.

**Key-Words:** Population census, Census 2001, Electoral register, Data comparison, Administrative registers

### 2001 Census versus Electoral Register

## 1. Introdução

Com a disponibilização dos resultados dos recenseamentos da população, muitos utilizadores fazem a comparação dos dados censitários com os do recenseamento eleitoral e inferem que as diferenças para menos, sempre no recenseamento da população, correspondem a erros imputáveis a esta última operação estatística. Esta situação foi muito marcante em 1991; em 1981, apesar das diferenças verificadas, não houve muita contestação, talvez porque a sensibilização para a consistência entre fontes de dados ainda não fosse tão forte; em 2001, os resultados censitários foram bastante bem aceites, não havendo qualquer contestação assinalável, quer por parte das autarquias locais, quer por parte dos utilizadores mais atentos a estas matérias.

Apesar de tudo, as diferenças subsistem e vale a pena analisá-las, de forma crítica mas desapaixonada, de modo a aumentar o conhecimento partilhado e a ter consciência das causas que motivam essas diferenças, para atingir dois objectivos: evitar comparações de facto inconsistentes e sensibilizar quem de direito para as opções a tomar.

Em algumas comparações que se fazem entre várias fontes de dados há, por vezes, uma espécie de “atração fatal” pelos números maiores, com tudo o que isso representa de poder presumido e importância, esquecendo que determinadas fontes tendem a privilegiar a adição em detrimento da anulação; muitas vezes, pelo simples facto de que a anulação impõe um conjunto de procedimentos bastante mais exigente do que a adição.

Os utilizadores são os destinatários naturais e obrigatórios de qualquer produto estatístico e, enquanto tal, devem estar suficientemente habilitados com instrumentos que lhes permitam fazer as análises e retirar as conclusões tecnicamente fundamentadas, de modo que as acções decorrentes destas análises não falhem na fundamentação técnica. Assim, compete às instituições, envolvidas na produção de dados, disponibilizar os indicadores adequados de avaliação da qualidade dos respectivos dados de modo que a sua utilização seja feita com os cuidados adequados e garantam o melhor conhecimento possível sobre a consistência dos mesmos nas várias vertentes em que são utilizados.

É necessário ter em conta, e assumir definitivamente, que os resultados censitários deveriam tender para estar bastante próximos dos do recenseamento eleitoral. Contudo, não estão e também não é seguro que as diferenças existentes se mantenham ao nível actual ou baixem; o mais provável mesmo, é que aumentem se não forem adoptados, novamente, mecanismos extraordinários de verificação, à semelhança do que se fez na década anterior.

Embora estas duas fontes de dados se apoiem em metodologias de recolha relativamente diferentes, é um facto que o recenseamento eleitoral é um ficheiro administrativo e os sistemas estatísticos tendem cada vez mais a substituir a recolha directa de dados pela exploração de ficheiros administrativos com qualidade, no sentido de reduzir custos de produção e rentabilizar infra-estruturas já existentes. Por este facto, a atenção dada a este tipo de ficheiros está a crescer em todos os países europeus e também entre nós deve ser feito um esforço nesse sentido, sob pena de nos atrasarmos e continuarmos sempre à procura de justificações para as incompatibilidades entre fontes de dados que deveriam tender para valores semelhantes.

## 2. A Qualidade dos Censos 2001

A qualidade dos dados estatísticos já não é tão facilmente aceite quanto o era no passado. Há mais utilizadores, e mais críticos, envolvidos na utilização destes dados e há também outras fontes de dados que permitem verificar a consistência mútua.

Esta preocupação perpassa hoje os mais importantes sistemas estatísticos a nível mundial e a preocupação em medir a qualidade dos dados censitários estende-se, desde os EUA e Canadá, à Nova Zelândia, passando pelo Reino Unido, França, e Austrália.

Em Portugal, a primeira tentativa de realizar um inquérito de qualidade aconteceu em 1981, mas não foi possível levar esta operação até aos resultados finais, devido a alguma inexperiência e à elevada rotatividade dos recursos humanos envolvidos. Em 1991 voltou a insistir-se neste procedimento, mas apenas foi possível avaliar a qualidade da cobertura, devido a um “rigorismo técnico” que obrigava os entrevistadores do inquérito de qualidade a fazerem as entrevistas individuais apenas na presença dos respectivos entrevistados, o que levou a atrasos

significativos e à conseqüente necessidade de alterar este procedimento. Para 2001 havia fortíssimas razões para levar o inquérito de qualidade até às “últimas conseqüências”:

- O ganho de experiência anterior permitia evitar erros anteriormente cometidos e estruturar este inquérito em condições técnicas mais consistentes;
- Mercê da contestação que se verificou com os dados dos Censos 91, a demonstração da qualidade dos Censos 2001 era absolutamente fundamental e foi “elevada” a linha estratégica desta operação estatística;
- Como há sempre suspeitas quando se é “juiz em causa própria”, o INE associou-se a uma instituição universitária de reconhecido prestígio na área da estatística (ISEGI/UNL), de modo que todos os procedimentos metodológicos fossem acompanhados e verificados por esta instituição.

Os resultados finais da cobertura foram disponibilizados em todas as publicações dos resultados definitivos dos Censos 2001 e foi editada, também, uma publicação sobre o Inquérito de Qualidade que contém toda a descrição metodológica deste inquérito, bem como a análise dos resultados referentes à cobertura de cada unidade estatística e ao conteúdo das respectivas variáveis e modalidades.

De acordo com estes resultados pode verificar-se que a cobertura dos indivíduos residentes foi de 100,7%, o que indica que foram recenseadas mais 0,7% de pessoas residentes do que as que o deveriam ser. A variável nacionalidade tem um índice de consistência global de 98,58%, o que indica que esta mesma percentagem corresponde a respostas correctamente classificadas quanto à nacionalidade. Para a nacionalidade “só portuguesa” a diferença entre a estimação e os censos é de -0,72% o que indicia uma subavaliação, naquela percentagem, desta modalidade da nacionalidade nos Censos; para a modalidade “portuguesa e outra” da nacionalidade, a diferença entre a estimação e os censos é de 0,38%, o que indica que os Censos têm uma sobreavaliação desta modalidade, naquela mesma percentagem.

Já quanto aos resultados da qualidade sobre o grupo etário das pessoas com 18 ou mais anos o Índice de Consistência Global, que faz a comparação directa entre a resposta de um mesmo indivíduo na observação feita nos Censos 2001 e, posteriormente, no respectivo Inquérito de Qualidade, é de 99,59%; este valor indica que esta mesma percentagem de população foi correctamente classificada de acordo com este limite etário e a diferença dos valores entre a estimação e os Censos é de 0,16%, o que indicia haver uma leve sobreavaliação desta população, nos Censos e naquela percentagem.

Apenas nos referimos a estes indicadores, neste capítulo, por serem aqueles que mais se relacionam com a comparação que é objecto de análise no presente trabalho. Para um conhecimento mais exaustivo sobre a qualidade dos Censos 2001, sugerimos a consulta da publicação “Inquérito de Qualidade dos Censos 2001”.

### 3. O Princípio de Base

A convergência entre os dados censitários e eleitorais, para a população portuguesa e residente com 18 ou mais anos de idade, é um princípio de que partem muitos utilizadores e, obviamente, com razão porque todos os pressupostos técnicos e legais apontam nesse sentido. Os dados deviam aproximar-se e não ser necessariamente iguais, porque as comparações que são feitas utilizam dados com referências temporais levemente diferentes e, como tal, devem ressaltar algumas pequenas diferenças devidas a este facto. Por outro lado, seriam também de esperar pequenas diferenças devidas ao facto de serem utilizadas metodologias de recolha diferentes.

Então, vejamos quais são as características técnicas de cada uma destas fontes:

- No Recenseamento Eleitoral devem estar **obrigatoriamente inscritas** todas as pessoas vivas e residentes em território nacional, com 18 ou mais anos de idade; o local de inscrição deve ser na freguesia de residência e de acordo com o que consta no respectivo Bilhete de Identidade. Esta condição era regulada, em 2001, pela Lei 13/99, de 22 de Março, mas estava presente em todas as anteriores leis que regulavam o recenseamento eleitoral. A recolha de dados para inclusão no ficheiro depende da inscrição feita por cada pessoa; a eliminação de dados, quer seja por transferência de residência ou por morte depende de um acto meramente administrativo (comunicação da inscrição efectuada na nova

freguesia, para a transferência de residência, ou comunicação da conservatória do registo civil onde ocorreu o óbito, nos casos de morte do eleitor inscrito).

- Nos Censos 2001 devem estar, **obrigatoriamente recenseadas como residentes**, todas as pessoas que estavam vivas e que residiam em qualquer parte do território nacional no dia 12 de Março de 2001, independentemente de estarem presentes ou temporariamente ausentes (Decreto-Lei 143/2000 de 15 de Julho). O conceito de residência apoia-se no definido em recomendações internacionais, no sentido de que é o local onde a pessoa tem os seus haveres e passou a maior parte do tempo no último ano, o que o transforma num conceito de residência “de facto”. A recolha de dados foi executada, porta a porta, por recenseadores devidamente preparados e enquadrados para o efeito; o preenchimento dos questionários podia ser feito pelas pessoas de cada família ou pelo recenseador, nos casos em que tal não tivesse ocorrido na fase da recolha dos questionários.

Estamos perante duas fontes de dados que, embora com metodologias diferentes de recolha, assentam em pressupostos técnicos bastante semelhantes: a residência, a nacionalidade e a idade das pessoas. Contudo, uma é alimentada por um procedimento administrativo, transformando-a num ficheiro administrativo, enquanto a outra faz uma recolha de dados “actualizados” no sentido de que são dados reportados ao momento e sem qualquer vinculação ao suporte legal da identificação.

Quanto ao conceito de residência deve assinalar-se que, quer as normas de direito nacional quer as internacionais, designadamente as comunitárias, estabelecem que a residência deve ser sistematicamente actualizada para a “de facto” no sentido de evitar que uma pessoa seja dada como residente em mais do que um local do mesmo território. A importância destas normas assume um peso ainda maior no âmbito da UE, onde existem países que contam e caracterizam a sua população de formas completamente diferentes: uns utilizam recenseamentos clássicos, como Portugal, e outros (a maioria) utilizam ficheiros da população, nos quais não é expectável que um português lá residente não conste no respectivo ficheiro de população.

Convém também ter em conta que uma das funções fundamentais do recenseamento eleitoral é garantir a inscrição de cada cidadão, enquanto potencial votante em eleições. Assim, o único problema verdadeiramente grave no funcionamento deste ficheiro administrativo seria a presença pessoal de um eleitor numa mesa de voto, munido dos respectivos documentos identificativos (cartão de eleitor e bilhete de identidade) sem que o seu nome constasse do respectivo caderno eleitoral; nas restantes situações (inscrições não abatidas por qualquer razão) as consequências técnicas de desajustamento funcional do recenseamento eleitoral são bastante menos preocupantes, porque a sua principal função foi cumprida ao garantir o controlo da votação para todos os votantes efectivos em cada eleição.

Nos recenseamentos da população a função fundamental é contar e caracterizar a população de uma forma tão rigorosa quanto possível, razão pela qual as medidas de qualidade são um instrumento fundamental para garantir aquele objectivo.

O eventual desajustamento entre a residência eleitoral e a de facto, quando ambas nacionais, pode provocar algumas diferenças entre as duas fontes ao nível geográfico mais desagregado, mas no total nacional não tem efeito. Assim, as diferenças entre as duas fontes a nível nacional só deverá ser causada por erros de cobertura entre estas mesmas fontes de dados.

#### **4. Análise Comparativa**

A análise que se apresenta neste capítulo utiliza a desagregação geográfica de distrito e região autónoma, por ser esta a que permite uma agregação de municípios mais próxima do modelo eleitoral e também porque os distritos são estruturas presentes no mapa eleitoral e bastante mais conhecidas do que as NUTS III. De qualquer forma os dados estão disponíveis até ao nível de freguesia, pelo que podem ser utilizadas outras formas de agregação geográfica.

Esta análise comparativa utiliza valores nacionais e distritais e não pressupõe, necessariamente, que não haja erros em ambas as fontes a um nível de desagregação específico, sobretudo nos níveis mais desagregados como seja o município ou a freguesia. Apenas se apoia no pressuposto de que nos níveis de desagregação mais elevados é muito provável que os eventuais erros por defeito de uma unidade possam ser compensados por erros por excesso noutras unidades geográficas. A verificação mais exaustiva e mais fundamentada das inconsistências entre as duas fontes implicaria que se fizesse uma análise ao nível da comparação de dados das duas fontes

para cada pessoa observada em cada uma delas, suportada pela verificação, no terreno, das situações em que não havia coincidência de dados. Contudo, tal não parece possível actualmente, pelo que se avança para uma análise comparativa dos dados disponíveis, enquanto valores agregados.

Uma segunda limitação, relaciona-se com a data de referência dos dados. Os dados do recenseamento eleitoral considerados nesta análise e fornecidos pelo STAPE - Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral - têm como data de referência 31 de Dezembro de 2000 e referem-se apenas aos cidadãos portugueses residentes no país. A informação dos Censos 2001 refere-se ao dia 12 de Março de 2001 – momento censitário. De modo a que a comparação fosse possível, nos Censos 2001 apenas foi considerada a população residente com 18 ou mais anos de nacionalidade portuguesa e de dupla nacionalidade (portuguesa e outra).

#### 4.1 Uma questão antiga

O recenseamento eleitoral, cuja base remonta a 1979, apresentava em 1981, ano de recenseamento da população, um total de 7 098 492 eleitores, tendo os censos apurado 6 745 117 indivíduos de nacionalidade portuguesa com 18 ou mais anos de idade. Assim, e passados apenas dois anos sobre a base do recenseamento eleitoral a diferença entre o recenseamento eleitoral e o recenseamento da população já era de -5%.

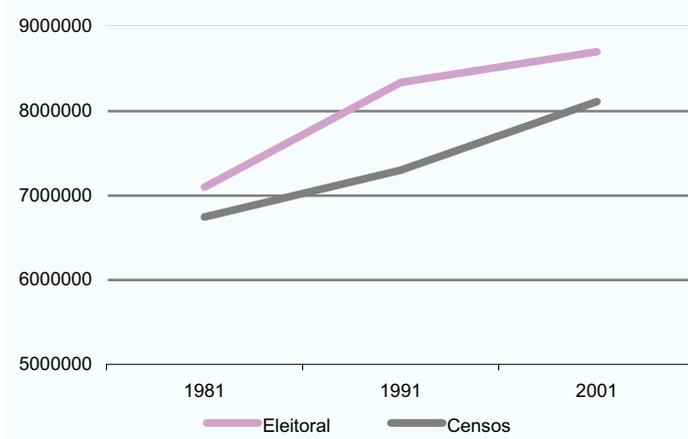
Dez anos mais tarde o recenseamento eleitoral registava 8 341 192 eleitores, enquanto os Censos 91 recensearam 7 300 476 portugueses com 18 ou mais anos, traduzindo-se assim numa diferença de -12,5% entre as duas fontes, não considerando a correcção decorrente da taxa de cobertura dos indivíduos residentes nos Censos 91.

Em 2001, a variação absoluta dos dados dos Censos 2001 relativamente ao Recenseamento Eleitoral é de -592 143 indivíduos, que se traduz numa variação relativa de -6,8%.

A redução, na última década, da diferença entre as duas fontes, de 12,5% para 6,8%, relaciona-se em certa medida com o processo de Actualização Extraordinária das Inscrições no Recenseamento Eleitoral (Lei n.º 130-A/97, de 31 Dezembro) que veio eliminar cerca de 443 000 inscrições, ou seja, cerca de 5% do universo eleitoral. Deve também ter-se em conta que os Censos 1991 tiveram uma taxa de cobertura da população residente de cerca de 99%, enquanto nos Censos 2001 essa mesma taxa de cobertura foi de 100,7%, o que ajuda a enquadrar melhor estas diferenças, no pressuposto de que os erros de cobertura se tenham distribuído de forma aproximadamente uniforme e proporcional entre os vários grupos etários relevantes.

Figura 1

#### Evolução da população inscrita no recenseamento eleitoral e da população residente portuguesa com 18 ou mais anos recenseada pelos Censos, 1981 - 2001

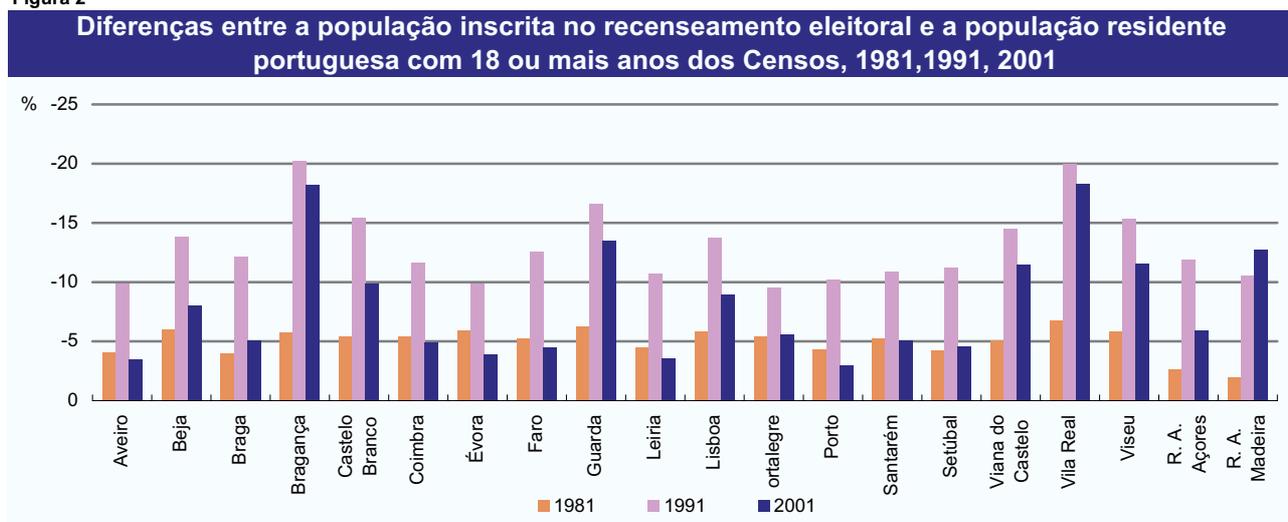


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, STAPE, Recenseamentos Eleitorais

A diferença entre estas duas fontes, a nível distrital, apresenta uma distribuição bastante heterogénea. Entre 1981 e 1991, de acordo com a figura 2, todos os distritos registam um aumento significativo da diferença, sobressaindo os distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e as regiões autónomas, com os maiores crescimentos dessa diferença. Ora, o que existe em comum entre a maioria destes distritos é que se trata de regiões interiores e de forte origem emigratória; o distrito de Viana do Castelo, embora não seja interior, foi origem de fortes correntes migratórias tanto externas como internas um pouco à semelhança do que se passou com as regiões autónomas; numa análise efectuada recentemente pelo INE sobre as taxas de emigração externa desde 1960 até 1988 (data a partir da qual deixou de existir o registo administrativo da emigração), verifica-se que tanto o distrito de Viana do Castelo como os Açores têm taxas sistematicamente mais elevadas do que a média nacional entre 1960 e 1984.

Na última década, assistiu-se a uma redução generalizada da diferença Eleitoral/Censos, com excepção da Região Autónoma da Madeira, embora as maiores diferenças continuem localizadas nos mesmos distritos que já sobressaíam por esse motivo na variação da década anterior.

Figura 2



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, STAPE, Recenseamentos Eleitorais

Embora actualizado anualmente pelas comissões recenseadoras até 1998 e, a partir desse ano, através da actualização extraordinária e do sequente processo de actualização mensal corrente, o recenseamento eleitoral acumulou, ao longo de 20 anos, um conjunto de imperfeições, onde se destacavam as duplas inscrições, o não abatimento de óbitos e das mudanças de residência com destino ao estrangeiro.

Se analisarmos o número de óbitos da população portuguesa com 18 ou mais anos, registados nas estatísticas demográficas, baseados nas informações das conservatórias do registo civil, e os óbitos eliminados pelas comissões recenseadoras, encontramos uma discrepância sistemática no sentido da subavaliação dos óbitos no recenseamento eleitoral.

Quadro 1

**Óbitos da população portuguesa com 18 ou mais anos, 1990-1998**

Ano	INE - Estatísticas Demográficas	Recenseamento eleitoral	Diferença
1990	100505	76856	23649
1991	101713	84504	17209
1992	98892	81287	17605
1993	104279	91827	12452
1994	97703	84602	13101
1995	102207	81904	20303
1996	105587	85418	20169
1997	103597	87914	15683
Total	814483	674312	140171

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e STAPE Recenseamentos Eleitorais

O quadro 1 permite verificar que, em oito anos, se acumularam cerca de 140 000 óbitos não eliminados, obviamente no pressuposto de que todos estes cidadãos estariam inscritos nos cadernos eleitorais. Contudo, também não existe suficiente evidência de que a taxa de não inscrição da população mais idosa, e como tal, com maior probabilidade de fazer parte daqueles óbitos, seja suficientemente significativa, sobretudo devido ao impacto político da inscrição no recenseamento eleitoral nos primeiros anos pós-25 de Abril e ao forte empenhamento político verificado em alguns actos eleitorais depois de 1979.

Antes de 1990 e a partir de 1997 não existem dados disponíveis sobre as eliminações efectuadas por óbito no recenseamento eleitoral.

O fenómeno migratório explica também parte do excesso de eleitores face à população apurada pelos Censos. Ainda que incorrectamente, muitos emigrantes não temporários continuam recenseados em Portugal; o número de eleitores recenseados nos círculos estrangeiros (186 577), é demasiado baixo para ser aceitável como minimamente representativo dos portugueses que residem no estrangeiro e que para lá poderão ter emigrado depois de 1979 com idade igual ou superior a 18 anos e mantêm a nacionalidade portuguesa.

Embora a recolha destes dados actualizados não seja muito fácil, uma vez que ainda não se encontram disponíveis os quadros internacionais das operações censitárias do início desta década, procurámos verificar os dados oficiais de alguns países europeus que foram destinos importantes da emigração portuguesa, designadamente durante as últimas décadas.

Quadro 2

Portugueses inscritos no recenseamento eleitoral de alguns círculos estrangeiros e Portugueses residentes nesses países, 2001					
	Portugueses inscritos nos círculos eleitorais estrangeiros	Portugueses residentes no estrangeiro	Portugueses residentes no estrangeiro com 18 ou mais anos	% de Inscritos	Notas sobre o modelo utilizado para estimar a população portuguesa aproximada ao grupo etário de 18 ou mais anos, em virtude de não se encontrar disponível
Espanha	3 328	42 634	39 559	8,4	Considerada a população com 16 ou mais anos Aplicada a estrutura etária do total da População Estrangeira residente em França
França	71 243	454 488	426 310	16,7	
Luxemburgo	2 123	58 657	40 110	5,3	Considerada, apenas, a população com 20 ou mais anos Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos
Alemanha	13 403	132 314	?	?	Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos (MNE Portugal)
Bélgica	1 732	38 000	?	?	Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos (MNE Portugal)
Holanda	1 013	9 230	?	?	Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos (MNE Portugal)
Reino Unido	1 525	80 000	?	?	Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos (MNE Portugal)
Suiça	5 765	136 246	?	?	Não foi possível encontrar um ponderador para a população com 18 ou mais anos

Fonte: Dados disponíveis nos sites estatísticos dos respectivos países ou através do MNE português

Assim, como podemos observar no quadro 2, dos oito destinos europeus analisados, verifica-se que a percentagem estimada e mais elevada de inscritos (16,7%) se encontra em França; nos outros dois destinos, com estimativas da população eleitoral, os inscritos nos cadernos eleitorais locais têm valores muito reduzidos (5,3% no Luxemburgo e 8,4% em Espanha); nos restantes destinos, com excepção da Alemanha, a população com inscrição eleitoral representa uma parte demasiado pequena da população lá residente, sendo de supor que ou não está inscrita ou não alterou a residência eleitoral.

Assim, parece-nos que as alterações de residência que têm como destino o estrangeiro, e às quais não correspondem uma inscrição na comissão recenseadora do consulado/embaixada e o respectivo abate na freguesia de origem, serão uma das duas causas que mais contribuem para as diferenças encontradas no total do país.

Um outro indicador importante para testar os efeitos da actualização corrente e extraordinária dos cadernos eleitorais é a evolução da taxa de abstenção e a sua comparação com o stock de inscritos nos cadernos

eleitorais. Obviamente que temos consciência do efeito de distorção que a motivação dos eleitores, para votar em cada eleição dos dois tipos analisados (legislativas e autárquicas), pode provocar nesta análise comparativa entre a evolução das três realidades. Contudo, também não parece razoável admitir que a evolução praticamente constante das taxas de abstenção seja maioritariamente devida ao desinteresse dos eleitores nestes dois tipos de eleições.

Era também natural esperar que esta taxa reflectisse, de uma forma razoavelmente acentuada, o efeito, sobretudo, da actualização extraordinária.

Contudo, analisando as taxas de abstenção das eleições legislativas (Figura 3A) durante os últimos 20 anos, assistimos a um crescimento contínuo até às eleições de 1999 e um muito ligeiro decréscimo nas eleições ocorridas em 2002. Relativamente às eleições autárquicas (Figura 3B), a taxa de abstenção aumenta até 1989, existe um decréscimo em 1993 e volta a aumentar em 1997, mantendo-se um valor idêntico para 2001.

Figura 3A

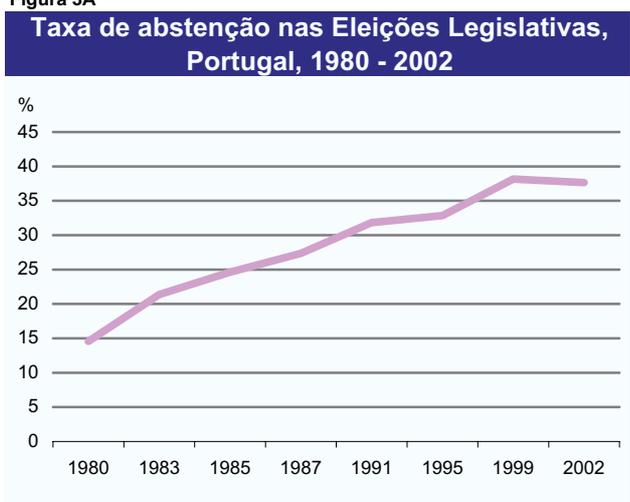
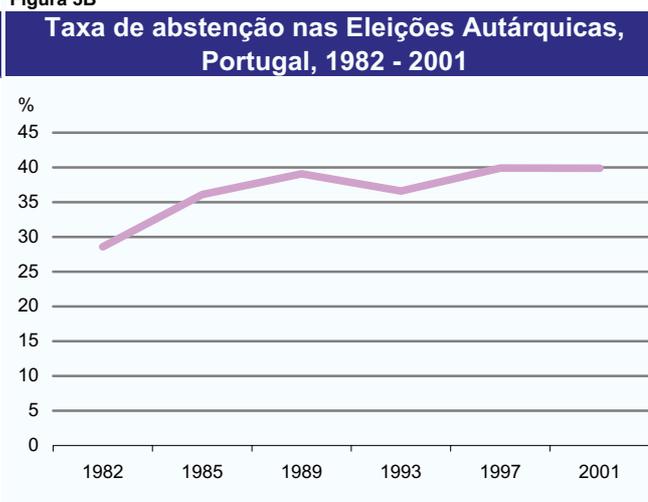


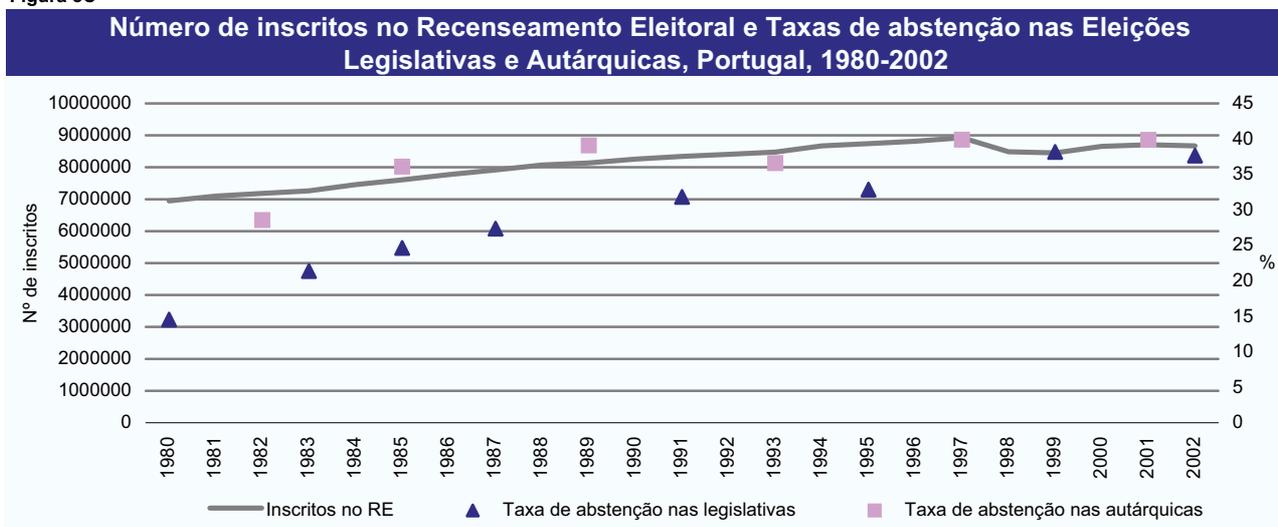
Figura 3B



Fonte: STAPE, Resultados Eleitorais

Sabendo que a abstenção é o resultado de uma série de condicionantes, podemos no entanto constatar que a redução do número de eleitores, efectuada no recenseamento eleitoral em resultado da actualização extraordinária de 1998, não se repercute na diminuição da taxa de abstenção.

Figura 3C



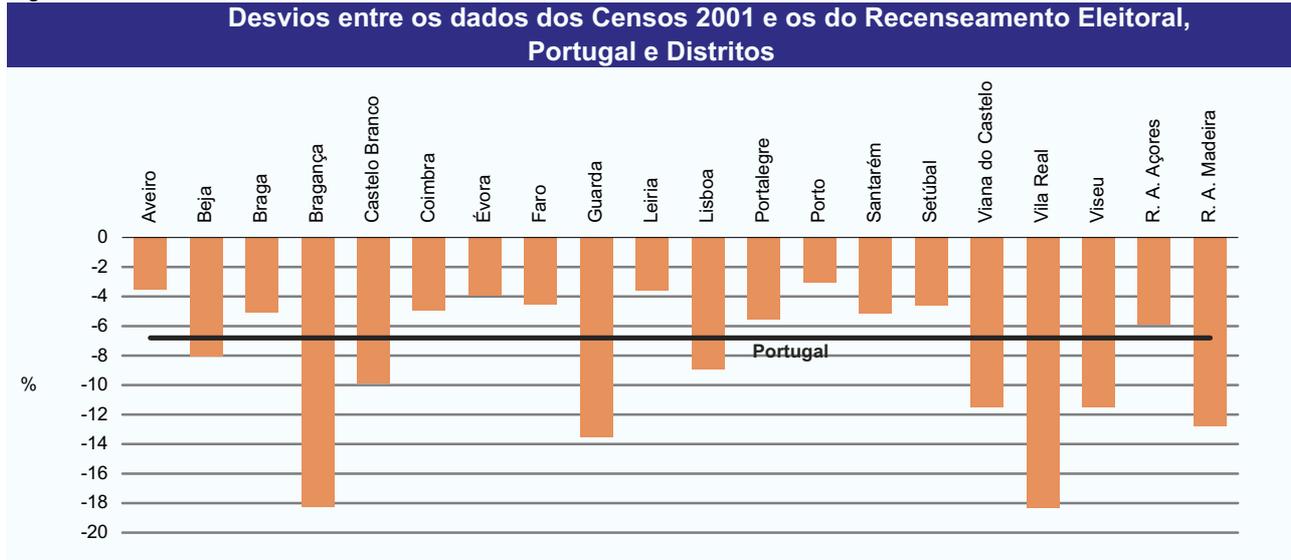
Fonte: STAPE, Recenseamentos e Resultados Eleitorais

A associação das taxas de abstenção à evolução do stock eleitoral, como se pode verificar no gráfico 3C também dá uma ideia da grande aproximação que existe na evolução destes três fenómenos, sendo expectável que a actualização extraordinária apenas conseguiu abrandar o crescimento da taxa de abstenção, se não forem tomadas outras medidas extraordinárias no futuro.

#### 4.2 Análise Recenseamento Eleitoral / Censos 2001

A diferença encontrada entre os Censos 2001 e o recenseamento eleitoral é de -6.8%, para o total do País, o que significa que esta diferença, apesar da actualização extraordinária referida, ainda se mantém superior à verificada em 1981 (-5,0%); no entanto, a nível distrital esta diferença distribui-se de forma bastante heterogénea.

Figura 4



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001 e STAPE, Recenseamento Eleitoral, Dezembro 2000

Os desvios mais significativos verificam-se em Vila Real e Bragança com desvios superiores a -18%, e na Guarda, R.A. da Madeira, Viana do Castelo e Viseu com desvios entre os -11,5 e os -13,5%. De notar que continuam a ser os distritos maioritariamente do interior que apresentam desvios mais elevados. Em contrapartida, os menores desvios registam-se nos distritos do Porto, Aveiro, Leiria e Évora com as diferenças a não ultrapassarem os -4%.

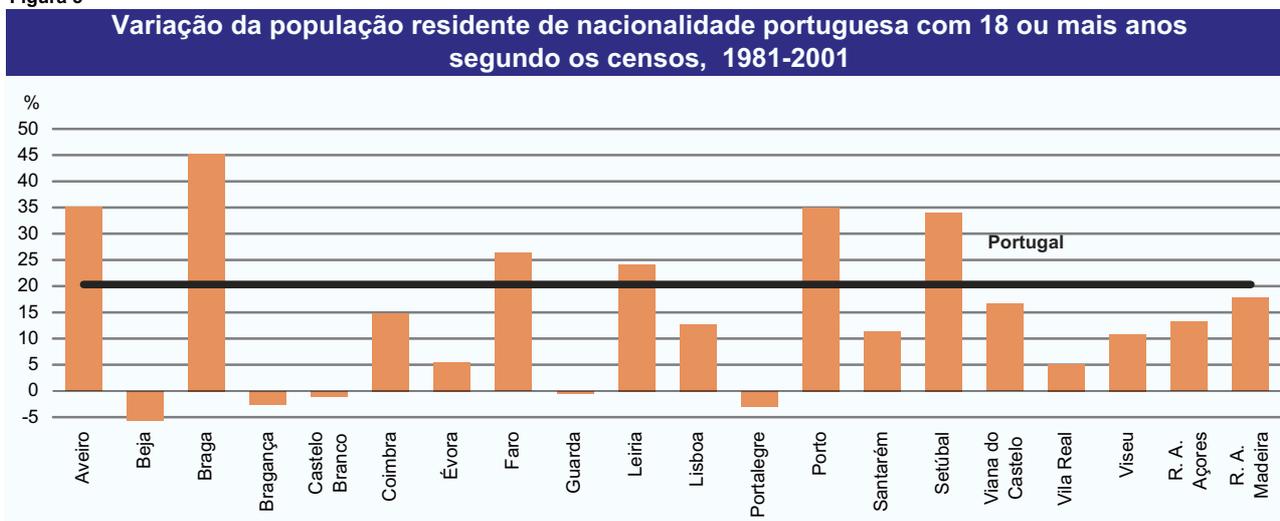
Quadro 3

<b>População inscrita no recenseamento eleitoral e população residente portuguesa com 18 ou mais anos, diferenças absolutas e diferenças relativas por distrito, 2003</b>				
	Recenseamento Eleitoral	Censos 2001	Diferença Absoluta	Diferença Relativa
Portugal	8705570	8113427	-592143	-6,8
Aveiro	575871	555677	-20194	-3,5
Beja	143402	131904	-11498	-8,0
Braga	660120	626809	-33311	-5,0
Bragança	149562	122307	-27255	-18,2
Castelo Branco	191476	172577	-18899	-9,9
Coimbra	378250	359609	-18641	-4,9
Évora	147604	141828	-5776	-3,9
Faro	316508	302231	-14277	-4,5
Guarda	170371	147383	-22988	-13,5
Leiria	377805	364210	-13595	-3,6
Lisboa	1826697	1664075	-162622	-8,9
Portalegre	111017	104854	-6163	-5,6
Porto	1424038	1381341	-42697	-3,0
Santarém	388955	369058	-19897	-5,1
Setúbal	648233	618460	-29773	-4,6
Viana do Castelo	226493	200538	-25955	-11,5
Vila Real	219073	178931	-40142	-18,3
Viseu	352301	311743	-40558	-11,5
R. A. Açores	187242	176210	-11032	-5,9
R. A. Madeira	210552	183682	-26870	-12,8

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001 e STAPE, Recenseamento Eleitoral, Dezembro 2000

Mas se confrontarmos os desvios dos Censos 2001, em relação ao recenseamento eleitoral, com as variações de população residente, verificamos que os distritos que apresentam desvios mais significativos são exactamente aqueles onde a população residente entre 1981 e 2001 cresceu menos ou mesmo diminuiu, como se pode verificar pela comparação entre as figuras 4 e 5.

Figura 5



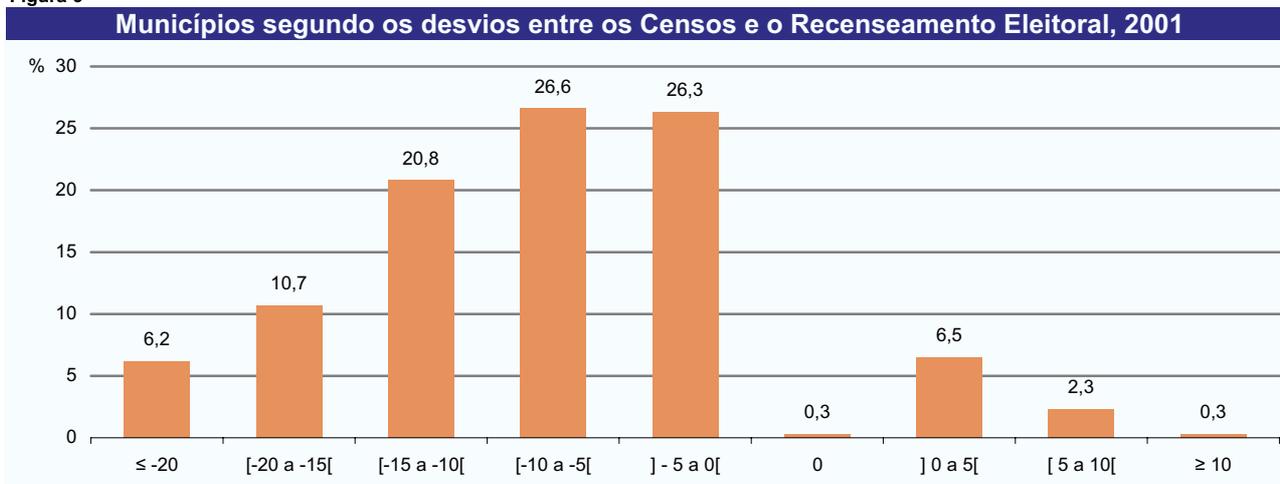
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981 e 2001

Comparando a variação da população residente de nacionalidade portuguesa com 18 ou mais anos e os desvios constantes na figura 3, podemos verificar que os distritos com os desvios mais elevados, (Vila Real, Bragança e Guarda) apresentam uma variação da população entre 1981 e 2001 negativa ou um crescimento muito pequeno.

A análise a nível concelhio vem revelar, por um lado, uma maior amplitude de desvios e, por outro, desvios em ambos os sentidos. De facto, dos 308 municípios existentes à data dos Censos 2001, 90,6% apresentam diferenças por defeito entre o valor dos Censos e o constante no recenseamento eleitoral, enquanto 9,1% registam diferenças por excesso. Existe um município - Corvo - onde a diferença é nula.

A figura 6 permite analisar de forma mais detalhada a distribuição dos municípios de acordo com os desvios existentes. De realçar que mais de metade dos municípios (52,9%) apresenta desvios entre 0 e -10%.

Figura 6

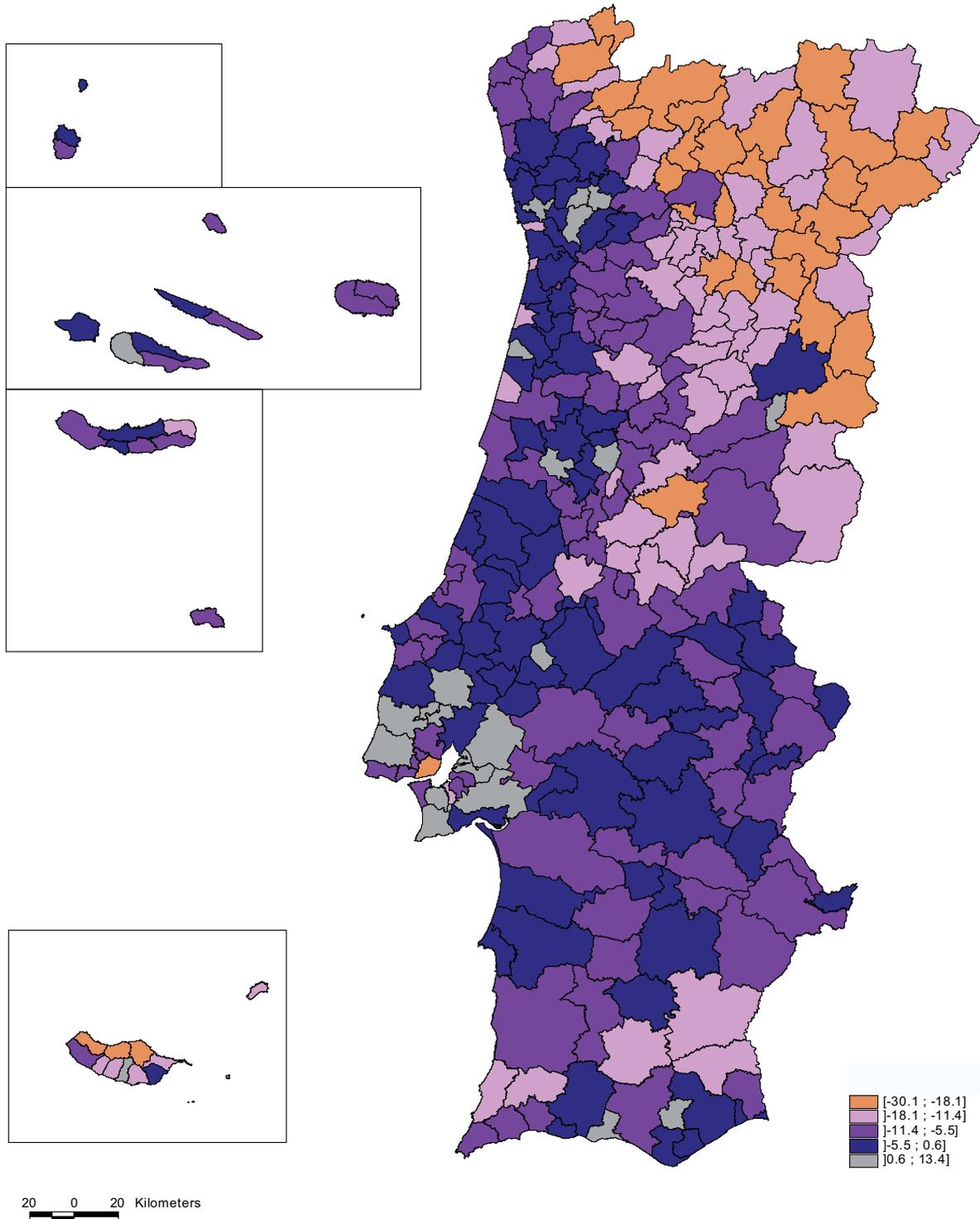


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001 e STAPE, Recenseamento Eleitoral, Dezembro 2000

Na distribuição geográfica, destaca-se uma concentração dos desvios mais negativos no norte interior do Continente, embora toda a faixa interior do país tenda para desvios negativos mais acentuados do que o litoral, sobretudo no Norte e Centro do país. Por oposição, os municípios que apresentam maiores desvios positivos situam-se na Área Metropolitana de Lisboa e alguns municípios circundantes.

Figura 7

Distribuição geográfica dos desvios entre os Censos 2001 e o Recenseamento eleitoral, 2001



Analisando a dinâmica demográfica dos municípios, nomeadamente a variação da população residente na última década, podemos constatar que, aos municípios que apresentam maiores diferenças relativas por defeito, estão associados, na generalidade dos casos, decréscimos no número de residentes portugueses com 18 ou mais anos.

Procurámos concentrar um pouco mais a atenção nos 20 municípios que têm as maiores e as menores diferenças relativas entre as duas fontes (quadros 4 e 5). Tanto numa como na outra situação, as diferenças relativas têm de ser sistematicamente compensadas com ganhos desproporcionados de população.

Quadro 4

População inscrita no recenseamento eleitoral e população residente portuguesa com 18 ou mais anos, diferença relativa, e variação da população 1991-2001 por município				
Os 20 municípios com as maiores diferenças relativas por defeito				
Municípios	Recenseamento Eleitoral	Censos 2001	Diferença relativa	Varição da população(1) 1991-2001
Montalegre	14976	10473	-30,1	-9,0
Vimioso	6271	4528	-27,8	-6,2
Boticas	7292	5279	-27,6	-11,3
Vinhais	12418	9071	-27,0	-7,1
Porto Moniz	3064	2253	-26,5	-4,0
Vila Pouca de Aguiar	16151	11990	-25,8	-1,3
Valpaços	21373	15958	-25,3	-4,2
Murça	7214	5507	-23,7	3,8
Oleiros	7530	5804	-22,9	-8,1
Ribeira de Pena	7564	5833	-22,9	-1,9
Santa Marta de Penaguião	8862	6958	-21,5	-2,0
Macedo de Cavaleiros	17818	14089	-20,9	2,0
Sernancelhe	6190	4899	-20,9	-2,7
Terras de Bouro	8276	6550	-20,9	-1,7
Arcos de Valdevez	25837	20500	-20,7	2,2
Meda	6546	5197	-20,6	-9,2
Carraceda de Ansiães	7992	6363	-20,4	-8,0
Lisboa	584130	465994	-20,2	-12,2
Melgaço	10756	8592	-20,1	-1,6
Sabrosa	7027	5636	-19,8	3,4

(1) População de nacionalidade Portuguesa e dupla nacionalidade - portuguesa e outra com 18 ou mais anos

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001 e STAPE, Recenseamento Eleitoral, Dezembro 2000

Por outro lado, para os municípios onde as diferenças por excesso são mais significativas encontramos crescimentos da população bastante elevados.

Quadro 5

População inscrita no recenseamento eleitoral e população residente portuguesa com 18 ou mais anos, diferença relativa, e variação da população 1991-2001, por municípios				
Os 20 municípios com as maiores diferenças relativas por excesso				
Municípios	Recenseamento Eleitoral	Censos 2001	Diferença relativa	Varição da população 1991-2001
Condeixa-a-Nova	11039	12519	13,4	21,5
Palmela	39638	42131	6,3	27,2
Sintra	251135	266815	6,2	37,5
Mafra	39673	42081	6,1	26,6
Seixal	106851	113100	5,8	35,1
Lousada	30668	32366	5,5	26,2
Sobral de Monte Agraço	6747	7114	5,4	27,9
Maia	89153	93571	5,0	37,9
Benavente	17311	18078	4,4	30,7
Albufeira	21544	22419	4,1	47,8
Arruda dos Vinhos	8042	8367	4,0	14,4
Alcochete	9917	10308	3,9	32,2
Madalena	4652	4808	3,4	7,8
Paços de Ferreira	37914	39022	2,9	29,3
Alpiarça	6513	6674	2,5	9,1
Câmara de Lobos	22865	23333	2,0	23,7
Sesimbra	28896	29384	1,7	42,6
Lousã	12374	12570	1,6	23,0
Belmonte	6042	6133	1,5	5,4
Alenquer	30467	30895	1,4	17,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001 e STAPE, Recenseamento Eleitoral, Dezembro 2000

Assim, não sendo possível determinar uma relação directa entre o valor das diferenças concelhias e a variação da população residente, podemos suspeitar que estas diferenças reflectem a não actualização das alterações de residência que ocorrem a nível interno, dando indicações que, por vezes, o local de residência habitual não corresponde ao domicílio eleitoral.

## 5. Porque não tendem os valores a estar próximos?

Face aos resultados das análises anteriores, parece-nos que a incompatibilidade entre os dados censitários e os eleitorais, em 2001, se devem sobretudo às seguintes razões:

- Pessoas que migraram, mas continuam inscritas, no recenseamento eleitoral, como residentes numa morada diferente da “de facto”;
- Inscrições de pessoas já falecidas que, por vários motivos, não terão sido eliminadas.

Mas não existe evidência suficiente sobre qual destas causas tem mais peso. Nas migrações, é provável que as feitas com destino ao estrangeiro tenham um peso significativo, mas também é provável que as internas contribuam para este fenómeno devido a eventuais limitações técnicas com inscrições mais antigas e com prova documental diferente do bilhete de identidade.

Embora Portugal seja hoje um país de imigração e as primeiras gerações de emigrantes europeus estejam cada vez mais velhas, o que pode provocar o retorno ou a eliminação por avanço na idade, o fluxo de saídas ainda continua a ser suficientemente forte para manter estes desajustamentos; a média anual dos últimos três anos completos (2000, 2001 e 2002) foi de 6422 saídas permanentes e 16671 saídas temporárias, mas o último ano tem valores significativamente elevados em relação àquela média (8813 saídas permanentes e 18545 saídas temporárias). Assim, não parece previsível que esta sobreavaliação de residentes eleitorais tenda a reduzir-se. Uma possível solução passa por negociar, no âmbito da UE, um instrumento legal que obrigue o país receptor de um imigrante europeu, com registo administrativo de residência, a informar o país de origem desse facto, juntando para tal os elementos identificativos suficientes para regularizar a situação no país de origem. Não se trata de qualquer ideia que já não esteja implementada exactamente em países europeus que pertencem hoje à UE, mas que a implementaram há bastante mais tempo: Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega. Caso contrário, dentro de algum tempo vai seguramente existir uma faixa da população que conta como residente em vários países, pelo simples facto de que está inscrita nos respectivos ficheiros administrativos de população. Ainda que o stock desta população não seja suficientemente forte para afectar significativamente a estimação da população europeia, seguramente que a estimativa dos saldos migratórios, na ausência de recenseamentos clássicos da população, vai ser uma tarefa bastante mais complicada.

Quanto aos óbitos não eliminados, a solução parece ser um pouco mais simples, se não se deixar alimentar os falsos eleitores por esta via; ou seja, o mecanismo passa por deixar que estas inscrições atinjam idades tão inverosímeis (excesso, demograficamente inconsistente, de população acima de um determinado limite etário, à semelhança aliás do que aconteceu, na segunda fase da revisão extraordinária, com a população acima dos 99 anos de idade) para fazer uma verificação adicional e eliminá-los do ficheiro. Contudo, desde 1997 que não é disponibilizada informação sobre as eliminações por óbito, o que não permite verificar a relação entre estas eliminações e os óbitos de população residente com 18 ou mais anos, verificados em cada ano.

## 6. Conclusões

Os ficheiros administrativos constituem um recurso cada vez mais importante para a gestão racional de um país e, por isso, devem tender para um grau de fiabilidade bastante elevado que lhes permita funcionar como elemento de referência para a produção de outras informações.

Tendo presente o elevado risco de incompatibilidade de resultados entre o recenseamento eleitoral e outras fontes, designadamente o recenseamento da população, quando se procedeu à última actualização extraordinária do recenseamento eleitoral muitos utilizadores foram da opinião que se deveria avançar para um recenseamento eleitoral de base zero, investindo, de facto, numa base de dados informatizada e melhor controlada, mas sobretudo garantindo condições de inscrição a todos os cidadãos efectivamente residentes em Portugal. Sendo o

recenseamento eleitoral um acto cívico e obrigatório, podiam ser utilizados mecanismos financeiros de apoio directo às situações mais difíceis de aproximação da comissão eleitoral aos respectivos cidadãos e introduzir também algumas obrigações indexadas a serviços prestados pelo Estado. Esta situação já não é novidade em Portugal, pelo menos desde que se instituiu o estacionamento pago nas cidades e os cidadãos com residência eleitoral nessas zonas têm direito a estacionamento gratuito nessas áreas; mas, à semelhança do que já existe noutros países da UE, poderiam introduzir-se outras medidas de “estímulo” que poderiam passar pelo seguinte, quanto à necessidade de prova de inscrição no recenseamento eleitoral:

- Na inscrição na universidade;
- Na inscrição ou manutenção de inscrição no centro de saúde;
- Junto com a prova de vida para recebimento de pensões;

Não é razoável que os utilizadores estatísticos fiquem sistematicamente confrontados com incongruências entre dados provenientes de fontes administrativas e outras fontes, designadamente as estatísticas, quando se pode fazer algum esforço no sentido de as compatibilizar e conseguir uma rentabilização de custos bastante mais eficaz do que a que tem existido até ao momento.

## **Bibliografia**

CASIMIRO, Fernando (1996) - Towards a strategy of using administrative files for the production of demographic and social statistics, *The Future of European Social Statistics*, EUROSTAT

INE, Recenseamentos Gerais da População de 1981, 1991 e 2001 – Resultados Definitivos

MACHADO, P. (1999) – “O universo eleitoral português em números. Uma velha questão revisitada”, *Revista Eleições*, nº 5, STAPE, Lisboa

STAPE, Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral – Recenseamento Eleitoral (desde 1979 a 2000)



### **As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos**

**Autora: Cristina Gonçalves**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: [cristina.goncalves@ine.pt](mailto:cristina.goncalves@ine.pt)

**Resumo:**

Este artigo apresenta uma breve análise da evolução das famílias institucionais e das convivências no período intercensitário 1991-2001, explorando algumas das características socio-demográficas e económicas das pessoas idosas a residir em convivências de apoio social, saúde e religiosas.

**Palavras-Chave:**

Famílias institucionais, Convivências, Pessoas idosas.

**Abstract:**

This paper analyses the evolution of institutional households and institutions in the intercensal period of 1991 and 2001, exploring some socio-demographic and economic characteristics of the older persons living in social support, health and religious institutions.

**Key-words:**

Institutional households, Institutions, Older persons.

**Older Persons on Institutional households based on population Censuses**

## Introdução

As transformações na estrutura demográfica, que conduzem ao processo irreversível do envelhecimento demográfico, constituem tema de inúmeros trabalhos de investigação e estão na base das mais diversas medidas de política social.

O aumento generalizado das pessoas idosas, e, especialmente, das pessoas muito idosas, nos países industrializados, levanta questões actuais relativamente às suas necessidades específicas, aos cuidados a prestar, bem como ao contexto familiar em que se inserem.

Os cuidados aos idosos (formais e informais), assumem actualmente um papel importante, quer no que respeita ao levantamento da situação existente, quer em termos de medidas de intervenção na esfera da política social.

Este tema tem sido, aliás, objecto de diversos estudos recentes, designadamente em termos comparativos internacionalmente<sup>1</sup>. As organizações internacionais, por seu turno, têm-se esforçado por apresentar recomendações tendo em vista uma maior qualidade de vida das pessoas idosas. Neste domínio, refira-se o conceito de *envelhecimento activo* emanado da Organização Mundial de Saúde, em 1997, sugerido como ponto de partida para as medidas de política social nos diversos Estados. Do mesmo modo, o Plano de Acção sobre o Envelhecimento – Madrid 2002, adoptado na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento das Nações Unidas, que, acompanhado pela respectiva Declaração Política, reúne uma série de recomendações e compromissos no sentido de promover o bem estar social dos idosos.

O aumento crescente da actividade profissional entre as mulheres, tradicionalmente prestadoras dos cuidados informais, a complexidade das sociedades modernas e o progressivo aumento das pessoas idosas, levaram a uma procura maior das instituições prestadoras de cuidados formais. O aumento de equipamentos de carácter social, nos sistemas público e privado, e especificamente os que se destinam às pessoas idosas, são prova de tal facto<sup>2</sup>.

O progressivo aumento do envelhecimento demográfico, resultante do acréscimo da esperança média de vida e da diminuição dos níveis de fecundidade, resultou na situação actual em que a proporção da população idosa (com 65 ou mais anos) ultrapassa a da população jovem (com menos de 15 anos), não se prevendo uma alteração significativa desta situação, a médio ou a longo prazo.

Entre 1991 e 2001, o índice de envelhecimento<sup>3</sup> elevou-se de 68 para 102 idosos por cada 100 jovens, prevendo-se que atinja os 243 em 2050, de acordo com o cenário base das projecções de população residente em Portugal, recentemente divulgadas<sup>4</sup>.

Os Recenseamentos da População e Habitação, não constituindo a fonte de informação privilegiada neste domínio, apresentam a vantagem da comparabilidade no espaço e no tempo, permitindo estabelecer uma evolução do número de pessoas institucionalizadas e respectivas características.

Assim, o objectivo deste trabalho é o de contribuir para o estudo sobre cuidados formais aos idosos e conhecer algumas das características dos que se encontram institucionalizados. Estrutura-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se a evolução das convivências e das famílias institucionais entre os dois últimos Recenseamentos da População (1991 e 2001). A segunda assenta na análise específica da população idosa a viver em algumas famílias institucionais de carácter social. Para o efeito, seleccionaram-se as convivências de apoio social, religiosas e saúde, não só pela importância relativa de idosos que acolhem mas, sobretudo, por habitualmente reunirem préstimos de cariz social, afectivo, psicológico e médico.

O grupo alvo da segunda parte deste estudo, ou seja, as pessoas idosas a residir em convivências de apoio social, religiosas e de saúde, representava, em 2001, 57% do total da população a viver em famílias institucionais no conjunto das convivências. Entre as instituições analisadas referem-se alguns aspectos comuns, mas salientam-se algumas características específicas.

Deve ter-se presente que os diminutos efectivos que algumas variáveis assumem, nomeadamente o número de famílias institucionais e alojamentos colectivos em algumas das regiões, aconselham uma interpretação cuidadosa dos respectivos indicadores.

## 1. Evolução das famílias institucionais 1991-2001

Em 2001, segundo os resultados dos Censos, cerca de 1% da população residente em Portugal, vivia em famílias institucionais, ou seja, residia num alojamento colectivo, beneficiando dos objectivos de uma determinada instituição, sob uma disciplina comum e governados por uma entidade, independentemente da relação de parentesco entre si (v. conceitos censitários). Esta proporção era ligeiramente mais elevada nas mulheres (1,1% do total da população feminina contra 0,8% dos homens). O peso relativo das famílias institucionais era muito diminuto, representando apenas 0,1% do total das famílias em Portugal, no mesmo ano.

Face a 1991, quer o número de pessoas residentes em famílias institucionais, quer o número destas famílias registaram aumentos bastante significativos. As pessoas em famílias institucionais aumentaram 73,3% entre os dois Censos (passando de 58 058 indivíduos em 1991 para 100 591 em 2001), enquanto que o número destas famílias aumentou 61,6% (passando de 2 399 famílias em 1991 para 3 876 em 2001)<sup>5</sup>.

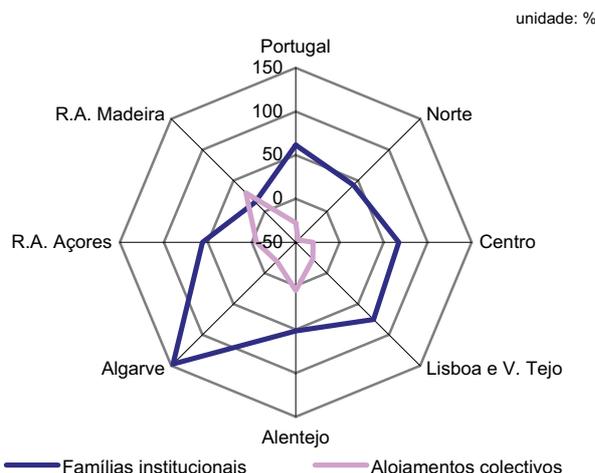
Os acréscimos observados revelaram-se bastante superiores aos registados entre a população residente total (5,0% entre 1991 e 2001) e entre o número de famílias clássicas (16,0% no mesmo período), ou seja, as constituídas por um conjunto de indivíduos residentes no mesmo alojamento e com relações de parentesco entre si (v. conceitos censitários).

Esta evolução não obteve, contudo, uma correspondência directa na evolução do número de alojamentos em que residem estas famílias. Se, por um lado, o número de alojamentos familiares (clássicos e não clássicos) aumentou 20,7% no período intercensitário, o mesmo não se verificou entre os alojamentos colectivos, que registaram um decréscimo de 27,7%, no mesmo período, passando de 11 306, em 1991, para 8 178, em 2001 (v. conceitos censitários). Refira-se, neste sentido, que constituiu critério fundamental para o recenseamento dos alojamentos colectivos o facto de aí residirem famílias (institucionais) no momento censitário.

O aumento generalizado das famílias institucionais verificou-se em todas as regiões NUTS II<sup>6</sup>, mas com diferentes intensidades (Figura 1.1).

Figura 1.1

### Taxa de variação das famílias institucionais e alojamentos colectivos, Portugal e NUTS II, 1991-2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

A região do Algarve destacou-se entre as outras com um crescimento de 147,2% destas famílias entre 1991 e 2001. Lisboa e Vale do Tejo e Centro registaram igualmente aumentos significativos, com 75,2% e 67,2%, respectivamente.

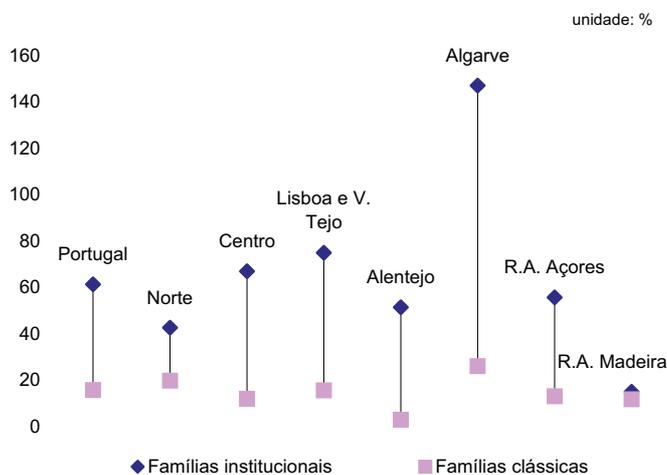
A Região Autónoma da Madeira observou, pelo contrário, o menor crescimento das famílias institucionais (15,3%) e o maior crescimento do número de alojamentos colectivos (30,2%).

O Alentejo registou também um aumento de 5,3% no número de alojamentos colectivos, tendo as famílias institucionais aumentado 51,7%, no período intercensitário.

Comparativamente à evolução das famílias clássicas, pode verificar-se que as de tipo institucional apresentaram variações bastante superiores, com excepção da Região Autónoma da Madeira, com valores próximos (Figura 1.2).

Figura 1.2

### Taxa de variação das famílias institucionais e clássicas, Portugal e NUTS II, 1991-2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

### Dimensão Média das Famílias

A dimensão média das famílias institucionais em 2001 situou-se nos 26 indivíduos por família, observando um ligeiro aumento face a 1991 (25,1).

De referir que, em 2001, as convivências com maior número de pessoas por família institucional (dimensão média) em Portugal eram as prisionais, com 63 pessoas por família, seguidas das instituições de saúde (34) e de apoio social (31). Por outro lado, as convivências religiosas e de educação registaram, no mesmo ano, os valores mais baixos deste indicador, com 12 e 11 pessoas nas famílias, respectivamente<sup>7</sup>.

Comparativamente a 1991, a dimensão média das famílias institucionais aumentou em quase todos os tipos de convivência, excepto nas religiosas e de saúde.

A dimensão média das famílias institucionais em 2001 era mais elevada no Alentejo (32 pessoas por família), no Centro e no Algarve (29 pessoas), contrastando claramente com o verificado entre as famílias clássicas, com este indicador a registar alguns dos valores mais baixos do País<sup>8</sup>.

Importa, agora, fazer uma análise mais específica, quer ao nível dos tipos de convivência, quer ao nível da estrutura etária da população a viver em famílias institucionais.

### Tipos de Convivência e respectivas Famílias Institucionais

Contrariando a evolução negativa do número de convivências no período intercensitário, as de *apoio social* registaram um aumento na ordem dos 33,5%<sup>9</sup>. Em 2001, as instituições de apoio social passaram a representar a maior parte do total de convivências, com cerca de 41% do total, sendo também as que reuniam o maior número de pessoas e, conseqüentemente, de famílias institucionais (Figuras 1.3.1 e 1.3.2).

Em 1991, as convivências de trabalho, que representavam 28,2% do total, passaram para apenas 7%, em 2001, resultando num decréscimo de 82,7%. Do mesmo modo, também as convivências de educação (-52,2%) e militares (-44,6%), registaram variações negativas no mesmo período. Esta evolução vem confirmar a recente perda de

importância de instituições deste tipo, nomeadamente as destinadas exclusivamente a regime de internato. Em 2001, as convivências de educação representavam 6,5% do total e, as militares, 5,3%.

À semelhança do que se verificou para o total do País, todas as regiões NUTS II registaram no período intercensitário um aumento das convivências de apoio social (com famílias institucionais residentes), bastante significativo em alguns casos.

A Região Autónoma da Madeira destaca-se neste contexto, com um aumento de 16 para 36 convivências de apoio social, entre 1991 e 2001, representando um acréscimo de 125,0%. A Região Autónoma dos Açores observou, por outro lado, a variação mais fraca destes alojamentos, com 9,8%, no mesmo período, contando com 56 convivências com famílias institucionais residentes em 2001.

As regiões com maior número de convivências de apoio social, em 1991 e 2001, ou seja, Lisboa e Vale do Tejo (860 em 2001), Norte (546 em 2001) e Centro (462 em 2001), registaram aumentos de 31,7%, 14,7% e 61,5%, respectivamente.

As convivências de trabalho observaram, por seu turno, uma diminuição generalizada em todas as NUTS II, em especial no Norte e no Centro, com quebras superiores a 90%, no período em análise.

As convivências militares e de educação também diminuíram em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma da Madeira, que observou um aumento das de carácter educacional de 3 para 8 alojamentos, reflectindo-se numa taxa de variação de 166,7%.

As convivências de saúde apresentaram um decréscimo em todas as regiões do Continente (entre os 17% e os 40%), tendência que não se verificou nas duas regiões autónomas, com o seu número a aumentar 14,3% nos Açores e 11,1% na Madeira. Em Portugal, a taxa de variação foi de -29,0%, no período intercensitário, mantendo o mesmo posicionamento em termos de importância relativa face ao total das convivências.

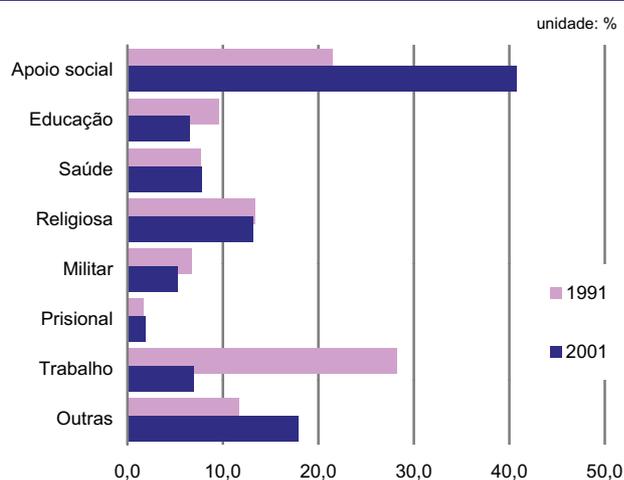
As instituições de carácter religioso registaram em Portugal uma diminuição de 30,9% entre 1991 e 2001, não se alterando significativamente a sua posição em relação ao total das convivências. Com excepção do Algarve, a tendência de decréscimo foi transversal em todas as regiões.

Em 2001, 65,8% do total de pessoas a viver em famílias institucionais no conjunto das convivências residiam em instituições de apoio social, proporção ligeiramente inferior à apurada em 1991 (69,0%), que pode justificar-se pelo acentuado aumento anteriormente referido do número de alojamentos deste tipo.

Apesar da perda de importância relativa face aos restantes tipos de convivência, o número de residentes nestas instituições observou um aumento de 65,1%, entre 1991 e 2001, que se espelhou em todas as regiões.

Figura 1.3.1

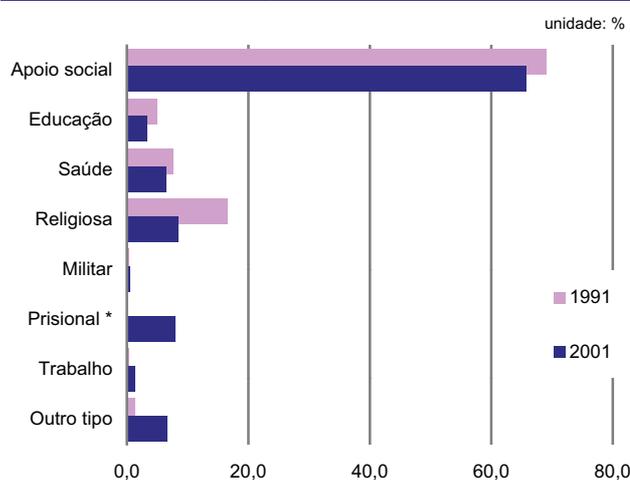
**Distribuição das convivências, segundo o tipo, Portugal, 1991 e 2001**



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Figura 1.3.2

**Distribuição das pessoas a viver em famílias institucionais, segundo o tipo de convivência, Portugal, 1991 e 2001**



\* Em 1991, não se apurou o número de pessoas residentes em famílias institucionais em convivências do tipo prisional

A restante parte da população a residir em famílias institucionais, em 2001, distribuiu-se sobretudo entre as convivências religiosas, prisionais, de saúde e as de outro tipo, perfazendo cerca de 29% (Figura 1.3.2).

Em termos de variação entre 1991 e 2001, as pessoas em convivências de trabalho e nas de outro tipo aumentaram significativamente, embora, no conjunto, representem apenas 8% do total da população institucionalizada em 2001.

Os indivíduos em instituições de carácter educacional registaram um aumento na ordem dos 14% no período intercensitário, que se reflectiu apenas na Região Autónoma da Madeira e em Lisboa e Vale do Tejo e, sobretudo, nas idades mais jovens. A sua posição relativa face ao total da população institucionalizada diminuiu de 5,0% em 1991 para 3,3% em 2001.

As famílias institucionais de carácter religioso observaram, por seu turno, uma diminuição de indivíduos residentes (-12,2%, entre 1991 e 2001). Esta tendência não se observou no Norte, Centro, Algarve e Região Autónoma dos Açores, nas quais se registou um aumento de efectivos, sobretudo nas idades mais avançadas (a partir dos 65 anos).

A população institucionalizada em convivências de saúde registou um decréscimo da sua importância relativa no conjunto da população em análise, de 7,7% em 1991 para 6,4% em 2001. No entanto, no mesmo período, verificou-se um aumento de 45,4% de pessoas a residir nestas instituições, reflectindo-se em quase todas as regiões, com excepção do Alentejo e da Madeira.

Os diminutos efectivos envolvidos na presente análise, e, em especial, em alguns tipos de convivência referidos, podem apresentar tendências opostas em termos da importância relativa no conjunto das situações em estudo e no que respeita à taxa de variação, isto é, da evolução da situação em dois períodos de tempo distintos, no caso, 1991 e 2001.

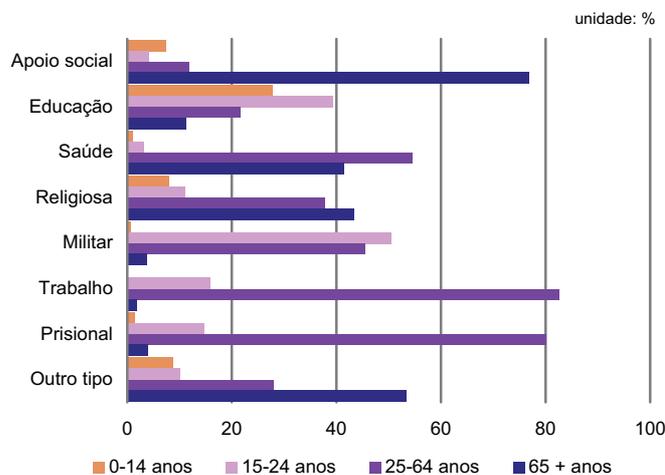
### Estrutura Etária da População Institucionalizada

Para uma análise mais global, apresenta-se na Figura 1.4 a distribuição da população institucionalizada em Portugal, segundo a estrutura etária, em 2001.

Nas instituições de apoio social, era bem evidente a sobrerrepresentação da população idosa (com 65 ou mais anos), em detrimento de qualquer outro grupo etário. Também nas instituições de outro tipo e nas de carácter religioso, este grupo populacional era o que registava as maiores proporções.

Figura 1.4

#### Distribuição das pessoas a viver em famílias institucionais, segundo o grupo etário e por tipo de convivência, Portugal, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

De notar, contudo, que enquanto nas convivências de apoio social o predomínio da população idosa se destacava com grande distanciamento dos restantes grupos populacionais (mais jovens), nas religiosas a proporção dos idosos é seguida de muito perto pelo grupo dos 25 aos 64 anos (população em idade activa).

Ao contrário, e tal como seria de esperar, as convivências de educação registavam um predomínio dos grupos populacionais mais jovens, sobretudo com idades entre os 15 e os 24 anos. A população deste grupo etário predominava igualmente nas instituições militares.

As famílias institucionais de convivências prisionais e de trabalho eram, por seu turno, principalmente compostas por pessoas entre os 25 e os 64 anos, com pouca representatividade dos efectivos das restantes idades.

As instituições de saúde registavam à data do Censo maior proporção da população entre os 25 e os 64 anos, mas também com uma elevada proporção de idosos aí residentes.

O aumento generalizado da população a residir em convivências em Portugal, no período intercensitário, reflectiu-se especialmente nas idades mais avançadas: 85,9% na população com 65 ou mais anos, 72,4% no grupo dos 25 aos 64 anos, 68,7% no de 15-24 anos e apenas 12,2% nos jovens com menos de 15 anos.

No Algarve e Alentejo, as variações mais significativas verificaram-se entre os indivíduos com 25-64 anos. Em Lisboa e Vale do Tejo e Região Autónoma dos Açores, o maior aumento deu-se no grupo dos 15-24 anos. Nas restantes regiões (Norte, Centro e Madeira), foram as pessoas idosas que observaram as maiores variações, no período de 1991 a 2001.

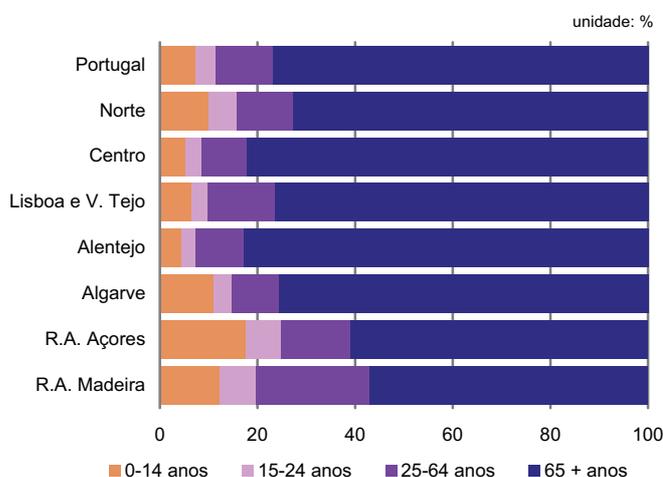
Para reforçar a ideia de uma população institucionalizada bastante envelhecida, refira-se que, enquanto o índice de envelhecimento era, em 2001, de 102 idosos por cada 100 jovens, no que se refere à população total residente, este indicador apresentava um valor de 852 idosos por 100 jovens, relativamente à população institucionalizada em convivências. Sintetizando, em 2001, no total das convivências, por cada jovem a viver numa família institucional existiam 8,5 idosos.

O aumento do número de residentes nas instituições de apoio social no período em análise (65,1%), observou-se com especial incidência entre a população idosa (82,4%). Nos restantes grupos etários, as variações foram bastante inferiores, ainda que em sentido positivo: os jovens (0-14 anos) registaram um aumento de 17,0%, os indivíduos com 15-24 anos, 31,6%, e os de 25 a 64 anos, 29,3%.

O maior acréscimo das pessoas idosas neste tipo de instituições observou-se igualmente no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores. No Alentejo e na Região Autónoma da Madeira, foi o grupo dos 15 aos 24 anos que mais aumentou no período em análise.

Figura 1.5

**Distribuição das pessoas a viver em famílias institucionais de apoio social, segundo o grupo etário, Portugal e NUTS II, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Assim, em 2001, a maior parte das pessoas que constituíam as famílias institucionais de apoio social, tinha 65 ou mais anos (76,8%), chegando a superar os 82% no Centro e no Alentejo, ou seja, as duas regiões com maior proporção de população idosa residente. Nas regiões do País menos envelhecidas, como sejam as regiões autónomas e o Norte, essa proporção era ligeiramente mais baixa (Figura 1.5).

## 2. As pessoas idosas em famílias institucionais de apoio social, saúde e religiosas

Em 2001, a proporção das pessoas idosas a viver em famílias institucionais era de 3,6% no total da população residente com 65 ou mais anos.

A proporção de idosos institucionalizados no total da população a residir em convivências, era, no mesmo ano, de 61,1% no total das convivências e 76,8% nas instituições de apoio social.

A dimensão e a intensidade do fenómeno do envelhecimento demográfico não são, como se sabe, idênticas em todas as regiões do País. As regiões autónomas e o Norte registaram as mais baixas proporções de população idosa. A maioria das sub-regiões do Alentejo e do Centro destacam-se pela situação oposta, constituindo as áreas mais envelhecidas do País. A figura 2.1.1 ilustra bem as assimetrias regionais neste domínio.

Pela análise da distribuição da população idosa institucionalizada (no conjunto das convivências de apoio social, saúde e religiosas), pode verificar-se uma intensificação do fenómeno, bem como uma maior dispersão, comparativamente à proporção da população idosa (Figura 2.1.2).

Figura 2.1.1

### Proporção da população idosa, NUTS III, 2001

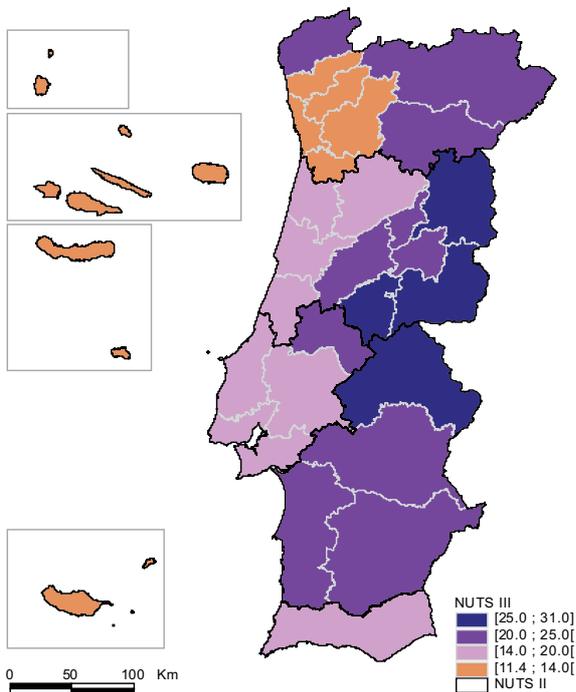
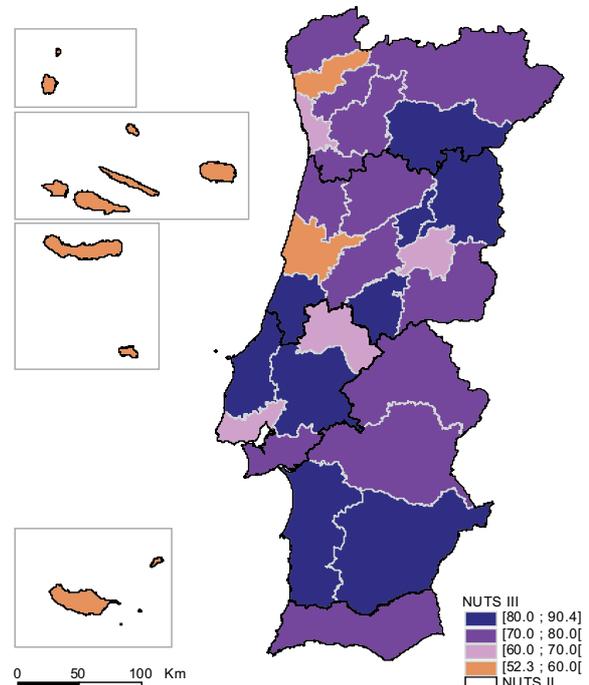


Figura 2.1.2

### Proporção da população idosa a viver em convivências de apoio social, religiosas e de saúde, NUTS III, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Embora as regiões autónomas continuem a observar a menor proporção de indivíduos idosos nestas instituições, verifica-se, em contrapartida, que o Norte (Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega e Entre Douro e Vouga) perde a “mancha” que o associava a um certo rejuvenescimento, registando elevadas proporções de idosos institucionalizados em quase todas as sub-regiões.

A distribuição em algumas sub-regiões, onde não é possível estabelecer uma correspondência directa, pode estar relacionada com o número de alojamentos colectivos recenseados.

Por outro lado, e à semelhança do que ocorre com a população em geral, pode constatar-se um envelhecimento da própria população idosa, a residir em convivências, ou seja, um aumento da proporção dos mais idosos, sobretudo a população a partir dos 85 anos, e, especialmente, em instituições de apoio social e de saúde, facto que não se pode dissociar da maior dependência física e/ou psicológica ou necessidade de cuidados específicos, subjacentes a este grupo populacional.

Considerando os actuais níveis de esperança de vida e as inúmeras questões relacionadas com o fenómeno do envelhecimento, as análises demográficas assentes na estrutura etária aconselham ao desdobramento do grupo da população idosa em pelo menos dois sub-grupos, designando o segundo geralmente de população muito idosa (ou mais idosa).

Como resultado da feminização do envelhecimento demográfico, a proporção de idosos em instituições era mais elevada no sexo feminino: 72,9% contra 44,3% dos homens, no total das convivências em 2001. A relação de masculinidade era, naquele ano, de apenas 43 homens por cada 100 mulheres com 65 ou mais anos e de 33, nas pessoas com 85 ou mais anos<sup>10</sup>.

Relativamente às instituições de apoio social, verifica-se que a população feminina idosa representava 82,1% do total das mulheres e 66,9% nos homens, em Portugal, numa proporção de 2,3 mulheres com 65 ou mais anos por cada homem com as mesmas idades. Esta proporção aumentava para 3 mulheres por cada membro do sexo masculino, considerando os muito idosos (com 85 ou mais anos).

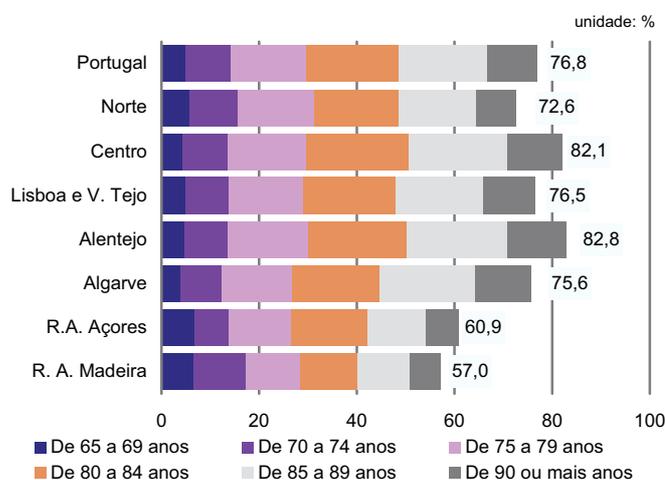
Numa análise por NUTS II, e no que se refere ao total da população idosa em instituições de apoio social, pode observar-se a importância que os grupos populacionais com idades mais avançadas assumem, fazendo evidenciar a heterogeneidade do conjunto da população idosa (Figura 2.2).

Por outro lado, face a 1991, observou-se também um aumento bastante significativo da população mais idosa institucionalizada, entre duas a três vezes mais, nos grupos dos 85-89 anos e 90 ou mais anos.

Situação idêntica é observada entre a população idosa a residir em instituições religiosas e de saúde.

Efectivamente, apesar das convivências religiosas registarem um decréscimo do número total de residentes, verificou-se um aumento dos idosos e, sobretudo dos muito idosos (a partir dos 85 anos), especialmente no sexo feminino. Nestas instituições, a sobrerrepresentação do sexo feminino é ainda mais evidente, sendo, no total dos efectivos de 65 ou mais anos, cerca de 3,5 mulheres por cada membro masculino.

**Figura 2.2**  
**Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, segundo o grupo etário, Portugal e NUTS II, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Nas instituições de saúde, o número de idosos aumentou quase 100% entre 1991 e 2001, com maior intensidade no sexo feminino. No grupo dos 85-89 anos e nos de 90 ou mais anos verificou-se, naquele período, um acréscimo de quase três vezes mais, chegando a atingir quatro vezes mais entre as idosas.

Este acréscimo de idosos em instituições de saúde está certamente associado à maior longevidade da população idosa e ao importante papel da medicina, em geral, e da geriatria, em particular. Neste contexto, refira-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumentou 1,7 anos nas mulheres e 1,4 anos nos homens, entre 1991/92 e 2001/02.

### Pessoas Idosas com Deficiência

O aumento do grau de dependência nas idades avançadas é, também, outro dos factores a considerar.

Segundo os Censos 2001, 4,4% da população com deficiência vivia em famílias institucionais, sendo aquela proporção bastante mais elevada na população idosa (8,5% no total da população com 65 ou mais anos e 20,2% com 85 ou mais anos).

Como se demonstrou em anteriores trabalhos<sup>11</sup>, uma das características da população com deficiência é a de assumir uma estrutura etária bastante envelhecida.

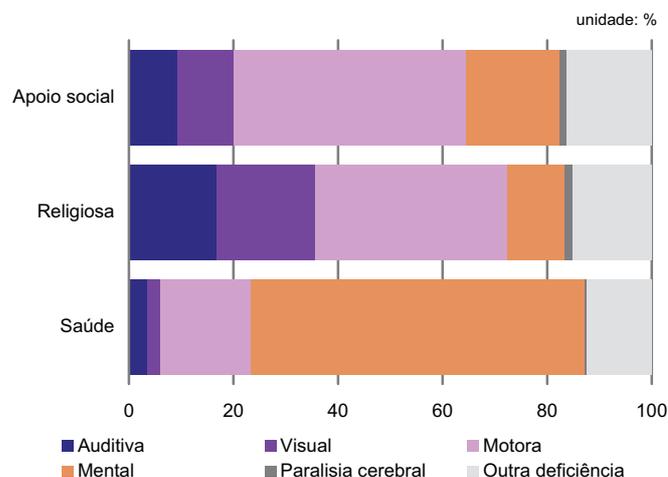
Do total da população com deficiência em famílias institucionais, 64,2% tinham 65 ou mais anos, residindo a maior parte em convivências de apoio social (52,0%), em instituições de saúde (5,6%), de outro tipo (3,8%) e religiosas (2,3%).

No conjunto das convivências, as pessoas com deficiência motora, auditiva e as de outro tipo registavam as proporções mais elevadas entre as pessoas idosas institucionalizadas. As pessoas com deficiência mental e paralisia cerebral, observavam, por seu turno, as menores importâncias relativas, facto que não se prende certamente com as necessidades de institucionalização, mas por estes dois grupos serem compostos por população mais jovem.

Considerando as convivências em análise, pode verificar-se que as pessoas idosas com deficiência motora representavam a maior parte nas instituições de apoio social (44,5%) e nas religiosas (36,7%), enquanto que essa posição era assegurada pelas pessoas com deficiência mental (63,8%) nas instituições de saúde (Figura 2.3).

Figura 2.3

**Distribuição das pessoas idosas com deficiência a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo o tipo de deficiência, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

## Estado Civil

A maior parte da população idosa nas instituições de apoio social era viúva (59,6%), numa proporção de 65,3% de mulheres com 65 ou mais anos e 46,6% de homens. Este peso relativo aumenta proporcionalmente à idade, sendo de 69,9% na população entre os 85 e os 89 anos e 74,5% da população com 90 ou mais anos.

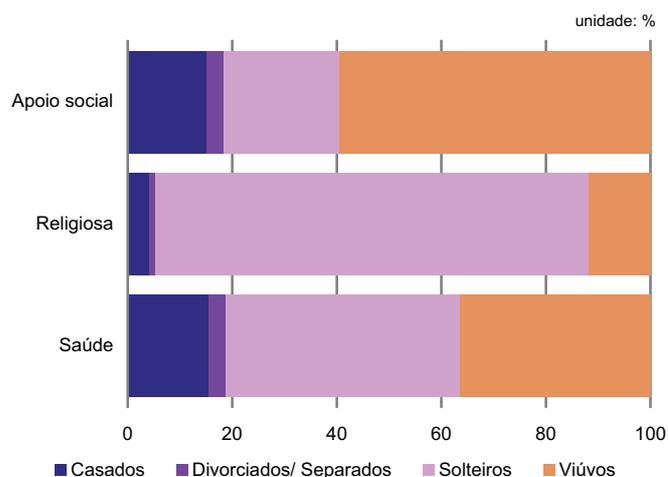
A institucionalização surge em muitos casos como resposta a situações de viuvez. É efectivamente conhecida a maior propensão para o recurso aos cuidados formais (institucionais) perante a morte de um dos membros da família, não só com o objectivo de evitar a solidão, mas também como forma de colmatar a perda de assistência (quando era prestada pelo cônjuge falecido), ou de apoio financeiro. Diversos estudos dedicados ao tema comprovaram uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social em pessoas idosas que vivem sós.

A proporção de casados era de 15,2% no total da população idosa, enquanto que os solteiros representavam cerca de 22% do total. Em ambas as situações, a proporção era mais elevada entre os indivíduos do sexo masculino.

Ao contrário, nas convivências religiosas a quase totalidade dos residentes era solteira (82,9%), facto que também não causa qualquer surpresa, dadas as regras de grande parte destas instituições.

Figura 2.4

### Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo o estado civil, Portugal, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

A importância relativa dos solteiros diminuía ligeiramente nas idades mais elevadas em detrimento da população viúva (que representava cerca de 12% no total). É bem visível a baixa representatividade da população casada (4,1%) e divorciada ou separada (1,2%) nestas instituições.

No que respeita às instituições de saúde, a distribuição da população idosa segundo o estado civil era mais heterogénea: 44,7% dos indivíduos aí residentes eram solteiros e 36,5% viúvos. Na primeira situação, os homens detinham maiores proporções (56,0% contra 37,6% das mulheres) e na segunda verificava-se o contrário (48,1% de mulheres contra 17,7% dos homens). As pessoas casadas representavam 15,5% do total (11,3% na população feminina e 22,2% na masculina) e uma parte pouco significativa era separada ou divorciada.

Face a 1991, a distribuição da população idosa institucionalizada segundo o estado civil não registou alterações significativas.

Naquele ano, a maior parte da população a residir em instituições de apoio social era viúva (53,1%), com maior peso relativo entre as mulheres. A população solteira representava cerca de 30% do total de idosos nestas instituições e a casada, cerca de 13%.

Nas convivências religiosas predominavam, à semelhança do observado em 2001, os indivíduos na situação de solteiros (80,3%), seguidos a grande distância das pessoas viúvas (14,6%).

As pessoas idosas residentes em alojamentos colectivos por motivo de saúde, distribuíam-se pelos diversos estados civis, da mesma forma e pelas mesmas razões que em 2001, ou seja, por constituírem uma população mais heterogénea. Do total de idosos a residir nestas instituições, 55,7% eram solteiros, 27,0% viúvos e cerca de 15% casados.

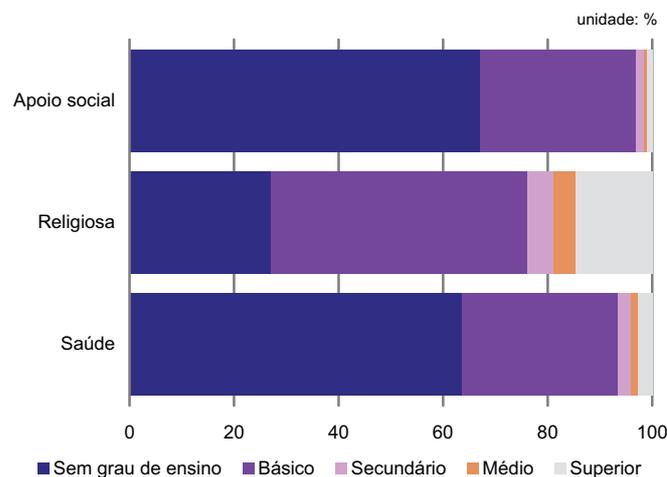
### Qualificação Académica

Numa breve análise da população idosa institucionalizada por qualificação académica (níveis de instrução completos), é possível confirmar que se trata de uma população com baixos níveis de instrução, à semelhança do que se passa com a população idosa total, que regista fortes taxas de analfabetismo, especialmente entre as mulheres.

No entanto, se tal acontece, como se demonstra, com a população em instituições de apoio social e saúde, entre as quais a proporção de população que prevalece não detinha qualquer grau de ensino (incluindo os que sabiam ler e escrever), o mesmo não é verdade na população a residir em instituições religiosas, cuja proporção era apenas de 27,0%, contra os 67,1% dos indivíduos em instituições de apoio social e os 63,6% em instituições de saúde. A proporção da população sem qualquer grau de ensino era superior entre as mulheres, excepto nas convivências de saúde (Figura 2.5).

Figura 2.5

#### Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo a qualificação académica, Portugal, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Em 1991, esta diferença entre os sexos também se evidenciava, mas era ligeiramente superior no que se refere aos níveis de analfabetismo. Naquele ano, a população idosa em convivências de apoio social que não sabia ler nem escrever, ou que, sabendo, não detinha qualquer nível de ensino, representava 68,6% do total, enquanto nas instituições de saúde essa proporção era de 64,1%, e nas religiosas apenas 33,0%.

Em 2001, a população detentora do ensino básico representava cerca de 30% dos indivíduos em instituições de apoio social e de saúde, aumentando para 49,1% nas instituições religiosas.

As instituições religiosas observavam a maior proporção de pessoas idosas com ensino superior (incluindo bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento): 14,6% do total, sendo a proporção mais elevada entre os indivíduos do sexo masculino: 47,7% contra apenas 6,5% de mulheres, em 2001.

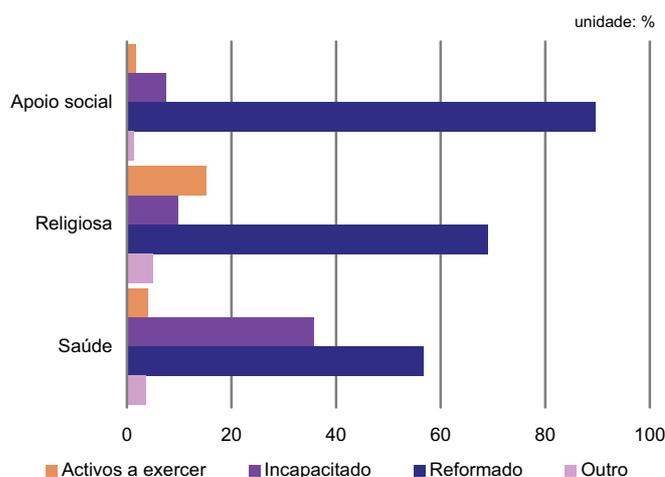
Em 1991, esta situação já se verificava (11,7% no total), mas a diferença entre os sexos era ainda mais evidente: 43,4% dos homens e apenas 2,7% das mulheres detinham um nível de ensino superior. Esta evolução comprova um aumento significativo deste nível de escolaridade no período intercensitário, sobretudo entre as mulheres.

A proporção de pessoas sem qualquer nível de ensino aumentava, como seria de esperar, proporcionalmente à idade, mantendo-se superior entre as mulheres. Ao contrário, a importância relativa dos níveis de ensino mais elevados diminuía consideravelmente nos grupos de idade mais avançados. Esta conclusão não se pode extrapolar para os indivíduos a residir em instituições de saúde, provavelmente por constituírem grupos populacionais mais heterogéneos.

### Situação Socio-económica

Em 2001, a maior parte das pessoas idosas residentes em instituições de apoio social encontrava-se na situação de reformada (89,5%) que, juntamente com os indivíduos na situação de incapacitados permanentemente para o trabalho (7,4%) abrangiam a quase totalidade das pessoas idosas institucionalizadas. A população activa representava apenas 1,7% do total (Figura 2.6).

**Figura 2.6**  
**Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

A importância relativa dos reformados naquelas instituições assumia valores ainda mais elevados entre os indivíduos designados muito idosos (a partir dos 85 anos). De referir ainda que este tipo de instituições parece apresentar-se como uma solução de recurso à população entre os 65 e os 69 anos com incapacidade, uma vez que esta categoria atingia o valor mais elevado naquelas idades (cerca de 12%).

A proporção de reformados nas convivências de apoio social era mais elevada na região Norte e Alentejo (rondando os 94%) e mais baixa nas regiões autónomas: 71,4% na Madeira e 80,4%, nos Açores.

No que se refere às instituições religiosas, a proporção de activos a exercer era consideravelmente mais elevada (15,1%) que nas outras convivências em estudo, especialmente entre os indivíduos do sexo masculino (25,5% contra 12,6% das mulheres).

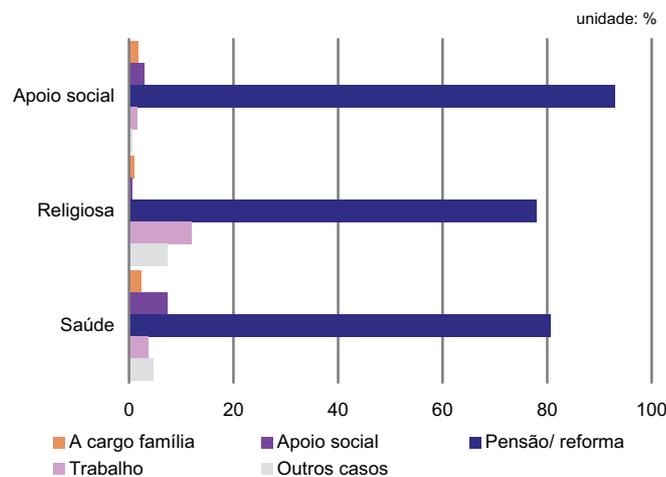
Nestas instituições observa-se uma maior diversidade de situações relativas à condição perante a actividade económica (não representadas na figura), como, por exemplo, alguns indivíduos na situação de trabalhador familiar não remunerado, e, entre os não activos, algumas domésticas (mulheres, quase exclusivamente) e uma pequena parte de estudantes.

A maior proporção de incapacitados surge, como seria de esperar, nas instituições de saúde, com cerca de 35,7% do total da população idosa residente. Esta proporção era mais elevada nos homens (48,2%) do que nas mulheres (28,0%).

A maioria da população idosa institucionalizada tinha na categoria de *pensão ou reforma* o principal meio de vida: 93,0%, 78,0% e 80,7% dos idosos que residiam em instituições de apoio social, religiosas e de saúde, respectivamente (Figura 2.7).

Figura 2.7

**Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo o principal meio de vida, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

De salientar um aumento significativo desta categoria, como principal meio de vida, face a 1991, cujas proporções representavam 84,4% na população idosa em instituições de assistência, 65,0% nas religiosas e 48,8% nas de saúde. Esta situação retrata o aumento das despesas públicas da *função velhice* do sistema de protecção social.

Nas instituições de apoio social, 2,8% dos idosos viviam de *apoio social* como principal fonte de rendimentos (com uma proporção superior entre os indivíduos do sexo masculino) e 1,7% a cargo da família (especialmente as mulheres). Os rendimentos do *trabalho* surgiam como categoria principal para 1,5% dos idosos nestas convivências (uma proporção ligeiramente inferior à do total da população activa empregada), deixando praticamente de ter significado entre a população com 85 ou mais anos.

Relativamente às instituições religiosas, os rendimentos do *trabalho* e os de *outro tipo* registavam valores relativos mais elevados, comparativamente às outras instituições, representando 19,3% no seu conjunto, situação que advém da condição perante a actividade económica, anteriormente descrita. Os rendimentos do *trabalho* detinham uma maior proporção nos homens, enquanto que os de *outro tipo* assumiam valores mais elevados nas mulheres. Também neste tipo de convivências se verifica a perda de importância de outros rendimentos com o avançar na idade e um aumento proporcional dos rendimentos de *pensão ou reforma*.

Mais uma vez, a população idosa a residir em instituições de saúde observa uma situação mais dispersa, no que se refere ao principal meio de vida dos seus idosos residentes. Os que viviam principalmente de *apoio social* (7,2%) e *a cargo da família* (2,3%) perfaziam cerca de 10% do total de indivíduos, enquanto que os que auferiam rendimentos do trabalho representavam 4,6%. Nestas instituições, as mulheres registam valores relativos mais

elevados de rendimentos de *trabalho e a cargo da família*, comparativamente à população masculina, verificando-se o contrário relativamente ao *apoio social e a pensão ou reforma*.

A análise dos resultados dos Censitários confirmam um aumento do número de pessoas que viviam principalmente da *pensão ou reforma* no período 1991-2001, em detrimento das categorias de *apoio social ou a cargo da família* como principal meio de vida.

De referir que já naquele ano (1991) se verificavam proporções mais elevadas das pessoas idosas em instituições religiosas, cujo principal meio de vida eram os rendimentos do trabalho (26,5%).

Ainda no que se refere à população idosa com actividade económica a residir em instituições religiosas em 2001 (15,7% no total da população, 13,2% das mulheres e 27,7% dos homens), verifica-se que 6,9% pertenciam ao grupo de quadros intelectuais e científicos (em que os homens representavam 20,3% do seu conjunto contra 3,6% das mulheres), 3,2% eram classificados no grupo dos trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados e 2,8% como empregados administrativos do comércio e serviços (ambos com proporções superiores na população feminina).

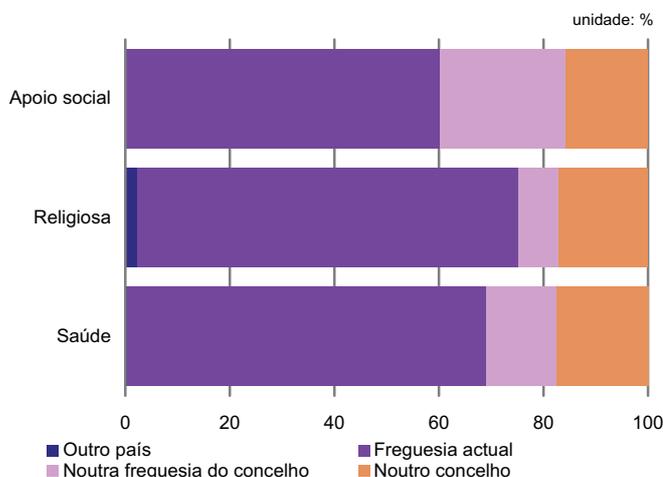
Não se apresenta uma análise por grupo socio-económico relativamente às pessoas em instituições de apoio social e saúde, uma vez que a esmagadora maioria se encontrava na situação de inactivo, como atrás se demonstrou (98,3% nas instituições de apoio social e 96,1% nas de saúde).

### Residência Anterior

Da análise da residência anterior (com referência a 31 de Dezembro de 1995) pode verificar-se que a maior parte das pessoas idosas a residir em famílias institucionais registou uma fraca mobilidade residencial, pelo menos no que se refere à população nos três tipos de convivência estudados.

Efectivamente, a maior parte das pessoas residia em 2001 na mesma freguesia em que residia cerca de cinco anos antes do momento censitário.

**Figura 2.8**  
**Distribuição das pessoas idosas a viver em famílias institucionais de apoio social, religiosas e de saúde, segundo a residência anterior, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Esta proporção era mais elevada entre as pessoas idosas a residir em instituições religiosas (72,9%), mas mais baixa nas instituições de saúde (68,7%) e ainda menor nas de apoio social (59,8%).

Tal facto pode querer indiciar que grande parte destas pessoas se encontrava a residir nos mesmos alojamentos cerca de 5 anos antes (em 1995), ou, não estando institucionalizadas naquela data, encontraram acolhimento numa instituição na freguesia onde residiam.

Por outro lado, 24,2% das pessoas idosas em famílias institucionais de apoio social residiam naquele ano noutra freguesia do mesmo concelho e 15,7% noutra concelho do País. Pode considerar-se, grosso modo, que estes dois conjuntos de população representavam novas entradas, ou, pelo menos, correspondiam a grande parte delas.

A mesma análise nas famílias de instituições religiosas revela valores muito mais baixos: apenas 7,7% das pessoas idosas institucionalizadas residiam noutra freguesia do concelho em 1995 e 17,0% residiam noutra concelho.

Neste tipo de convivência, 2,4% dos indivíduos com 65 ou mais anos residiam noutra país, em 1995, provavelmente associados a missões de cooperação ou voluntariado, muito características deste tipo de instituições. Nos outros tipos de convivência em análise, a população oriunda de um país estrangeiro não tinha praticamente significado.

### 3. Conclusões Gerais

- Entre 1991 e 2001, a população idosa residente em Portugal aumentou 26,1% e representava, segundo o último Censo, 16,4% do total de residentes, ultrapassando a proporção dos jovens com menos de 15 anos (16,0%). Em consequência da maior longevidade das mulheres verifica-se uma feminização do envelhecimento demográfico: a relação de masculinidade entre a população idosa era de 72 homens por cada 100 mulheres em 2001, ou seja, bastante inferior à observada para a população total residente (93,4).
- No mesmo período, a população residente em convivências aumentou cerca de 73%, incidindo em todos os grupos etários analisados, mas com maior intensidade (86%) na população idosa. O índice de envelhecimento da população institucionalizada era, em 2001, de 8,5 idosos por cada jovem. A população idosa institucionalizada era composta maioritariamente por mulheres, sendo a relação de masculinidade de 43 homens por cada 100 mulheres. Esta disparidade entre os sexos não se verificava apenas nas instituições de trabalho e nas prisionais.
- A maior parte das convivências recenseadas em 2001 era de apoio social (41%), concentrando a maioria das pessoas a residir em famílias institucionais (66%), das quais cerca de dois terços eram idosos. Esta proporção atingia níveis ainda mais elevados nas regiões mais envelhecidas. Nas convivências religiosas, de saúde e nas de outro tipo, a proporção de pessoas idosas era igualmente importante.
- Mais de metade das pessoas idosas a residir em **convivências de apoio social** tinha 80 ou mais anos, proporção essa que atingia valores superiores nas regiões mais envelhecidas, sobretudo no Centro e Alentejo. A maior parte das pessoas idosas com deficiência a residir em instituições de apoio social tinham uma deficiência do tipo motor. A viuvez era o estado civil predominante na população em análise, especialmente entre as mulheres, em consequência de uma estrutura etária bastante envelhecida. Os níveis de qualificação académica eram bastante baixos: a maioria era analfabeta ou detinha apenas o 1º ciclo do ensino básico. A situação de *reformado* era a mais comum, constituindo a *pensão ou reforma* o principal meio de vida. A população com actividade económica era quase inexistente.
- No que se refere à população idosa em **convivências religiosas**, a maior parte era solteira, aumentando a proporção de viúvos entre os efectivos com idades mais avançadas. Nestas instituições, ao contrário das outras, verifica-se uma percentagem significativa de indivíduos com níveis de ensino superiores, principalmente entre os homens. Este tipo de convivência destaca-se também por enquadrar um maior número indivíduos com actividade económica comparativamente às restantes em análise, embora a situação de *reformado* seja a predominante. Assim, a *pensão ou reforma* como principal meio de vida perde importância relativa face às outras instituições em análise, em detrimento de rendimentos de *trabalho* ou de *outro tipo*.
- A população idosa em **convivências de saúde** constitui, por seu turno, uma população bastante mais heterogénea. A análise da população segundo o estado civil revela uma maior dispersão na distribuição das situações, embora predomine a situação de solteiros e viúvos. No que se refere à deficiência,

encontrava-se um número maior as pessoas com *deficiência mental*, comparativamente às outras duas convivências. Por outro lado, a situação de *incapacitado permanente para o trabalho* revelava nesta população maior significado.

## Conceitos Censitários

### Família institucional

Entende-se por família institucional o conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Situações especiais de observação:

- Serão integrados na família institucional os indivíduos residentes nos seguintes tipos de convivências:
- Seminários (à excepção dos alunos), conventos, mosteiros e similares;
- Estabelecimentos de assistência (lares de pessoas idosas, asilos, orfanatos, etc.).
- Não serão integrados na família institucional os indivíduos que, embora residam numa convivência, não estejam sujeitos a uma disciplina comum, nem sejam beneficiários dos objectivos da instituição à qual pertence a convivência. Por exemplo um(a) director(a) da convivência que aí resida sozinho(a) ou com a família, o qual constituirá uma família clássica dentro de um alojamento colectivo.
- Os indivíduos presentes não residentes num alojamento colectivo constituirão uma única “família institucional de indivíduos presentes”, que não serão contados para efeitos de apuramento. Por exemplo, o pessoal ao serviço, não residente, que se encontre no alojamento no momento censitário.

### Família clássica

Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família.

### Alojamento colectivo

É o local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar grupos de pessoas ou mais do que uma família e que, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Os alojamentos colectivos podem ser de dois tipos:

- Hotel, pensão ou similar:

Local, distinto e independente, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou conjunto de construções permanentes que, tendo em conta a maneira como foi construído, reconstruído ou transformado, se destina a albergar mais do que uma família, sem objectivos comuns, mediante o pagamento de determinada quantia.

- Convivência:

Local, distinto e independente, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância (acampamento de trabalho) que, pela forma como foi construído, reconstruído ou transformado, se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade, ou a um regime comum, ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns.

Incluem-se neste grupo as instituições de: Apoio social (lar de idosos, asilo, orfanato), Educação (colégio, seminário, internato, etc.), Saúde (hospital, casa de saúde), Religiosa (convento, mosteiro, etc.), Militar, Prisional e Trabalho.

### Alojamento familiar

Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família.

- Barraca: construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que estava habitada no momento censitário.
- Casa rudimentar de madeira: habitação construída com madeira que não foi previamente preparada para aquele fim e estava habitada no momento censitário. São exemplo as habitações familiares individuais de operários, construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens.
- Clássico: divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins.
- Improvisado: unidade de alojamento situada numa construção permanente (moinho, celeiro, garagem, etc) que não foi reconstruída ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e estava habitada no momento censitário.
- Móvel: instalação, destinada à habitação humana, que tenha sido construída para ser transportada ou seja uma unidade móvel (barco, caravana, etc) e que se encontrava ocupada no momento censitário, funcionando como habitação de, pelo menos, uma pessoa.
- Outros: local que, sem qualquer intervenção directa do homem no sentido de o adaptar funcionalmente para a habitação, estava a ser utilizado como alojamento de um ou mais indivíduos, no momento censitário (por exemplo: grutas, vãos de escada, etc).

### Bibliografia

CASIMIRO, Fernando Simões (2003) “Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal” in *Revista de Estudos Demográficos* nº 33, pp. 5-21, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

DEPP (2001) *Carta social – Rede de Serviços e Equipamentos, 2000*, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, Ministério do Trabalho e da solidariedade, Lisboa.

GONÇALVES, Cristina (2003) “Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001” in *Revista de Estudos Demográficos* nº 33, pp. 69-94, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (1996) *XIII Recenseamento Geral da População 1991 e III Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2000) *Programa Global Censos 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2002) *XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação*, resultados Definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2003) *Projeções de População Residente 2000-2050*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

LEITE, Sofia (2003) “Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001” in *Revista de Estudos Demográficos* nº 33, pp. 23-38, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

SEP (2002) “O Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas” in *Revista de Estudos Demográficos* nº 32, pp. 185-208, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

## Notas

<sup>1</sup> Destaca-se, neste sentido, o projecto designado *Family support for older people: determinants and consequences (FAMSUP)*, cujo principal objectivo é comparar a situação relativa aos cuidados informais aos idosos, os efeitos e as consequências da evolução demográfica neste domínio, assim como as alterações do contexto familiar, em diversos países: <http://www.esf.org/articles/201/ESFFAMSUP.pdf>

<sup>2</sup> Neste contexto, cf. a evolução da rede de equipamentos e serviços constante em DEPP (2001).

<sup>3</sup> Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

<sup>4</sup> O cenário base das projecções de população residente recentemente divulgadas, tem subjacente um aumento gradual dos níveis de fecundidade, embora não suficiente para a substituição das gerações, um aumento da esperança média de vida e saldos migratórios positivos. Considerando os diversos aspectos, este cenário é considerado o mais plausível em termos de tendências da evolução da população.

<sup>5</sup> Sobre a evolução dos conceitos censitários de família recomenda-se a leitura de CASIMIRO, Fernando Simões (2003).

<sup>6</sup> A análise regional deste estudo assenta na geografia à data dos Censos.

<sup>7</sup> Excluiu-se desta análise os alojamentos do tipo hotéis e similares, não só pela baixa representatividade que assumem na análise das famílias institucionais, mas, principalmente, porque se afastam do objecto deste artigo.

<sup>8</sup> Para maior aprofundamento sobre a evolução e caracterização socio-demográfica das famílias no período intercensitário, v. LEITE, Sofia (2003).

<sup>9</sup> No Recenseamento Geral da População de 1991 a designação adoptada era *assistência*.

<sup>10</sup> De referir que, no mesmo ano, este rácio era de 72 homens por cada 100 mulheres na população idosa total.

<sup>11</sup> Em Gonçalves (2003) pode encontrar-se uma análise detalhada sobre o enquadramento familiar das pessoas com deficiência, incluindo uma análise das pessoas em famílias institucionais.



### **Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente**

**Autora: Maria da Graça Magalhães**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: mgraca.magalhaes@ine.pt

**Resumo:**

O presente artigo baseia-se numa abordagem estatística exploratória dos resultados dos XIV Recenseamento Geral da População 2001 sobre as migrações internas. O principal objectivo é analisar o impacte destes fluxos migratórios sobre a evolução populacional, de forma a fundamentar hipóteses migratórias a incluir nas projecções regionais de população residente.

**Palavras-chave:**

Migrações Internas, Projecções Regionais de População

**Abstract:**

This article was based on an exploratory statistical approach to internal migrations, taking as basis data the XIV General Population Census 2001, considering the period 1995-2001 and 1999-2001, by NUTS II units. The main goal is to analyse the impact of internal migrations on population growth, in order to fundament internal migration assumptions for regional population projections.

**Key words:**

Internal Migration, Regional Population Projections

**Internal migration and population projections for sub national geographic units**

## Migrações inter NUTS II e Projecções de População Residente

Em estudos anteriores, havia já sido constatado o forte impacto que as migrações exerceram no crescimento da população portuguesa no período intercensitário 1991-2001, sobretudo como resultado da alteração dos fluxos migratórios no decorrer da década de 90, em que Portugal, país tradicionalmente de emigração, passou a ser um país de forte imigração (Carrilho e Patrício, 2002), o que se traduziu num saldo migratório intercensitário (1991-2001) positivo.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2001, Portugal registou uma taxa de “crescimento da população de 5%, face a 1991” (INE, 2002)<sup>1</sup>, valor fortemente influenciado por uma taxa de crescimento migratório que rondou os 4% (valores que resultam da decomposição da variação populacional nas suas componentes de saldo natural e de saldo migratório, este obtido como residual da diferença entre a variação populacional e o saldo natural, no período intercensitário 1991-2001).

Analisando as taxas de crescimento efectivo da população<sup>2</sup>, entre 1991 e 2001, por NUTS II<sup>3</sup>, verificaram-se diferenças regionais consideráveis, com valores que oscilaram entre os 15,8% no Algarve e os -3,3% na Região Autónoma da Madeira, região, que conjuntamente com o Alentejo (-2,5%), assistiu a um decréscimo populacional.

As disparidades regionais encontradas nas taxas de crescimento efectivo das suas populações são ainda mais notórias quando analisadas individualmente as suas componentes (taxas de crescimento natural<sup>4</sup> e migratório<sup>5</sup>).

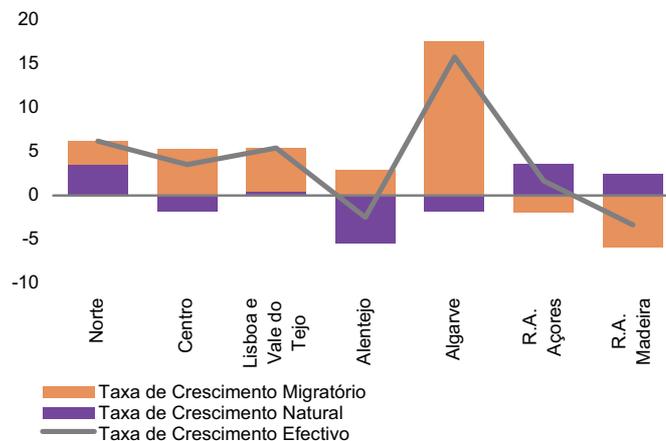
No que se refere às taxas de crescimento natural, no período intercensitário, verificou-se nas NUTS II do Continente alguma disparidade, com as regiões Centro (-1,7%), Alentejo (-5,4%) e Algarve (-1,8%) a manifestarem valores negativos, em contraste com Lisboa e Vale do Tejo com uma taxa positiva, ainda que reduzida (0,6%), e o Norte (3,5%). As regiões autónomas dos Açores e da Madeira observaram taxas de crescimento natural positivas (3,6% e 2,5%, respectivamente).

Simultaneamente, todas as NUTS II do Continente registaram taxas de crescimento migratório de valor positivo, verificando-se a mais elevada no Algarve (17,5%) e a mais reduzida na região Norte (2,7%). Por oposição, nas regiões autónomas verificou-se a ocorrência de saldos migratórios negativos para o mesmo período (-1,9% nos Açores e -5,8% na Madeira).

Nas NUTS II Centro, Alentejo e Algarve, as taxas de crescimento natural negativas apenas não conseguiram ser compensadas pelas taxas de crescimento migratório no Alentejo, que desta forma perdeu efectivos populacionais.

Figura 1

### Taxas de Crescimento Efectivo, Natural e Migratório (em %), no período intercensitário 1991-2001, NUTS II



Fonte: Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios

O Algarve, por força da importância do crescimento migratório, não apenas superou a taxa de crescimento natural negativa como se revelou como a NUTS II onde a taxa de crescimento efectivo foi a mais elevada.

Por outro lado, a conjugação de taxas de crescimento natural positivas nas regiões autónomas com taxas de crescimento migratório negativas não tem o mesmo resultado em termos de crescimento efectivo, ou seja, nos Açores o crescimento natural conseguiu compensar o decréscimo migratório<sup>6</sup>, ocasionando um acréscimo populacional, o que não se verificou na Madeira que, desta forma, perdeu efectivos populacionais no período intercensitário.

As disparidades regionais nas taxas de crescimento, nomeadamente na sua componente migratória, implicariam uma análise mais detalhada dos fluxos migratórios a nível de NUTS II, tarefa dificultada pela diversidade de fenómenos a considerar (migrações externas e migrações internas, por NUTS II) e pela escassez de fontes estatísticas disponíveis em Portugal.

### Migrações inter NUTS II

Dado que não existem registos exaustivos de população em Portugal, o recurso às questões migratórias retrospectivas dos Censos afigura-se como uma importante fonte de informação a explorar, nomeadamente na análise dos fluxos migratórios internos, já utilizada em anteriores estudos<sup>7</sup> sobre a temática das migrações internas, para além da sua elegibilidade como fonte de informação primordial sobre os fluxos imigratórios externos, que, pese embora a sua relevância, não serão abordados neste artigo, cujo enfoque se centra sobre as migrações internas.

A análise estatística das migrações inter regionais (NUTS II), será efectuada a partir da informação do Recenseamento Geral da População de 2001, quesito retrospectivo sobre a residência em 31/12/1995 e em 31/12/1999, considerando como migrantes internos os indivíduos que mudaram de residência, deslocando-se “de” e “para” para NUTS II.

No âmbito do presente artigo, serão analisados os fluxos migratórios inter regiões NUTS II (“de” e “para” NUTS II, excluindo os movimentos no interior das mesmas), em que se conjugam os movimentos de saída com os de entrada, bem como o saldo migratório (valor líquido destas migrações inter regionais por NUTS II), para dois períodos distintos, entre 31/12/1995 e 31/12/1999 e o momento censitário (1995-2001 e 1999-2001, respectivamente).

De acordo com os valores obtidos, a região Norte registou, no período 1995-2001, o saldo migratório inter NUTS II negativo mais forte.

Os fluxos migratórios entre o Norte e as outras regiões são particularmente intensos com o Centro e Lisboa e Vale do Tejo, regiões para as quais “perde” efectivos populacionais (apresentando um saldo migratório com estas regiões de -1377 e -669 respectivamente). No entanto, para além destas NUTS II, o saldo migratório resultante das “trocas” com as restantes regiões é sempre negativo para o Norte, com os valores mais negativos nas “trocas” com o Centro (já referido) e o Alentejo (-1064).

Quadro 1

SALDO MIGRATÓRIO		Fluxos Migratórios 1995-2001, por NUTS II						
		DE						
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	Norte	-3293	9751	13146	931	1266	845	764
	Centro	11128	888	19726	1355	1068	576	484
	Lisboa e Vale do Tejo	13815	19298	-892	11079	5452	2356	2232
	Alentejo	964	1269	10517	-2260	1582	207	89
	Algarve	2330	2020	8422	3260	6843	186	209
	R.A. Açores	949	623	1826	163	126	-352	253
	R. A. Madeira	810	488	1487	100	90	122	-934

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Para além do Norte, também Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram saldos migratórios negativos. Por oposição, com valores de saldo migratório interno positivos, ou seja em que o valor dos imigrantes superou o de emigrantes (em valores absolutos e para o período considerado), destacaram-se apenas o Centro e o Algarve.

De destacar o Algarve quer pelo valor do saldo migratório 1995-2001 mais elevado (6843) como também por verificar saldos positivos nos fluxos migratórios com qualquer das outras NUTS II, o que não se verificou entre o Centro e as outras NUTS II.

De facto, a região Centro, não obstante apresentar um saldo migratório 1995-2001 positivo, “perdeu” efectivos populacionais para o Algarve (952) e para as regiões autónomas dos Açores (47) e da Madeira (4).

Relativamente ao período 1999-2001, observam-se algumas diferenças face ao período anterior, nomeadamente pela mudança de comportamento da Região Autónoma dos Açores face ao saldo migratório, que, de acordo com os valores obtidos para este período, se alterou para um saldo migratório positivo, como consequência de diferentes situações:

- uma forte redução da “perda” de efectivos nas interacções com Lisboa e Vale do Tejo, passando de um saldo migratório inter NUTS II de -530 para -80;
- assim como na redução do valor de saldo negativo com o Algarve (de -60 para -13);
- um aumento do saldo positivo resultante dos fluxos migratórios com o Norte (de 104 para 190);
- idêntica tendência com o Centro (de 47 para 96);
- uma alteração do sentido predominante dos fluxos entre esta região e o Alentejo, passando o respectivo saldo migratório de -44 para 36;
- alterações que compensam largamente a redução do saldo migratório com a Região Autónoma da Madeira, que se vê alterado de 131 para apenas 60.

Quadro 2

SALDO MIGRATÓRIO		Fluxos Migratórios 1999-2001, por NUTS II						
		DE						
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	Norte	-1040	3850	5038	372	525	376	368
	Centro	4075	260	7536	536	460	231	217
	Lisboa e Vale do Tejo	5086	7047	-1426	3925	2204	945	918
	Alentejo	401	511	3874	-660	646	71	54
	Algarve	949	812	3524	1227	2732	78	95
	R.A. Açores	566	327	865	107	65	289	114
	R. A. Madeira	492	248	714	50	53	54	-155

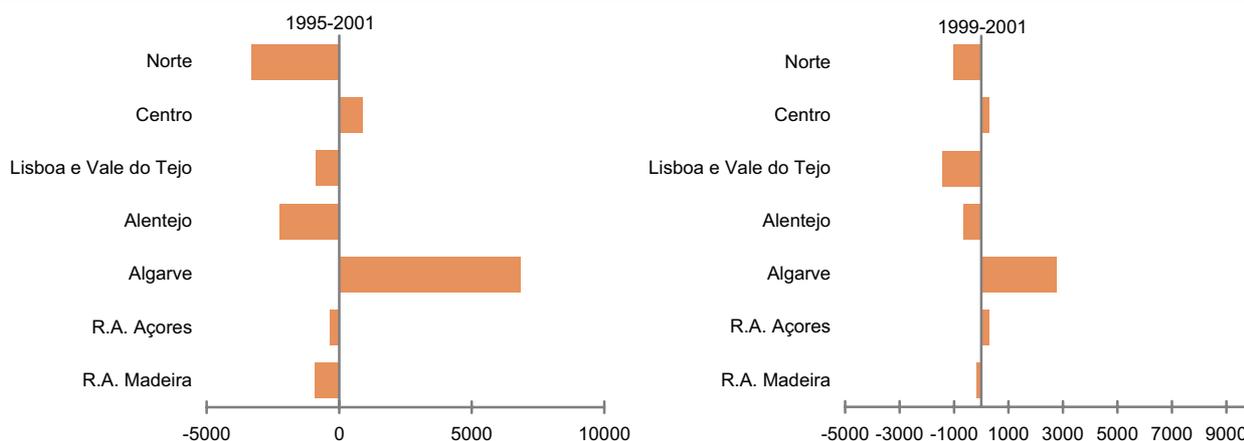
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Centro e o Algarve continuaram a apresentar saldos migratórios positivos, mantendo-se esta última como a NUTS II com maior valor de saldo migratório inter NUTS II positivo. Esta tendência corrobora a observada para todo o período intercensitário em que o crescimento da sua população foi largamente tributário do respectivo crescimento migratório, ainda que neste caso seja também necessário ter presente as migrações externas.

As restantes NUTS II continuam a apresentar valores negativos de saldo migratório, verificando-se, contudo, uma alteração de importância relativa, ou seja, o valor mais negativo passa a observar-se em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se, por ordem de importância o Norte e o Alentejo.

Figura 2

## Saldos migratórios inter regionais 1995-2001 e 1999-2001, NUTS II

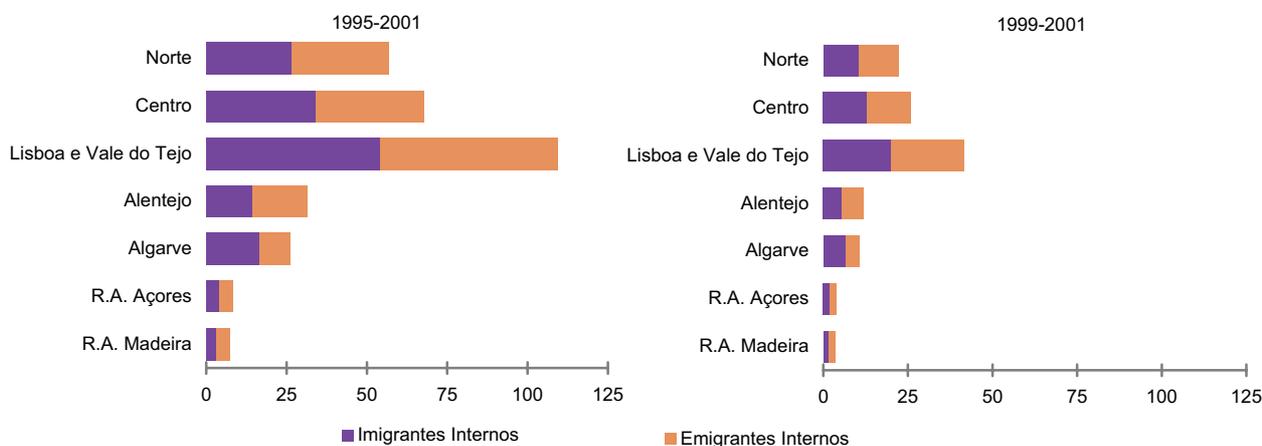


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Em ambos os períodos em análise, os maiores volumes de fluxos migratórios brutos internos (considerando conjuntamente os movimentos migratórios inter regionais de emigração e de imigração, por NUTS II), em termos de valor absoluto, registaram-se em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se-lhe o Centro, revelando um forte dinamismo migratório inter NUTS II nestas regiões. Por oposição, é nas regiões autónomas que os fluxos migratórios brutos internos foram, em termos absolutos, no período considerado, mais diminutos, não se registando alterações significativas nas tendências observadas, para além do atenuar do volume dos fluxos migratórios no período 1999-2001, o que se pode relacionar com o menor período temporal abrangido.

Figura 3

## Fluxos Migratórios Inter Regionais 1995-2001 e 1999-2001 (em milhares), NUTS II



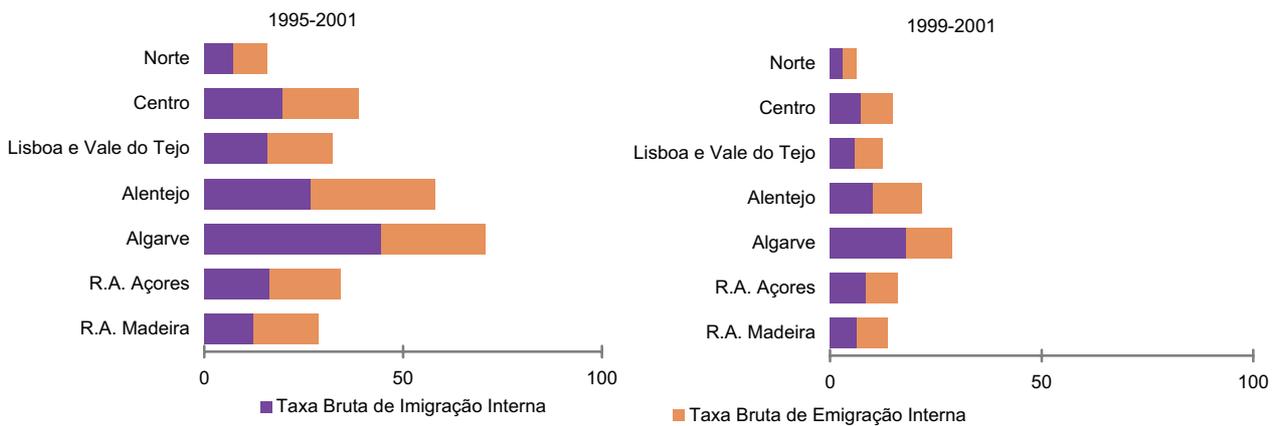
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

A análise dos valores absolutos das migrações inter regionais NUTS II não permite contudo verificar a importância relativa dos fluxos migratórios em cada uma das NUTS II, pelo que se optou por calcular taxas relativas à respectiva população média intercensitária, para cada um dos períodos em análise, por NUTS II<sup>8</sup>.

Sendo a Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II equivalente, grosso modo, à soma das Taxa Bruta de Imigração Inter NUTS II e Taxa Bruta de Emigração Inter NUTS II, a sua análise revela-se pertinente com o objectivo, ao conjugar o volume de ambos os sentidos dos fluxos migratórios internos em cada NUTS II, analisar o dinamismo migratório relativo de cada região, tendo em linha de conta a sua dimensão populacional.

Figura 4

### Taxas Brutas de Imigração e Emigração Inter Regionais 1995-2001 e 1999-2001(em‰), NUTS II



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Comparando com os resultados em valores absolutos verifica-se que o peso relativo das migrações assume um papel distinto e de maior relevância.

Veja-se, por exemplo, que se o maior dinamismo se verificava, em valores absolutos, na região de Lisboa e Vale do Tejo, passa agora a destacar-se o Algarve, por força da dimensão das populações de referência. O Centro deixou de se destacar como a “segunda” região de maior dinamismo migratório, lugar que passa a ser “ocupado” pelo Alentejo em termos relativos.

De acordo com os valores obtidos, para o período 1995-2001, a região de maior dinamismo migratório interno relativo foi o Algarve com uma Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II de 70,6‰, seguindo-se-lhe o Alentejo (58,1‰). O valor mais reduzido desta taxa refere-se ao Norte (15,8‰).

Considerando o período 1999-2001, não se verificaram alterações significativas de comportamento das NUTS II.

Contudo, tal como referido relativamente aos valores absolutos, mais do que o dinamismo migratório, importa analisar o resultado líquido das migrações internas relativamente à população de cada uma das regiões, recorrendo para tal às Taxas de Saldo Migratório Inter NUTS II calculadas (de acordo com nota metodológica) para ambos os períodos em análise.

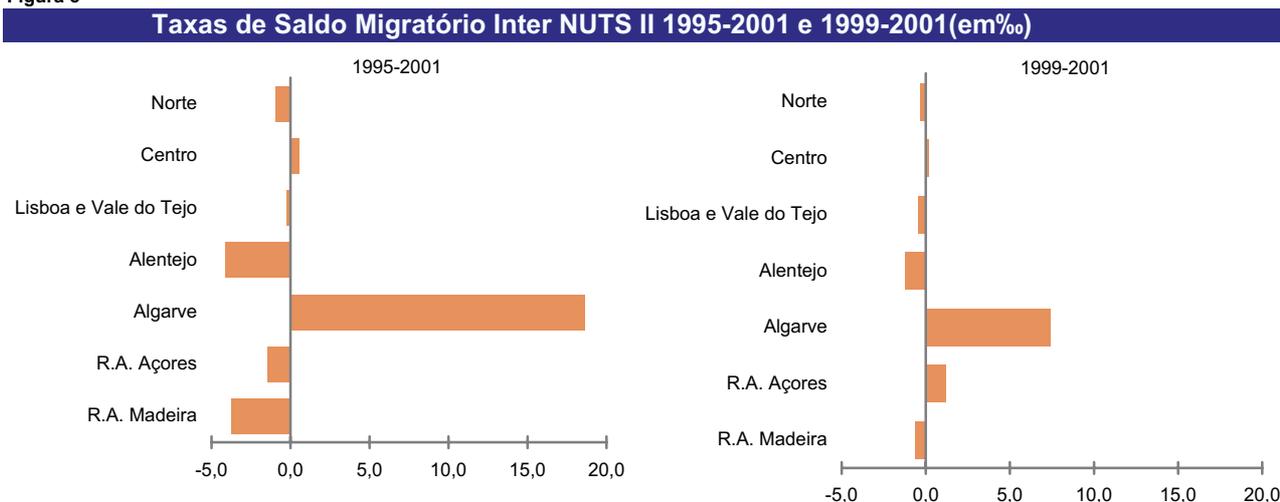
Para o período 1995-2001, apenas o Algarve e o Centro apresentaram Taxas de Saldo Migratório Inter NUTS II positivas, ainda que com uma grande disparidade na ordem dos valores (18,6‰ e 0,5‰, respectivamente).

O Algarve destaca-se assim como a região de maior atractividade, tanto em valores absolutos como face à sua população média.

As restantes NUTS II apresentaram valores negativos, identificando-se como regiões de repulsão, destacando-se o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira.

Curiosamente, Lisboa e Vale do Tejo, apesar do forte dinamismo migratório relativo, revelou, no período 1995-2001, uma Taxa de Saldo Migratório Interno negativa (o que contraria a tendência de crescimento migratório verificada no período intercensitário 1991-2001).

Figura 5



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Face aos valores obtidos para o período 1999-2001, registe-se a alteração de comportamento (tal como já havia sido indicado pelos valores absolutos) na Região Autónoma dos Açores onde se pode observar a inversão de valores negativos para positivos, assim como o aumento da repulsividade na região de Lisboa e Vale do Tejo, mantendo-se idêntico o comportamento das restantes NUTS II, apenas com valores mais reduzidos.

### Cenários migratórios - Algumas pistas

A análise efectuada, embora longe de esgotar o estudo dos fenómenos migratórios internos, permite contudo estabelecer algumas hipóteses de trabalho a considerar a nível das projecções regionais (NUTS II) de população residente, partindo do pressuposto que as tendências observadas nas migrações inter regionais NUTS II se possam manter no curto prazo.

Assim, com base na média (1995-2001 e 1999-2001) do volume bruto dos fluxos migratórios inter regiões e da sua distribuição por “entradas” e “saídas” por NUTS II (assente na análise dos dados censitários sobre a residência anterior), face às disparidades regionais, construiu-se uma matriz de fluxos inter regionais que permite distribuir um qualquer valor bruto projectado pelos diferentes movimentos migratórios e NUTS II, a partir das probabilidades encontradas.

Quadro 3

Probabilidades de Migrações Inter NUTS II Estrutura mista 1995-2001 e 1999-2001		DE							
		TOTAL	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	TOTAL	1,00	0,20	0,22	0,36	0,11	0,06	0,03	0,03
	Norte	0,17	0,00	0,06	0,09	0,01	0,01	0,01	0,01
	Centro	0,22	0,07	0,00	0,13	0,01	0,01	0,00	0,00
	Lisboa e Vale do Tejo	0,35	0,09	0,12	0,00	0,07	0,04	0,02	0,01
	Alentejo	0,09	0,01	0,01	0,07	0,00	0,01	0,00	0,00
	Algarve	0,11	0,02	0,01	0,06	0,02	0,00	0,00	0,00
	R.A. Açores	0,03	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
	R. A. Madeira	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00

Adicionalmente calcularam-se, também a partir de uma estrutura média 1995-2001 e 1999-2001, taxas migratórias inter NUTS II, em per milagem, relativas à população média intercensitária 1991-2001 da NUTS II respectiva, com o objectivo de poder atribuir valores prováveis de emigração e de imigração inter regionais a cada NUTS II.

Desta forma é possível a obtenção de um valor a imputar na matriz de distribuição dos fluxos migratórios tendo em conta a importância relativa dos fluxos migratórios face às populações de referência.

Quadro 4

Taxas Migratórias Inter NUTS II (em ‰)			
NUTS II	Taxas imigratórias	Taxas emigratórias	Taxas de saldo migratório
Norte	5,20	5,81	-0,61
Centro	13,53	13,20	0,33
Lisboa e Vale do Tejo	11,00	11,34	-0,34
Alentejo	18,60	21,30	-2,69
Algarve	31,38	18,38	13,00
R.A. Açores	12,49	12,62	-0,13
R.A. Madeira	9,45	11,64	-2,19

Contudo, reconhecendo a volatilidade associada aos fenómenos migratórios, as disparidades regionais encontradas nos volumes totais e relativos dos fluxos migratórios em cada NUTS II (não esquecendo a importância dos fluxos migratórios externos), assim como a dificuldade que representa a sua projecção no futuro, aquando do estabelecimento de hipóteses a incorporar no cálculo das projecções de população residente por NUTS II terá necessariamente de se efectuar uma análise mais detalhada, nomeadamente uma desagregação geográfica mais fina.

Por outro lado, embora não tendo sido abordado nesta análise exploratória dos dados censitários, será também necessário efectuar uma caracterização por sexos e grupos etários das populações migrantes, factor de elevada importância no cálculo das projecções, face ao impacte que diferentes volumes e estruturas das populações migrantes têm na dimensão e distribuição por sexos e idades dos efectivos populacionais projectados.

Só assim será possível estabelecer diferentes cenarizações para os fluxos migratórios internos, devidamente fundamentadas.

### Nota metodológica

No presente artigo, as migrações internas são objecto de uma análise meramente estatística, que incide exclusivamente sobre os resultados referentes à residência em 31/12/1995 e em 31/12/1999, face à residência no momento censitário - 12/03/2001, dados que não permitem conhecer outros movimentos migratórios ocorridos durante estes intervalos de tempo.

O conceito de migrações internas adoptado tem por base a residência em dois momentos distintos, destacando-se assim do conceito de “Migração” adoptada pelo INE - “Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).” (<http://conceitos.ine.pt>) – bem como dos conceitos de “permanente” ou “temporária”.

As NUTS II (Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) adoptadas correspondem às existentes à data dos Censos 2001.

Os valores obtidos com base nos quesitos censitários sobre a residência anterior são, no presente artigo, adoptados para os cálculos de diversas taxas para cada uma das NUTS II, cujas denominações e fórmulas de cálculo adoptadas se indicam.

### Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II

Pretende analisar o dinamismo migratório observado para cada NUTS II. Reporta-se ao número total de migrantes internos, resultante da soma de emigrantes internos (passaram a residir em outra NUTS II) e de imigrantes internos (provenientes de outra NUTS II), no período considerado, referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de migrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Migração 1995-2001} \left[ \frac{\text{emigrantes int ernos (1995 - 2001)} + \text{imigrantes int ernos (1995 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Migração 1999-2001} \left[ \frac{\text{emigrantes int ernos (1999 - 2001)} + \text{imigrantes int ernos (1999 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

### Taxa Bruta de Imigração Inter NUTS II

Número de imigrantes internos (provenientes de outra NUTS II), referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de imigrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Imigração 1995-2001} \left[ \frac{\text{imigrantes int ernos (1995 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Imigração 1999-2001} \left[ \frac{\text{imigrantes int ernos (1999 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

### Taxa Bruta de Emigração Inter NUTS II

Número de emigrantes internos (passaram a residir em outra NUTS II), referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de emigrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Emigração 1995-2001} \left[ \frac{\text{emigrantes int ernos (1995 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Emigração 1999-2001} \left[ \frac{\text{emigrantes int ernos (1999 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

### Taxa de Saldo Migratório Inter NUTS II

Pretende analisar a atractividade ou repulsividade de cada NUTS II, com base na importância relativa do saldo migratório observado para cada NUTS II. Refere-se ao saldo migratório interno (resultante da diferença entre imigrantes e emigrantes internos), face à população média intercensitária dessa NUTS II, expressa por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa de Saldo Migratório 1995-2001} = \left[ \frac{\text{imigrantes internos (1995 - 2001)} - \text{emigrantes internos (1995 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa de Saldo Migratório 1999-2001} = \left[ \frac{\text{imigrantes internos (1999 - 2001)} - \text{emigrantes internos (1999 - 2001)}}{\left( \frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

## Bibliografia

Branco, Rui M. C., (2001), *Portuguese immigration: An approach to the mortality patterns*, paper apresentado na European Population Conference 2001, 7 - 9 June 2001, Helsinki, Finland, disponível em Instituto Nacional de Estatística, INFOLINE

Carrilho, M.<sup>a</sup> José, Patrício, Lurdes (2002), “A Situação Demográfica Recente em Portugal” in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 32, pp 147-175, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal

Carrilho, M.<sup>a</sup> José (1997), “As Projecções Demográficas: aplicação e métodos” in *Cadernos Regionais - Região Centro*, Abril de 1997, n.º 7, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro, Coimbra

INE (2002), *Censos 2001: Resultados definitivos – XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal

INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Lucas, Vasco (1997), “O Retorno de Emigrantes. A Sua Relevância na Região Centro”, in *Cadernos Regionais - Região Centro*, Abril de 1997, n.º 7, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro, Coimbra

INE (2003), “Projecções de População Residente 2000-2050”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Oliveira, Cristina, Peixoto, João (2001), “Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental, 1992-1999” in *Revista de Estudos Regionais - Região Lisboa e Vale do Tejo*, 1º Semestre de 2001, n.º 2, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa

Peixoto, João (1998) “Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: As Migrações Inter-regionais em Portugal nos anos 80”, in *Revista de Estatística*, 3º QUAD 1998, n.º 9, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Saleiro, Emília, Campos, Pedro (1994), “As Migrações Internas na Região Norte”, in *Estatísticas & Estudos Regionais - Região Norte*, Set-Dez 1994, n.º 6, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, Porto

## Notas

<sup>1</sup> Os valores apresentados neste artigo foram calculados com base nos resultados definitivos do Censo 2001, não tendo os efectivos censitários sido ajustados com as taxas de cobertura avaliadas no Inquérito de Qualidade (consultar publicação “XIV Recenseamento Geral da População – 2001”). Para análise das diferenças da variação da população e do saldo migratório recomenda-se a consulta da publicação INE (2003), “Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”.

<sup>2</sup> Variação populacional, obtida pela diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos de observação (no presente caso, os momentos censitários 1991 e 2001), ocorrida durante o período de tempo decorrido entre ambos, referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

<sup>3</sup> Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, geografia à data dos Censos 2001.

<sup>4</sup> Saldo natural observado durante um determinado período de tempo (no presente caso o período intercensitário), referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

<sup>5</sup> Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo (no presente caso o período intercensitário), referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

<sup>6</sup> Tendência que não se mantém após o ajustamento dos efectivos censitários com as taxas de cobertura (consultar INE (2003), “Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Peixoto, João (1998) e Saleiro, Emília, e Campos, Pedro (1994).

<sup>8</sup> Encontrando-se a sua explicação numa nota metodológica inserta no final do artigo.

## Artigo 6º\_ página73



### **Evolução da Pobreza e da Desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997**

**Monitoring poverty and inequality during the period 1995-1997**

#### **Autores<sup>1</sup>: Paulo Parente**

Técnico Superior de Estatística do Departamento de Síntese Económica e de Conjuntura

E-mail: [paulo.parente@ine.pt](mailto:paulo.parente@ine.pt)

#### **Teresa Bago d'Uva**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Síntese Económica e de Conjuntura

E-mail: [teresa.uva@ine.pt](mailto:teresa.uva@ine.pt)

#### **Resumo:**

A pobreza e a desigualdade de rendimentos são assuntos que têm vindo a preocupar a sociedade contemporânea. Este trabalho procura mostrar de que forma a pobreza e a desigualdade evoluíram ao longo do período 1995-1997. O tipo de pobreza considerado neste trabalho é designado por pobreza relativa pois este conceito tem em conta toda a distribuição dos rendimentos.

Uma vez que os preços nas várias regiões de Portugal são distintos, o poder de compra nas NUTS II é diferente pelo que é necessário corrigir os indicadores tradicionalmente calculados utilizando os chamados índices de custo de vida.

Adicionalmente, apresentamos um estudo mais detalhado da distribuição dos rendimentos das regiões em 1997.

Por último, caracterizamos a população pobre em 1997 e fazemos uma comparação com a população pobre persistente, ou seja, com os agregados familiares considerados pobres em três anos consecutivos.

<sup>1</sup> Agradecemos a colaboração de Ana Mártires.

**Palavras chave:**

Índices de desigualdade, Índices de custo de vida, pobreza persistente.

**Abstract:**

Poverty and income inequality are issues that have been the source of concern of the contemporary society.

This article intends to show how poverty and inequality changed over the period 1995-1997. The type of poverty considered in this work is known as relative poverty as it takes into account the income distribution.

Since prices are different in several Portuguese regions, the purchasing power in NUTS II is also different. Hence, it is necessary to correct the indicators that are traditionally computed using the cost of living indices.

Additionally, we present a detailed study of the income distribution of the Portuguese regions for the year 1997.

Lastly, the poor population of 1997 is characterised and it is compared with the persistent poor population, that is, with the households considered poor during three consecutive years.

**Key-words:**

Inequality indices, Cost of living indices, persistent poverty.

## Introdução

O número considerável de pessoas com carências materiais e que vivem sem um mínimo de qualidade de vida e a existência de rendimentos muito díspares entre os indivíduos são assuntos que têm vindo a preocupar a sociedade contemporânea uma vez que levantam questões importantes relacionadas com justiça social. Estes temas levam-nos inevitavelmente aos conceitos de pobreza e desigualdade. Neste trabalho estudamos a evolução ao longo do período 1995 a 1997 de vários indicadores de pobreza e desigualdade em Portugal.

A definição de um agregado familiar pobre é difícil e não consensual. Geralmente, define-se como pobre<sup>1</sup> um agregado familiar cujos rendimentos ou despesas são inferiores a um montante monetário denominado linha de pobreza. Podemos definir linha de pobreza em termos absolutos ou em termos relativos. Uma linha de pobreza absoluta é definida a partir da valorização monetária de um cabaz de bens ou serviços que satisfaça as necessidades básicas mínimas<sup>2</sup> de um agregado familiar. A linha de pobreza relativa é construída com base na distribuição dos rendimentos ou despesas e é geralmente definida como uma determinada percentagem da mediana<sup>3</sup>. Neste trabalho optamos por considerar uma linha de pobreza relativa definida como 60% da mediana dos rendimentos monetários líquidos, a mesma que o EUROSTAT tem vindo a utilizar nos estudos divulgados.

A definição de pobreza considerada neste estudo está relacionada com os rendimentos provenientes de salários, rendas, juros e lucros. É necessário salientar que existem outras fontes de rendimento não monetárias, como por exemplo o auto-abastecimento e a auto-consumo. Estas fontes de rendimento não deveriam ser ignoradas uma vez que esse facto poderá levar a uma classificação errada das famílias pobres. Tal informação não foi considerada por não ser fornecida pelo questionário que foi utilizado como suporte para a elaboração deste estudo. Este questionário tem a designação de Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia e constitui uma das mais importantes fontes de informação para a elaboração de estudos sobre pobreza e desigualdade nos países membros da União Europeia. Assim, embora esta seja a melhor fonte de informação disponível para Portugal, é necessário salientar que quadro desenhado neste artigo sobre a situação social dos indivíduos fica algo incompleto.

A comparação dos rendimentos entre os agregados familiares é incorrecta se não se tiver em conta a sua dimensão e a existência de economias de escala uma vez que certos bens ou serviços adquiridos por um agregado familiar podem ser utilizados por vários dos seus membros. Por este motivo é necessário ajustar os rendimentos, utilizando um factor que geralmente é designado por escala de equivalência. A escala de equivalência escolhida é a escala de equivalência modificada da OCDE, recomendada pelo EUROSTAT. Esta escala atribui o peso de 1 ao primeiro adulto, 0.5 aos restantes adultos e 0.3 a cada criança com idade inferior a 14 anos, reconhecendo implicitamente a diferença entre a capacidade de consumo dos adultos e das crianças.

Este artigo tem a seguinte organização: Descrevemos a fonte de dados na secção 1. As medidas de desigualdade utilizadas neste estudo são apresentadas de uma forma sintética na secção 2. Na secção 3, expomos e interpretamos os resultados dos índices de desigualdade e na secção 4 apresentamos um estudo da distribuição do rendimento global e desagregado por regiões para o ano de 1997. Os resultados da desagregação de índices de desigualdade são apresentados na secção 5. Algumas estatísticas descritivas sobre a população geral e população pobre são apresentadas e comentadas na secção 6. Na secção 7, fazemos uma comparação entre as características da população geral e da população pobre para o ano de 1997 em termos de tipologia sociológica. Nas secções 8 e 9, expomos alguns resultados sobre pobreza não monetária, pobreza subjectiva e pobreza persistente. Por último, a secção 10, apresenta as principais conclusões

## 1. Fonte de dados

O Painel dos Agregados Familiares da União Europeia é um inquérito elaborado pelo EUROSTAT e implementado desde 1994 nos países da União Europeia. O seu objectivo é permitir uma comparação das estatísticas sociais dos vários países e fornecer informação longitudinal de forma a facilitar o estudo das evoluções destas mesmas estatísticas. O tipo de informação recolhida é extremamente diverso, abrangendo questões relacionadas com os rendimentos monetários e as suas fontes, níveis de educação dos elementos do agregado, características da habitação, emprego, saúde, etc..

Este inquérito tem importantes limitações aliás, conhecidas em inquéritos sobre a temática, no que concerne à elaboração de estudos sobre pobreza uma vez que ignora os rendimentos não monetários e incide exclusivamente

sobre os indivíduos que vivem em habitações, ignorando os sem-abrigo e as pessoas que vivem em instituições que albergam os mais necessitados.

O estudo apresentado neste artigo centra-se sobre o período de 1995 a 1997. O ano de 1994 não foi considerado pois a base de dados proveniente do EUROSTAT apresenta algumas incoerências no que diz respeito a características da população portuguesa. Observou-se que este requisito era satisfeito pelas bases de dados em todos os anos, excepto em 1994, o que levou a não considerar este ano neste estudo.

As não respostas e os valores extremos são dois problemas inerentes a qualquer inquérito. Em relação ao primeiro a solução adoptada pelo EUROSTAT baseia-se em métodos de imputação (para mais pormenores ver European Commission - Eurostat, 2000). O EUROSTAT procede, também, a uma correcção dos valores extremos baseada nos valores observados para cada indivíduo nas vagas anteriores do inquérito ou estimadas a partir de outras variáveis.

Quadro 1

Dimensão da amostra por indivíduos e agregados familiares			
Ano	No. de Indivíduo	No. de Agregado Familiares	No. de indivíduos com idade maior ou igual a 16 anos
1995	1482	4916	1185
1996	1462	4850	1170
1997	1442	4802	1162

No Quadro 1 apresentamos a dimensão da amostra em termos de indivíduos e em termos de agregados. Indicamos, também, o número de indivíduos com idade superior a 16 anos uma vez que só existe informação mais detalhada para este grupo de pessoas.

## 2. Breve descrição dos índices de desigualdade e de pobreza<sup>4</sup>

O índice mais comumente utilizado na avaliação da desigualdade dos rendimentos é o índice de concentração de Gini (Gini, 1912). O valor deste índice é igual à área entre a curva de Lorenz<sup>5</sup> e a linha de igual repartição do rendimento (linha de 45°). Este índice varia entre 0 e 1 e é crescente com a concentração. O 0 indica a igual repartição do rendimento e o 1 a máxima concentração do rendimento.

Existe uma grande variedade de medidas de desigualdade, algumas das quais incorporam explicitamente julgamentos normativos de bem estar social. Um conjunto de medidas que tem esta característica é a classe de medidas de Atkinson (Atkinson, 1970). O índice de Atkinson é função de um parâmetro de aversão à desigualdade e que toma valores estritamente superiores a 0. Quanto maior é o valor de  $e$ , maior é a preocupação da sociedade com a desigualdade, ou seja, existe maior aversão à desigualdade. Tal como o índice de Gini esta classe de índices tem a propriedade de variar entre 0 e 1, sendo que o 0 indica igual repartição de rendimentos. Neste caso, quanto maior o valor do parâmetro  $e$ , maior é o peso dado às distâncias entre os rendimentos mais baixos.

Uma outra classe de medidas que também tem subjacente julgamentos normativos da sociedade em relação à desigualdade, é designada por medidas de Entropia Generalizada (Theil, 1967). A medida de Entropia Generalizada é função de um parâmetro  $a$ , sendo que para  $a=1$  e para valores de  $a$  inferiores a 1, obtemos índices equivalentes aos índices de Atkinson. Se  $a=0$ , é dado um maior peso às distâncias entre rendimentos na parte inferior da distribuição. No caso em que  $a=1$  é atribuído igual peso a distâncias entre rendimentos ao longo da distribuição. Se  $a=2$ , obtemos uma transformação monótona do coeficiente de variação. Neste caso é atribuído maior peso a distâncias entre rendimentos na parte superior da distribuição. Isto significa que se dá uma maior importância à desigualdade entre os agregados com rendimento mais elevado.

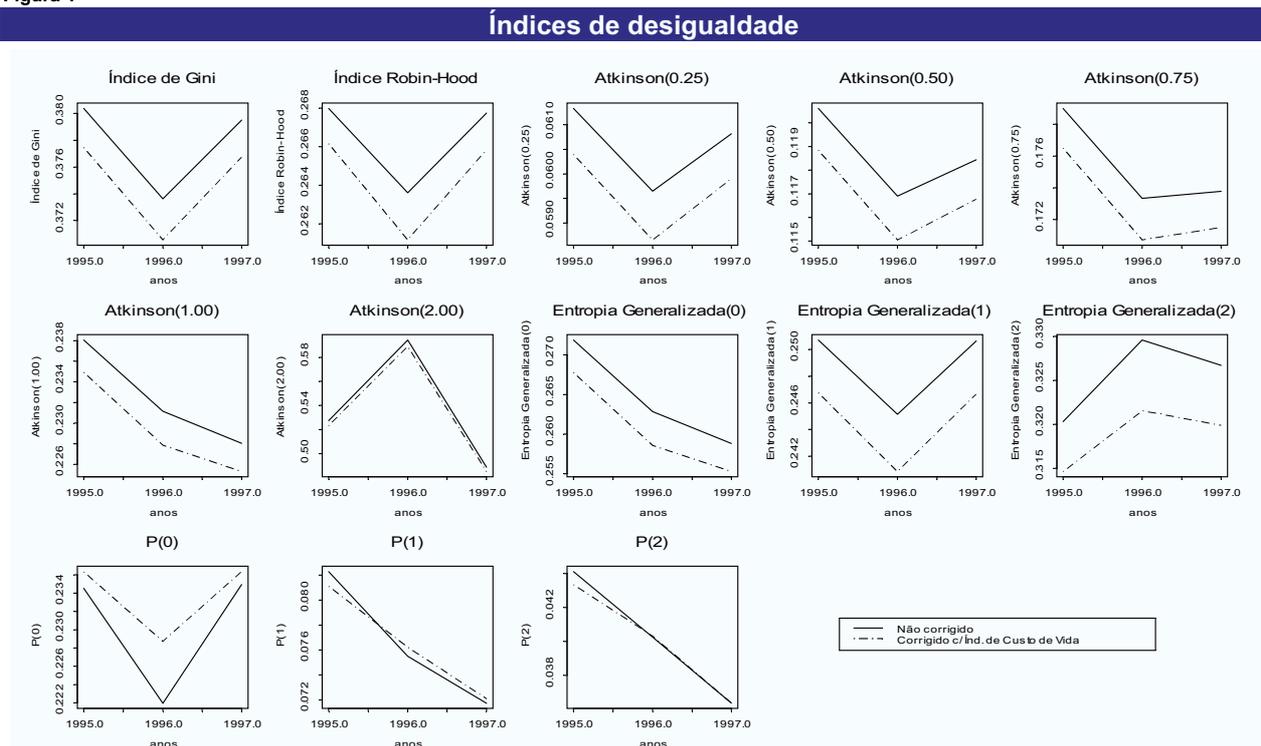
Um índice de desigualdade com uma designação extremamente sugestiva é o índice Robin-Hood (Atkinson e Micklewright, 1992). Este índice é igual à distância vertical máxima entre a curva de Lorenz e a linha de igual repartição do rendimento. O valor deste índice aproxima a percentagem do rendimento total que tem de ser transferido dos agregados familiares com rendimentos acima da média para os agregados familiares com os rendimentos abaixo da média de modo a que a equidade dos rendimentos seja estabelecida.

Existe outro tipo de indicadores que tem como finalidade medir a pobreza de uma sociedade, como os índices  $P(g)$  introduzidos por Foster et al. (1994). O parâmetro  $g$  pode ser interpretado como um parâmetro de aversão à pobreza. Quanto maior é o  $g$ , maior importância é dada aos mais pobres. Se  $g=0$ , o índice tem o nome de taxa de pobreza. Este índice é igual à percentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza. No caso em que  $g=1$ , o índice é designado de índice de pobreza normalizado e dá distância média relativa entre a linha de pobreza e o rendimento dos indivíduos pobres. Se  $g=2$  temos um índice que avalia as distâncias entre os rendimentos dos

Quadro 2

Índices de desigualdade						
Fonte	Não Corrigido			Corrigido C/Ind. De Custo de Vida		
Ano	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Gini	0,38	0,374	0,38	0,377	0,371	0,377
Índice Robin-Hood	0,268	0,264	0,268	0,266	0,261	0,266
Atkinson(0.25)	0,061	0,06	0,061	0,06	0,059	0,06
Atkinson(0.50)	0,121	0,117	0,118	0,119	0,115	0,117
Atkinson(0.75)	0,179	0,173	0,174	0,176	0,171	0,172
Atkinson(1.00)	0,238	0,231	0,228	0,235	0,228	0,225
Atkinson(2.00)	0,527	0,594	0,489	0,523	0,589	0,485
Entropia Generalizada(0)	0,272	0,263	0,259	0,268	0,259	0,255
Entropia Generalizada(1)	0,251	0,245	0,251	0,247	0,241	0,247
Entropia Generalizada(2)	0,32	0,33	0,327	0,315	0,322	0,32
P(0)	0,235	0,222	0,235	0,236	0,229	0,236
P(1)	0,082	0,075	0,072	0,081	0,076	0,072
P(2)	0,044	0,04	0,036	0,043	0,04	0,036

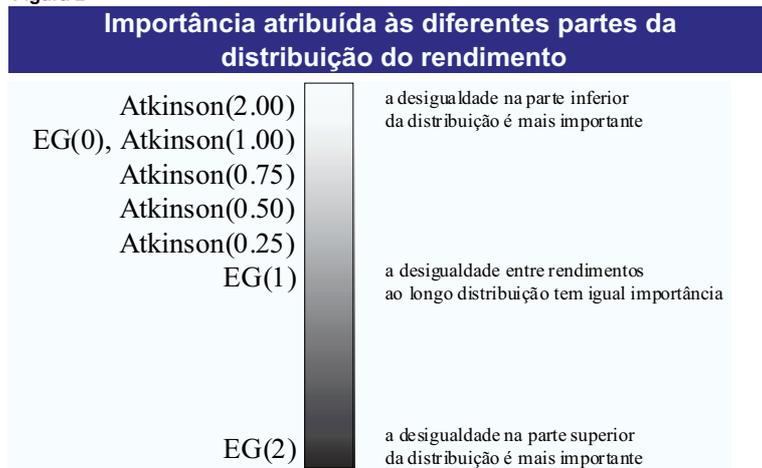
Figura 1



pobres e a linha de pobreza dando um maior peso às maiores distâncias. Assim, este índice para além de constituir uma medida de pobreza, pode ser considerado como uma medida de desigualdade entre pobres.

### 3. Interpretação dos resultados dos índices

Figura 2



O Índice de Gini e o Índice Robin-Hood indicam que a desigualdade diminuiu de 1995 para 1996 e aumentou no ano seguinte. Os índices que incorporam julgamentos normativos em termos de bem estar social têm um comportamento que varia com o parâmetro de aversão à desigualdade. A Figura 2 esquematiza a importância que cada um dos índices apresentados atribui às diferentes partes da distribuição do rendimento.

Segundo os índices Atkinson(0.25), Atkinson(0.50) e Atkinson(0.75) e Entropia Generalizada(1), a desigualdade diminuiu em 1996 e aumentou em 1997. Note-se que os três primeiros índices incorporam a ideia de que a desigualdade entre os mais pobres é mais importante que a desigualdade entre os mais ricos, embora este efeito se atenua com o decréscimo do valor de  $e$ . Embora o índice de Gini e o índice Robin-Hood não incorporem explicitamente juízos de valor sobre a desigualdade em diferentes partes da distribuição, podemos verificar que o seu comportamento é semelhante ao do índice EG(1) que atribui a mesma importância à desigualdade nas diferentes partes da distribuição.

É importante salientar que o Índice de Entropia Generalizada (0) é uma mera transformação monótona do índice Atkinson(1). Relembre-se que a fórmula destes índices tem em conta que a sociedade é avessa à desigualdade. Os seus valores indicam que a desigualdade diminuiu em 1996 e 1997.

Embora os índices Atkinson(2) e Entropia Generalizada(2) tenham um comportamento semelhante, é necessário realçar que a interpretação destes índices é diferente. De facto, enquanto o índice Atkinson(2) é um indicador de desigualdade numa sociedade que dá grande importância à desigualdade entre os pobres, o índice de Entropia Generalizada(2) representa um indicador de desigualdade numa sociedade que atribui maior valor à desigualdade entre os indivíduos com maiores rendimentos.

A taxa de pobreza medida por  $P(0)$  diminuiu de 1995 para 1996 e aumentou em 1997. Por outro lado, os índices que restringem o estudo da desigualdade à população pobre, designadamente o  $P(1)$  e  $P(2)$ , mostram que esta diminuiu no período 1995-1997.

Um factor importante que é geralmente ignorado no cálculo dos índices de desigualdade e das medidas de avaliação do grau de pobreza de uma sociedade é a disparidade entre os preços das diversas regiões que constituem um país. Este facto é salientado por Johnson et al. (2000) num contexto de correcção das linhas de pobreza devido às especificidades regionais.

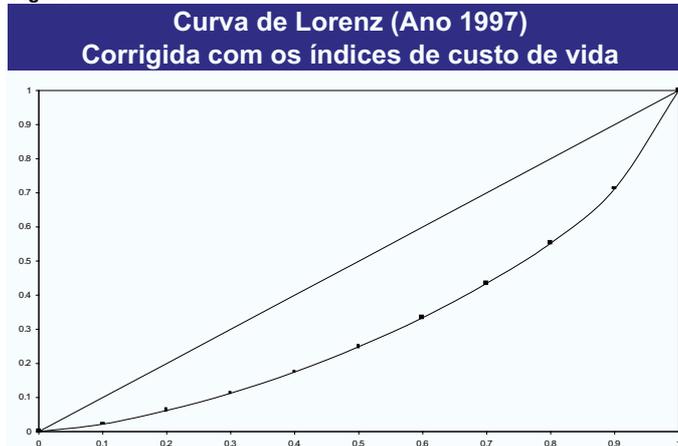
Quando os preços diferem entre as regiões, uma determinada quantidade de moeda não tem o mesmo poder de compra em todas as regiões. Consequentemente, é necessário corrigir os índices de desigualdade utilizando os

Quadro 3

Índices de custo de vida em Portugal				
Regiões	Anos			
	1994	1995	1996	1997
Norte	100	100	100	100
Centro	99,5	99,3	99	98,7
Lisboa e Vale do Tejo	105,4	105,5	104,7	104,4
Alentejo	100,8	101,2	100,9	101
Algarve	101,5	101,6	101,2	101,1
R.A. Açores	101,4	102,7	102,1	101,2
R.A. Madeira	104,5	104,9	104,3	103,7

chamados índices de custo de vida regionais. O verdadeiro índice de custo de vida entre duas regiões é igual ao quociente entre os custos de aquisição dos cabazes que permitem obter o mesmo nível de utilidade. Existem inúmeros métodos que podem ser utilizados para o cálculo destes índices (ver Parente e Bago d'Uva, 2001), contudo neste estudo utilizamos o método EKS uma vez que é o índice mais utilizado pelos organismos internacionais, nomeadamente o EUROSTAT e a OCDE, em comparações entre países. Os valores do índice de custo de vida utilizando o método EKS são apresentados no Quadro 3<sup>6</sup>.

Figura 3

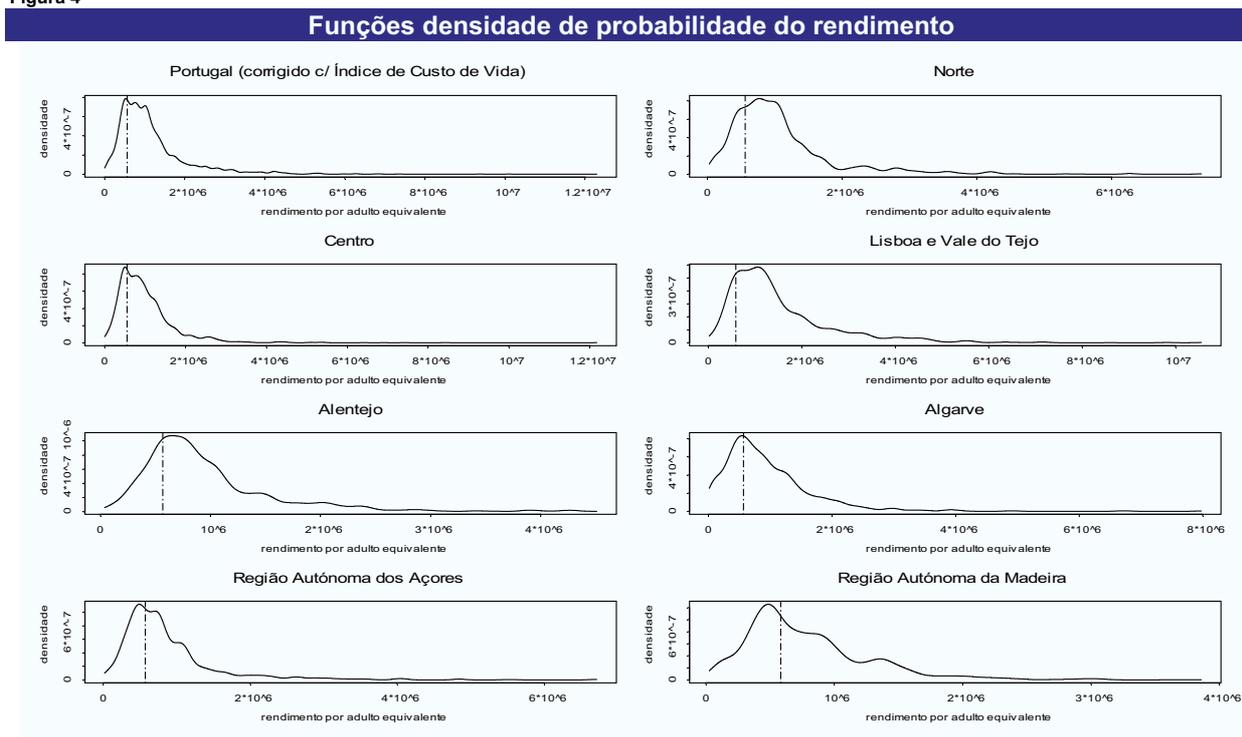


A correcção dos rendimentos utilizando os índices de custo de vida regionais permite diminuir o enviesamento dos índices de desigualdade. Este facto é comprovado pelos resultados obtidos pois verificamos que o valor de todos os índices diminuiu, o que sugere que ignorar a diferença de poderes de compra em diferentes regiões produz um aumento artificial da desigualdade. Note-se que este efeito se faz sentir sobretudo no nível dos índices uma vez que as suas tendências não são afectadas. Podemos, ainda, verificar que a taxa de pobreza corrigida pelo índice de custo de vida é mais elevada do que taxa não corrigida, o que indica que, de facto, o número de indivíduos pobres foi superior aos que seria obtido utilizando a abordagem convencional.

Na Figura 3 apresentamos a curva de Lorenz com rendimentos corrigidos com os índices de custo de vida. Não apresentamos as curvas para os outros anos e com os dados não corrigidos uma vez que visualmente não se distinguem desta.

## 4. Estudo da distribuição do rendimento

Figura 4



Nota: a linha vertical representa a linha de pobreza corrigida pelos índices de custo de vida.

Quadro 4

<b>Estatísticas descritivas para o rendimento anual por adulto equivalente em Portugal e por Regiões (média e mediana em milhares de escudos)</b>					
Regiões	Anos	1995	1996	1997	
Portugal	Média	1097	1113	1165	
	Coefficiente de Variação	0,79	0,8	0,8	
	Mediana	885	915	937	
	Skewness	2,87	3,89	2,79	
	Kurtosis	15,66	35,52	13,36	
Norte	Média	1033	1054	1062	
	Coefficiente de Variação	0,82	0,74	0,74	
	Mediana	865	901	883	
	Skewness	4,13	2,85	2,55	
	Kurtosis	33,23	13,58	10,39	
Centro	Média	905	932	1010	
	Coefficiente de Variação	0,73	0,75	0,77	
	Mediana	751	794	833	
	Skewness	2,17	2,42	3,93	
	Kurtosis	8	10,38	32,44	
Lisboa e Vale do Tejo	Média	1420	1430	1519	
	Coefficiente de Variação	0,73	0,8	0,78	
	Mediana	1123	1145	1149	
	Skewness	2,06	4,28	2,34	
	Kurtosis	6	38,13	8,82	
Alentejo	Média	914	962	978	
	Coefficiente de Variação	0,79	0,72	0,8	
	Mediana	715	789	937	
	Skewness	2,93	2,22	2,79	
	Kurtosis	14,9	6,72	13,36	
Algarve	Média	1097	1113	1165	
	Coefficiente de Variação	0,79	0,8	0,8	
	Mediana	885	915	937	
	Skewness	2,87	3,89	2,79	
	Kurtosis	15,66	35,52	13,36	
R.A. Açores	Média	853	857	875	
	Coefficiente de Variação	0,86	0,87	0,82	
	Mediana	636	660	711	
	Skewness	2,53	2,99	3,14	
	Kurtosis	9,07	13,15	14,79	
R.A. Madeira	Média	767	776	784	
	Coefficiente de Variação	0,7	0,64	0,63	
	Mediana	622	656	673	
	Skewness	2,43	1,62	1,56	
	Kurtosis	10,93	3,97	3,86	

Nota: A média e a mediana para Portugal são corrigidas do Índice de Preços do Consumidor (base 1997). As estatísticas apresentadas para cada região são corrigidas com o respectivo Índice de Preços do Consumidor (base 1997 – sem rendas).

Nesta secção são apresentadas algumas estatísticas descritivas do rendimento por adulto equivalente e as densidades de probabilidade não paramétricas<sup>7</sup> desta variável de forma a permitir uma melhor percepção da distribuição dos rendimentos em Portugal. Os resultados expostos para Portugal são referentes aos rendimentos corrigidos com os índices de custo de vida. Adicionalmente, apresentam-se os resultados desagregados por regiões. Os gráficos das funções densidade de probabilidade não paramétricas apresentados na Figura 4 referem-se apenas ao ano de 1997. Os gráficos para os anos anteriores não são apresentados em virtude da sua semelhança com o ano de 1997.

O rendimento médio em Portugal e em todas as regiões teve tendência crescente ao longo do período em estudo. A mediana do rendimento por adulto equivalente em Portugal, teve, também, um crescimento positivo, neste período (o mesmo se observa para cada uma das regiões consideradas, à excepção da região Norte em que o valor mais elevado se registou em 1996). Os valores dos coeficientes de variação mostram que a dispersão do rendimento aumentou em 1996 e diminuiu em 1997. Note-se que esta medida corresponde, também, a um índice de desigualdade.

A distribuição dos rendimentos é enviesada à esquerda, ou seja, é assimétrica positiva, um resultado que é comum a todas as regiões. Isto significa que existe um maior número de pessoas com rendimentos baixos do que com rendimentos altos. O parâmetro de skewness indica que a distribuição do rendimento, tanto em Portugal como em cada uma das regiões, é assimétrica positiva.

O parâmetro de kurtosis é positivo em todos os anos, indicando que a distribuição é leptokurtica, ou seja, que tem um pico acentuado. Este efeito é particularmente notório em Portugal em 1996. A mesma análise por regiões indica que a distribuição é leptokurtica em todos os casos, sendo de notar os picos observados em 1996 em Lisboa e Vale do Tejo e em 1995 na R.A. da Madeira.

## 5. Resultados da Desagregação de Índices de Desigualdade

Quadro 5

Desagregação do índice por regiões			
Decomposição da desigualdade por regiões	1995	1996	1997
<b>Regiões</b>	0,268	0,259	0,255
Norte	0,275	0,222	0,233
Centro	0,247	0,292	0,228
Lisboa e Vale do Tejo	0,227	0,242	0,253
Alentejo	0,248	0,224	0,186
Algarve	0,299	0,301	0,33
Açores	0,311	0,287	0,243
Madeira	0,213	0,196	0,201
Dentro das regiões	0,252	0,245	0,239
Entre Regiões	0,015	0,014	0,016
Percentagem dentro das regiões	94,23%	94,58%	93,59%
Percentagem entre regiões	5,77%	5,42%	6,41%

Os índices de Entropia generalizada podem ser decompostos segundo a abordagem de Cowell e Jenkins (1995) de forma a facilitar a investigação das causas da desigualdade. De seguida, apresentamos a decomposição do índice EG(0) por subgrupos da população, o que permite estudar a desigualdade entre grupos da população. O índice EG(2) é decomposto por fontes de rendimento, obtendo-se a contribuição de cada uma delas para a desigualdade do rendimento total.

### 5.1 Desagregação do Índice de Entropia Generalizada(0) por Regiões

Podemos construir grupos de regiões com um comportamento bastante parecido em termos do Índice de Entropia Generalizada(0). Os índices nas regiões Norte e Madeira têm um comportamento semelhante, diminuindo de 1995 para 1996 e aumentando em 1997. A desigualdade na região Centro aumentou em 1996 e diminuiu em 1997. A região de Lisboa e Vale do Tejo a Algarve apresentam valores do índice de desigualdade que sistematicamente aumentaram de ano para ano. As regiões do Alentejo e Açores tem um comportamento semelhante ao de Portugal pois a desigualdade diminuiu de 1995 para 1997. A importância das diferenças regionais na desigualdade diminuiu de 5.77% em 1995 para 5.42% em 1996 e aumentou de forma significativa para 6.41% em 1997.

Quadro 6

Desagregação do índice de entropia Generalizada (0) segundo algumas característica			
Decomposição da desigualdade por grupos	1995	1996	1997
<b>Sexo</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	99,74%	99,76%	99,99%
Percentagem entre grupos	0,26%	0,24%	0,01%
<b>Idade</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	95,82%	97,07%	97,46%
Percentagem entre grupos	4,18%	2,93%	2,54%
<b>Educação</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	74,33%	75,44%	72,76%
Percentagem entre grupos	25,67%	24,56%	27,24%
<b>Actividade</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	97,11%	98,05%	97,25%
Percentagem entre grupos	2,89%	1,95%	2,75%
<b>Situação no emprego</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	97,01%	96,87%	96,99%
Percentagem entre grupos	2,99%	3,13%	3,01%
<b>Sector de actividade da pessoa de referência</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	86,39%	86,38%	80,06%
Percentagem entre grupos	13,61%	13,62%	19,94%
<b>Pobre</b>	0,268	0,259	0,255
Percentagem dentro dos grupos	53,48%	55,68%	54,86%
Percentagem entre grupos	46,52%	44,32%	45,14%

### 5.2 Desagregação do Índice de Entropia Generalizada(0) Segundo algumas características do indivíduo de referência do agregado

O indivíduo de referência é definido como sendo o elemento do agregado familiar com rendimento mais elevado. A análise detalhada do Quadro 6 permite verificar que o sexo, a idade e a actividade do indivíduo de referência explicam uma parte diminuta da desigualdade.

A classificação da pessoa de referência quanto à sua actividade origina os seguintes grupos:

- Trabalha pelo menos 15 horas por semana, ou no caso de se encontrar actualmente ausente do emprego, trabalha geralmente 15 horas por semana.
- Não trabalha 15 horas por semana, mas trabalhou pelo menos uma hora na semana de referência do inquirido.
- Desempregado;
- Trabalhador desencorajado;
- Economicamente inactivo

O facto da actividade da pessoa de referência não ter um papel preponderante na explicação da desigualdade pode parecer surpreendente pois indica a desigualdade social se deve a uma grande variabilidade dos níveis de rendimentos dentro dos grupos das pessoas activas, pessoas desempregadas, trabalhadores desencorajados, etc. e não ao facto de uma pessoa estar empregada ou desempregada. Porém, é necessário notar que os

rendimentos dos desempregados no momento da entrevista são semelhantes aos rendimentos dos que trabalham regularmente devido ao facto destes desempregados serem predominantemente de curto prazo.

A diferença entre os níveis de educação dos indivíduos de referência explica uma percentagem importante que varia entre os 24.56% em atingidos em 1996 os 27.24% em 1997.

Os grupos que constituem a situação no emprego do indivíduo de referência são:

- Trabalhador por conta de outrem;
- Aprendiz pago;
- Em formação relacionado com emprego;
- Trabalhador por conta própria;
- Trabalhador não remunerado pago para a família;
- Indivíduo que não trabalha.

Verificamos que a situação no emprego também não teve grande influência na desigualdade uma vez que, de 1995 a 1997, apenas 2 % a 3% da desigualdade se deveu a este factor.

Os sectores de actividade considerados neste estudo foram:

- Agricultura;
- Indústria;
- Serviços;
- Indivíduo que não trabalha.

Quadro 7

Decomposição do Índice de Entropia Generalizada (2) por Fonte de Rendimento			
Anos	1995	1996	1997
GE(2)	0,315	0,322	0,32
Salários	75,91%	66,71%	62,06%
Rendimentos provenientes do trabalho por conta própria	7,33%	8,95%	16,20%
Pensões	9,87%	10,26%	9,29%
Subsídio de Desemprego e Indemnização por despedimento	-0,17%	-0,25%	-0,17%
Outros benefícios sociais ou bolsas de estudo	0,20%	0,57%	-0,32%
Rendimentos provenientes de investimento, poupanças ou seguros	6,43%	13,22%	12,68%
Rendimentos provenientes de outra fonte	0,43%	0,53%	0,26%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O sector de actividade teve um papel relevante na desigualdade. Em 1995 e 1996, 13.61% e 13.62% respectivamente da desigualdade deveu-se ao facto das pessoas trabalharem em sectores de actividade diferentes, tendo estes valores subido para 19.94% em 1997.

Note-se que, tal como seria de esperar, fazer ou não parte do grupo dos pobres tem uma grande importância na explicação da desigualdade.

### 5.3 Decomposição do Índice de Entropia Generalizada(2) por Fonte de Rendimento

A importância dos salários na composição do índice GE(2) é extremamente elevada. No ano de 1995, 75.91% do valor do índice deveu-se à desigualdade nos salários. Contudo, este valor caiu quase 10 p.p. no ano seguinte e 4 p.p. em 1997.

Por outro lado, a desigualdade nos rendimentos provenientes de investimento, poupanças ou seguros aumentou cerca de 7 p.p. de 1995 para 1996 e decresceu ligeiramente em 1997. O peso dos rendimentos do emprego por conta própria no cálculo do índice aumentou de 1995 para 1997 em cerca de 6 p.p.. As pensões foram responsáveis por cerca de 10% da desigualdade durante os três anos observados.

As outras fontes de rendimento tiveram pouca relevância nos três anos analisados. Todavia, é necessário salientar os valores negativos, embora pouco significativos, do peso do Subsídio de Desemprego e Indemnização por despedimento o que indica que esta fonte de rendimento reduz a desigualdade.

Quadro 8

Rendimento Anual por adulto equivalente segundo a dimensão do agregado familiar (em milhares de escudos)						
Dimensão do Agregado		Porcentagem	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Geral	1	4,4	925	412	622	1015
	2	16,1	1249	523	861	1460
	3	24,5	1269	731	1079	1486
	4	29,1	1320	728	1025	1671
	maior ou igual a 5	25,9	879	514	744	1060
Pobres	1	8,4	380	299	403	459
	2	20,8	401	316	439	509
	3	15,3	368	266	418	476
	4	16,8	368	297	405	462
	maior ou igual a 5	38,6	408	345	453	516

Quadro 9

Rendimento anual por adulto equivalente segundo a idade do indivíduo de referência (em milhares de escudos)						
Idade		Porcentagem	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Geral	inferior a 25	5,7	901	547	824	1125
	de 25 a 34	23,4	1226	711	1017	1453
	de 35 a 44	26	1170	602	933	1339
	de 45 a 54	19,1	1318	660	1060	1650
	de 55 a 64	12,6	1163	568	922	1343
	mais de 65	13,2	939	449	617	1021
Pobres	inferior a 25	6	400	327	407	480
	de 25 a 34	14,3	442	401	483	517
	de 35 a 44	24,6	367	296	359	472
	de 45 a 54	17,8	386	225	450	515
	de 55 a 64	13,1	348	241	371	477
	mais de 65	24,2	411	337	427	490

## 6. Algumas estatísticas descritivas

É natural que situações de pobreza estejam relacionadas com as características do agregado, bem como, com as características do indivíduo de referência. Nomeadamente, o número de elementos que constituem o agregado, o sexo, o grau de educação e o sector de actividade, entre outras características do indivíduo de referência podem influir, de alguma maneira, na situação económica de um agregado familiar.

Os Quadros 10 a 14 apresentam as estruturas da população geral e da população pobre em 1997 de acordo com algumas variáveis que consideramos relevantes. Adicionalmente, são apresentados a média, a mediana, o primeiro e terceiro quartis dos rendimentos por adulto equivalente em cada classe.

Quadro 10

Rendimento anual por adulto equivalente por idade e nível de educação do indivíduo de referência (em milhares de escudos)						
Idade	Secundário/Superior		Segundo ciclo do ensino básico (7, 8 e 9 anos)		Menos do que o segundo ciclo do ensino básico	
	Média	Porcentagem	Média	Porcentagem	Média	Porcentagem
inferior a 25	1367	0,9	1091	20	845	79,1
de 25 a 34	2719	11,4	1233	18,7	956	69,9
de 35 a 44	2909	9,1	1705	11,9	855	79
de 45 a 54	2765	11,1	1660	7,2	1055	81,7
de 55 a 64	3305	4,4	1523	2	1010	93,6
mais de 65	3501	1,9	2048	3,8	811	94,3

Quadro 11

Rendimento anual por adulto equivalente por sexo do indivíduo de referência (em milhares de escudos)						
Sexo		Percentagem	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Geral	Masculino	72,3	1 170	643	944	1352
	Feminino	27,7	1 149	515	891	1508
Pobres	Masculino	61,6	387	313	428	492
	Feminino	38,4	399	314	427	515

Quadro 12

Nível de educação por sexo do indivíduo de referência (frequências)			
Grau de Educação	Sexo		
	Homem	Mulher	
Secundário/ Superior		6,56	11,31
Segundo ciclo do ensino básico (7, 8 e 9 anos)		7,9	18,29
Menos do que o segundo ciclo do ensino básico		85,54	69,90
Total		100	100

Quadro 13

Rendimento anual por adulto equivalente por nível de educação do indivíduo de referência (em milhares de escudos)						
Grau de Educação		Percentagem	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Geral	Secundário/ Superior	7,8	2846	1907	2564	3494
	Segundo ciclo do ensino básico (7, 8 e 9 anos)	10,4	1453	788	1321	1887
	Menos do que o segundo ciclo do ensino básico	78,8	929	552	827	1147
	Não Resposta	3	2005	1056	1697	2352
Pobres	Secundário/ Superior	0,7	-	-	-	-
	Segundo ciclo do ensino básico (7, 8 e 9 anos)	9,1	422	422	514	514
	Menos do que o segundo ciclo do ensino básico	89,5	300	300	425	492
	Não Resposta	0,7	-	-	-	-

Quadro 14

Rendimento anual por adulto equivalente por sector de actividade onde o indivíduo de referência trabalha (em milhares de escudos)						
Sector de Actividade		Percentagem	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Geral	Agricultura	8,3	663	347	575	883
	Indústria	33	1008	592	917	1195
	Serviços	37,3	1540	827	1218	1938
	Não Trabalha	21,2	943	439	659	1099
	Não resposta	0,2	-	-	-	-
Pobres	Agricultura	17	310	109	339	461
	Indústria	31,6	433	345	471	517
	Serviços	15,1	422	335	456	543
	Não Trabalha	36,2	380	288	403	473
	Não resposta	0,1	-	-	-	-

Verificamos que, embora a maior percentagem de agregados em 1997 fosse a dos constituídos por 4 elementos, os agregados com 5 ou mais elementos representam a maior parte da população pobre.

Considerando a estrutura etária dos indivíduos de referência dos agregados, observamos que existem algumas diferenças entre os resultados obtidos para a população geral e para a população pobre. De facto, verificamos que a proporção de indivíduos que pertencem a agregados cuja pessoa de referência tem mais de 64 anos na população pobre é superior à proporção deste grupo na população total. O inverso é observado para o grupo de indivíduos pertencentes a agregados cuja pessoa de referência tem entre 25 e 34 anos de idade. No Quadro 11 verificamos que os agregados familiares em que o indivíduo de referência tem idade entre 35 a 44 têm geralmente rendimento por adulto equivalente superior ao caso em que o indivíduo de referência tem idade entre 25 a 34. Podemos ver no Quadro 12 que tal poderá dever-se ao facto de a proporção de famílias cuja pessoa de referência não atingiu o segundo ciclo do ensino básico (situação que está associada a baixos níveis de rendimento) ser superior no escalão de 35 a 44 de idade do que no escalão imediatamente abaixo. Observa-se ainda que, para o nível de habilitações mais baixo (que representa a maior proporção da população), o rendimento médio do escalão 35 a 44 é inferior ao do escalão 25 a 34.

Existem mais indivíduos que pertencem a agregados em que o indivíduo de referência é do sexo masculino tanto para a população geral como para a população pobre, contudo a sua percentagem é menor em cerca de 10 p.p. para esta última. Da análise dos rendimentos, é de destacar que, enquanto na população geral os rendimentos médios dos agregados com indivíduos de referência do sexo masculino são superiores aos dos indivíduos do sexo feminino, o inverso se passa na população pobre. No Quadro 11 é interessante ver que o terceiro quartil dos agregados cujo indivíduo de referência é um homem é inferior ao caso em que o indivíduo de referência é uma mulher. Quando o indivíduo de referência é do sexo feminino podemos ver que existe um maior peso das classes com maior formação escolar do que no caso em que o indivíduo de referência é do sexo masculino (ver Quadro 14). Tal facto poderá justificar o valor mais alto do terceiro quartil do rendimento dos agregados em que o indivíduo de referência é do feminino.

Note-se que 78.8% dos indivíduos pertencem a agregados familiares com indivíduos de referência que possuem menos do que o segundo ciclo do ensino básico, passando este número para 89.5% quando nos focamos na população pobre. Nesta população podemos ver que a percentagem de agregados em que o indivíduo de referência tem instrução superior ou secundária é diminuta. Verificamos, ainda, que o rendimento aumenta com o grau de instrução do indivíduo de referência.

No que diz respeito às estruturas segundo a actividade do indivíduo de referência, registam-se diferenças significativas entre a população geral e a população pobre. As diferenças mais significativas observam-se no caso dos agregados familiares cuja pessoa de referência trabalha nos Serviços, na Agricultura ou não trabalha. Considerar apenas a população pobre leva a um decréscimo de 22.2% na proporção de agregados cuja pessoa de referência trabalha nos Serviços; a um acréscimo de 8.7% na proporção de agregados cuja pessoa de referência trabalha na agricultura e a um acréscimo de 15% na proporção de agregados cuja pessoa de referência não trabalha.

## **7. Comparação entre as características da população geral e da população pobre**

Nesta secção, estudamos as frequências e as taxas de pobreza de acordo com a tipologia Sociológica dos agregados familiares e o sexo do indivíduo de referência para anos 1995 a 1997<sup>8</sup>.

A análise do Quadro 15 permite verificar que existem elevadas taxas de pobreza em quatro grupos: “Uma pessoa com idade igual ou superior a 65 anos”; “Casal sem filhos (com pelo menos um 1 pessoa com idade igual ou superior a 65 anos)” “Casal com 3 crianças (todas com idade inferior a 16 anos)”, “pais solteiros com uma ou mais crianças (com idade inferior a 16 anos)”. A tendência da taxa de pobreza no primeiro e quarto grupo é decrescente no período 1995 a 1997. Por outro lado, a taxas de pobreza no segundo e terceiro grupo diminuem em 1996, mas voltam a aumentar em 1997.

Quadro 15

Tipologia Sociológica- Taxas de Pobreza entre grupos e percentagens dentro da população de pobres e no total									
Tipos de agregados (Tipologia Sociológica)	1995			1996			1997		
	Taxas de Pobreza	Pobres	Todos	Taxas de Pobreza	Pobres	Todos	Taxas de Pobreza	Pobres	Todos
Uma pessoa com idade de 65 anos ou mais	59,8	7	2,8	54,9	7,2	3	53,4	6,6	2,9
Uma pessoa com idade inferior a 64	31,1	1,8	1,4	29,3	1,9	1,4	29	1,8	1,5
Pais solteiros com 1 ou mais crianças (com idade inferior a 16)	55,6	2,5	1,1	47,5	2	1	45,8	1,7	0,9
Pais solteiros com uma ou mais crianças (uma com idade maior ou igual a 16)	29,4	7,6	6,2	24,3	6	5,6	34,1	8,9	6,2
Casal sem filhos (com pelo menos 1 pessoa com idade de 65 anos ou mais)	45,6	13,5	7,1	40,3	12,3	6,8	41,3	11,9	6,8
Casal sem filhos (ambos com idade inferior a 65 anos)	21,7	4,7	5,3	16,8	4,5	6	17,4	4,2	5,7
Casal com um filho (com idade inferior a 16)	9,4	3,9	10	10,4	4,5	9,8	7,2	2,9	9,4
Casal com duas crianças (ambas com idade inferior a 16)	16,7	8,1	11,6	15,9	8,1	11,5	11,4	5,3	11
Casal com 3 crianças (todas com idade inferior a 16)	51,8	7,3	3,4	42,7	6,3	3,3	57,2	7,8	3,2
Casal com mais do que uma criança (com pelo menos uma com idade maior ou igual a 16)	20,8	29,2	33,8	17,4	26,1	33,7	16	22	32,5
Outro tipo de agregado familiar	20,3	14,6	17,4	26,1	21,1	18,1	32,1	26,9	19,8
Total	-	100	100	-	100	100	-	100	100

Quadro 16

Sexo do indivíduo de referência - Taxas de Pobreza entre grupos e percentagens dentro da população de pobres e no total									
Sexo do indivíduo de referência	1995			1996			1997		
	taxas de pobreza	pobres	todos	taxas de pobreza	pobres	todos	taxas de pobreza	pobres	todos
Masculino	21,2	68,4	76,3	19,8	67,3	76	20,1	61,5	72,3
Feminino	31,5	31,6	23,7	30,4	32,7	24	32,8	38,5	27,7
Total	-	100	100	-	100	100	-	100	100

Em relação à evolução da composição da população pobre de 1995 a 1997 existiu um decréscimo do peso dos agregados constituídos por um casal com mais do que uma criança (com pelo menos uma com idade maior ou igual a 16) neste período.

No Quadro 16 podemos ver que as taxas de pobreza são mais elevadas dentro do grupo em que o indivíduo de referência é do sexo feminino.

## 8. Caracterização da População pobre segundo as condições de vida

Um dos objectivos deste estudo é descobrir quais são as características dos indivíduos que estão intimamente relacionadas com a pobreza monetária. A intuição diz-nos que existem alguns factores como a educação, a profissão, a idade que contribuem de forma decisiva para o nível de vida das pessoas.

Pretendemos evidenciar, ainda, que a própria condição de pobre tem consequências relevantes ao nível das suas próprias condições de vida. Este facto transparece quando, por exemplo, comparamos as estruturas de consumo ou a capacidade de cumprimento de dívidas dos pobres com a da população em geral.

Nesta secção apresentamos as taxas de pobreza em alguns grupos. Estes grupos são definidos de acordo com as características dos agregados familiares ou do indivíduo de referência. Adicionalmente, são expostos os resultados das frequências dentro dos grupos, tanto para os agregados que foram considerados pobres, como, também, para todos os agregados presentes na amostra. Os resultados apresentados são válidos por indivíduos e não por agregados.

Para uma melhor aferição das evoluções temporais das taxas de pobreza e das composições dos grupos são apresentados os resultados para o período 1995 a 1997.

Existem várias formas de definir agregados familiares pobres. Por exemplo, tendo em conta as condições de vida dos agregados ou a sua opinião sobre a sua própria situação é possível construir indicadores de pobreza. Estes indicadores no primeiro caso são conhecidos por indicadores de pobreza não monetária e no segundo caso são conhecidos por indicadores de pobreza subjectiva. No presente trabalho, como alternativa a esta abordagem, optamos por investigar em que medida a pobreza monetária está relacionada com as condições de vida dos agregados familiares e com o que eles pensam da sua própria situação económica.

Comparando as características da população pobre, definida em termos de critérios monetários, e da população global verificamos que existem algumas diferenças significativas entre as duas. De facto, e como seria de esperar, as famílias pobres têm maiores dificuldades em manter a casa adequadamente quente e ter férias fora de casa. No que respeita ao conforto do alojamento é de destacar os alojamentos dos agregados mais pobres apresentam piores condições no que respeita a alguns aspectos. Estes agregados apresentam valores mais baixos no que respeita à percentagem de alojamentos que indicam ter casa de banho completa, retrete dentro de casa, água quente corrente e aquecimento. Em relação à posse de bens duráveis os agregados pobres apresentam percentagens mais baixas no que concerne à posse de carro, TV a cores e telefone.

A percentagem de agregados pobres que recorrem ao autoconsumo é superior à da população geral. Os agregados pobres indicam também que têm menor capacidade para fazer poupanças, que consideram as despesas com a casa demasiado pesadas e que têm menos capacidade para fazer com que os meios sejam suficientes para as necessidades.

Quadro 17

### Condições de Vida da População Geral e da População Pobre (1)

	Pobres			Geral		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
<b>Consumo corrente</b>						
O agregado consegue manter a casa adequadamente quente	16,3	13,2	15,4	35,3	33,9	34,7
O agregado consegue manter férias fora de casa	13,4	12,6	9,3	41,4	38,1	36,7
O agregado pode comer carne, galinha ou peixe de 2 em 2 dias	83,2	83,6	77,7	93,7	93,9	92,8
<b>Conforto do alojamento</b>						
O alojamento tem cozinha separada	97,2	96,7	98,1	98,7	98,4	98,7
O alojamento tem casa de banho completa	72,7	75,9	75,7	87,9	89,8	90
O alojamento tem retrete dentro de casa	77,9	79,5	78,7	89,6	90,8	90,8
O alojamento tem água quente corrente	61,8	65,4	68,6	82,4	83,5	85,6
O alojamento tem aquecimento	4,8	5,2	7,7	10,5	10,8	13
O alojamento tem espaço exterior para se sentar	75,2	75,1	74,1	75,8	78,5	79
Existe poluição causada por tráfego ou indústria	15	17,1	16,9	19,1	18,1	19,4
Existe crime ou vandalismo na área	14,4	18,5	17,8	21,7	22,6	21,3
<b>Casa</b>						
É dono do alojamento	68,5	67,4	63,4	67,7	67,4	68,1
Inquilino/paga renda	18,2	20,9	25,1	23	20,9	23,1
Não paga renda	13,3	11,7	11,5	9,3	11,7	8,8
<b>Bens duráveis</b>						
Tem carro	38	43,6	39,1	66	69,1	69,4
Tem TV a cores	76,9	78,9	84,2	91,4	92,6	94,4
Tem telefone	58,9	61	62,1	79,2	80,9	82

Quadro 18

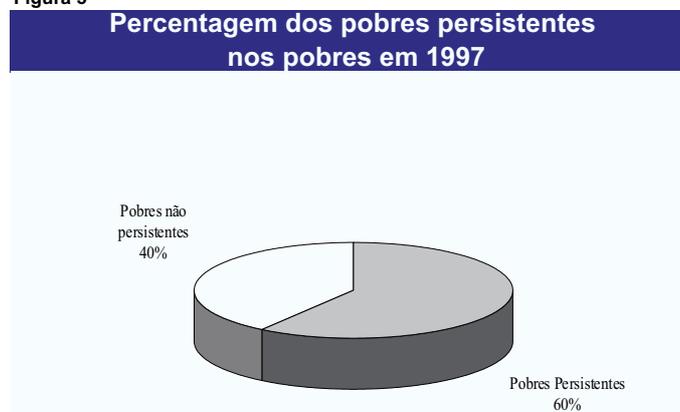
Condições de Vida da População Geral e da População Pobre (2)						
	Pobres			Geral		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
<b>Dívidas (excepto hipoteca da casa)</b>						
Pagamento é uma carga demasiado pesada	3,5	9,4	12,2	5,4	6,2	7,4
Pagamento é uma carga relativamente pesada	5,6	4	4	8,3	7,1	7,1
Pagamento não traz problemas	0,6	0,4	0,3	2,3	2,4	1,8
Não tem de pagar	90,2	86,2	83,6	84	84,4	83,7
<b>O agregado não consegue pagar atempadamente a renda da casa</b>						
Sim	3,6	6,3	9,4	1,3	2,2	2,9
Não/ Não aplicável	96,4	93,7	90,6	98,7	97,8	97,1
<b>O agregado não consegue pagar as contas de água, electricidade, gás, etc.</b>						
Sim	5,9	12	8,3	2,6	4,1	3,4
Não/ Não aplicável	94,1	88	91,7	97,4	95,9	96,6
<b>Despesas com a casa são</b>						
Demasiado pesadas	32,7	39,3	44,1	24,2	25,4	26,6
Relativamente pesadas	48,2	43	40,9	48,5	49,5	45,7
Não constituem problema	19,1	17,6	15	27,3	25,1	27,7
<b>O agregado consegue fazer poupanças</b>						
Sim	5,8	5,6	3,5	15,3	14,8	17
Não ou muito pouco	94,2	94,4	96,5	84,7	85,2	83
<b>Poupanças significativas (1000 ECU ou mais) devido ao auto-consumo</b>						
Sim	38,8	37	38,9	24,9	26,5	24,9
Não	61,2	63	61,1	75,1	73,5	75,1
<b>Capacidade fazer com que os meios sejam suficientes para as necessidades</b>						
Com grande dificuldade	31,5	34,8	42,2	16,5	17,7	18,4
Com dificuldade	28,5	24,6	25,5	21,9	20,5	22
Com alguma dificuldade	33,2	32,9	27,2	40,5	40,2	38,3
Com alguma facilidade	6,1	6,2	4,4	16,8	17	17
Facilmente	0,6	1,3	0,6	3,7	4	3,5
Muito facilmente	0,1	0,2	0,1	0,6	0,7	0,8

## 9. Pobreza Persistente

Definimos como pobres persistentes ou pobres de longa duração os indivíduos que pertenceram a agregados familiares que foram considerados pobres, utilizando a definição monetária, em três anos consecutivos (ou seja, em 1995, 1996 e 1997). Nos quadros apresentados nesta secção, expomos as frequências para os pobres em 1997, a população geral em 1997, os pobres persistentes e a população geral restringindo a amostra aos indivíduos que estiveram presentes em 3 anos consecutivos.

A Figura 5 mostra que 60% dos pobres no ano de 1997 são pobres persistentes.

Figura 5



Quadro 19

Taxa de Pobreza persistente por tipo de agregado familiar			
Tipologia Sociológica	1997		
	Taxas de Pobreza	Percentagens Pobres	Percentagens Todos
Uma pessoa com idade de 65 anos ou mais	40,1	8,8	3,1
Uma pessoa com idade inferior a 64	12,7	1,3	1,4
Pais solteiros com 1 ou mais crianças (com idade inferior a 16)	19,7	1,3	1
Pais solteiros com uma ou mais crianças (uma com idade maior ou igual a 16)	18,3	8,3	6,4
Casal sem filhos (com pelo menos 1 pessoa com idade de 65 anos ou mais)	30	15,9	7,4
Casal sem filhos (ambos com idade inferior a 16)	11,5	4,1	5
Casal com um filho (com idade inferior a 16)	1,7	1,1	9,1
Casal com duas crianças (todas as crianças com idade inferior a 16)	7,1	5,4	10,6
Casal com 3 crianças (todas as crianças com idade inferior a 16)	39,3	9,2	3,3
Casal com mais do que uma criança (com pelo menos uma com idade maior ou igual a 16)	6,7	16,5	34,2
Outro tipo de agregado familiar	20,9	28,1	18,8
Total	14	100	100

Os grupos mais afectados pela pobreza persistente em termos de tipologia sociológica são os agregados constituídos apenas por uma pessoa com idade de 65 ou mais, casal sem filhos em que pelo menos um dos membros tem idade superior a 65 anos e os casais com 3 crianças (todas as crianças com idade inferior a 16). É de destacar, ainda, que a percentagem de agregados constituídos por um casal sem filhos (ambos com idade inferior a 65) duplica quando restringimos a população à população pobre. Por outro lado, o peso dos agregados constituídos por casais com mais do que uma criança (com pelo menos uma com idade maior ou igual a 16) reduz-se para menos de metade na população pobre persistente em relação à população geral.

Quadro 20

Condições de vida dos agregados familiares pobres persistentes (1)				
	Pobres	Geral	Pobres persistentes (3 anos)	Geral (3 anos)
<b>Consumo corrente</b>				
O agregado consegue manter a casa adequadamente quente	15,4	34,7	14,2	35,7
O agregado consegue ter férias fora de casa	9,3	36,7	6,6	36,6
O agregado pode comer carne, galinha ou peixe de 2 em 2 dias	77,7	92,8	80,3	93
<b>Conforto do alojamento</b>				
O alojamento tem cozinha separada	98,1	98,7	97,4	98,6
O alojamento tem casa de banho completa	75,5	90	67,1	89,7
O alojamento tem retrete dentro de casa	78,7	90,8	72	90,8
O alojamento tem água quente corrente	68,6	85,6	59,2	85,2
O alojamento tem aquecimento	7,7	13	9,3	13,2
O alojamento tem espaço exterior para se sentar	74,1	79	78,5	80,1
Existe poluição causada por tráfego ou indústria	16,9	19,4	16,3	19,6
Existe crime ou vandalismo na área.	17,8	21,3	9,2	22,2
<b>Casa</b>				
É dono do alojamento	63,4	68,1	70,4	67,9
É inquilino/paga renda	25,1	23,1	18,7	23,8
Não paga renda	11,5	8,8	10,9	8,3
<b>Bens duráveis</b>				
Tem carro	39,1	69,4	41,2	69,8
Tem TV a cores	84,2	94,4	74,9	94,3
Tem telefone	62,1	82	57,6	82,3

Podemos destacar alguns factos importantes que são postos em evidência no Quadro 20. No que respeita às respostas dos indivíduos pobres e pobres persistentes às questões relacionadas com consumo corrente, verificamos que não são muito diferentes.

Como seria de esperar os pobres persistentes queixam -se mais do conforto das suas habitações do que os pobres em geral. Contudo, uma maior percentagem dos indivíduos que moram nestes agregados afirmam que o seu alojamento tem espaço exterior para se sentar e uma menor percentagem queixa-se de situações de crime ou vandalismo na área onde residem.

Um resultado importante a salientar é o de que, em termos percentuais, existem mais pobres persistentes que são donos do alojamento em que residem do que a população pobre. O Quadro 20 mostra, ainda, que a falta alguns bens duráveis se faz sentir mais entre os pobres persistentes do que entre a generalidade da população pobre. Conquanto a percentagem de indivíduos pobres persistentes que possuem carro seja superior à dos pobres, não podemos considerar este facto relevante uma vez que a diferença entre as percentagens é diminuta.

Quadro 21

<b>Condições de vida dos agregados familiares pobres persistentes (2)</b>				
	Pobres	Geral	Pobres persistentes (3 anos)	Geral (3 anos)
<b>Dívidas (excepto hipoteca da casa)</b>				
Pagamento é uma carga demasiado pesada	12,2	7,4	7,8	7,6
Pagamento é uma carga relativamente pesada	4	7,1	1,9	6,4
Pagamento não traz problemas	0,3	1,8	0,3	1,8
Não tem de pagar	83,6	83,7	90	84,2
<b>O agregado não consegue pagar atempadamente a renda da casa</b>				
Sim	9,4	2,9	6,3	3,3
Não/Não aplicável	90,6	97,1	93,7	96,7
<b>O agregado não consegue pagar as contas de água, electricidade, gás, etc.</b>				
Sim	8,3	3,4	10,4	3,3
Não/Não aplicável	91,7	96,6	89,6	96,7
<b>O agregado não consegue pagar as prestações de outras compras ou dívidas</b>				
Sim	4	2,1	6,3	93,7
Não/Não aplicável	96	97,9	2,2	97,8
<b>Despesas com a casa são:</b>				
Demasiado pesadas	44,1	26,6	43,3	26,2
Relativamente pesadas	40,9	45,7	41,3	45
Não constituem problema	15	27,7	15,4	28,7
<b>O agregado consegue fazer poupanças</b>				
Sim	3,5	17	3,5	17,2
Não ou muito pouco	96,5	83	96,5	82,8
<b>Poupanças significativas (1000 ECU ou mais) devido ao auto-consumo</b>				
Sim	38,9	24,9	37,4	28,8
Não	61,1	75,1	62,6	71,2
<b>Capacidade fazer com que os meios sejam suficientes para as necessidades</b>				
Com grande dificuldade	42,2	18,4	44,1	18,6
Com dificuldade	25,5	22	26,5	22,2
Com alguma dificuldade	27,2	38,3	25	37,8
Com alguma facilidade	4,4	17	4	17,1
Facilmente	0,6	3,5	0,3	3,6
Muito facilmente	0,1	0,8	0	0,7

O Quadro 21 mostra que a proporção de pessoas que não têm dívidas é mais elevada entre a população pobre persistente do que entre a população pobre. Contudo, os pobres persistentes têm mais dificuldades para fazer face às contas de água, electricidade, gás, etc.

## Conclusões

Neste artigo, procuramos analisar de que forma evoluíram a desigualdade e a pobreza ao longo do período 1995-1997. Verificamos que a resposta depende fortemente da forma como a sociedade avalia a desigualdade entre os mais pobres e a desigualdade entre os indivíduos com rendimento mais elevado. No caso em que a sociedade atribui a mesma importância à desigualdade entre os agregados com menor rendimento e à desigualdade dos agregados com rendimento mais alto concluímos que a desigualdade diminuiu em 1996 e aumentou em 1997.

As variáveis do indivíduo de referência que têm um papel mais importante na explicação da desigualdade são a sua educação e o sector de actividade onde trabalha. A fonte de rendimento que explica uma maior percentagem da desigualdade é o salário, contudo, verificamos que o poder explicativo dos rendimentos do trabalho por conta própria ou proveniente da agricultura, embora seja pequeno, tem tendência a crescer.

Verificamos que os agregados pobres, em geral, tem em média uma dimensão maior do que na população global e que, em termos percentuais, o nível de educação do indivíduo de referência é menor na população pobre. A população pobre também é caracterizada por ter uma percentagem elevada de indivíduos de referência economicamente inactivos. Dos indivíduos de referência dos agregados familiares pobres que trabalham, uma parte importante têm profissões em actividades relacionadas com agricultura, caça e pesca.

No que respeita à tipologia sociológica, verificamos que existem elevadas taxas de pobreza em agregados familiares constituídos por 1 pessoa (do sexo masculino ou feminino) com idade de 65 anos ou mais e por 2 adultos com 3 dependentes.

Por outro lado, a desagregação dos agregados familiares por tipologia sociológica permite verificar que as taxas de pobreza são mais elevadas nos agregados constituídos por uma pessoa com 65 anos ou mais, casais sem filhos (com 1 pessoa com 65 anos ou mais), casal com 3 crianças (todas com idades inferiores a 16), pais solteiros com uma ou mais crianças (com idade inferior a 16).

Os agregados familiares considerados pobres, em termos monetários, reportam níveis de consumo corrente e de conforto de habitação inferiores do que a população em geral. Uma maior percentagem de pobres afirmam ter maiores dificuldades em pagar as dívidas e em fazer poupanças.

Neste estudo centramo-nos, apenas, no cálculo de estatísticas descritivas. Todavia, a construção de intervalos de confiança e a elaboração de testes de hipóteses são dois meios indispensáveis para a inferência estatística pelo que serão abordados em futuros trabalhos.

## Referências Bibliográficas

- Atkinson, A. (1970), "On the Measurement of Inequality", *Journal of Economic Theory*, 244-263;
- Atkinson, A. e Micklewright, J. (1992) *Economic transformation in Eastern Europe and the distribution of income*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Bago d'Uva, T. e Parente, P. (2001), "Índices de Custo de Vida: Um Estudo sobre a Realidade Portuguesa", *Revista de Estatística (Instituto Nacional de Estatística)*, Volume 1, 1º Quadrimestre, 97-138;
- Branco, R. e Gonçalves, C., "Exclusão Social e Pobreza(s) em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994 – 1997)", Documento WWW: <http://mgpew05.ine.pt/wsi/prodserv/estudos/pdf/ISEG1.pdf>
- Cowell F. e Jenkins, S. (1995), "How Much Inequality Can We Explain? A Methodology and an Application to the USA", *Economic Journal*, 105, 421-430;
- Foster, J.; Greer, J. e Thorbecke, E. (1984), "A class of Decomposable Poverty Measures", *Econometrica*, 52, 761-766;
- Gini, C. (1912), "Variabilità e Mubilità, contributo allo studio delle distribuzioni e relazioni statistiche", *Studi Economico-Giuridici dell'Univ. de Cagliari*, 3, part 2, 1-158;
- European Commission-Eurostat (2000), "Inputation of income in the ECHP", DOC.PAN 164/00;
- Johnson, D.; Shipp, S. e Garner, T. (1997), "Developing Poverty Thresholds Using Expenditure Data", Bureau of Labor Statistics;
- Murteira, J. (1993), *Análise Exploratória de Dados*, McGraw-Hill, Portugal;

## Notas

<sup>1</sup> Esta definição restringe-se ao estudo da chamada pobreza monetária, ou seja, a definição de pobre depende dos rendimentos monetários que os agregados familiares auferem ou as das quantidades monetárias despendidas na aquisição de bens ou serviços. Utiliza-se a designação abreviada de *pobreza monetária*, que em rigor corresponde à *pobreza definida por uma linha de pobreza expressa em valores monetários*. Existem outras definições de pobreza que se baseiam nas condições de vida das famílias ou na opinião dos agregados familiares sobre a sua própria situação financeira (pobreza subjectiva).

<sup>2</sup> Este tipo de linha de pobreza é utilizada nos Estados Unidos da América e definida a partir da valorização de um cabaz elaborado de modo a proporcionar uma dieta alimentar equilibrada e tendo em conta um multiplicador para outras despesas.

<sup>3</sup> A mediana é a medida escolhida em alternativa à média por ser resistente a valores extremos.

<sup>4</sup> As fórmulas dos índices apresentados nesta secção podem ser vistas, por exemplo, em Soares e Bago d'Uva (2000).

<sup>5</sup> A Curva de Lorenz é um gráfico em que as frequências acumuladas do rendimento são comparadas com as frequências

acumuladas dos agregados familiares. Numa sociedade em que existe perfeita igualdade de rendimentos estas frequências devem ser iguais, ou seja, 10% dos agregados familiares devem receber 10% dos rendimentos, 20% dos agregados familiares devem receber 20% dos rendimentos, etc.. Consequentemente, nesta sociedade, a Curva de Lorenz é representada por uma recta com o ângulo de 45°.

<sup>6</sup> Dados resultantes do estudo efectuado por Bago d'Uva e Parente (2001).

<sup>7</sup> As funções de densidade do rendimento foram estimadas utilizando o kernel gaussiano. A janela foi escolhida usando a *rule of thumb* de Silverman (1986), tendo sido utilizado um factor de alisamento de 0.8.

<sup>8</sup> Um estudo mais aprofundado sobre a evolução das características da população pobre poderá ser visto em Branco e Gonçalves (2000).



### **Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa**

Autor: Jorge Manuel Garcia Mexia Pinheiro

Ex-Técnico Superior de Estatística do Serviço dos Recenseamentos da População e Habitação/ Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística

#### **Resumo:**

Análise da informação estatística recolhida no Inquérito ao Emprego, nos Censos 2001 e no Inquérito de Qualidade dos Censos 2001, com o objectivo de verificar a consistência na classificação das diferentes características do indivíduo, entre as três operações estatísticas. Procura-se compreender se os procedimentos e a forma de recolha da informação estatística poderão influenciar os dados extrapolados do Inquérito de Qualidade e do Inquérito ao Emprego ou, se os Censos 2001 não conseguiram retratar fielmente algumas subpopulações.

#### **Palavras-chave:**

Inquérito ao Emprego, Censos 2001, Inquérito de Qualidade dos Censos 2001.

#### **Abstract:**

Data collection analysis on the Labour Force Survey, Census 2001 and Post Enumeration Survey of Census 2001, was made with the purpose to verify the consistency among the three statistical operations, regarding the individual characteristics classifications. Tries to understand if the different processes of data collection could have influence on the Labour Force Survey and Post Enumeration Survey extrapolated data or if the Census 2001 couldn't characterize, for all of its extension, some subpopulations.

#### **Key-words:**

Labour Force Survey, Census 2001, Post Enumeration Survey of Census 2001.

**Consistency between Census 2001 and the Labour Force Survey and between Census 2001 and its Post Enumeration Survey: a comparative analysis**

## Introdução

O presente documento analisa a informação estatística recolhida no Inquérito ao Emprego (IE), nos Censos 2001 (C01) e no Inquérito de Qualidade dos Censos 2001 (IQ)<sup>1</sup>, com o objectivo de verificar a consistência na classificação das diferentes características do indivíduo, entre as três operações estatísticas. O que se procura, com esta análise, é compreender se os procedimentos e a forma de recolha da informação estatística poderão influenciar os resultados obtidos no IQ e no IE ou, se os C01 não conseguiram retratar fielmente algumas subpopulações.

Os C01 são uma operação exaustiva de recolha de dados, isto é, cada unidade estatística foi contada e caracterizada através de um questionário. Por outro lado, o IQ é uma operação realizada no âmbito dos C01, mas independente deste, e foi realizada por amostragem, com o objectivo de avaliar os erros de conteúdo e de cobertura da informação censitária. O IE é igualmente realizado por amostragem, mas recolhe a informação amostral através de uma distribuição temporal e uniforme no tempo ao longo de treze semanas (duração de um trimestre e periodicidade do inquérito); o seu principal objectivo consiste na caracterização da população face à actividade económica.

Para se proceder a esta análise, utilizaram-se duas amostras distintas e independentes entre si. Nas duas amostras analisaram-se a percentagem de respostas identicamente classificadas (RIC), por modalidade. A denominada “amostra 1” comparou a informação entre o IE e os C01, e a “amostra 2” a informação entre o IQ e os C01.

A recolha da “amostra 1” foi baseada nas entrevistas realizadas entre as semanas oitava à décima segunda da amostra do IE do primeiro trimestre de 2001, isto é, de modo a incluir a semana de referência dos C01 (5 a 11 de Março), as duas semanas anteriores e as duas semanas posteriores. A escolha destas cinco semanas teve subjacente dois critérios: a existência de um número significativo de indivíduos e a proximidade temporal ao momento censitário. Salienta-se também que, embora certas variáveis sejam recolhidas de acordo com a situação do indivíduo numa determinada semana, observou-se que, utilizando as cinco semanas, não se obtinham conclusões diferentes, pelo que se optou por utilizar o maior número de unidades possível para se proceder à análise.

A “amostra 2” foi baseada na amostra do IQ, que serviu para apurar os erros de conteúdo e de cobertura dos Censos 2001.

As características escolhidas para efectuar esta análise são tão abrangentes quanto possível, de forma a caracterizar o indivíduo nas suas diferentes facetas socioeconómicas e sempre onde as questões do IE e dos C01 tivessem uma correspondência praticamente directa, para não enviesar as conclusões por classificações distintas da questão; isto não significa que o facto da questão ter uma construção diferente e a recolha ser feita de modo diferente não possa influenciar a resposta dada. A recolha de informação no IE é feita através de entrevista assistida por computador (CAPI – computer assisted personal interviewing), enquanto nos C01 e no IQ, a informação foi recolhida através do preenchimento de um questionário, embora, no IQ, tenha existido um maior cuidado do entrevistador na forma de verificação das respostas fornecidas.

## Procedimentos para avaliação das diferenças nas características dos indivíduos

A análise recorreu a um conjunto de alojamentos da amostra do IE, os quais se procurou encontrar nos C01; como condição de identificação positiva de um mesmo alojamento nas duas operações estatísticas, usou-se o nome do representante da família e a morada do alojamento.

Após a obtenção deste conjunto de alojamentos, procedeu-se de igual forma para cada indivíduo, resultando num subconjunto de indivíduos da amostra do IE.

A amostra do IE, respeitante às semanas em análise, corresponde à entrevista de 17 662 indivíduos. Contudo, não foi possível identificar positivamente todos os alojamentos e indivíduos devido a diversos factores, tais como a mudança do nome das ruas e avenidas, a não existência de nomes nas ruas, erros na recolha da morada, etc. Assim, o número de indivíduos usado para comparação das duas operações estatísticas foi de 15 065, ou seja, 85,3% dos indivíduos entrevistados no IE, durante as cinco semanas escolhidas.

Este subconjunto de indivíduos serviu para analisar as percentagens de respostas identicamente classificadas (RIC), em cada uma das características analisadas entre os C01 e o IE. Posteriormente, e seguindo o mesmo procedimento, confrontaram-se as percentagens das RIC com as encontradas no IQ, de forma a verificar se existe alguma consistência na informação recolhida nas diferentes operações estatísticas. Quando se obtém percentagens aproximadas nas duas amostras analisadas, estamos perante uma coincidência forte, que nos indica a existência de uma qualidade e consistência inerente aos dados recolhidos pelas diferentes operações estatísticas.

### Limitações desta análise

O Inquérito de Qualidade (IQ), o Inquérito ao Emprego (IE) e os Censos (C01), são operações estatísticas com processos de recolha de dados relativamente diferentes, facto este que poderá conduzir a respostas distintas. A recolha de informação, no IQ e no IE, é realizada por entrevistadores experientes, os quais são alvo de uma formação específica; assim, em princípio, a informação recolhida terá um maior grau de confiança, devendo estar mais próxima da realidade. Por outro lado, nos C01, havendo a possibilidade de autopreenchimento pelo indivíduo observado, a resposta fica dependente do seu nível de conhecimentos, assim como da sua interpretação da questão. Apesar do recenseador dever fazer a verificação dos questionários autopreenchidos, nos C01, continua-se a crer que o IE e o IQ, na globalidade, consigam retratar mais fielmente a realidade.

A presente análise tem condicionantes próprias da execução de cada uma das operações estatísticas, de entre as quais se destaca o facto de o subconjunto da amostra do IE fazer referência a cinco semanas, ao contrário dos C01 que faz referência à semana de 5 a 11 de Março de 2001<sup>2</sup>. Assim, quando se analisam os diferentes dados é necessário ter em conta que, durante esta diferença temporal, um indivíduo poderá mudar de residência ou alterar as suas características, como por exemplo passar de empregado a desempregado, sem que isso represente necessariamente um erro.

Também o facto da “amostra 1” (C01-IE) ter sido escolhida apenas pelo facto de pertencer às cinco semanas, não indica necessariamente que as conclusões retiradas possam ser aplicadas ao restante da amostra do IE. A análise efectuada baseia-se no facto de certo tipo de igualdades/desigualdades, entre os C01 e o IE, acontecer num número elevado de indivíduos que foram escolhidos de forma independente à realização dos C01, verificando-se igualmente os mesmos fenómenos no IQ.

### Análise das características dos indivíduos

Para analisar as características dos indivíduos, observou-se a percentagem das RIC em ambas as amostras, por modalidade.

A análise de cada característica é baseada em duas comparações distintas:

1. Comparação da informação estatística recolhida no IE com a dos C01 na “amostra 1”.
2. Comparação da informação estatística recolhida no IQ com a dos C01 na “amostra 2”.

Sempre que houve necessidade de procurar justificação para diferenças mais significativas, introduziram-se restrições ao subconjunto do IE na “amostra 1”, nomeadamente as seguintes:

**1a. Restrição à semana de referência dos C01, 5 a 11 de Março.** O intuito desta restrição tem subjacente a verificação da importância de mudanças ocorridas nas características do indivíduo, tendo em atenção a diferença temporal entre a semana de referência dos C01 e as duas semanas do IE, anteriores e posteriores à referida semana;

**1b. Restrição aos indivíduos onde foram os próprios a responder.** Esta restrição tem o intuito de verificar se o facto de ser o próprio a responder, introduz uma maior aproximação das percentagens de RIC entre o IE e os C01, com o verificado pelo IQ.

Também são apresentadas tabelas de dupla entrada por variável (característica), onde se cruzam as respostas dadas numa determinada variável no IE e nos C01 ou no IQ e nos C01. Estas tabelas permitem-nos verificar se as principais divergências de classificação na “amostra 1” (IE-C01), convergem com as existentes na “amostra 2” (IQ-C01). As percentagens destas tabelas não podem ser entendidas como uma qualidade da informação estatística produzida nos C01, IE e IQ, uma vez que indicam, apenas, divergências de classificação entre duas operações estatísticas.

Salienta-se, também, que os indivíduos classificados nas modalidades “ensino médio” (qualificação académica), “serviço militar obrigatório” (situação na profissão), e “membro activo de cooperativa” (situação na profissão), existentes nos Censos, não foram considerados nesta análise, uma vez que não existe uma correspondência directa com a mesma questão do Inquérito ao Emprego. O desemprego foi considerado em sentido restrito. Excluíram-se, desta análise, as modalidades com menos de 100 observações, por poderem conduzir a interpretações erradas dos valores, ocasionadas pelo número reduzido de casos.

## Característica: sexo

Quadro 1

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças					
Sexo	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		(2) - (1)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	
Masculino	99,0	6804	99,8	12325	0,9
Feminino	99,4	7354	99,8	13404	0,4
Total	99,2	14158	99,8	25729	0,6

Figura 1

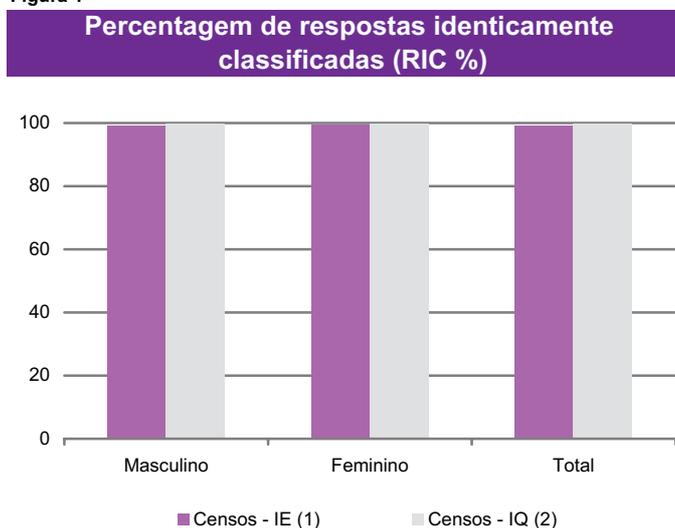


Tabela 1

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem			
Amostra 1		C01	
IE	Total	Masculino	Feminino
Masculino	6804	99,0	1,0
Feminino	7354	0,6	99,4

- Entre as duas amostras, e em qualquer das modalidades, não existe uma diferença significativa no valor das percentagens de RIC.
- A mesma conclusão é aplicável para o total, sendo a diferença entre as percentagens de RIC das duas amostras, de 0,6 pontos percentuais.

### Característica: estado civil

Quadro 2

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças								
Estado civil	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		Censos - IE (1a)		(2) - (1)	(2) - (1a)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	RIC %	Unidades (IE)		
Solteiro	97,6	5188	98,9	9536	97,2	1002	1,3	1,7
Casado	98,6	7664	98,5	14054	98,6	1462	-0,1	-0,1
Viúvo	94,1	1008	96,5	1582	95,0	200	2,4	1,5
Separado ou divorciado	81,5	298	86,0	557	---	63	4,5	---
Total	97,5	14158	98,3	25729	97,6	2727	0,7	0,7

Figura 2

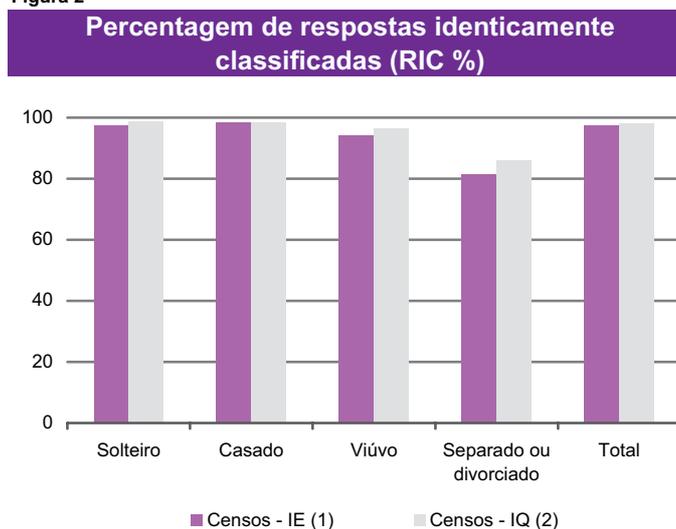


Tabela 3

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem					
Amostra 1		C01			
IE	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Separado ou divorciado
Solteiro	5188	97,6	1,5	0,7	0,3
Casado	7664	0,5	98,6	0,4	0,5
Viúvo	1008	2,7	2,2	94,1	1,0
Separado ou divorciado	298	6,0	9,1	3,4	81,5

Tabela 4

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem					
Amostra 2		C01			
IQ	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Separado ou divorciado
Solteiro	9536	98,9	0,7	0,2	0,2
Casado	14054	0,7	98,5	0,3	0,5
Viúvo	1582	1,3	1,6	96,5	0,6
Separado ou divorciado	557	2,7	8,8	2,5	86,0

- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica estado civil, é de 0,7 pontos percentuais. Quando se restringe a “amostra 1” à semana de referência dos C01, a mesma diferença mantém-se nos 0,7 pontos percentuais.
- A nível das modalidades, a maior diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras, verificou-se na modalidade “separado ou divorciado” (4,5 pontos percentuais).
- As principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2) e em percentagens aproximadas; a exceção é a modalidade “viúvo”.

### Característica: grupo etário quinquenal

Quadro 3

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças								
Grupo etário quinquenal	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		Censos - IE (1b)		(2) - (1)	(2) - (1b)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	RIC %	Unidades (IE)		
0 a 4 anos	98,4	548	97,7	1298			-0,7	
5 a 9 anos	96,1	660	97,1	1362			1,0	
10 a 14 anos	95,0	824	95,6	1490			0,6	
15 a 19 anos	95,7	1039	96,0	1784	95,4	151	0,3	0,6
20 a 24 anos	93,3	1007	95,2	1962	96,3	217	1,8	-1,2
25 a 29 anos	93,5	749	94,7	1961	93,6	265	1,3	1,2
30 a 34 anos	91,1	816	94,1	1877	93,1	391	3,1	1,0
35 a 39 anos	93,2	931	94,4	1950	95,3	494	1,2	-0,9
40 a 44 anos	91,1	1038	94,1	1786	92,3	547	2,9	1,7
45 a 49 anos	92,2	957	93,5	1735	92,6	537	1,3	0,9
50 a 54 anos	91,8	899	94,1	1669	94,0	529	2,3	0,1
55 a 59 anos	92,6	847	94,4	1457	94,1	527	1,8	0,3
60 a 64 anos	91,0	914	93,7	1405	90,0	581	2,6	3,6
65 a 69 anos	92,2	948	92,2	1318	92,3	660	0,0	-0,1
70 a 74 anos	91,4	803	91,1	1095	91,9	540	-0,4	-0,8
75 a 79 anos	90,7	656	92,2	774	89,7	464	1,5	2,6
80 ou mais anos	94,8	522	93,3	806	95,3	321	-1,5	-2,0
Total	93,0	14158	94,4	25729	92,9	6224	1,4	1,6

Figura 3

### Percentagem de respostas identicamente classificadas (RIC %)

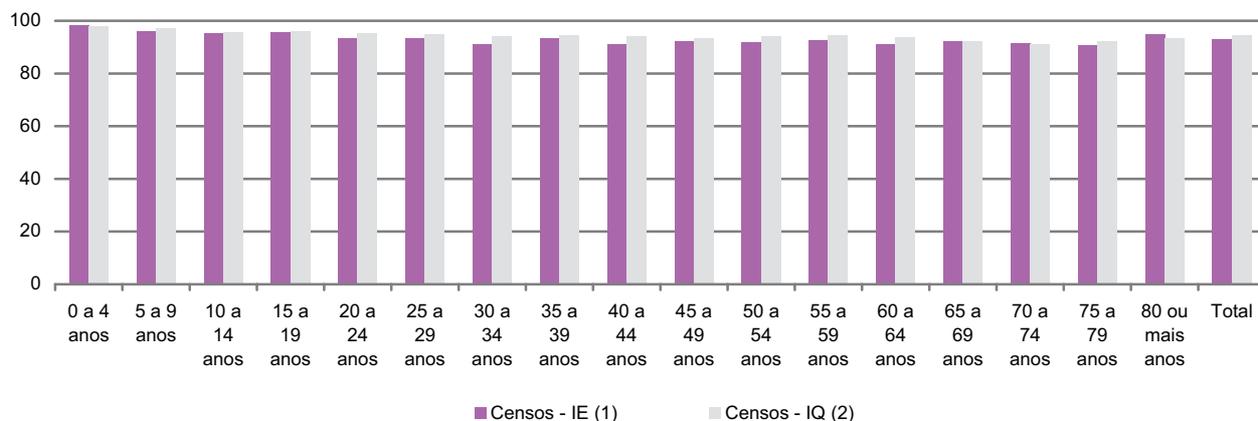


Tabela 5

### Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem

Amostra 1		C01							
IE	Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos
0 a 4 anos	548	98,4	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5 a 9 anos	660	2,4	96,1	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
10 a 14 anos	824	0,5	1,6	95,0	2,3	0,4	0,1	0,1	0,0
15 a 19 anos	1039	0,1	0,7	1,5	95,7	1,3	0,1	0,2	0,2
20 a 24 anos	1007	0,1	0,1	0,2	1,1	93,3	3,1	0,6	0,7
25 a 29 anos	749	0,0	0,1	0,0	0,7	1,9	93,5	2,5	0,7
30 a 34 anos	816	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	2,3	91,1	5,3
35 a 39 anos	931	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	3,3	93,2
40 a 44 anos	1038	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,6	2,2
45 a 49 anos	957	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2
50 a 54 anos	899	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2
55 a 59 anos	847	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	0,0
60 a 64 anos	914	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,7	0,3
65 a 69 anos	948	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
70 a 74 anos	803	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
75 a 79 anos	656	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
80 ou mais anos	522	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2

Amostra 1		C01								
IE	Total	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 ou mais anos
0 a 4 anos	548	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5 a 9 anos	660	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10 a 14 anos	824	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15 a 19 anos	1039	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
20 a 24 anos	1007	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
25 a 29 anos	749	0,4	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
30 a 34 anos	816	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
35 a 39 anos	931	2,3	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 a 44 anos	1038	91,1	3,8	0,9	0,3	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0
45 a 49 anos	957	3,0	92,2	2,2	1,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
50 a 54 anos	899	0,9	1,9	91,8	3,4	0,9	0,1	0,3	0,0	0,0
55 a 59 anos	847	0,4	0,2	2,8	92,6	2,1	0,8	0,0	0,1	0,4
60 a 64 anos	914	0,3	0,1	0,2	1,6	91,0	4,0	0,9	0,2	0,3
65 a 69 anos	948	0,0	0,2	0,2	0,5	2,7	92,2	2,5	0,9	0,4
70 a 74 anos	803	0,0	0,0	0,2	0,0	1,4	1,9	91,4	3,6	1,2
75 a 79 anos	656	0,0	0,0	0,2	0,3	0,3	1,1	4,4	90,7	2,9
80 ou mais anos	522	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	1,5	2,5	94,8

Tabela 6

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem										
Amostra 2		C01								
IQ	Total	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	
0 a 4 anos	1298	97,7	1,6	0,5	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	
5 a 9 anos	1362	0,9	97,1	1,3	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	
10 a 14 anos	1490	0,4	1,2	95,6	1,9	0,6	0,1	0,1	0,0	
15 a 19 anos	1784	0,2	0,4	1,4	96,0	1,4	0,4	0,0	0,1	
20 a 24 anos	1962	0,0	0,0	0,2	1,0	95,2	2,5	0,8	0,0	
25 a 29 anos	1961	0,0	0,0	0,0	0,3	2,5	94,7	1,6	0,4	
30 a 34 anos	1877	0,0	0,0	0,1	0,0	0,5	1,3	94,1	2,3	
35 a 39 anos	1950	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,6	2,6	94,4	
40 a 44 anos	1786	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,8	1,2	
45 a 49 anos	1735	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7	
50 a 54 anos	1669	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	
55 a 59 anos	1457	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	
60 a 64 anos	1405	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	
65 a 69 anos	1318	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	
70 a 74 anos	1095	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	
75 a 79 anos	774	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,5	0,0	0,0	
80 ou mais anos	806	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,5	0,2	0,1	

Amostra 2		C01								
IQ	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 ou mais anos	
0 a 4 anos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
5 a 9 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
10 a 14 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
15 a 19 anos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	
20 a 24 anos	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	
25 a 29 anos	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	
30 a 34 anos	1,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	
35 a 39 anos	1,3	0,5	0,1	0,1	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	
40 a 44 anos	94,1	2,4	0,6	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	
45 a 49 anos	3,1	93,5	1,8	0,5	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	
50 a 54 anos	0,6	1,5	94,1	2,9	0,4	0,1	0,1	0,0	0,1	
55 a 59 anos	0,0	0,3	2,4	94,4	1,4	0,7	0,1	0,2	0,1	
60 a 64 anos	0,4	0,1	0,5	1,3	93,7	2,6	0,4	0,1	0,5	
65 a 69 anos	0,0	0,2	0,3	0,8	3,6	92,2	1,4	0,7	0,3	
70 a 74 anos	0,0	0,0	0,2	0,0	0,8	1,9	91,1	3,3	2,6	
75 a 79 anos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,2	3,5	92,2	2,1	
80 ou mais anos	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,7	1,9	1,9	93,3	

- No escalão etário quinquenal verifica-se que, quando se restringe o universo do IE aos indivíduos onde o próprio respondeu (1b), até ao escalão dos 55 aos 59 anos de idade, a percentagem de RIC tende a aproximar-se dos valores registados na “amostra 2” e, a partir do escalão dos 55 aos 59 anos de idade, a tendência inverte-se.
- A percentagem de RIC tende a diminuir com o aumento da idade, o que é verificado em ambas as amostras.
- As maiores diferenças, entre as percentagens de RIC das duas amostras, ocorrem nos escalões etários dos 30 a 34 e 40 a 44 anos de idade, respectivamente com 3,1 e 2,9 pontos percentuais.
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras quanto à característica grupo etário quinquenal, é de 1,4 pontos percentuais.
- As principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas modalidades anterior e posterior à que deveria ter sido correctamente classificada, o que é convergente com o observado entre o IQ e os C01 (amostra 2).

## Característica: condição perante a actividade económica

Quadro 4

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças								
Condição perante a actividade económica	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		Censos - IE (1a)		(2) - (1)	(2) - (1a)
	RIC %	Unidades	RIC %	Unidades	RIC %	Unidades		
		(IE)		(IQ)		(IE)		
Empregado	84,3	6408	91,4	12007	84,8	1295	7,1	6,6
Desempregado (sentido restrito)	16,5	261	19,9	231	---	40	3,4	---
Inactivo	94,8	7489	94,7	13491	93,7	1392	-0,1	1,0
Total	88,6	14158	92,5	25729	88,2	2727	3,9	4,3

Figura 4

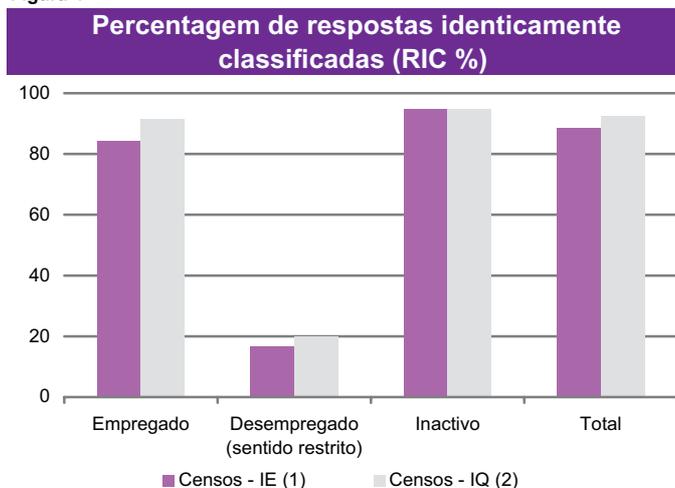


Tabela 7

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem				
Amostra 1		C01		
IE	Total	Empregado	Desempregado	Inactivo
Empregado	6408	84,3	0,7	15,0
Desempregado	261	21,5	16,5	62,1
Inactivo	7489	4,3	0,9	94,8

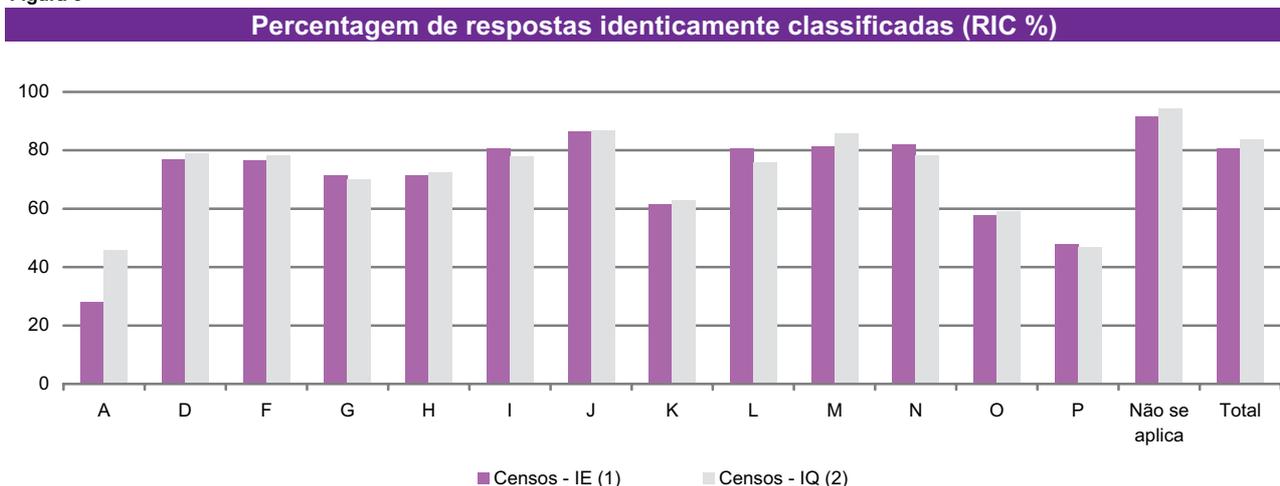
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e na modalidade “desempregado”, é de 3,4 pontos percentuais e na modalidade “inactivo” está próxima do valor nulo. A maior diferença verifica-se na modalidade “empregado”, onde 84,3% dos indivíduos, na “amostra 1”, foram identicamente classificados como sendo empregados nos C01 e no IE, enquanto na “amostra 2”, o mesmo valor foi de 91,4%.
- A modalidade que apresenta as maiores divergências de classificação, na “amostra 1”, é a mesma que se verifica na “amostra 2”, ou seja, “desempregado”.
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica condição perante a actividade económica, é de 3,9 pontos percentuais.
- As principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2) e em percentagens aproximadas; a excepção é a modalidade “empregado”, onde a percentagem de respostas diferentemente classificadas, entre o IE e os C01 (empregado \ inactivo), tem uma diferença de 7 pontos percentuais em relação ao mesmo valor entre o IQ e os C01.

## Característica: situação na profissão

Quadro 5

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças								
Situação na profissão	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		Censos - IE (1a)		(2) - (1)	(2) - (1a)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	RIC %	Unidades (IE)		
Patrão/Empregador	59,3	359	54,2	1414	---	70	-5,1	---
Trabalhador por Conta Própria	26,1	1159	45,1	969	25,7	210	19,0	19,4
Trabalhador por Conta de Outrém	90,4	4639	89,4	9917	91,4	958	-0,9	-2,0
Trabalhador Familiar Não Remunerado	7,8	129	12,6	135	---	35	4,8	---
Outra situação	2,6	115	---	47	---	20	---	---
Não se aplica	91,7	7742	94,3	13216	90,9	1431	2,6	3,4
Total	83,6	14143	87,8	25698	83,6	2724	4,2	4,2

Figura 6



Nota: A descodificação das modalidades da secção de actividade económica encontra-se no quadro 6

Tabela 9

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem							
Amostra 1		C01					
IE	Total	Empregador	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador por conta de outrém	Trabalhador familiar não remunerado	Outra situação	Não se aplica
Empregador	359	59,3	8,9	24,2	0,3	0,3	7,0
Trabalhador por Conta Própria	1159	14,4	26,1	15,0	0,7	0,5	43,2
Trabalhador por conta de outrém	4639	2,4	1,0	90,4	0,2	0,9	5,2
Trabalhador familiar não remunerado	129	8,5	1,6	15,5	7,8	0,0	66,7
Outra situação	115	---	---	---	---	---	---
Não se aplica	7742	0,6	0,6	7,0	0,1	0,1	91,7

Tabela 10

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem							
Amostra 2		C01					
IQ	Total	Empregador	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador por conta de outrém	Trabalhador familiar não remunerado	Outra situação	Não se aplica
Empregador	1414	54,2	11,5	16,8	3,3	0,4	13,9
Trabalhador por Conta Própria	969	15,1	45,1	16,3	1,1	0,4	22,0
Trabalhador por conta de outrém	9917	3,3	1,1	89,4	0,2	0,7	5,2
Trabalhador familiar não remunerado	135	18,5	3,7	15,6	12,6	0,7	48,9
Outra situação	47	---	---	---	---	---	---
Não se aplica	13216	0,7	0,7	4,0	0,3	0,1	94,3

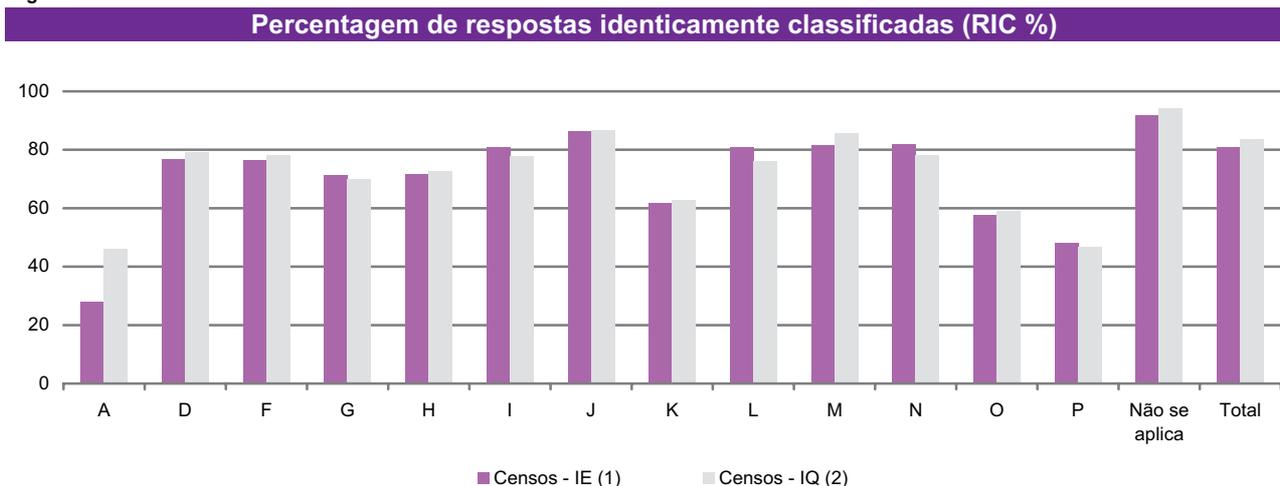
- A maior diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras, surge na modalidade “trabalhador por conta própria”, com 19,0 pontos percentuais.
- A diferença entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica “situação na profissão”, é de 4,2 pontos percentuais.
- A modalidade “trabalhador familiar não remunerado” é a que apresenta as maiores divergências de classificação em ambas as amostras.
- As principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2); contudo, as percentagens dessas divergências apresentam valores acentuadamente diferentes entre as duas amostras.

### Característica: secção de actividade económica

Quadro 6

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças					
Secção de actividade económica	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		(2) - (1)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A)	27,9	873	45,9	917	18,0
Pesca (B)	---	49	---	32	---
Indústrias extractivas (C)	---	14	---	47	---
Indústrias transformadoras (D)	76,8	1217	79,0	2861	2,2
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água (E)	---	46	---	97	---
Construção (F)	76,5	788	78,2	1607	1,7
Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e de bens uso pessoal e doméstico (G)	71,4	891	69,9	2074	-1,5
Alojamento e restauração (restaurantes e similares) (H)	71,5	347	72,6	675	1,1
Transportes, armazenagem e comunicações (I)	80,8	239	77,8	519	-2,9
Actividades financeiras (J)	86,4	88	86,7	226	0,4
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K)	61,7	266	62,8	597	1,2
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L)	80,7	460	76,0	934	-4,6
Educação (M)	81,4	381	85,6	689	4,3
Saúde e acção social (N)	81,9	360	78,2	647	-3,7
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (O)	57,7	182	59,1	291	1,4
Famílias com empregados domésticos (P)	48,0	204	46,8	295	-1,3
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais (Q)	---	9	---	2	---
Não se aplica	91,6	7744	94,3	13219	2,6
Total	80,8	14158	83,7	25729	2,9

Figura 6



Nota: A descodificação das modalidades da secção de actividade económica encontra-se no quadro 6

Tabela 11

**Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem**

Amostra 1		C01								
IE	Total	A	B	C	D	E	F	G	H	I
A	873	27,9	0,0	0,0	1,9	0,2	3,4	2,1	0,1	0,3
B	49	---	---	---	---	---	---	---	---	---
C	14	---	---	---	---	---	---	---	---	---
D	1217	1,2	0,1	0,2	76,8	0,0	2,5	9,0	0,9	0,7
E	46	---	---	---	---	---	---	---	---	---
F	788	1,5	0,0	0,3	6,0	1,4	76,5	2,8	0,8	1,8
G	891	1,0	0,3	0,0	7,6	0,1	1,3	71,4	1,9	1,6
H	347	0,0	0,0	0,0	2,0	0,3	0,9	5,8	71,5	1,2
I	239	0,4	0,0	0,4	3,3	0,4	2,1	4,6	0,8	80,8
J	88	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0
K	266	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	3,0	6,4	3,0	2,6
L	460	1,1	0,0	0,0	1,1	0,0	1,3	1,1	0,7	1,1
M	381	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,5	0,8	0,8	0,8
N	360	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	1,1	0,6	0,0
O	182	2,2	0,0	0,0	4,9	1,1	1,6	3,3	2,2	1,1
P	204	0,0	0,0	0,0	1,5	0,5	5,4	1,5	2,5	0,0
Q	9	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Não se aplica	7744	0,8	0,0	0,0	1,6	0,0	0,9	1,3	0,9	0,3

Amostra 1	C01								
IE	J	K	L	M	N	O	P	Q	Não se aplica
A	0,0	0,3	1,4	0,0	0,2	0,2	0,7	0,0	61,1
B	---	---	---	---	---	---	---	---	---
C	---	---	---	---	---	---	---	---	---
D	0,0	0,6	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,0	6,6
E	---	---	---	---	---	---	---	---	---
F	0,0	1,1	1,3	0,1	0,5	0,0	0,0	0,1	5,8
G	0,6	3,7	0,8	0,1	0,8	0,4	0,1	0,0	8,2
H	0,6	2,0	0,9	0,9	0,9	1,2	0,3	0,3	11,5
I	0,4	2,5	0,8	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	1,7
J	86,4	5,7	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	4,5
K	0,4	61,7	4,5	1,9	2,6	1,9	1,1	0,0	4,1
L	0,0	2,8	80,7	3,5	2,4	0,7	0,0	0,2	3,5
M	0,0	1,8	6,3	81,4	4,2	0,3	0,0	0,0	1,8
N	0,0	0,8	2,5	7,8	81,9	0,3	0,3	0,0	3,3
O	0,0	2,7	13,2	0,5	3,8	57,7	0,5	0,0	4,9
P	0,0	7,4	1,5	1,5	2,0	0,5	48,0	0,0	27,9
Q	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Não se aplica	0,1	0,6	0,5	0,2	0,3	0,3	0,5	0,0	91,6

Nota: A descodificação das modalidades da secção de actividade económica encontra-se no quadro 6

Tabela 12

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem										
Amostra 2		C01								
IQ	Total	A	B	C	D	E	F	G	H	I
A	917	45,9	0,1	0,0	2,6	0,0	1,6	4,1	0,0	0,4
B	32	---	---	---	---	---	---	---	---	---
C	47	---	---	---	---	---	---	---	---	---
D	2861	1,1	0,0	0,1	79,0	0,3	2,6	7,9	0,9	0,8
E	97	---	---	---	---	---	---	---	---	---
F	1607	1,1	0,1	0,2	5,2	1,1	78,2	2,9	0,1	0,9
G	2074	1,2	0,1	0,1	11,3	0,2	2,0	69,9	2,2	1,6
H	675	0,6	0,0	0,1	3,7	0,0	0,9	7,4	72,6	1,2
I	519	0,6	0,2	0,6	1,9	0,2	1,7	6,0	1,0	77,8
J	226	0,4	0,0	0,0	0,9	0,4	0,9	1,3	0,4	0,4
K	597	0,5	0,0	0,0	7,2	0,5	2,8	5,0	0,7	1,3
L	934	1,3	0,1	0,0	1,7	1,0	1,5	0,9	0,4	1,2
M	689	0,4	0,0	0,0	0,9	0,1	0,3	0,7	1,0	0,0
N	647	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,2	0,9	1,1	0,6
O	291	0,3	0,0	0,0	4,1	0,3	2,4	6,5	2,1	1,7
P	295	3,1	0,0	0,0	1,7	0,0	7,1	2,7	3,4	0,3
Q	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Não se aplica	13219	1,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,5	0,9	0,3	0,1

Amostra 2		C01								Não se aplica
IQ	J	K	L	M	N	O	P	Q		
A	0,0	0,4	1,2	0,1	0,2	0,1	2,0	0,0	41,1	
B	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
C	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
D	0,1	1,2	0,6	0,1	0,4	0,2	0,1	0,0	4,4	
E	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
F	0,1	2,2	0,8	0,0	0,2	0,5	0,7	0,0	5,5	
G	0,0	2,8	0,6	0,3	0,3	0,5	0,5	0,0	6,2	
H	0,0	1,0	0,4	0,6	0,7	0,7	1,8	0,0	8,1	
I	0,2	3,1	2,3	0,4	0,4	0,6	0,0	0,0	3,1	
J	86,7	4,0	0,9	0,4	0,9	0,9	0,0	0,0	1,3	
K	1,5	62,8	3,7	1,5	2,7	1,2	2,5	0,0	6,0	
L	0,1	2,9	76,0	4,3	3,0	1,0	1,0	0,0	3,7	
M	0,0	1,3	2,8	85,6	3,6	0,1	0,6	0,0	2,5	
N	0,3	1,7	2,6	8,5	78,2	1,1	0,6	0,0	3,1	
O	0,3	4,1	2,7	2,7	2,4	59,1	1,0	0,0	10,0	
P	0,3	5,4	2,4	0,3	0,7	0,3	46,8	0,0	25,4	
Q	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
Não se aplica	0,1	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,5	0,0	94,3	

Nota: A descodificação das modalidades da secção de actividade económica encontra-se no quadro 6

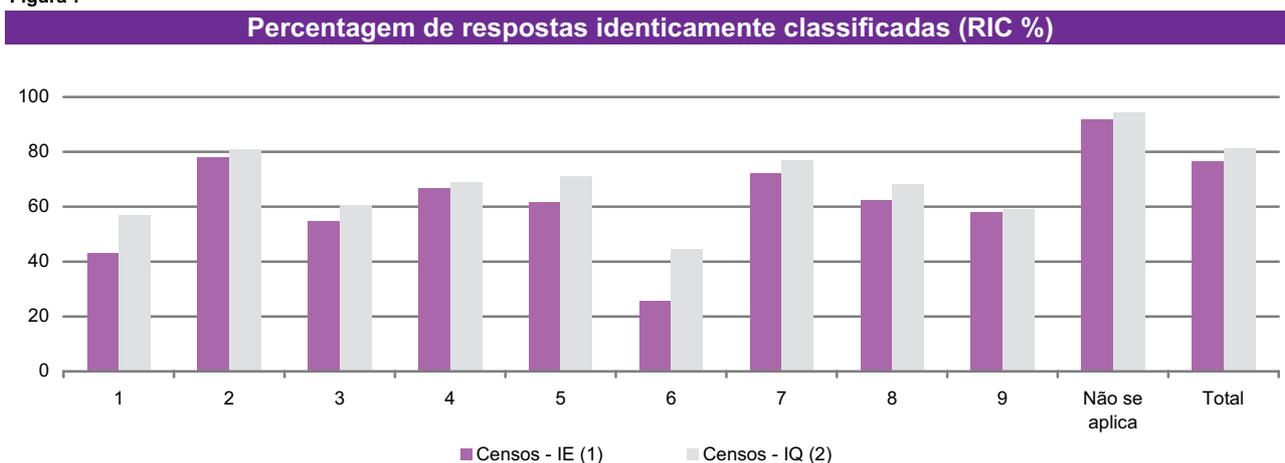
- A maior diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras, surge na secção de actividade “A”, com 18,0 pontos percentuais.
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica “secção de actividade económica”, é de 2,9 pontos percentuais.
- As modalidades referentes às secções de actividade “A” e “P” são as que apresentam as maiores divergências de classificação em ambas as amostras.
- Das catorze modalidades analisadas, em onze verifica-se que as principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2).

## Característica: profissão (1 dígito)

Quadro 7

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças					
Profissão (1 dígito)	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		(2) - (1)
	RIC %	Unidades (IE)	RIC %	Unidades (IQ)	
Militares (0)	---	38	---	79	---
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (1)	43,2	414	56,8	936	13,6
Especialistas das profissões intelectuais e científicas (2)	77,9	399	80,9	820	2,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio (3)	54,7	457	60,4	1046	5,7
Pessoal administrativo e similares (4)	66,7	598	68,9	1352	2,2
Pessoal dos serviços e vendedores (5)	61,6	851	71,0	1653	9,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (6)	25,7	818	44,6	818	18,9
Operários, artífices e trabalhadores similares (7)	72,0	1349	76,7	2873	4,8
Operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (8)	62,3	507	68,1	980	5,7
Trabalhadores não qualificados (9)	58,0	981	59,1	1953	1,1
Não se aplica	91,6	7744	94,3	13219	2,6
Total	76,6	14156	81,0	25729	4,4

Figura 7



Nota: A descodificação das modalidades da profissão (1 dígito) encontra-se no quadro 7

Tabela 13

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem						
Amostra 1		C01				
IQ	Total	0	1	2	3	4
0	38	---	---	---	---	---
1	414	0,2	43,2	4,3	5,3	1,9
2	399	0,0	3,3	77,9	9,5	4,0
3	457	0,7	3,9	6,6	54,7	14,4
4	598	0,0	2,2	0,8	9,5	66,7
5	851	0,2	3,1	0,2	4,2	4,9
6	818	0,1	1,3	0,1	0,2	0,5
7	1349	0,1	1,6	0,3	2,1	1,3
8	507	0,0	0,6	0,2	3,2	1,6
9	981	0,1	1,0	0,2	1,0	3,4
Não se aplica	7744	0,1	0,2	0,3	0,7	0,7

Amostra 1		C01					
IE		5	6	7	8	9	Não se aplica
0	---	---	---	---	---	---	---
1	23,7	2,4	10,4	1,0	0,7	6,8	6,8
2	0,8	0,3	0,8	0,3	0,0	3,3	3,3
3	7,7	0,2	5,3	1,8	1,8	3,1	3,1
4	6,0	0,0	1,7	2,0	6,7	4,3	4,3
5	61,6	0,4	1,8	1,5	14,7	7,4	7,4
6	0,7	25,7	2,1	0,7	5,4	63,1	63,1
7	1,5	1,0	72,0	7,8	5,0	7,3	7,3
8	2,4	1,6	14,8	62,3	9,9	3,6	3,6
9	5,9	3,3	9,6	4,5	58,0	13,0	13,0
Não se aplica	1,5	0,6	1,3	0,4	2,5	91,6	91,6

Nota: A decodificação das modalidades da profissão (1 dígito) encontra-se no Quadro 7

Tabela 14

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem						
Amostra 2		C01				
IQ	Total	0	1	2	3	4
0	79	---	---	---	---	---
1	936	0	56,8	3,2	4,0	3,4
2	820	0,1	3,7	80,9	7,7	2,2
3	1046	0,3	3,0	8,8	60,4	10,1
4	1352	0,2	1,4	1,6	10,6	68,9
5	1653	0,3	5,0	0,4	3,6	3,1
6	818	0,0	1,6	0,0	0,5	0,4
7	2873	0,1	2,3	0,1	1,9	1,2
8	980	0,1	1,3	0,0	1,4	1,6
9	1953	0,1	0,8	0,2	1,0	3,2
Não se aplica	13219	0,1	0,2	0,3	0,3	0,5

Amostra 2		C01					
IQ		5	6	7	8	9	Não se aplica
0	---	---	---	---	---	---	---
1	13,9	1,6	5,9	1,4	3,7	6,1	6,1
2	0,7	0,0	0,7	0,1	0,4	3,5	3,5
3	4,2	0,1	5,4	2,3	2,5	3,0	3,0
4	5,3	0,2	1,8	1,5	5,1	3,4	3,4
5	71,0	0,3	1,6	0,8	6,2	7,5	7,5
6	1,7	44,6	1,1	1,8	7,8	40,5	40,5
7	1,2	0,6	76,7	5,7	6,1	4,0	4,0
8	0,7	1,4	13,0	68,1	8,7	3,7	3,7
9	4,7	2,3	9,9	6,5	59,1	12,2	12,2
Não se aplica	0,8	0,9	0,9	0,2	1,5	94,3	94,3

Nota: A decodificação das modalidades da profissão (1 dígito) encontra-se no Quadro 7

- A maior diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras, surge nos “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”, com 18,95 pontos percentuais.

- A modalidade que apresenta as maiores divergências de classificação na “amostra 1” é a mesma da “amostra 2”, ou seja, “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”.
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica “profissão”, é de 7,05 pontos percentuais.
- Com exceção da modalidade “operários, artífices e trabalhadores similares (7)”, nas restantes modalidades verifica-se que as principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2).

### Característica: qualificação académica

Quadro 8

Número de unidades e percentagem de respostas identicamente classificadas nas duas amostras e respectivas diferenças					
Qualificação académica	Censos - IE (1)		Censos - IQ (2)		(2) - (1)
	RIC %	Unidades	RIC %	Unidades	
		(IE)		(IQ)	
Nenhum	89,2	3920	89,1	6718	0,0
Básico - 1º ciclo	77,0	4619	78,5	7599	1,5
Básico - 2º ciclo	61,6	2123	64,8	4162	3,2
Básico - 3º ciclo	69,9	1648	68,5	3205	-1,4
Secundário	73,1	1143	77,0	2308	3,9
Bacharelato	52,4	189	73,5	279	21,1
Ensino universitário	80,7	436	87,5	1130	6,8
Total	76,7	14078	78,0	25401	1,3

Figura 8

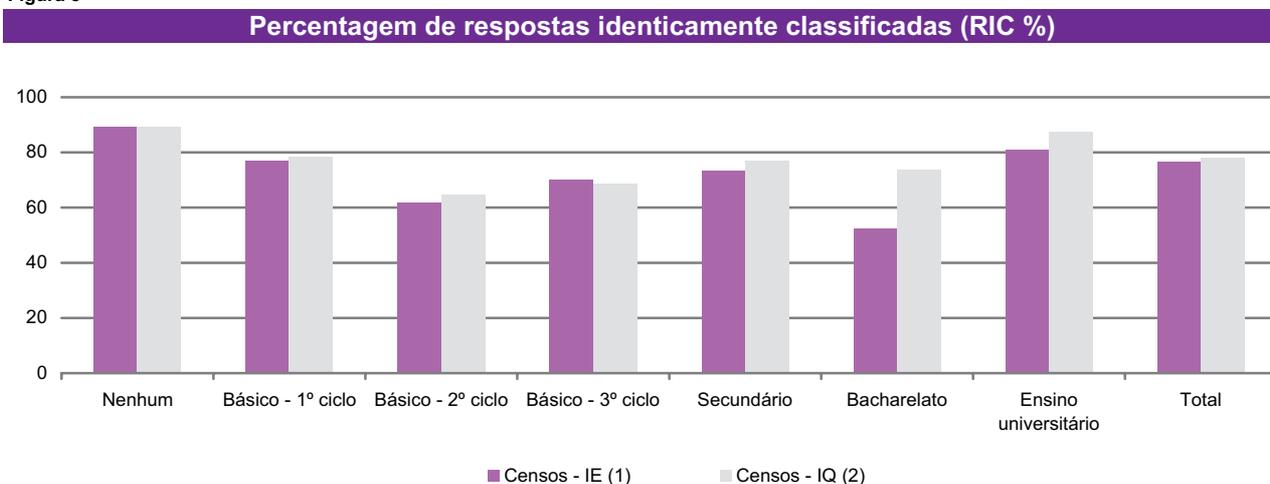


Tabela 15

Cruzamento das respostas do IE com os C01 em percentagem								
Amostra 1		C01						
IE	Total	Nenhum	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário	Bacharelato	Universitário
Nenhum	3920	89,2	9,3	0,9	0,5	0,1	0,0	0,0
Básico- 1º Ciclo	4619	10,0	77,0	7,2	4,3	1,2	0,1	0,2
Básico- 2º Ciclo	2123	1,6	16,4	61,6	16,6	3,6	0,2	0,0
Básico- 3º Ciclo	1648	1,1	4,4	9,9	69,9	14,3	0,2	0,2
Secundário	1143	0,8	3,8	3,1	15,1	73,1	2,3	1,7
Bacharelato	189	0,5	3,2	2,6	3,2	24,9	52,4	13,2
Universitário	436	0,2	1,1	0,9	0,2	5,7	11,0	80,7

Tabela 16

Cruzamento das respostas do IQ com os C01 em percentagem								
Amostra 2		C01						
IQ	Total	Nenhum	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário	Bacharelato	Universitário
Nenhum	6718	89,1	9,1	1,0	0,6	0,1	0,0	0,0
Básico- 1º Ciclo	7599	8,2	78,5	7,3	4,6	1,3	0,1	0,1
Básico- 2º Ciclo	4162	1,8	14,9	64,8	14,3	3,9	0,1	0,1
Básico- 3º Ciclo	3205	1,4	3,5	10,5	68,5	15,5	0,1	0,3
Secundário	2308	0,9	3,1	2,6	12,6	77,0	2,1	1,7
Bacharelato	279	0,4	2,5	0,0	2,5	16,8	73,5	4,3
Universitário	1130	0,5	0,2	0,2	0,4	5,2	5,9	87,5

- A maior diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras, surge na modalidade “bacharelato”, com 21,1 pontos percentuais.
- A diferença, entre as percentagens de RIC das duas amostras e quanto à característica “qualificação académica”, é de 1,3 pontos percentuais.
- Com exceção da modalidade “básico - 2º ciclo”, nas restantes modalidades verifica-se que as principais divergências de resposta, entre o IE e os C01 (amostra 1), ocorrem nas mesmas modalidades verificadas entre o IQ e os C01 (amostra 2); e mesmo na modalidade “básico - 2º ciclo” observa-se que as principais divergências, entre o IE e os C01, se encontram nas modalidades anterior e posterior, tal como sucede entre o IQ e os C01.

### Taxa de cobertura dos Censos 2001

O primeiro valor importante a analisar é o número de indivíduos recenseados dentro dos alojamentos do subconjunto de indivíduos do IE. O IQ apurou uma sobrecobertura de indivíduos, na ordem dos 100,7%, sendo que, a um nível de confiança de 95%, o intervalo da estimação fica entre os 100,1% e os 101,3%. Assim, será pertinente verificar se os C01 apresentam, igualmente, uma sobrecobertura de indivíduos no subconjunto do IE.

Quadro 9

Número de indivíduos, dentro dos alojamentos comuns às duas operações estatísticas, observados: (1) exclusivamente nos C01, (2) exclusivamente no IE, (3) em ambas as operações estatísticas e taxa de cobertura do número de indivíduos dos C01 sobre o número de indivíduos do IE.				
Censos – IE (1)	Censos 2001	Inquérito Emprego (IE)	Censos e IE	$T_x = (1+3) \times 100 / (2+3)$
	(1)	(2)	(3)	(4)
	1512	907	14158	104.0

Quadro 10

Número de indivíduos, dentro dos alojamentos comuns às duas operações estatísticas na semana de 5 a 11 de Março, observados: (1) exclusivamente nos C01, (2) exclusivamente no IE, (3) em ambas as operações estatísticas e taxa de cobertura do número de indivíduos dos C01 sobre o número de indivíduos do IE				
Censos - IE (1a)	Censos 2001	Inquérito Emprego (IE)	Censos e IE	$T_x = (1+3) \times 100 / (2+3)$
	(1)	(2)	(3)	(4)
	283	216	2727	102.3

Quadro 11

Número de indivíduos, dentro dos alojamentos comuns às duas operações estatísticas, observados: (1) exclusivamente nos C01, (2) exclusivamente no IQ, (3) em ambas as operações estatísticas e taxa de cobertura do número de indivíduos dos C01 sobre o número de indivíduos do IQ.				
Censos - IQ (2)	Censos 2001	Inquérito Qualidade (IQ)	Censos e IQ	$T_x = (1+3) \times 100 / (2+3)$
	(1)	(2)	(3)	(4)
	944	755	25729	100.7

Tendo em atenção que estas taxas não são idênticas às taxas produzidas pelo IQ, uma vez que são calculadas sobre o número de indivíduos das respectivas amostras, podemos verificar que, em qualquer dos casos, existe uma sobrecobertura de indivíduos nos C01 e de acordo com as diferentes restrições.

Realça-se também o facto de que, quando se restringe o universo à semana de referência dos C01, existe uma aproximação do valor da sobrecobertura dos C01 sobre o IE, ao valor registado pelo IQ.

## Conclusões

A comparação do Inquérito ao Emprego (IE) com os Censos 2001 (C01) tem limitações, que advêm principalmente do facto da “amostra 1”, que compara os microdados entre o IE e os C01, não ter o mesmo grau de representatividade que a amostra do IE do primeiro trimestre de 2001. De facto, esta amostra tem uma dimensão menor e uma distribuição espacial mais limitada que a amostra do IE.

Contudo, existe uma forte convicção sobre a tendência da taxa de cobertura de indivíduos dos C01, a qual, avaliada por uma segunda amostra retirada do IE (amostra 1), confirma o que se observou no IQ (amostra 2), ou seja, existiu nos C01 uma sobrecobertura dos indivíduos recenseados.

Salienta-se, também, a existência de uma sintonia entre as percentagens de respostas identicamente classificadas (RIC) e as principais divergências de classificação das duas amostras; de facto, este ponto é de uma importância relevante, pois demonstra que, em qualquer das amostras, se chega a conclusões semelhantes sobre as causas que originam as diferenças existentes entre os dados do IE e dos C01.

Na análise efectuada verificou-se que, em mais de 77% das modalidades analisadas, a diferença entre a percentagem de RIC das duas amostras, é inferior a 4 pontos percentuais. Nas modalidades onde esta diferença é superior, observou-se que as principais divergências de resposta são idênticas nas duas amostras, embora com percentagens diferentes.

As maiores diferenças observadas serão significativas? A forma como a selecção da amostra do IE foi escolhida não permite concluir sobre este facto; apenas podemos dizer que as maiores diferenças, entre as percentagens de RIC das duas amostras, deverão ser tomadas em consideração, mas esta análise não permite determinar a sua causa nem se são verdadeiras. Após uma análise mais fina dos dados, acabou-se por determinar que, em média, cerca de 2,5 pontos percentuais destas diferenças se deviam à existência de uma população mais idosa, na amostra retirada do IE. No entanto, perante desvios na ordem dos 20 pontos percentuais, esta justificação é pouco plausível como causa dessas diferenças.

A consistência da informação estatística recolhida, entre os C01/IQ e o IE, foi fortificada quando se verificou que em 87% das modalidades analisadas, a principal divergência na classificação era idêntica nas duas amostras e o valor dessa percentagem entre as duas amostras, em 81% dos casos, era inferior a 4 pontos percentuais. Exemplificando: a principal divergência de classificação entre o IE e os C01, na modalidade “desempregado”, era o facto de 62,1% dos indivíduos classificados como desempregados no IE terem sido classificados nos C01 como inactivos; o mesmo valor na “amostra 2”, entre o IQ e os C01, era de 61%, ou seja, uma diferença de 1,1 pontos percentuais. Chama-se também a atenção sobre a interpretação destes valores; apesar de parecerem elevados, é preciso ter em atenção o respectivo universo, pouco mais de 200 indivíduos; acresce, a este facto, a existência de divergências em sentido contrário, que podendo parecer irrelevantes, atenuam em grande parte o número de indivíduos classificados no IQ/IE como desempregados e nos C01 como inactivos.

Resumindo, ao nível da informação recolhida nos C01/IQ e no IE, verifica-se que existem resultados consistentes, emergindo de ambas as comparações, algumas deficiências de classificação análogas. Desta forma, eventuais diferenças existentes entre os dados extrapolados do IE e os C01, devem ser atribuídas aos mesmos factores que perturbam a consistência entre os resultados dos C01 e o respectivo inquérito de qualidade.

## Notas

<sup>1</sup> O Inquérito de Qualidade dos Censos foi uma operação realizada com o intuito de apurar os erros de cobertura e de conteúdo da informação estatística dos Censos 2001, cuja publicação se encontra disponível.

<sup>2</sup> Existem igualmente perguntas nos Censos que requerem que o indivíduo descreva a sua situação no último ano ou que faça referência à sua situação em anos anteriores.



### **A Situação Demográfica Recente em Portugal**

The demographic changes in Portugal

**Autoras:** Maria José Carrilho

Directora-adjunta do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: mjose.carrilho@ine.pt

**Lurdes Patrício**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: lurdes.patricio@ine.pt

#### **Resumo:**

A população portuguesa acelerou o ritmo de crescimento na viragem do século devido à intensificação do saldo migratório positivo, permanecendo o saldo natural fraco.

A baixa fecundidade, o aumento da esperança de vida, mais rápido entre os homens, e as fortes correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente.

A diminuição do número de casamentos e o incremento tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios confirmam as mudanças nos modelos familiares em Portugal.

Analisam-se, no presente trabalho, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura etária da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

#### **Palavras Chave:**

Fecundidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento

#### **Abstract:**

The accelerating pace of population growth in the turning of the century is the result of a strong and positive net migration.

The low fertility, the increase of expectancy of life, more rapid among men, and the substantial immigratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal.

The fall in the number of marriages and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces confirm the new familiar models in Portugal.

The aim is to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

**Key words:** fertility, expectancy of life, migrations, ageing

## Introdução

As estimativas de população residente<sup>1</sup> utilizadas no presente artigo assentam nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas no Inquérito de Qualidade. As estimativas intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas póscensitárias 2001 foram revistas, à semelhança de todos os indicadores que têm como denominador a população. Este facto explica a diferença entre o volume da população e a sua estrutura, bem como de alguns indicadores, analisados na Revista de Estudos Demográficos n.º 32. As novas estimativas estão disponíveis em duas publicações recentemente divulgadas pelo INE.

Assim, a presente *Situação Demográfica Recente em Portugal* revê a análise anteriormente elaborada, com base na nova informação e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2002, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações.

As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos manifestam-se no longo prazo, facto que determina, por vezes, uma abordagem mais vasta do que os anos mais recentes. A proximidade do momento de realização dos Censos 1991 determinou que a escolha do início do período de análise recaísse no ano de 1991, garantindo assim, uma maior fiabilidade da estrutura da população.

Os modelos de vida familiar diversificaram-se em Portugal e a família está directamente implicada na construção do modelo demográfico em vigor, aspectos estes analisados no número temático da Revista de Estudos Demográficos, n.º 33.

## 1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 1991-2002, caracteriza-se pela redução do saldo natural, que atinge os valores mais baixos a meio do período, induzida pela queda da natalidade, pela inversão da tendência dos saldos migratórios, os quais se tornaram positivos em 1993 e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2002 a população residente em Portugal foi estimada em 10 407 465 indivíduos, dos quais 5 030 247 homens e 5 377 218 mulheres. Comparativamente ao final de 2001 a população residente aumentou 78 125 indivíduos, ou seja 0,75%. O acréscimo foi mais acentuado nos homens (0,83%) do que nas mulheres (0,69%).

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1991-2002						
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
População Residente Média (milhares)	9 967,8	9 970,0	9 982,6	10 004,1	10 030,4	10 057,9
População Residente em 31.XII (milhares)	9 965,3	9 974,6	9 990,6	10 017,6	10 043,2	10 072,5
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,0	93,0	93,1
Nados vivos	116 286	114 914	113 949	109 213	107 084	110 243
Óbitos	103 882	100 638	105 950	99 232	103 475	106 881
Saldo Natural	12404	14 276	7 999	9 981	3 609	3 362
Saldo Migratório	-20219	-5 000	8 000	17 000	22 000	26 000
Acréscimo Populacional	-7815	9 276	15 999	26 981	25 609	29 362
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,12	0,14	0,08	0,10	0,04	0,03
Taxa de Crescimento Migratório (%)	-0,20	-0,05	0,08	0,17	0,22	0,26
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	-0,08	0,09	0,16	0,27	0,26	0,29
Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
População Residente Média (milhares)	10 091,1	10 129,3	10 171,9	10 225,8	10 293,0	10 368,4
População Residente em 31.XII (milhares)	10 109,7	10 148,9	10 195,0	10 256,7	10 329,3	10 407,5
Relação de Masculinidade (%)	93,1	93,1	93,2	93,3	93,4	93,4
Nados vivos	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383
Óbitos	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092	106 258
Saldo Natural	8 155	7 186	8 131	14 644	7 682	8 125
Saldo Migratório	29 000	32 000	38 000	47 000	65 000	70 000
Acréscimo Populacional	37 155	39 186	46 131	61 644	72 682	78 125
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,07	0,08	0,14	0,07	0,08
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,29	0,32	0,37	0,46	0,63	0,68
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,37	0,39	0,45	0,60	0,71	0,75

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

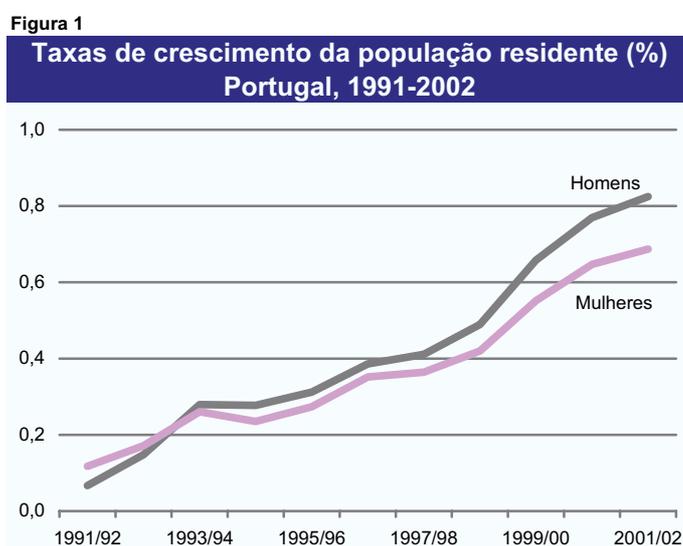
A principal causa do crescimento da população, à semelhança do que se vem observando desde 1994, foi o saldo migratório positivo (0,68%), pois o saldo natural permaneceu fraco (0,08%).

Tanto o número de nados vivos (1,4%) como o de óbitos (1,1%) superam em 2002, o do ano anterior, facto que explica a quase estabilidade do saldo natural (8 125). Se a variação registada nos óbitos se pode inscrever nas oscilações normais anuais do acontecimento, quer no sentido positivo quer negativo, a subida do número de nados vivos não é suficientemente expressiva para se considerar como retoma da natalidade.

Estima-se que em 2002, o saldo migratório tenha atingido cerca de 70 000 indivíduos (79 300 entradas e 9 300 saídas), valor que excedeu em 5 000 o do ano anterior. Nos últimos anos a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste.

O ritmo de crescimento da população residente em Portugal acentuou-se especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX.

Entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 2002 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 442 mil pessoas, apesar dos entraves registados nos dois primeiros anos do período resultantes de fluxos emigratórios moderados. Naqueles anos os baixos saldos naturais revelaram-se insuficientes para superar as correntes de saída e a população diminuiu.



Com base nos diferentes comportamentos das variáveis demográficas pode dividir-se o período em análise em duas fases, compreendendo cada uma o mesmo número de anos:

*Na primeira fase*, de 1991 a 1996, a variação da população atingiu cerca de 107 mil indivíduos, sendo 60% explicada pelo saldo migratório. Este período é marcado por saldos naturais tendencialmente mais fracos, pertencendo aos anos de 1995 e 1996 os menores valores. Os óbitos registam um valor inferior a 100 000 indivíduos em 1994. Em 1991 e 1992 o efeito conjugado de diminutas taxas de crescimento natural e de taxas migratórias negativas provocou a diminuição de população. A taxa média anual de crescimento da população foi reduzida (0,2%).

Entre 1997 e 2002, anos que correspondem à *segunda fase* de evolução demográfica recente, o ritmo de crescimento da população acelera e triplica a taxa média comparativamente à primeira fase. Tanto a componente natural como a migratória observam uma recuperação de níveis. No entanto, o saldo natural enfraquece a sua importância relativa no crescimento da população, justificando apenas 16% do mesmo enquanto a componente migratória reforça a sua posição e representa 84%.

De 1991 a 2002 o saldo natural reduziu-se 34,5% passando de cerca de 12 404 indivíduos para 8 125, apesar dos aumentos conjunturais da natalidade nos últimos anos do século passado.

Portugal revela um ritmo de crescimento quase duplo da média estimada pelo Eurostat<sup>2</sup> para o conjunto dos países da União Europeia (UE= 0,34% em 2002) e uma evolução de sentido contrário. A Irlanda detém a taxa de

crescimento mais alta (1,2%) e a Dinamarca a mais baixa (0,4%). A Alemanha, Grécia e Suécia continuam a observar aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

No entanto, as comparações internacionais neste momento devem ser cautelosas, pois nem todos os países membros que realizaram a última vaga de Censos concluíram a revisão das estimativas de população com base nos novos resultados.

Norte e Lisboa e Vale do Tejo são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país e detêm praticamente a mesma importância relativa (cerca de 35%). Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2002, nas NUTS Norte e Centro (52,6%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,5%, percentagem praticamente igual à observada em 1991.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem os 2 milhões de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (4,4%). Ao contrário, o Alentejo e as regiões Autónomas observaram perdas de população, sendo a mais significativa a ocorrida na Madeira.

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.<sup>3</sup> Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios. Em contraste, é no Centro, no Alentejo e no Algarve que se localizam as taxas de crescimento natural negativas, acumulando esta última região a taxa migratória positiva mais forte do país.

Passando a uma desagregação geográfica mais fina, e em particular nas regiões do interior, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou recentemente devido aos fluxos imigratórios.

## 2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal aumentou em 2002 para 114 383, valor idêntico ao observado em 1992 (112 774 em 2001). A variável retomou assim, o andamento crescente que registava desde 1996 e tinha sido quebrado em 2001.

O ritmo de variação observado foi contudo inferior ao manifestado na segunda metade dos anos noventa.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 1991-2002						
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nados vivos	116 286	114 914	113 949	109 213	107 084	110 243
Nados vivos fora do casamento	18122	18 478	19 298	19 464	19 990	20 597
Nados Vivos fora do casamento (%)	15,6	16,1	16,9	17,8	18,7	18,7
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,7	11,5	11,4	10,9	10,7	11,0
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,56	1,53	1,51	1,44	1,41	1,44
Idade média ao nascimento do 1º filho	24,9	25,0	25,2	25,4	25,6	25,8
Idade média ao nascimento de um filho	27,2	27,4	27,5	27,6	27,8	28,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,758	0,748	0,738	0,704	0,688	0,705
Taxa de Reprodução Líquida	0,742	0,724	0,717	0,685	0,669	0,685
Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Nados vivos	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383
Nados vivos fora do casamento	22 063	22 802	24 186	26 642	26 814	29117
Nados Vivos fora do casamento (%)	19,5	20,1	20,8	22,2	23,8	25,5
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,2	11,2	11,4	11,7	11,0	11,0
(nº médio de crianças por mulher)	1,47	1,48	1,51	1,56	1,46	1,47
Idade média ao nascimento do 1º filho	25,9	26,1	26,4	26,5	26,8	27,0
Idade média ao nascimento de um filho	28,1	28,3	28,5	28,6	28,8	29,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,719	0,717	0,736	0,760	0,712	0,719
Taxa de Reprodução Líquida	0,700	0,698	0,718	0,743	0,697	0,704

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

O número de filhos de mães residentes em Portugal com nacionalidade estrangeira explicou a subida de natalidade observada em 2002. Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2002, ano a que ascenderam a 6,7%.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) detinham a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 1,3 % em 1995 contra 3,8% em 2002.

De notar a tendência em alta do grupo residual Outros países da Europa, e que engloba os nascimentos de filhos de imigrantes provenientes de países da Europa do Leste. Estes nascimentos atingiram 1% em 2002 (0,06 em 1995).

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira, largamente superior ao das mães de nacionalidade portuguesa, marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

Se se considerar a variação positiva da natalidade ocorrida no período entre 1995 e 2002 (7 286) consta-se que cerca de dois terços é explicada pelo nascimento de filhos de mães estrangeiras, sendo a maior parte de mães com origem nos PALPs. Este incremento atenuou os efeitos no saldo natural resultantes da baixa de natalidade das mães portuguesas observada em 2001 e confirmada no ano seguinte.

Em 2002, o acréscimo de 30,4% de nados vivos de mães estrangeiras, comparativamente ao ano anterior, suavizou o efeito da variação negativa de nados vivos de mães com nacionalidade portuguesa (-6,4%).

Quadro 3

**Nados vivos nascidos em Portugal, por nacionalidade das mães residentes em Portugal, 1995-2002**

País Nacionalidade	1995		1997		1999		2000		2001		2002	
	nº	%										
TOTAL	107 097		112 933		116 002		120 008		112 774		114 383	
EUROPA	105 139	98,14	110 586	97,92	111 758	96,34	115 110	95,92	107 934	95,71	108 622	94,96
Portugal	104 717	97,70	110 161	97,55	110 894	95,60	114 174	95,14	106 869	94,76	106 683	93,27
Alemanha	61	0,06	59	0,05	115	0,10	104	0,09	101	0,09	80	0,07
Bélgica	14	0,01	6	0,01	15	0,01	19	0,02	14	0,01	21	0,02
Espanha	81	0,08	69	0,06	120	0,10	120	0,10	99	0,09	132	0,12
França	53	0,05	73	0,06	333	0,29	356	0,30	280	0,25	340	0,30
Itália	14	0,01	15	0,01	17	0,01	36	0,03	24	0,02	25	0,02
Países Baixos	42	0,04	42	0,04	25	0,02	40	0,03	44	0,04	44	0,04
Reino Unido	74	0,07	73	0,06	79	0,07	75	0,06	95	0,08	70	0,06
Outros países U.E.	22	0,02	18	0,02	31	0,03	34	0,03	27	0,02	33	0,03
Outros países Europa	61	0,06	70	0,06	130	0,11	152	0,13	381	0,34	1194	1,04
ÁFRICA	1 425	1,33	1 788	1,58	3 387	2,92	3 928	3,27	3 649	3,24	3 873	3,39
Angola	376	0,35	542	0,48	1 353	1,17	1 559	1,30	1 396	1,24	1 496	1,31
Cabo Verde	665	0,62	697	0,62	931	0,80	1 156	0,96	1 136	1,01	1 260	1,10
Guiné Bissau	206	0,19	281	0,25	464	0,40	495	0,41	495	0,44	490	0,43
Moçambique	34	0,03	58	0,05	244	0,21	250	0,21	218	0,19	185	0,16
S.Tomé e Princ.	112	0,10	166	0,15	276	0,24	322	0,27	278	0,25	306	0,27
Total dos PALPS	1 393	1,30	1 744	1,56	3 268	2,83	3 782	2,83	3 523	2,83	3 737	3,83
Outros Países	32	0,03	44	0,04	119	0,10	146	0,12	126	0,11	136	0,12
AMÉRICA	425	0,40	406	0,36	653	0,56	716	0,60	920	0,82	1 567	1,37
América do Norte	54	0,05	70	0,06	91	0,08	93	0,08	78	0,07	109	0,10
América Central e do Sul	371	0,35	336	0,30	562	0,48	623	0,52	842	0,75	1 458	1,27
Brasil	281	0,26	267	0,24	412	0,36	469	0,39	711	0,63	1 309	1,14
Ásia e Oceania	81	0,08	123	0,11	182	0,16	232	0,19	255	0,23	304	0,27
Total de nados vivos de mães estrangeiras	2 380	2,22	2 772	2,45	5 108	4,42	5 834	4,86	5 905	5,24	7 700	6,73

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A taxa bruta de natalidade manteve-se estável nos dois últimos anos em análise e ronda os 11 nascimentos com vida por mil habitantes. O nível da natalidade é superior ao estimado pelo Eurostat<sup>4</sup> para o conjunto dos países membros (10,6 por mil habitantes em 2002). A taxa mais elevada continua a pertencer à Irlanda (15,4% em 2002), país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. O valor mais baixo localiza-se na Alemanha e na Grécia, ambos com 8,8 nados vivos por mil habitantes. Tendo presente as limitações do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução registada em outros países da Europa Comunitária.

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que o indicador em 2002, regista os valores mais elevados (12,9‰). Em oposição é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (8,7‰).

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que em Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 1991, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 84,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2002, situava-se em 54,6‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 64,4‰ em 1991 para 83,4‰ em 2002.

Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 1991-2002								
Idades	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>1ª ordem</b>								
20-24	48,7	48,1	47,6	45,8	46,7	47,8	41,9	40,9
25-29	53,7	55,5	56,7	56,7	60,1	61,3	56,0	58,0
30-34	20,8	22,3	23,8	25,6	27,9	30,7	30,1	33,1
35-39	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,4	8,0	8,7
<b>2ª ordem</b>								
20-24	12,7	12,7	12,9	12,7	12,2	12,3	12,0	11,3
25-29	34,3	34,3	34,1	32,6	31,6	31,8	29,4	28,0
30-34	32,9	35,5	37,3	39,0	39,0	40,7	38,3	38,2
35-39	9,3	10,4	11,5	13,1	14,0	15,2	15,5	16,0

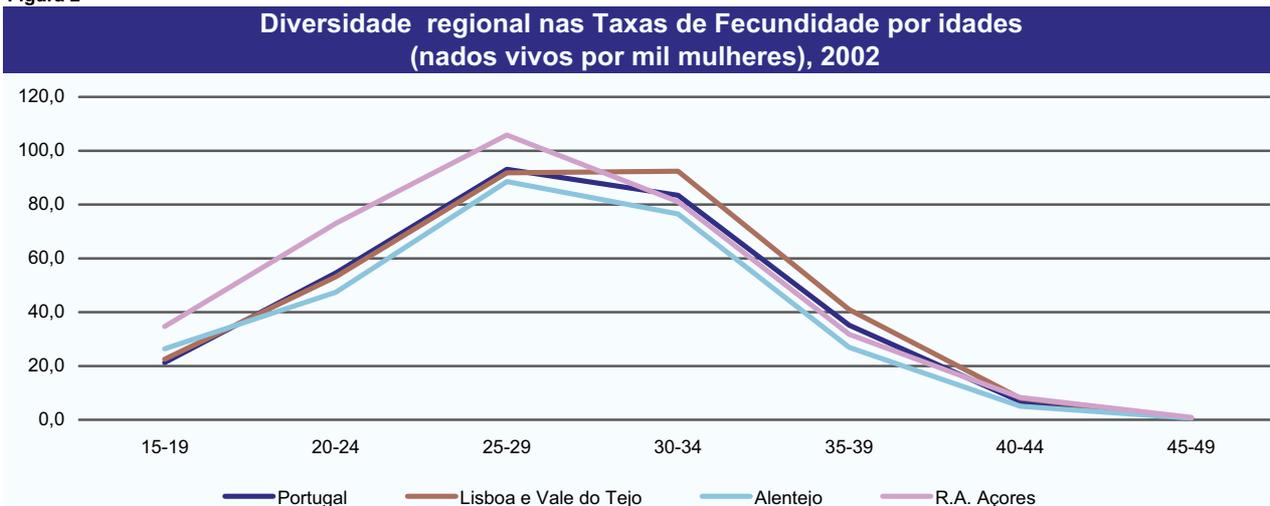
Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

A taxa de fecundidade de segunda ordem só aumentou na faixa etária dos 30-34 anos.

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência nestas faixas etárias. Desde 1991 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2002, 34,7‰. É no Centro (16,9‰) e no Norte (19,1‰) que as adolescentes registam taxas de fecundidade mais baixas no mesmo ano. Lisboa e Vale do Tejo agravou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, passou de 20,4‰ em 1991 para 22,5‰ em 2002.

A heterogeneidade dos padrões de fecundidade está sintetizada na figura 2 que apresenta as curvas do fenómeno para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, comparativamente a Portugal. Aos Açores pertencem as taxas de fecundidade mais elevadas quer entre as mães adolescentes, quer entre as mães com idades compreendidas entre os vinte e os trinta anos. Estima-se que seja a única região do país em 2002 com uma taxa de fecundidade superior a 100 nados vivos por mil mulheres dos 25-29 anos.

Figura 2



O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente. Em 2002, as NUTS que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro e o Alentejo (1,4 crianças por mulher) e a região com o índice sintético de fecundidade mais elevado continua a ser a Região Autónoma dos Açores (1,7 crianças por mulher) seguida do Algarve (1,6 crianças por mulher).

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 1991 e 2002 as mulheres retardaram a idade média à maternidade cerca de dois anos. As mulheres tiveram em 2002, o primeiro filho com a idade de 27 anos em média, exactamente a mesma idade em que em 1976 tinham um filho.

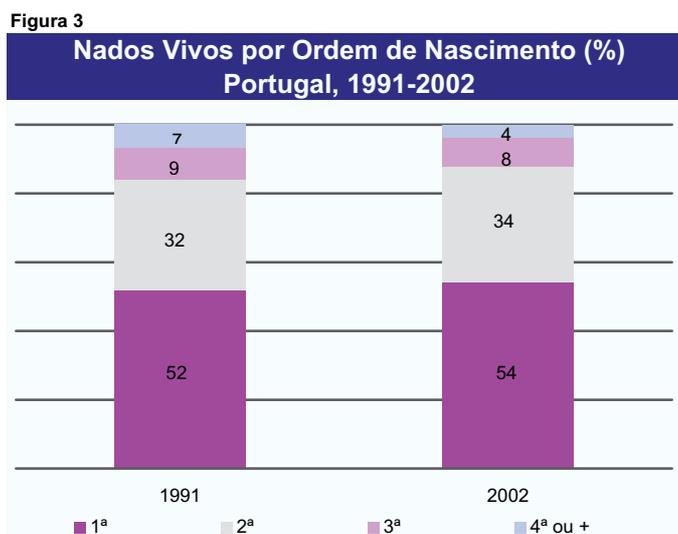
É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães mais cedo, rondando a idade média ao nascimento do primeiro filho os 25 anos e é em Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, próxima dos 28 anos.

O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento (15,6% em 1991; 23,8% em 2001 e 25,5% em 2002) surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (28,6% em 2001). Dentro dos países com informação disponível para 2002 a Espanha ocupa a posição mais fraca (3,9%) e a Suécia a mais elevada (56,6%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal o aumento, traduzido numa taxa de variação de 61%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

É sobretudo na região do Algarve (42,4%) e de Lisboa e Vale do Tejo (35,3%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se na Região Autónoma dos Açores (16,9%) no Norte (16,2%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 54,3% em 2002, contra 52,0% em 1991. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Posteriormente, e apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (33,5% em 2002 contra 32,0 em 1991), reflectindo a andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,5% em 2002. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem nos

anos mais recentes valores muito pouco expressivos. De ressaltar que o incremento de natalidade em 2002, resultou exclusivamente na opção de ter um filho, ao contrário do que tinha acontecido em 2000. As famílias são pois cada vez menos numerosas.



As taxas de reprodução bruta e líquida, traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século essa substituição não era garantida pois cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas é, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

### 3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2002, celebraram-se 56 467 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior tendo a taxa bruta de nupcialidade descido para 5,4‰.

**Quadro 5**

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade Portugal, 1991-2002												
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Casamentos</b>	71 708	69 887	68 176	66 003	65 776	63 672	65 770	66 598	68 710	63 752	58 390	56 467
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	7,2	7,0	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6	6,8	6,2	5,7	5,4
Idade média ao 1º casamento												
Homens	26,3	26,4	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5	27,8	28,0
Mulheres	24,4	24,5	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7	26,1	26,4
Idade média ao casamento												
Homens	28,0	28,1	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3	29,8	30,0
Mulheres	25,3	25,4	25,6	25,7	25,9	26,2	26,4	26,5	26,7	26,9	27,4	27,6
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos												
Homens	0,86	0,84	0,81	0,78	0,77	0,73	0,76	0,76	0,79	0,72	0,65	0,64
Mulheres	0,87	0,84	0,82	0,79	0,78	0,75	0,78	0,79	0,82	0,76	0,69	0,67
<b>Divórcios</b>	10 619	12 429	12 093	13 582	12 322	13 429	14 078	15 098	17 676	19 104	18 851	27 708
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,1	1,2	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8	2,7
Idade média ao divórcio												
Homens	40,1	39,3	39,7	39,7	40,5	41,4	41,0	40,9	40,3	40,9	40,8	40,3
Mulheres	37,9	37,1	37,6	37,2	38,2	39,0	38,5	38,3	37,8	38,4	38,2	37,8
Divórcios/Casamento	14,8	17,8	17,7	20,6	18,7	21,1	21,4	22,7	25,7	30,0	32,3	49,1

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Importa referir que Portugal observa a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ 2002<sup>5</sup>. O valor mais elevado é pertença da Dinamarca (6,9‰) e o mais baixo, da Bélgica (3,9‰, valor provisório). A Suécia regista dos níveis mais baixos (4,3‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada

proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária parece indiciar a formalização da vivência em comum.

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 1991-2002												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Casamentos de homens solteiros - %	91,48	91,36	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63	90,64	90,03	89,09	89,16
Casamentos de mulheres solteiras - %	94,43	94,10	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07	92,94	92,33	91,46	91,89
Casamentos de homens divorciados - %	6,28	6,39	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71	7,82	8,38	9,25	9,46
Casamentos de mulheres divorciadas - %	4,28	4,59	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93	6,12	6,74	7,49	7,28
Casamentos de homens viúvos - %	2,25	2,25	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66	1,54	1,59	1,66	1,38
Casamentos de mulheres viúvas - %	1,29	1,31	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00	0,94	0,94	1,04	0,82

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

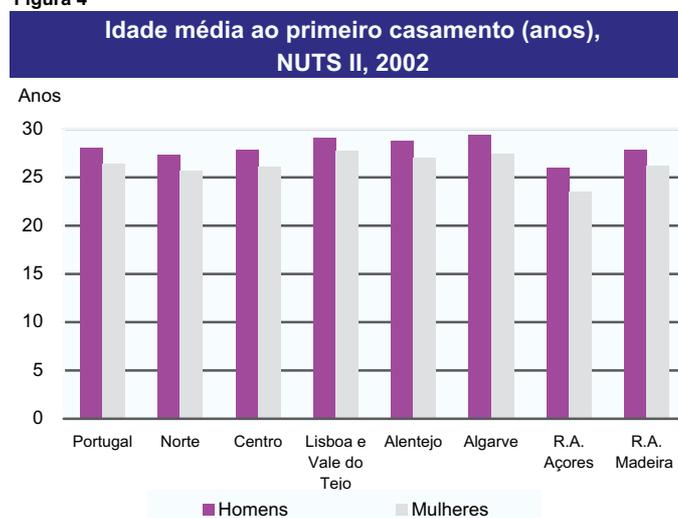
A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres entre 1991 e 2002. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 7,3% entre as mulheres e 9,5% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens, mas com tendência para baixar, à semelhança do que ocorre com as mulheres.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 67% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2002, valor que baixa para 64% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 1991, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 26 anos, idade que se elevou para os 28 anos em 2002. Igual adiamento se observa nas mulheres com a idade a aumentar dos 24 para os 26 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que tanto os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (26 anos para os homens e 23,4 para as mulheres em 2002).

Figura 4



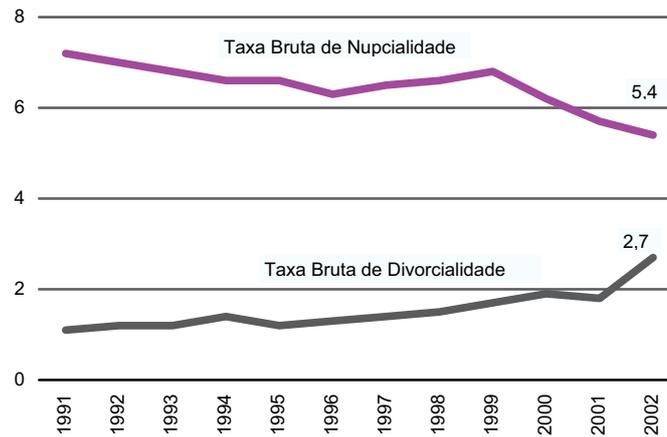
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil.

A taxa bruta de divorcialidade entre 1991 e 2002 mais do que duplicou, passando de 1,1 para 2,7 divórcios por mil habitantes e tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Figura 5

### Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (%), Portugal, 1991-2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

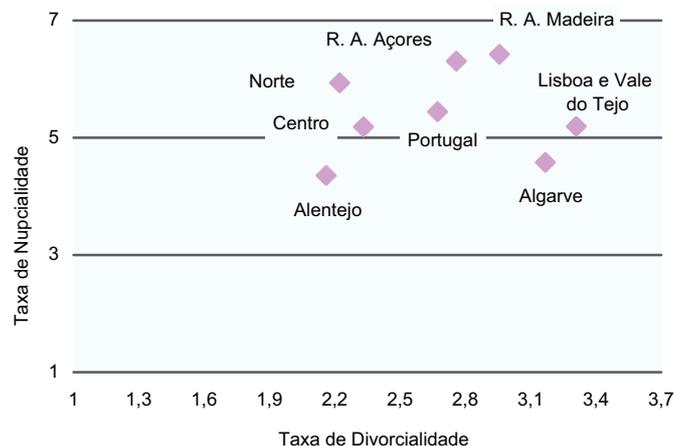
Portugal regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária e bastante superior à observada nos países da Europa do Sul, sendo dupla da verificada em Espanha no ano de 2001.

A idade média ao divórcio tem-se mantido quase inalterável ao longo do período em análise, rondando os 40 anos para os homens e os 38 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento.

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde.

Figura 6

### Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais alta entre as regiões do Continente (5,9‰) e uma das taxas de divorcialidade mais baixa do país (2,2‰).

De notar o comportamento do Alentejo com valores pouco significativos, tanto em termos de nupcialidade como de divorcialidade, comparativamente à média do país. A importância que tomam outras formas de conjugalidade, como os casamentos sem registo, pode explicar estas diferenças.

#### 4. Mortalidade e Esperança de Vida

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causados por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12, 5 anos de vida nos homens e 13, 7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 1991-2002						
Anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Óbitos	103 882	100638	105950	99232	103475	106881
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,4	10,1	10,6	9,9	10,3	10,6
Óbitos com menos de um ano	1 254	1052	985	867	796	747
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	10,8	9,2	8,6	7,9	7,4	6,9
<b>Esperança de vida à nascença</b>						
Homens	70,58	70,75	71,00	71,45	71,83	71,65
Mulheres	77,60	78,00	78,24	78,51	78,95	78,97
<b>Esperança de vida aos 45 anos</b>						
Homens	29,88	30,06	30,10	30,32	30,72	30,63
Mulheres	34,89	35,22	35,35	35,59	35,96	35,90
<b>Esperança de vida aos 65 anos</b>						
Homens	14,12	14,31	14,32	14,43	14,71	14,66
Mulheres	17,23	17,54	17,65	17,82	18,11	18,05
Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Óbitos	104778	106198	107871	105364	105092	106 258
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2	10,2
Óbitos com menos de um ano	726	682	651	662	567	574
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	6,4	6,0	5,6	5,5	5,0	5,0
<b>Esperança de vida à nascença</b>						
Homens	71,86	72,23	72,46	72,89	73,39	73,68
Mulheres	79,13	79,40	79,57	79,90	80,37	80,56
<b>Esperança de vida aos 45 anos</b>						
Homens	30,76	31,03	31,14	31,40	31,78	31,91
Mulheres	36,06	36,32	36,40	36,60	36,98	37,13
<b>Esperança de vida aos 65 anos</b>						
Homens	14,76	14,94	14,97	15,18	15,55	15,68
Mulheres	18,22	18,43	18,46	18,64	19,01	19,15

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Em 2002, registaram-se 106 258 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um ligeiro acréscimo, comparativamente ao ano anterior.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária<sup>6</sup>(9,8‰ em 2002)

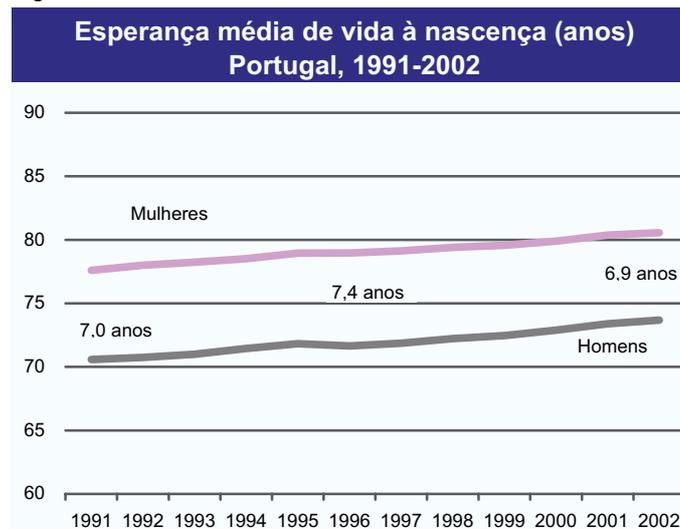
A Dinamarca (10,9‰) e a Suécia (10,6‰) possuem as taxas mais elevadas enquanto as mais baixas se encontram na Irlanda (7,5‰) e no Luxemburgo (8,4‰).

A partir de 1995 Portugal deixou de possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada entre os países da UE, aproximou-se dos padrões europeus, rondando os 5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Estima-se<sup>7</sup> que em 2002 a média da UE atinja os 4,5‰ pertencendo à Grécia (5,9‰), Reino Unido (5,3‰), Países Baixos, Luxemburgo e Irlanda com 5,1‰ as taxas mais elevadas à Suécia (2,8‰), Finlândia (3,0‰) e Espanha (3,4‰) observam os níveis mais baixos.

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 1991 e 2002 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,9 anos para os homens e 2,6 anos para as mulheres e situou-se em 73,7 anos e 80,6 respectivamente, valores ainda afastados da média europeia<sup>8</sup> (75,5 anos nos homens e 81,6 anos nas mulheres em 2002) e que o colocam na penúltima posição, no que concerne aos homens e num lugar intermédio para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (4,1%) do que entre as mulheres( 3,3%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina.

Figura 7



Os maiores valores da esperança de vida observam-se, para os homens, na Suécia (77,7 anos), na Itália (76,8 anos) e nos Países Baixos (75,9 anos) e para as mulheres em Espanha (83,1 anos), França e Itália, ambos com 82,9 anos.

Os progressos no campo da esperança de vida estendem-se a todas as NUTS II, embora com diferente intensidade.

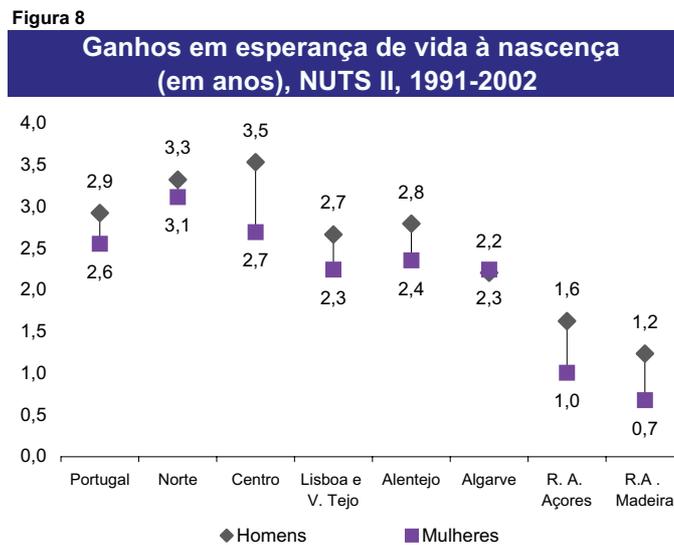
Em Portugal é no Centro que tanto homens como mulheres, viviam em média o maior número de anos (74, 8 anos e 81, 2 anos, respectivamente em 2001/2002). Ao contrário, é nas regiões autónomas que em média se vive menos, não tendo os homens ainda conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançaram os 77,5 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida no período de 1991 a 2002 observaram-se no Centro para os homens (3,5 anos) e no Norte para as mulheres (3,1 anos). Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,2 nos homens e 0,68 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 68,5 anos.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progredem.

No entanto em Portugal os ritmos de crescimento da esperança de vida média são mais fracos nas regiões em que se vive menos.

A sobremortalidade masculina, está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades.



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

A relação da sobremortalidade, isto é, o excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2002 na idade exacta dos 25 anos, idade em que o risco de morte corresponde a quatro homens por cada mulher. A relação da sobremortalidade masculina desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo tripla até atingir a idade dos 35 anos. Aos 65 anos o risco de morte dos homens face ao das mulheres é praticamente metade do observado aos 25 anos.

As razões da longevidade feminina são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

O aumento da esperança de vida tem sido transversal a todas as idades, destacando-se os aumentos às idades exactas dos 20 e dos 45 anos, em ambas superiores a dois anos. A partir dos quarenta anos os ganhos de vida são sempre superiores nas mulheres alimentando a sobremortalidade masculina, embora com níveis mais ténues do que no passado. Entre 1991 e 2002 o aumento de anos de vida dos homens e mulheres que sobreviveram até aos 50 anos foi praticamente idêntico (1,9 anos).

Actualmente estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para 19 anos. Enquanto que as mulheres que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, os homens conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos).

Estima-se que em 2002, de 100 000 nados vivos, só 90 976 homens tenham alcançado a idade exacta dos 50 anos, número manifestamente inferior ao das mulheres que sobreviveram à mesma idade (96 173).

Quadro 8

Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 1991-2002												
Anos	e <sub>0</sub> anos		e <sub>20</sub>		e <sub>50</sub>		e <sub>60</sub>		e <sub>70</sub>		e <sub>80</sub>	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
1991/92	70,75	78,00	52,49	59,19	25,77	30,60	17,84	21,74	11,10	13,59	6,04	7,17
1995/96	71,65	78,97	52,94	59,90	26,33	31,27	18,26	22,31	11,41	14,05	6,14	7,46
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
Anos	l <sub>0</sub> anos		l <sub>20</sub>		l <sub>50</sub>		l <sub>60</sub>		l <sub>70</sub>		l <sub>80</sub>	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
1991/92	100 000	100 000	97 333	98 401	88 994	95 027	80 733	90 919	63 976	81 585	34 495	56 270
1995/96	100 000	100 000	98 026	98 746	89 489	95 541	81 871	91 857	65 748	83 201	37 147	59 316
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

Em 1991, de 100 000 nados vivos apenas 81 585 esperavam atingir os 70 anos, número que se elevou para 85 413 passados onze anos. De notar que o número de homens sobreviventes aos 70 anos (69 948), em 2002, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991.

As principais causas de morte, registadas em 2001, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e os acidentes de transporte. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares são as responsáveis pelo maior número de óbitos em Portugal, esta causa de morte é maioritariamente feminina e está associada à idade. Em 2001, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos, idade em que a mortalidade masculina causada por aquela causa de morte é praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode dizer-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal - 2000/2001							
(Lista Básica da CID-9)							
Causas de Morte	CID - 9 Lista Básica	2000 (%)			2001 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	02, 077	0,32	0,46	0,17	0,33	0,47	0,17
Tumores Malignos	08 - 14	20,33	23,05	17,36	20,85	23,50	17,95
Esófago	090	0,50	0,76	0,20	0,51	0,80	0,20
Estômago	091	2,48	2,87	2,06	2,45	2,85	2,01
Colon	093	1,93	2,03	1,83	2,11	2,22	1,99
Traqueia, brônquios e pulmões	101	2,72	4,24	1,06	2,72	4,29	1,00
Mama feminina	113	1,44	0,00	3,02	1,57	0,00	3,28
Próstata	124	1,61	3,28	0,00	1,62	3,00	0,00
Tecido linfático e dos órgãos hematopoéticos	14	1,54	1,57	1,51	1,58	1,63	1,52
Diabetes Mellitus	181	2,97	2,34	3,66	3,76	3,03	4,57
Doenças do Aparelho Circulatório	25-30	38,73	33,71	44,21	38,59	33,43	44,23
Doenças Isquémicas do Coração	27	8,47	8,81	8,10	8,55	8,90	8,17
Enfarte agudo do miocárdio	270	5,97	6,60	5,28	6,06	6,71	5,34
Doenças cerebro-vasculares	29	19,88	16,50	23,58	19,41	16,05	23,07
Pneumonia	321	4,40	4,32	4,48	3,67	3,74	3,59
Bronquite crónica, Enfisema e Asma	323	0,75	0,89	0,60	0,66	0,80	0,50
Doenças Crónicas do Fígado e Cirrose Hepática	347	1,73	2,44	0,94	1,86	2,65	1,00
Sintomas, Sinais e Afecções mal definidas	46	12,43	12,18	12,71	11,36	10,89	11,87
Infecção por vírus humano de imunodeficiência	57	0,90	1,40	0,34	0,97	1,57	0,32
Outras Causas de Morte		17,45	19,21	15,52	17,96	19,94	15,81
Total dos Óbitos		100	100	100	100	100	100
Acidentes de transporte	E 47	30,37	33,38	22,46	37,66	39,34	33,24
Suicídios e lesões auto-infligidas	E 54	11,10	12,19	8,24	14,98	15,94	12,45
Homicídios	E 55	1,97	1,89	2,18	2,46	2,63	2,01
Outras Causas de Morte E		56,56	52,54	67,13	44,91	42,09	52,30
Total Causas E		100	100	100	100	100	100

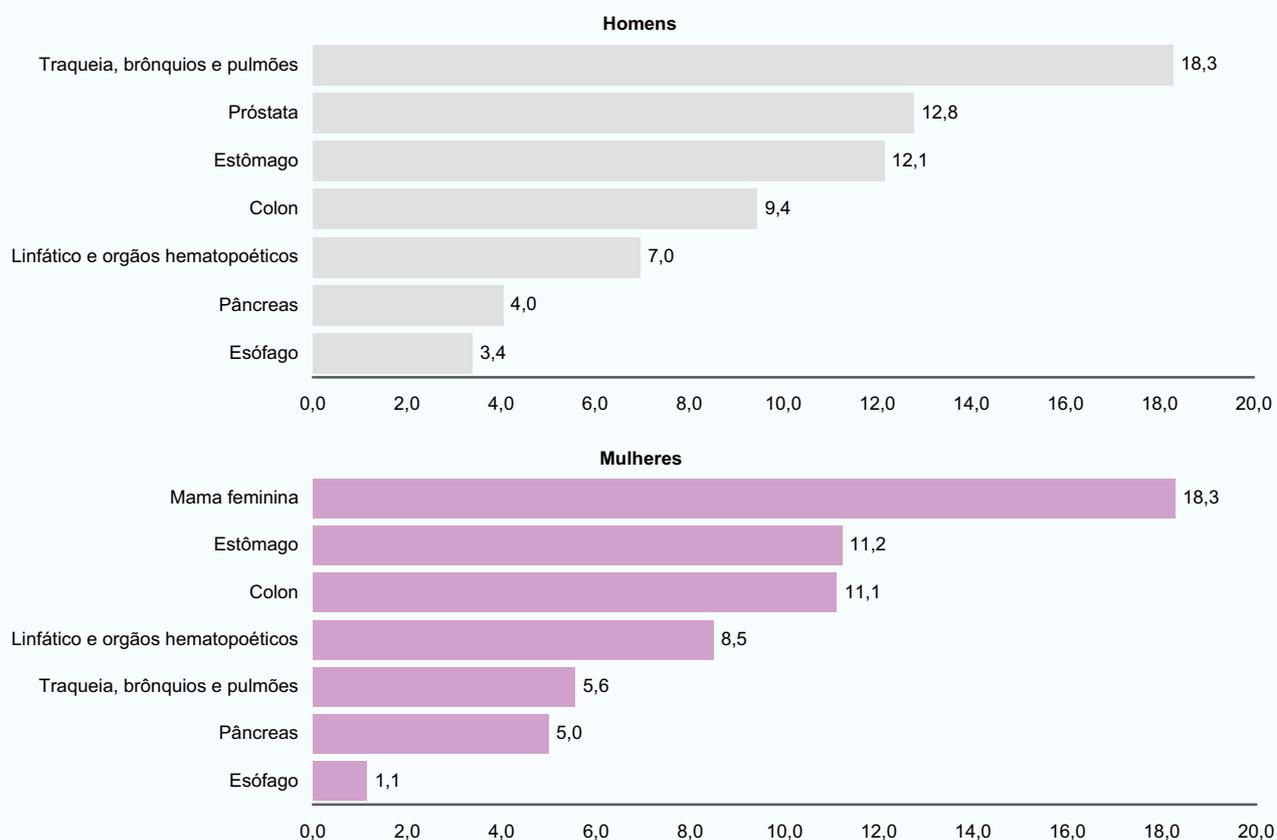
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2000 e 2001

Os tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmões, da mama e do cólon não cessam de aumentar.

Dentre os tumores malignos o da traqueia, brônquios e pulmões e o da mama, ocupam o primeiro lugar como causa de morte, respectivamente entre os homens e as mulheres e com igual representação (18,3%). O tumor do esófago adquire um peso muito maior entre os homens (3,4%) do que nas mulheres (1,1%).

Figura 9

### Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2001



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2001

Em 2001 registaram-se 1 818 óbitos por acidente de trânsito concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos. Apesar da redução de mortes devido a acidentes de trânsito de veículos a motor no período em análise, o ano de 2001, registou um acréscimo de morte comparativamente ao ano anterior, sobretudo nos homens.

Quadro 10

### Óbitos causados por acidentes de trânsito de veículos a motor, Portugal, 1991-2001

Idades	1991			1992			1995			2000			2001		
	HM	H	M												
15-19	347	298	49	324	278	46	256	205	51	100	81	19	162	133	29
20-24	381	336	45	354	303	51	349	295	54	208	186	22	233	195	38
25-29	281	232	49	260	225	35	217	185	32	133	117	16	171	149	22
30-34	211	185	26	194	164	30	160	140	20	101	88	13	122	96	26
35-39	172	145	27	173	140	33	143	119	24	71	62	9	122	105	17
15-39	1 392	1 196	196	1 305	1 110	195	1 125	944	181	613	534	79	810	678	132
<b>TOTAL</b>	<b>2 896</b>	<b>2 270</b>	<b>626</b>	<b>2 774</b>	<b>2 191</b>	<b>583</b>	<b>2 466</b>	<b>1 914</b>	<b>552</b>	<b>1 350</b>	<b>1 081</b>	<b>269</b>	<b>1 818</b>	<b>1 377</b>	<b>441</b>
15-19	100	85,9	14,1	100	85,8	14,2	100	80,1	19,9	100	81,0	19,0	100	82,1	17,9
20-24	100	88,2	11,8	100	85,6	14,4	100	84,5	15,5	100	89,4	10,6	100	83,7	16,3
25-29	100	82,6	17,4	100	86,5	13,5	100	85,3	14,7	100	88,0	12,0	100	87,1	12,9
30-34	100	87,7	12,3	100	84,5	15,5	100	87,5	12,5	100	87,1	12,9	100	78,7	21,3
35-39	100	84,3	15,7	100	80,9	19,1	100	83,2	16,8	100	87,3	12,7	100	86,1	13,9
15-39	100	85,9	14,1	100	85,1	14,9	100	83,9	16,1	100	87,1	12,9	100	83,7	16,3
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>78,4</b>	<b>21,6</b>	<b>100</b>	<b>79,0</b>	<b>21,0</b>	<b>100</b>	<b>77,6</b>	<b>22,4</b>	<b>100</b>	<b>80,1</b>	<b>19,9</b>	<b>100</b>	<b>75,7</b>	<b>24,3</b>

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1991-2001

A incidência mais elevada situa-se no grupo etário dos 25-29 anos (87,1%) enquanto nas mulheres se centra nas idades dos 30-34 anos (21,3%). De salientar que recentemente a maior frequência ocorre em idades mais avançadas, tendo-se deslocado um grupo quinquenal, tanto nos homens como nas mulheres.

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

## 5. As migrações e a população estrangeira

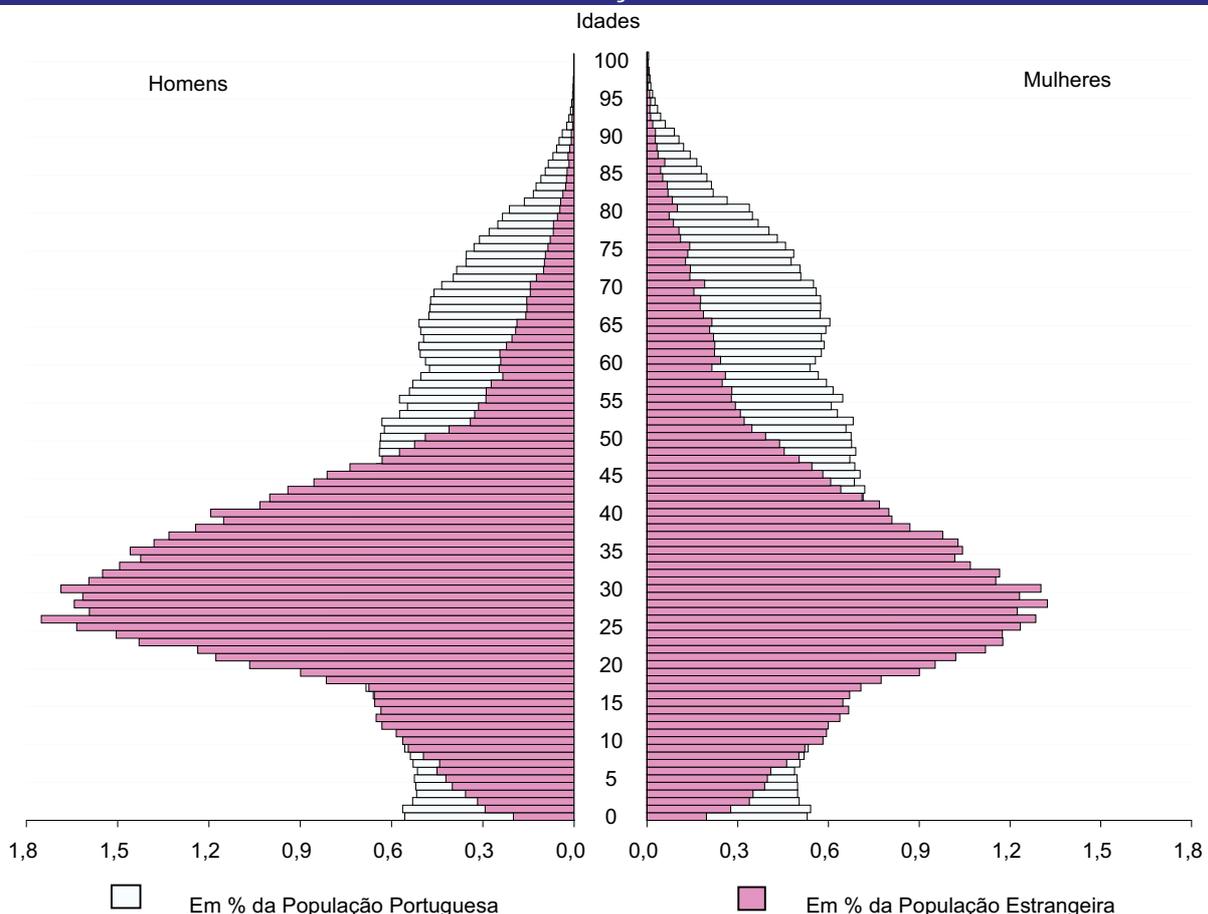
O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro efeito, e este mais imediato incide sobre a estruturas da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

Figura 10

### Pirâmide etária de população e estrangeira, Portugal 12 de Março de 2001



A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal tem variado na sua composição, mesmo que a sua dimensão não se altere muito, como consequência da sua própria migração ou da naturalização, servindo Portugal muitas vezes como uma porta de entrada para o espaço europeu.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres estão sobrerrepresentadas, como consequência da sua mais prolongada duração de vida. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, e por força do reagrupamento familiar, os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos.

Os estrangeiros nacionais dos países comunitários são igualmente mais jovens, à excepção dos provenientes do Reino Unido<sup>9</sup>.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

Os fluxos migratórios que se seguem a uma passagem a situação de reforma estão, de um modo geral, associados ao clima do país de origem e de acolhimento. Qualquer que seja o tipo da migração esta, se significativa, influencia a repartição por sexo e idades da população de partida e de chegada.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal, apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

Os Recenseamentos Gerais da População e o Inquérito ao Emprego (IE) no que se refere à entrada de nacionais e estrangeiros, provenientes do estrangeiro, e também aos movimentos migratórios internos; o Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS), posto em prática pelo INE em 1994; os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna (MAI), no que se reporta ao stock e fluxos de estrangeiros que legalizaram a residência no país, bem como as Estatísticas dos principais países de destino da emigração portuguesa e de organismos internacionais, têm sido as fontes de informação utilizadas para analisar as tendências e estimar as entradas e saídas anuais em Portugal.

A não estratificação da amostra para a variável migratória dos IE e do IMMS, a sua não representatividade a nível geográfico mais fino do que NUTS II, e o elevado erro que as variáveis têm associado, são condicionantes relevantes que tornam os Recenseamentos Gerais da População, uma fonte privilegiada para o estudo do fenómeno migratório em Portugal.

Se o Recenseamento parece ser a fonte de informação mais completa, a sua periodicidade decenal, rapidamente tornam a informação desactualizada. Assim sendo, novas fontes alternativas nomeadamente as administrativas devem ser equacionadas, para melhor perceber o fenómeno.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. Daí que a quantificação do fenómeno se torne cada vez mais exigente.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*<sup>10</sup> e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e o acordo de Shengen.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa no período. Ambas as fases têm subjacente saídas de carácter permanente ou seja, por períodos superiores a um ano. Mais recentemente, em finais dos anos oitenta e início dos noventa, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano.

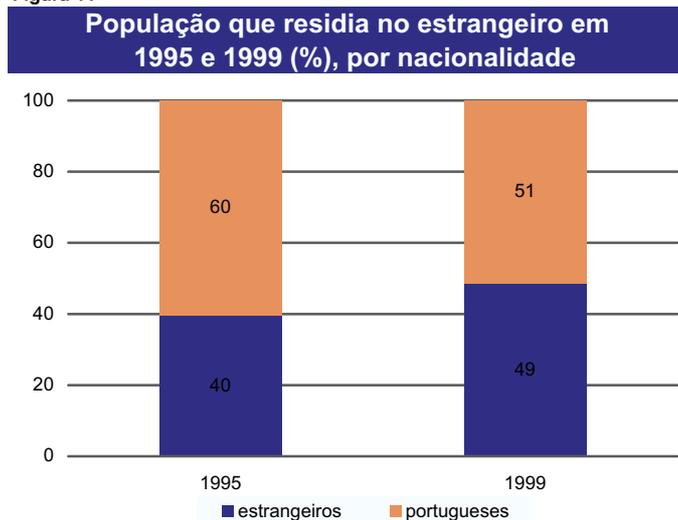
Com o objectivo de assegurar a continuidade da informação estatística sobre emigrantes legais obtida através do acto administrativo da obtenção do passaporte de emigrante, da responsabilidade do então Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, o INE lançou o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), sendo os primeiros resultados, referentes a 1992, disponibilizados nas Estatísticas Demográficas de 1993.

Para os anos de 1989 a 1991 e na ausência de informação para medir os fluxos de saída, e com o objectivo de construir uma série estatística longa e consistente, a aplicar no cálculo de estimativas e projecções da população, procedeu-se a uma estimação dos correspondentes valores<sup>11</sup>. O modelo aplicado avaliou os emigrantes permanentes em 13 663, 15 280 e 16 952, para os anos de 1989, 1990 e 1991, respectivamente.

Com base nos elementos disponíveis e tendo presente os erros associados, é possível quantificar o total dos emigrantes permanentes no período compreendido entre 1991 e 2002 em 64 085 indivíduos. Nota-se uma certa estabilização da emigração permanente recente, a níveis baixos, que rondam os 6 000 indivíduos/ano. Por outro lado, os fluxos emigratórios com duração temporária (indivíduos com intenção de residir no estrangeiro por período inferior a um ano) praticamente multiplicam por três os de natureza permanente. Os fluxos são predominantemente masculinos e têm como destino principal a Europa Comunitária e a Suíça.

Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2002, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

Figura 11



As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001 confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e conseqüentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos.<sup>12</sup>

Conforme notícias recentemente divulgadas nos órgãos de comunicação social<sup>13</sup>, nova corrente de entradas em Portugal parece estar a emergir embora o fenómeno, embora o fenómeno não esteja suficientemente estudado e quantificado de modo a inferir-se a sua relevância. É a imigração de filhos de emigrantes portugueses que procuram o país de nacionalidade dos pais para trabalhar, permanecendo estes nos países de acolhimento. Esta situação pode explicar, em parte, o número de população estrangeira com nacionalidade francesa registada nos Censos 2001.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2002 ascendia, segundo o SEF, a 238 746 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 6,6% comparativamente ao ano anterior.

Quadro 11

Estrangeiros que legalizaram a residência, 1980-2002							
	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002
Total	50 750	79 594	107 767	168 316	207 607	223 976	238 746
Europa	15 380	22 082	31 412	44 869	61 709	67 121	72 121
África	24 788	34 936	45 255	79 231	98 754	107 273	114 193
América Norte	3 826	7 871	8 993	10 853	10 201	10 187	10 195
América Sul	5 579	11 684	17 376	25 867	27 419	28 856	30 592
Ásia e Oceânia	1 053	2 855	4 509	7 218	9 247	10 258	11 363
DN/SN	124	166	222	278	277	281	282

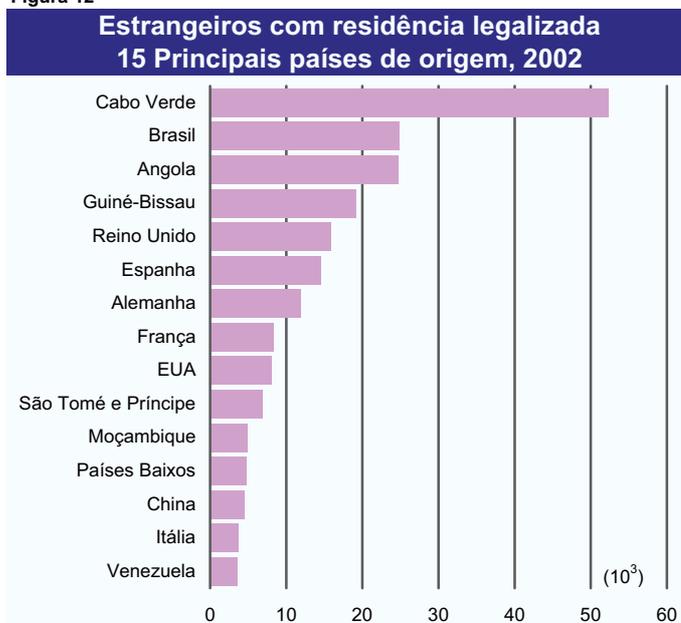
Fonte: MAI/SEF

No que se refere às regiões de origem, pode verificar-se que, a grande maioria dos estrangeiros continuava a ser de origem africana proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 47,8%, em 2001. A população cabo-verdiana constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, embora tenha perdido importância relativa, em detrimento de outros países também de língua portuguesa (PALP'S). A proporção de cabo-verdianos registados era de 41,4% em 1980, representava praticamente metade da população africana baixando para 22,3% em 2001. Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 2,9% para 10,1% e os guineenses de 1,3% para 7,9%, no mesmo período.

Devido à intensidade do fenómeno migratório em situação irregular procedeu-se a duas operações de legalização extraordinária uma em 1992 e outra em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

De acordo com as informações do SEF em Outubro de 2003 decorre o processo de legalização excepcional, com o objectivo único de regularizar a situação, segundo se prevê, de cerca de 30 000 cidadãos com nacionalidade brasileira.

Figura 12



Fonte: MAI/SEF

Da Europa tiveram origem 30,2% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2002, facto que traduz ligeiros acréscimos durante os anos noventa. Os países da UE viram a sua importância relativa no total dos europeus recuar, passando de 29,2% em 1980 para 27,5%. Esta evolução parece confirmar a existência de um acréscimo de população estrangeira com residência legalizada, proveniente dos países do leste europeu, expresso num valor residual "outros" que duplicou durante o período (1,1% em 1980 e 2,6% em 2002).

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,7%), Espanha (6,1%) e Alemanha (5,0%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores.

Os nacionais do Brasil tiveram igualmente um peso relevante crescente: 7,3% em 1980 e 10,5% em 2001 e foram responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul.

Como nota final é de referir que a Ásia que durante os anos setenta perdeu importância no conjunto da população estrangeira legalizada sofreu um incremento relativo desde 1982, atingindo os 4,5% em 2002.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2002, 55,6% eram indivíduos do sexo masculino e 44,4% do sexo feminino contra 56,2% e 43,8% no ano anterior atenuando-se assim, a sobre representatividade masculina.

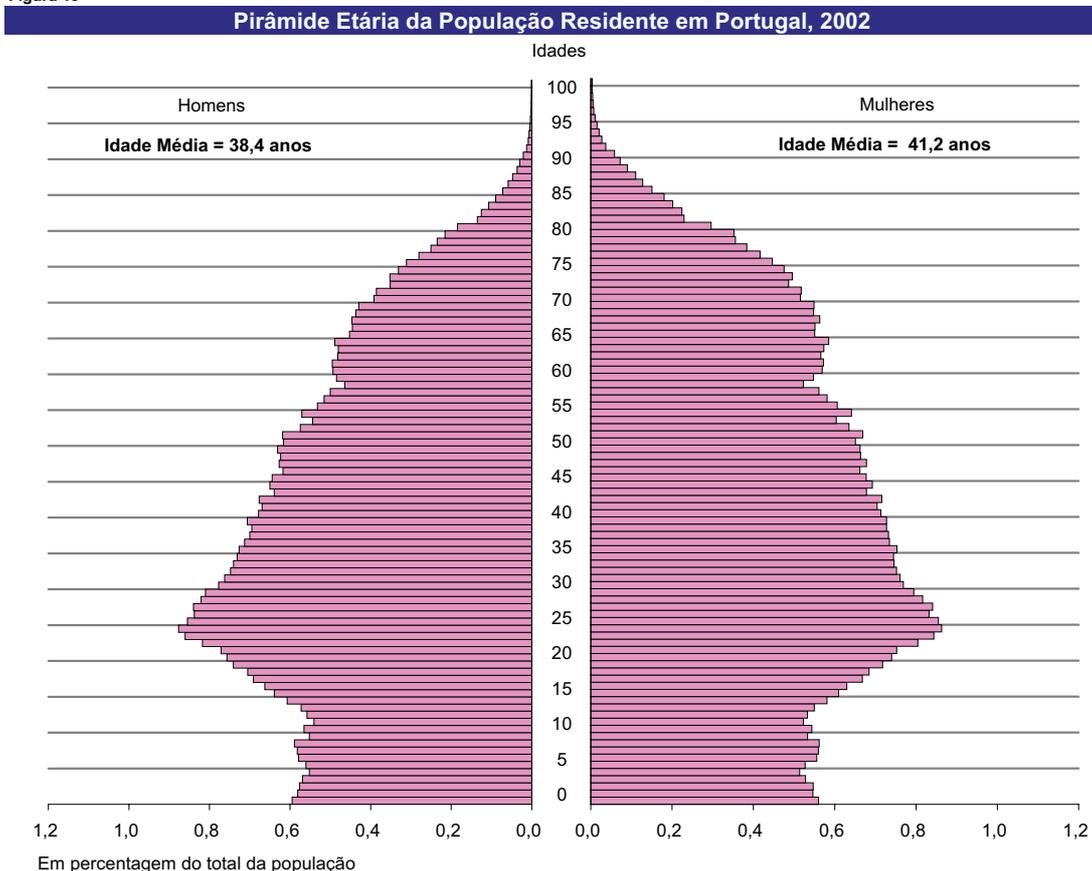
A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 139 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 125 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (113 homens por 100 mulheres). A relação de masculinidade tem vindo a baixar ao longo do tempo, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar. Dentro dos países da UE as mulheres eram supranumerárias nas nacionalidades espanhola, irlandesa e finlandesa.

Importante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, num espaço de tempo curto, conhecer a estrutura etária da referida população.

## 6. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 13



Se nas idades mais baixas, até aos sete anos o recente acréscimo da natalidade retardou o envelhecimento na base da pirâmide, os interruptos ganhos em longevidade, aceleraram o envelhecimento no topo da referida pirâmide.

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,4 anos, em 2002, nos homens, e de 38,2 anos para 41,2 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2002, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas obviamente insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. De facto, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem expressos na redução da população jovem, que em 1991 tinha um peso relativo de 19 % na população total e em 2002 apenas 15,8 %.

A população em idade activa dos 15-64 anos, aumentou a importância relativa entre 1991 e 2002, passando de 66,7% para 67,5%, mantendo-se praticamente estável comparativamente a 2001. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. Enquanto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 13,4% em 2002 (13,8% em 2001) a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 54,1% (53,8% em 2001).

Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica evolução. A população dos 15-44 anos diminuiu para 43,6% em 2002 (de 43,8% em 2001). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 23,8% para 24% no mesmo período. Este comportamento permite concluir que a população em idade activa está a envelhecer.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava no início do período de observação, cerca de 14%, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 16,7% em 2002. Dentro da população idosa o ritmo de crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem retratado na evolução do peso relativo da população mais idosa (com 75 ou mais anos) que passou de 5,4 % para 7%. A subida foi mais acentuada entre as mulheres que passaram de 6,6% em 1991 para 8,4% em 2002.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa, em 2002, eleva-se a 21,5% sendo 18,2% nos homens e 23,9% nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobrevivência masculina, contra 17,9% e 23,6% respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens e reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 1991 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 72 idosos, em 2002 o rácio sobe a 106 idosos.

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente (%) e índices de resumo, 1991-2002												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0 - 14	19,4	18,8	18,4	17,9	17,5	17,1	16,8	16,5	16,2	16,0	15,9	15,8
15-24	16,4	16,3	16,2	16,1	15,9	15,7	15,4	15,1	14,7	14,3	13,8	13,4
25-64	50,3	50,6	50,9	51,2	51,6	51,9	52,3	52,6	53,0	53,4	53,8	54,1
15 - 64	66,7	67,0	67,2	67,3	67,5	67,6	67,7	67,7	67,7	67,6	67,6	67,5
65 e +	13,9	14,2	14,5	14,7	15,0	15,3	15,6	15,8	16,0	16,4	16,5	16,7
75 e +	5,4	5,5	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,8	6,9	7,0
80 ou +	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,5	3,6
Índice de envelhecimento	72,0	75,5	78,7	82,1	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5
Índice de dependência total	49,9	49,3	48,9	48,5	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1
Índice de dependência jovens	29,0	28,1	27,4	26,6	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4
Índice de dependência idosos	20,9	21,2	21,5	21,9	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2002

A proporção é mais elevada no caso das mulheres dada a maior longevidade que possuem. O indicador passou de 86 idosas por cada 100 jovens em 1991, para 126 em 2002. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está evidenciada no índice de dependência total que desceu de 50 em 1991 para 48 dependentes em 2002. Este indicador contém duas tendências opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 29 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 21 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período (1991 a 2002).

O índice de envelhecimento não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil e assume diferentes evoluções a nível regional. É na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2002 de 62 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 180 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Figura 14

### Proporção de população jovem em Portugal, 2002

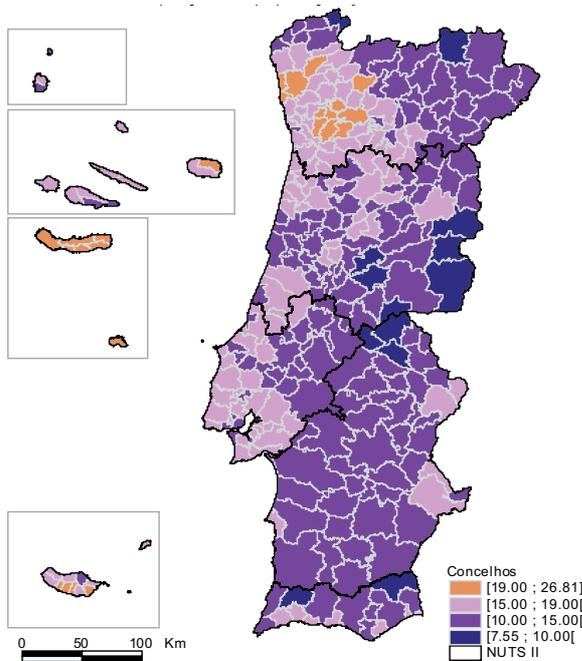
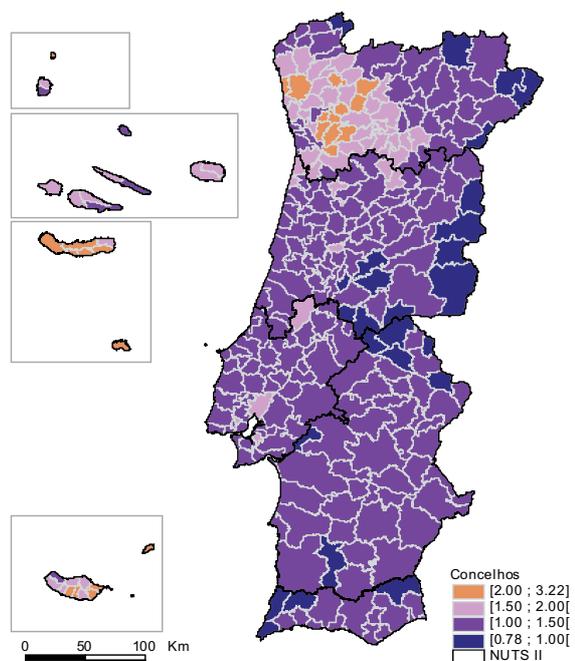


Figura 15

### Índice de renovação da população em idade activa, Portugal, 2002



Nas figuras 14 e 15 está bem expresso o fenómeno do envelhecimento a um nível geográfico mais fino, o município, com base na proporção de jovens na população total e no índice de renovação da população em idade activa que compara a população em idade activa mais jovem (20-29 anos) com a população em idade activa mais avançada (55-64 anos) e permite medir a relação entre os que potencialmente entram no mercado de trabalho e os que potencialmente se encontram no final da vida activa.

Todos os municípios com maior percentagem de jovens, entre 19% e 27%, localizam-se no Norte e nas Regiões Autónomas. De ressaltar as manchas no Alentejo, que correspondem a níveis intermédios de população daquela faixa etária, em Campo Maior, Elvas, Moura e Mourão, perfeitamente identificados na análise de resultados Censos 2001.

Os municípios em que a população em idade de entrada na vida activa não é potencialmente suficiente para substituir a que potencialmente atingiu a idade de sair da vida activa, situam-se nas zonas interiores do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. Melgaço, Vinhais, Vimioso, Almeida, Sabugal, Penamacor e Alcoutim figuram entre os municípios que têm um índice inferior a um.

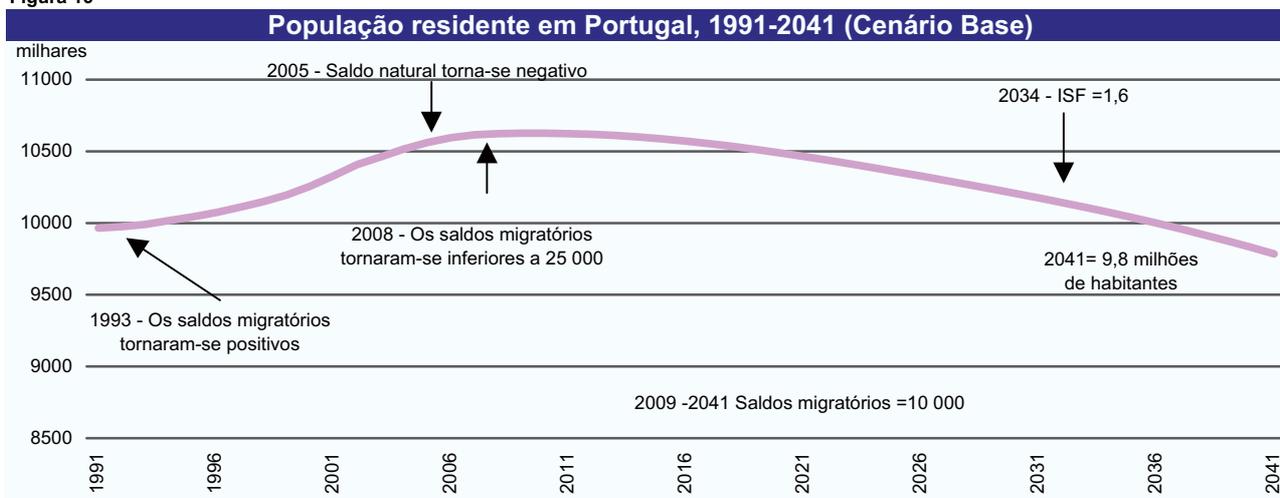
Na quase totalidade dos municípios (200), ou seja em 65% do total a renovação da população em idade activa é assegurada, mas com valores próximos do limite que permite garantir a renovação, situando-se entre 1 e 1,49.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido<sup>14</sup>.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornarem constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Prevê-se que a população residente em 2041 diminua para 9 785,2 milhares de indivíduos, nível inferior ao de 1991. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 12,9% e a população idosa aumentará para 29,1% continuando assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 225 idosos por cada 100 jovens.

Figura 16



Fonte: Projecções da População Residente, 2000-2050

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,9 criança por mulher a população situar-se-á em 10 317,0 milhares de indivíduos, em 2041a população idosa aumentará mais moderadamente (27,6%) e o índice fixar-se-á em 185 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não é solução realista.

## Conclusões

Desde 1992, assiste-se em Portugal, a um crescimento contínuo da população, tendo o ritmo acelerado a partir do final dos anos noventa e culminando, em 2002, no valor mais elevado conhecido até ao momento. Esta evolução é resultante do intensificar dos fluxos de entrada no País quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

O saldo natural enfraquece a sua importância relativa no crescimento da população, enquanto a componente migratória reforça a sua posição e explica quatro quintos do mesmo.

A fecundidade é baixa, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher, desde há vinte anos. A esperança de vida continuou a aumentar, no período em análise, com ritmo mais rápido entre os homens, diminuindo ligeiramente a diferença da vida média entre homens e mulheres. Esta dinâmica contribuiu para o intenso envelhecimento da população residente em Portugal e tem profundas implicações económicas e sociais, permanecendo no longo prazo os efeitos da fecundidade, ao contrário dos da longevidade.

A diminuição da mortalidade infantil e adulta, o crescente e contínuo acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho, com a conseqüente dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior disponibilidade de métodos contraceptivos seguros, são factores relevantes na decisão de ter filhos, quando e quantos. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, implicando a dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A implementação do sistema de segurança social, por outro lado, deu uma maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Em Portugal, nascem actualmente menos crianças, do que há vinte anos, o filho único é a opção maioritária, os pais são mais velhos, escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade os níveis mais elevados deslocaram-se para o grupo etário dos 25-29 anos e a maternidade depois dos trinta tornou-se mais frequente. Paralelamente, a fecundidade das adolescentes baixou significativamente, mas permanece a segunda mais elevada no espaço comunitário.

A diminuição do número de casamentos e o incremento tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios confirmam as alterações recentes dos modelos familiares em Portugal.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, mas continua a ser país de emigração, embora maioritariamente de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento da população, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

O fenómeno do envelhecimento demográfico é consequência da transição demográfica isto é, da passagem de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos assumem níveis fracos, situação que provoca o estreitamento da base da pirâmide etária, com diminuição dos efectivos jovens, acompanhado pelo alargamento do topo da pirâmide, com o acréscimo dos efectivos populacionais mais idosos. Desde o início deste século que a proporção de idosos ultrapassa a de jovens.

A fixação em Portugal de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, estudos em alguns países desenvolvidos evidenciam que o efeito sobre a composição de idades da população tem sido mais modesto do que o impacte da diminuição da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem.

As projecções recentes apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos. A manterem-se as actuais tendências demográficas, Portugal entra, a curto prazo no grupo dos países comunitários com saldos naturais negativos.

## Referências Bibliográficas

CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal ”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.

CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris.

CONSEIL DE L'EUROPE ( 2002), *Évolution Démographique Récente en Europe 2001*, Éditions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.

DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

EUROSTAT, (2001), **Statistiques sociales européennes Démographie**, *Population et Conditions Sociales*, thème‘3, Luxemburgo.

EUROSTAT, **Statistiques en Bref – Population et Conditions Sociales**, thème‘3, 20/2003, Luxembourg.

INE (2003), **Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), **Revista de Estudos Demográficos n 33**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2001), **Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90**, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (1999), **“As Gerações Mais Idosas”**, Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE, **Estatísticas Demográficas**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, **Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001**, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), **Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines**, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), **Introdução à Demografia – Teoria e Prática**, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), **Démographie Statistique**, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), **La Population**, Que sais-je?, 14<sup>a</sup> edição, Presses Universitaires de France, Paris.

TRIBALAT, Michèle (1996) in Chronique de l’Immigration, Population, nº1, 1996, INED, Paris.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), **The Methods and Materials of Demography**, Academic Press Inc., Washington DC.

## Notas

<sup>1</sup> Geografia à data dos Censos 2001.

<sup>2</sup> Eurostat (2003) Statistiques en Bref –Theme 3-20/2003.

<sup>3</sup> Sobre esta temática consultar INE (2003)“Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”, Lisboa Setembro 2003.

<sup>4</sup> Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

<sup>5</sup> Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

<sup>6</sup> Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

<sup>7</sup> Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

<sup>8</sup> Eurostat (2003)- Statistiques en Bref- Theme, 20-2003

<sup>9</sup> Sobre esta temática consultar CARRILHO, Maria José “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal ”in A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça- Parlamento Europeu, Lisboa 2002

<sup>10</sup> Decreto-lei 438/88

<sup>11</sup> SILVA, Filipa Estimação feita no DECP/SEP, com recurso a curva de 1970 a 2000, que aplica a tendência temporal com expoente 6.

<sup>12</sup> Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça " Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" neste número da Revista.

<sup>13</sup> CARVALHO, Catarina e FERREIRA, A. Pedro ( 2003) "A geração do regresso" in ÚNICA, ,3 de Maio de 2003, 60-70, EXPRESSO.

<sup>14</sup> INE ( 2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa Abril de 2003.

## **A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: Uma caracterização com base nos Censos 2001<sup>1</sup>**

**Autora: Paula Paulino**

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Recenseamento da População e da Habitação do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: paula.paulino@ine.pt

### **Resumo:**

Pretende-se com esta análise, apoiada exclusivamente nos resultados do último recenseamento da população - Censos 2001, retratar a população de nacionalidade espanhola residente em Portugal, identificando as suas principais características demográficas e socio-económicas.

### **Palavras-chave:**

População estrangeira, população de nacionalidade espanhola, características demográficas, características socio-económicas.

### **Abstract:**

The aim of this analysis, based exclusively on the data from the last population census – 2001 Census , is to give a picture of Spanish population living in Portugal, identifying their main demographic and socio-economic characteristics.

### **Key-words:**

Foreign population, Spanish nationality, demographic characteristics, socio-economic characteristics.

Population of Spanish nationality living in Portugal: A characterization based on 2001 Census

<sup>1</sup> Trabalho apresentado nas Jornadas Ibéricas - Estatísticas da População, realizadas em Madrid nos dias 21 e 22 de Maio.

## Os Espanhóis eram a sétima comunidade estrangeira

Segundo os Censos 2001 residiam em Portugal 9 047 indivíduos de nacionalidade espanhola, constituindo assim a sétima comunidade estrangeira mais representativa. Em termos percentuais representavam 4,0 % do total de estrangeiros residentes (226 715), e 0,09% se atendermos ao total da população residente no país que era de 10 356 117 indivíduos.

A particularidade da imigração em Portugal estar apoiada, por um lado, em antigas ligações no âmbito das ex-colónias, e por outro, em redes de migração que actuam como contra-correntes explica o peso das diferentes nacionalidades no país. Apenas os nacionais de quatro países (Angola, Cabo Verde, Brasil e Guiné Bissau) representavam mais de 50% do total de estrangeiros residentes.

O recente fenómeno da imigração dos países da Europa de Leste, já com proporções significativas, veja-se o caso dos nacionais da Ucrânia, vem diversificar o leque de nacionalidades dos estrangeiros residentes em Portugal.

Quadro 1

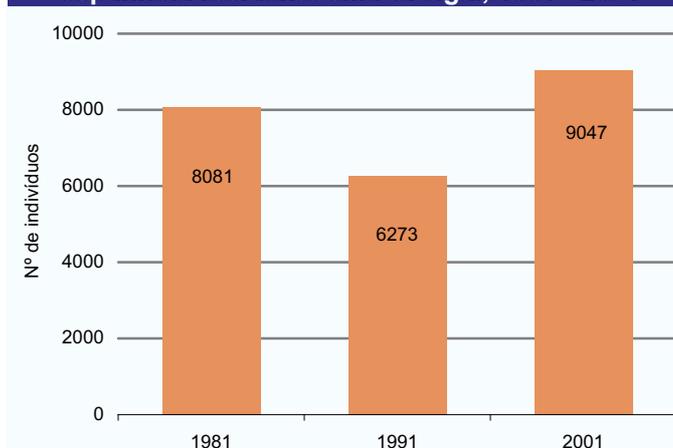
### As 10 Nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal, 2001

País de Nacionalidade	Valor	% no total da População Estrangeira	% no total da População Residente
Angola	37 014	16,3	0,36
Cabo Verde	33 145	14,6	0,32
Brasil	31 869	14,1	0,31
Guiné Bissau	15 824	7,0	0,15
França	15 359	6,8	0,15
Ucrânia	10 793	4,8	0,10
Espanha	9 047	4,0	0,09
São Tomé e Príncipe	8 517	3,8	0,08
Alemanha	8 387	3,7	0,08
Reino Unido	8 227	3,6	0,08

Entre 1991 e 2001 assistiu-se a um aumento de 44,2% do número de espanhóis residentes em Portugal (no mesmo período, o total de estrangeiros cresceu 112%). Esta tendência foi inversa à ocorrida durante a década de 80 do século XX, em que a população de nacionalidade espanhola diminuiu cerca de 22%.

Figura 1

### Evolução da população de nacionalidade espanhola residente em Portugal, 1981 - 2001



## A maioria dos espanhóis residia na região da Grande Lisboa

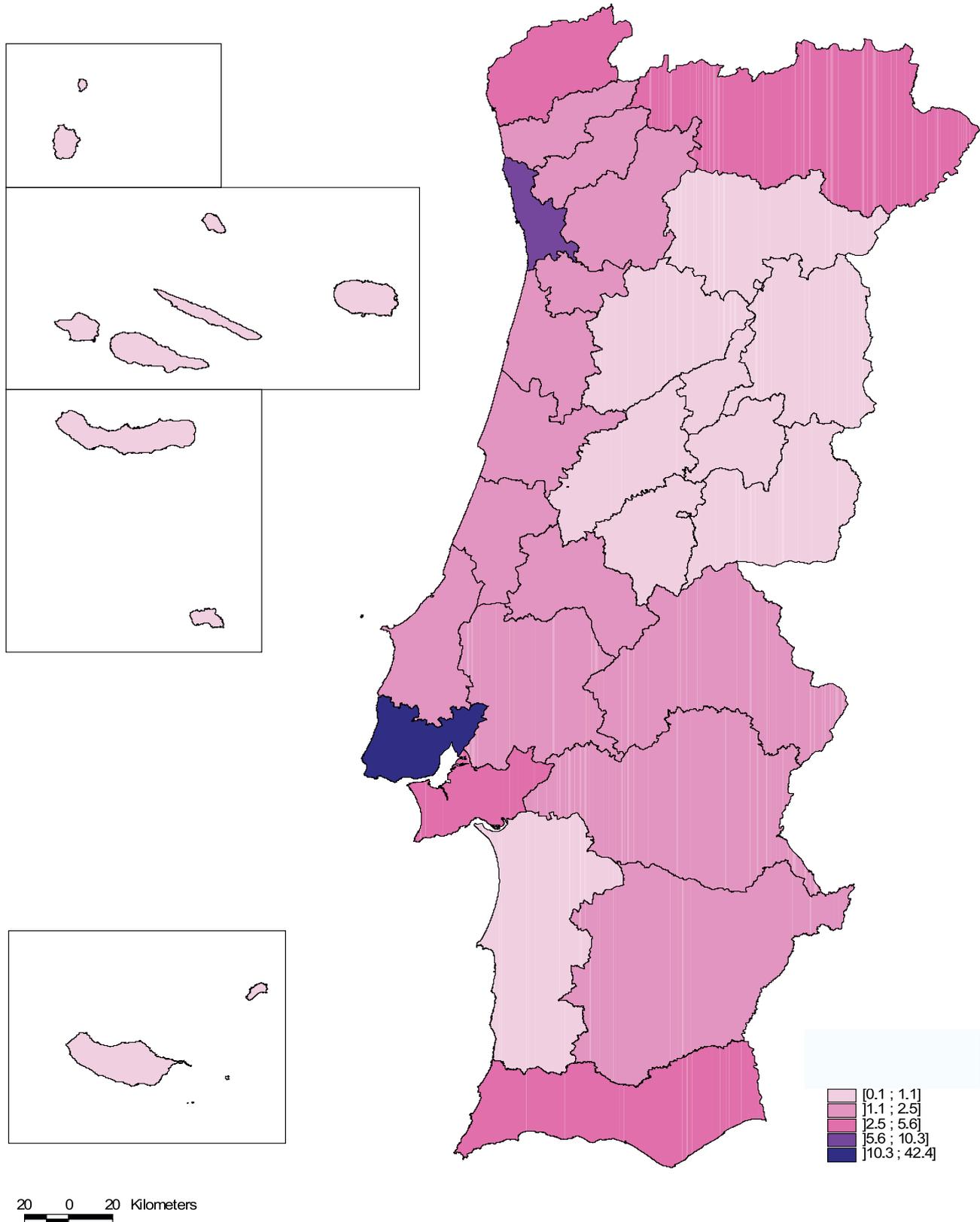
Em termos de distribuição geográfica, trata-se de um padrão dominado pelas grandes áreas urbanas e em menor escala pelas áreas fronteiriças do norte do país. De facto, mais de metade da população espanhola residia nos dois grandes centros urbanos do país, nomeadamente 48,0% concentrava-se na área da Grande

Lisboa e Península de Setúbal, e 10,3% no Grande Porto. Esta concentração pode ser justificada pelo maior grau de internacionalização da economia destas áreas, maior dimensão das bacias de emprego ou pela elevada oferta de comércio e serviços.

Algarve (5,6 %), Alto Trás-os-Montes (4,0 %) e Minho-Lima (3,7%) eram as restantes regiões do país que acolhiam mais espanhóis. A proximidade geográfica, associada ao facto de serem regiões fronteiriças, contribui certamente para este tipo de distribuição.

Figura 2

População de nacionalidade espanhola por NUTS III, 2001

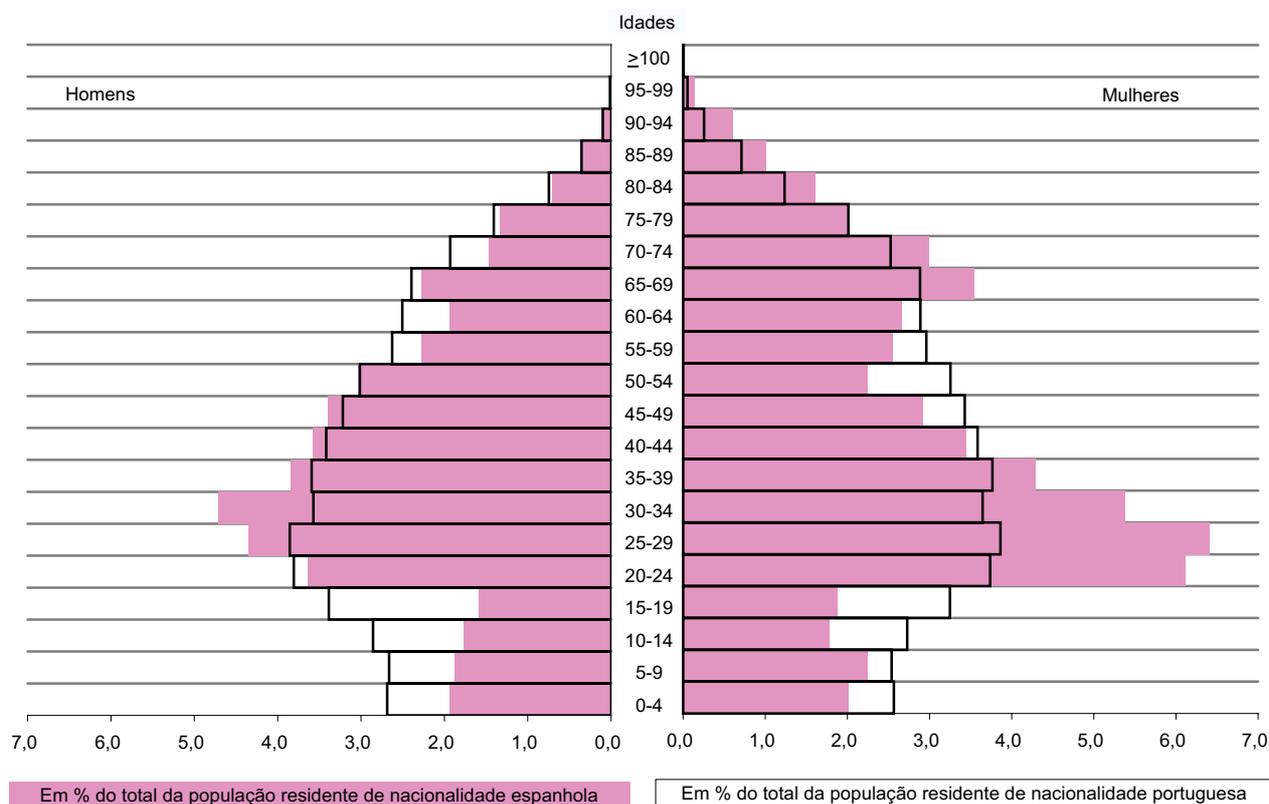


## População espanhola constituída por mais mulheres que homens

Da análise da pirâmide etária da população de nacionalidade espanhola ressalta uma sub-representação da população jovem, associada a uma sobre-representação da população em idade activa, assim como uma maior proporção de mulheres.

Figura 3

### Pirâmide etária da população de nacionalidade espanhola e da população de nacionalidade portuguesa, 2001



De facto, dos indivíduos de nacionalidade espanhola residentes em Portugal, 3 999 eram do sexo masculino e 5 048 do sexo feminino, o que se traduz numa relação de masculinidade de 79 homens por cada 100 mulheres. As mulheres excedem o número de homens em todos os grupos etários com excepção dos grupos etários 40-44, 45-49, e 50-54.

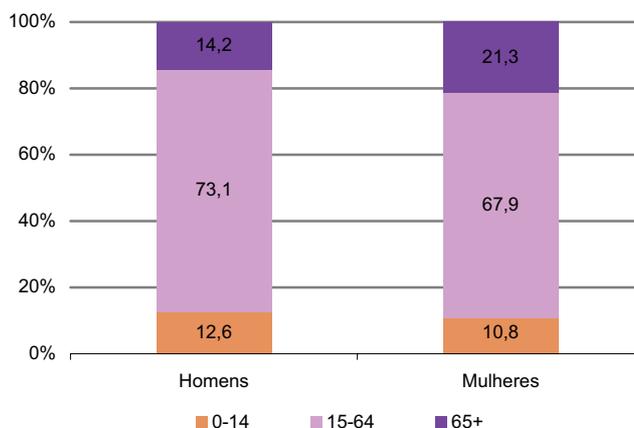
Curiosamente, a relação de masculinidade obtida para a população espanhola é mais baixa do que a da população de nacionalidade portuguesa (93 homens por cada 100 mulheres) e de sentido inverso à verificada para o total da população estrangeira cujo valor é de 118 homens por cada 100 mulheres.

Comparando com a pirâmide etária da população de nacionalidade portuguesa, verifica-se que até ao grupo etário dos 15-19 anos, a proporção da população de nacionalidade espanhola é ligeiramente inferior para ambos os sexos; verificando-se a situação inversa nos grupos etários dos 20-24 a 35-39 anos e a partir dos 65 anos para as mulheres, e nos 25-29 a 45-49 anos no caso dos homens.

A distribuição percentual por grandes grupos etários da população de nacionalidade espanhola, mostra que a proporção de indivíduos em idade activa era superior nos homens (73,1% vs 67,9%) a par de uma maior proporção de jovens e uma proporção de idosos relativamente inferior (14,2% vs 21,3%).

Figura 4

### População de nacionalidade espanhola, segundo os grandes grupos etários, 2001

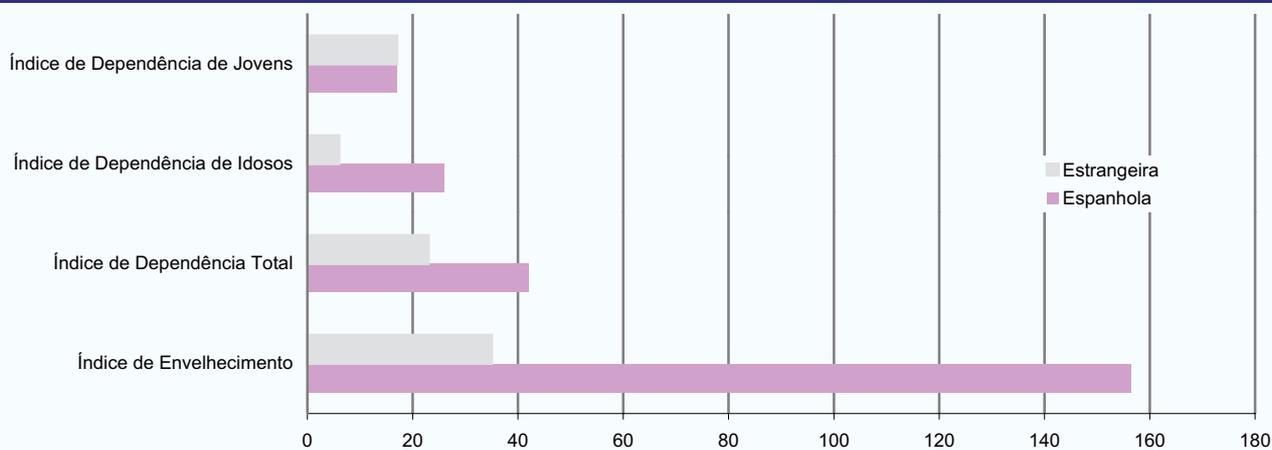


O índice de envelhecimento<sup>1</sup> da população espanhola é muito superior ao verificado para o total da população estrangeira. De facto, enquanto para a população espanhola existem 156 idosos por cada 100 jovens, o valor para o total da estrangeira é de apenas 35.

Quanto ao índice de dependência total<sup>2</sup> este assume igualmente valores mais elevados para os espanhóis que para o total dos estrangeiros, 42 *versus* 23, resultado do peso do índice de dependência de idosos<sup>3</sup> já que o de dependência de jovens<sup>4</sup> tem o mesmo valor para ambas as populações.

Figura 5

### Índice de envelhecimento, índice de dependência total, de jovens e de idosos, 2001



O facto da população de nacionalidade espanhola ser mais idosa reflecte-se nas idades médias. A idade média da população espanhola é de 41,0 anos, valor bastante superior à idade média do total de estrangeiros (32,5 anos), e mesmo superior à do total da população de nacionalidade portuguesa que é de 39,8 anos.

### Casado com registo era o estado civil predominante entre a população espanhola

No que respeita à variável estado civil, a maioria da população espanhola residente em Portugal era casada com registo (43,2%) ou era solteira (38,2%).

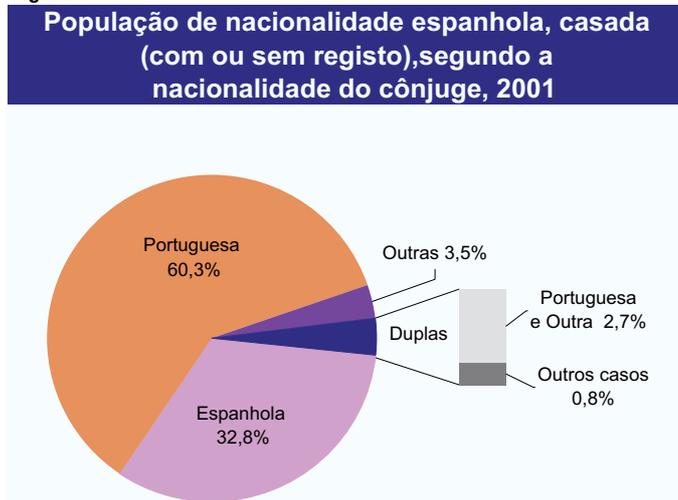
A principal diferença entre sexos registava-se no estado civil “Viúvo” onde a proporção de mulheres viúvas era aproximadamente 5 vezes superior à dos homens.

Quadro 2

População de nacionalidade espanhola, segundo o estado civil e sexo, 2001						
Estado Civil	Total	Homens	Mulheres	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Solteiro	3456	1529	1927	38,2	38,2	38,2
Casado com registo	3908	1891	2017	43,2	47,3	40,0
Casado sem registo	854	393	461	9,4	9,8	9,1
Viúvo	597	83	514	6,6	2,1	10,2
Separado	73	35	38	0,8	0,9	0,8
Divorciado	159	68	91	1,8	1,7	1,8
Total	9047	3999	5048	100,0	100,0	100,0

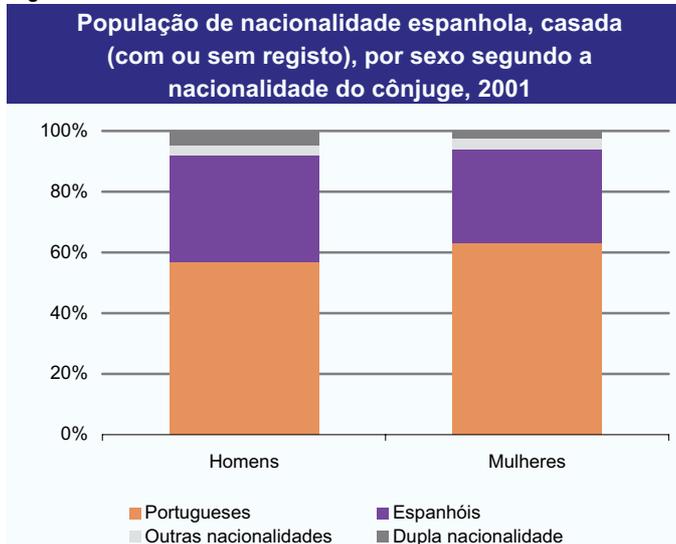
Se tivermos como universo, a população espanhola casada (com ou sem registo) que vive com o respectivo cônjuge e, considerando a nacionalidade deste último, podemos constatar que 60,3 % era casada com portugueses e 32,8% com espanhóis. Ainda de referir, que 3,5% eram casados com indivíduos com dupla nacionalidade, dos quais 2,7% possuíam nacionalidade portuguesa e outra e 0,8% possuíam nacionalidade portuguesa e outra.

Figura 6



Atendendo à diferenciação por sexo, verifica-se que a proporção de mulheres espanholas casadas com homens portugueses é ligeiramente superior à dos homens espanhóis casados com portuguesas (63,3% vs 56,8%).

Figura 7



## 12,9% da população de nacionalidade espanhola era natural de Portugal

O país de naturalidade, ou seja, o local de residência da mãe à data de nascimento do indivíduo, era para cerca de 84% da população considerada nesta análise o mesmo da nacionalidade – Espanha.

De destacar que 12,9% da população de nacionalidade espanhola era natural de Portugal. Uma análise à estrutura etária dos naturais de Portugal vem mostrar que esse valor não se concentra nas idades mais baixas, mas que se distribui de forma uniforme pelos diferentes grupos etários. As restantes nacionalidades não assumiam valores significativos.

Quadro 3

População de nacionalidade espanhola, segundo o país de naturalidade, 2001		
País de Naturalidade	Nº de Indivíduos	%
Espanha	7579	83,8
Portugal	1166	12,9
Outros Países Europeus	138	1,5
Países Africanos	53	0,6
Países Americanos	97	1,1
Países Asiáticos	14	0,2
Total	9047	100,0

## Parte significativa da população espanhola reside há menos de 5 anos em Portugal

Atendendo aos dois quesitos relativos à residência anterior observada nos Censos 2001 (Residência em 31 de Dezembro de 1999 e Residência em 31 de Dezembro de 1995) podemos constatar que 81,2% da população espanhola residia no país no final de 1999, valor que decresce para 59,2% se tivermos como referência a data de 31/12/1995.

Em contrapartida, residiam no país de onde eram nacionais 16,9% em 1999 e 32,9% em 1995; este valor vem demonstrar que parte significativa da população espanhola recenseada nos Censos 2001 estava instalada em Portugal há relativamente pouco tempo - menos de 5 anos.

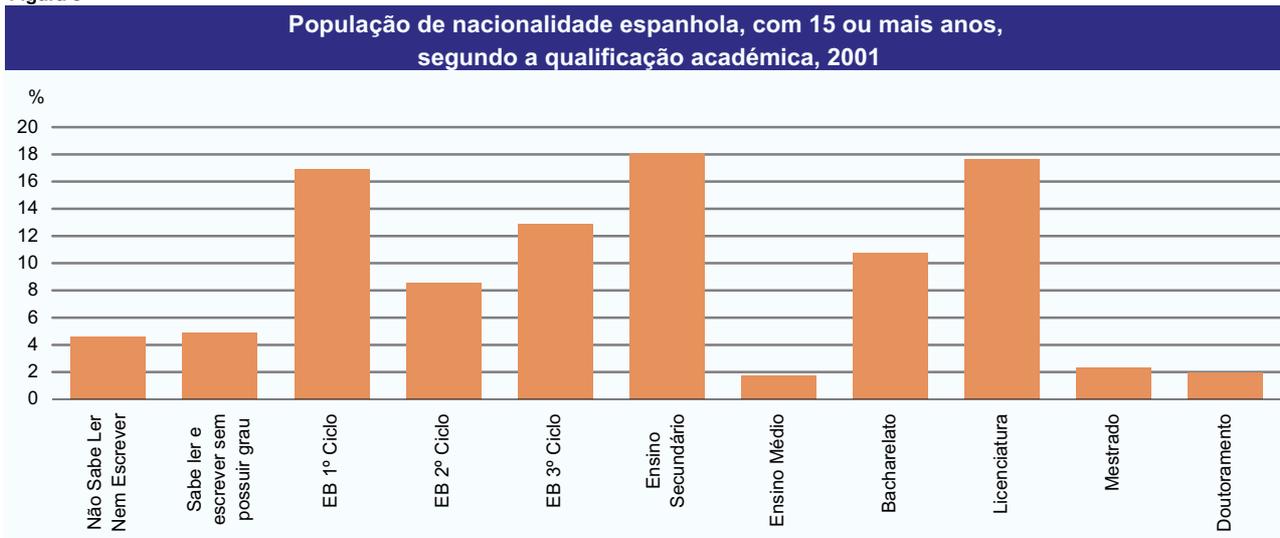
Quadro 4

Residência Anterior	Residência em 31/12/1999		Residência em 31/12/1995	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Portugal	7346	81,2	5353	59,2
Espanha	1471	16,3	2977	32,9
Outros Países Europeus	105	1,2	244	2,7
Países Americanos	34	0,4	81	0,9
Países Africanos	8	0,1	16	0,2
Países Asiáticos	7	0,1	8	0,1
Países da Oceânia	0	0	1	0
Não nascidos	76	0,8	367	4,1
Total	9047	100	9047	100

## População espanhola com qualificação académica de nível superior

Na análise da qualificação académica da população de nacionalidade espanhola e tendo como universo a população com 15 ou mais anos, verifica-se que 18,0% completou o ensino secundário, 17,6% tinha concluído uma licenciatura e 16,9% tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico completo.

Figura 8



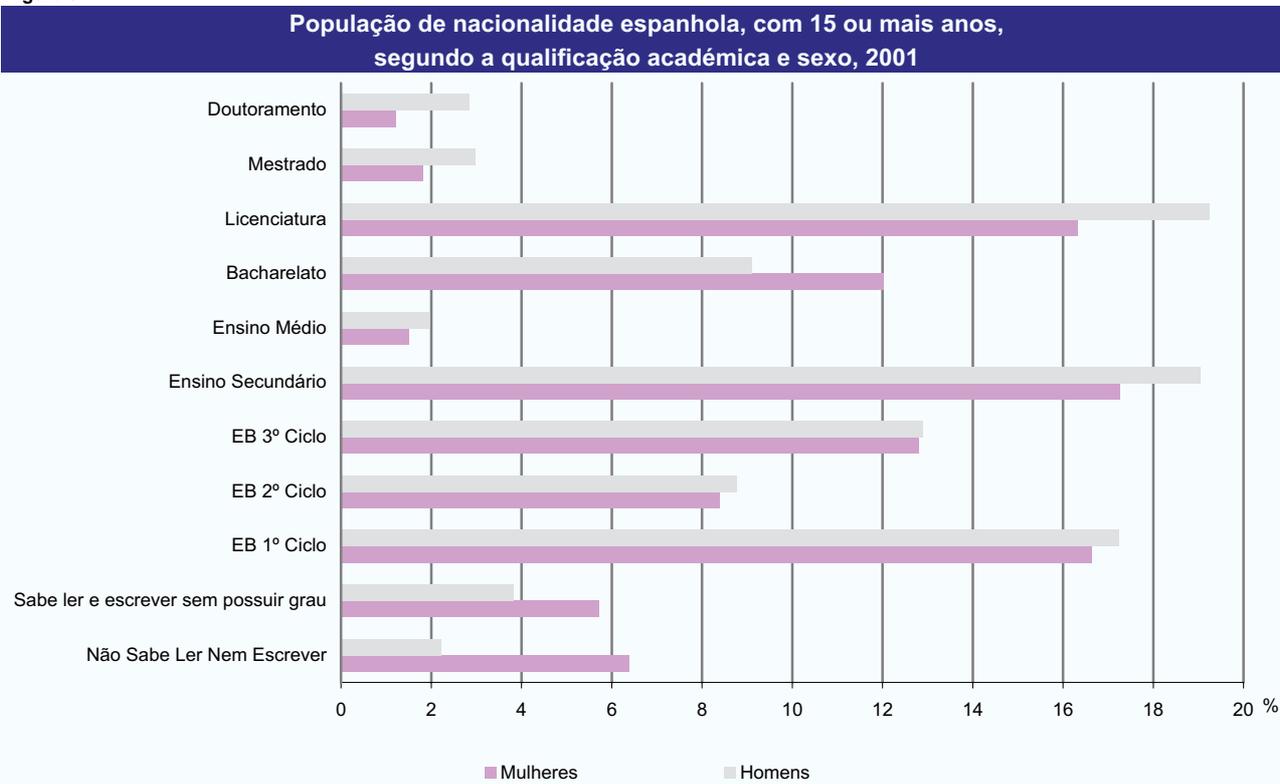
Sem qualquer qualificação académica encontra-se 9,5% da população espanhola com 15 ou mais anos, em que 4,6% não sabia ler nem escrever e os restantes 4,9% sabia ler e escrever sem contudo possuir qualquer grau de ensino completo.

A população em análise apresenta um perfil caracterizado por níveis de instrução elevados, onde os indivíduos com qualificação académica de nível superior atingem cerca de 33%.

Os homens apresentam uma situação mais favorável que as mulheres detendo proporções superiores nos níveis de qualificação académica mais elevados e proporções inferiores nos mais baixos.

A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: Uma caracterização com base nos Censos 2001

Figura 9



## População espanhola vivia essencialmente do trabalho

O principal meio de vida, ou seja, a fonte principal de onde o indivíduo retirou os meios necessários à sua subsistência durante os 12 meses anteriores ao momento censitário, era o trabalho para 48,0% dos indivíduos de nacionalidade espanhola, 27,7% estavam a cargo da família e 16,1% viviam da reforma ou pensão. Os restantes meios de vida assumiam valores pouco significativos.

Quadro 5

População de nacionalidade espanhola, segundo o principal meio de vida, 2001						
Meio de Vida	Total		Homens		Mulheres	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Trabalho	4344	48,0	2418	60,5	1926	38,2
Subsídios temporários de desemprego doença e outros	182	2,0	70	1,8	112	2,2
Pensão/ Reforma	1455	16,1	555	13,9	900	17,8
Rendimentos da propriedade e da empresa	151	1,7	62	1,6	89	1,8
Apoio Social /Rendimento Mínimo Garantido	81	0,9	21	0,5	60	1,2
A cargo da família	2504	27,7	771	19,3	1733	34,3
Outros casos	330	3,6	102	2,6	228	4,5
Total	9047	100,0	3999	100,0	5048	100,0

Analisando a distribuição por sexo pode observar-se que a proporção de homens é bastante superior à das mulheres para o meio de vida “Trabalho”; em contrapartida, as mulheres assumem proporções superiores nos meios de vida “A cargo da família” e “Pensão e Reforma”. Estes valores estão relacionados, certamente, com a maior proporção de idosas e de domésticas.

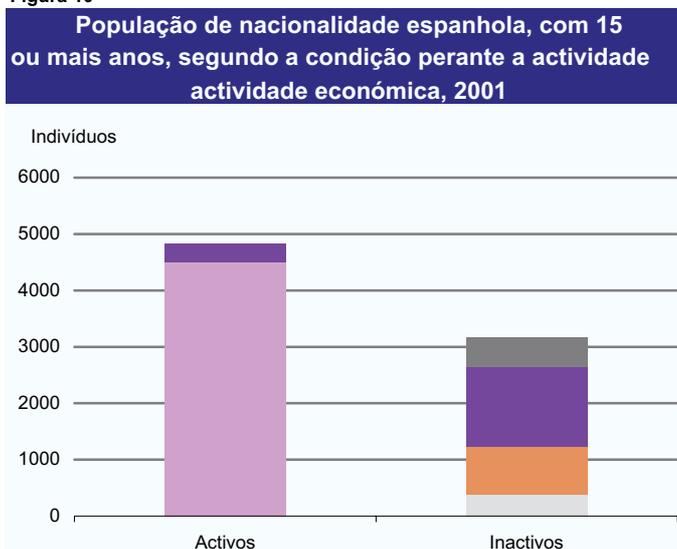
Comparativamente com o total de estrangeiros, apenas se verificam diferenças significativas no meio de vida “Trabalho” com proporções superiores no caso do total de estrangeiros (57%) e “Pensão/Reforma” com um valor relativamente inferior (6%).

## A maioria da população espanhola exercia uma profissão

Atendendo à população espanhola com 15 ou mais anos, e analisada a condição perante a actividade económica, verifica-se que cerca de 60% da população era economicamente activa; destes, 56,3% estavam empregados e 4,2% desempregados.

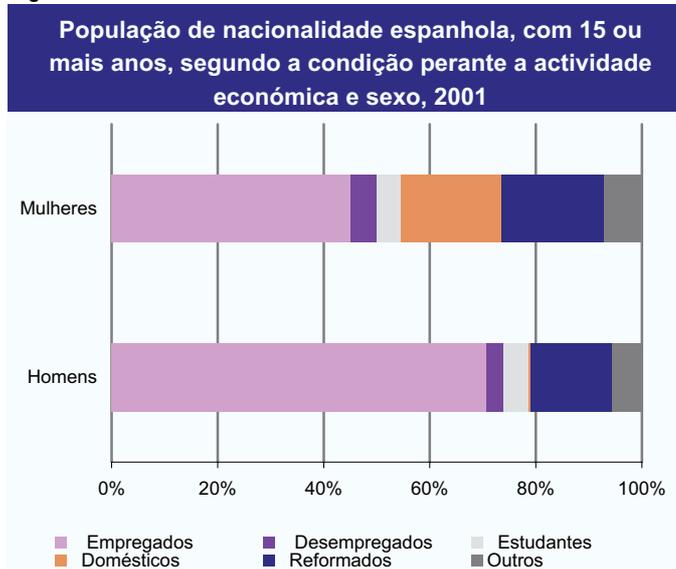
Para os inactivos que constituíam cerca de 40% da população com 15 ou mais anos, contribuíam com maior importância relativa os reformados e os domésticos com 17,7% e 10,8% respectivamente.

Figura 10



Na distribuição por sexos há diferenças bastante significativas. Enquanto a proporção de homens empregados é de 73,8%, a das mulheres é de apenas 45,0%. Já no que diz respeito à população inactiva, totalizando 26,2% no caso dos homens e 50,0% nas mulheres, a diferença resulta essencialmente da modalidade “Domésticos” que, nas mulheres, é de 19,0% contra apenas 0,2% nos homens.

Figura 11

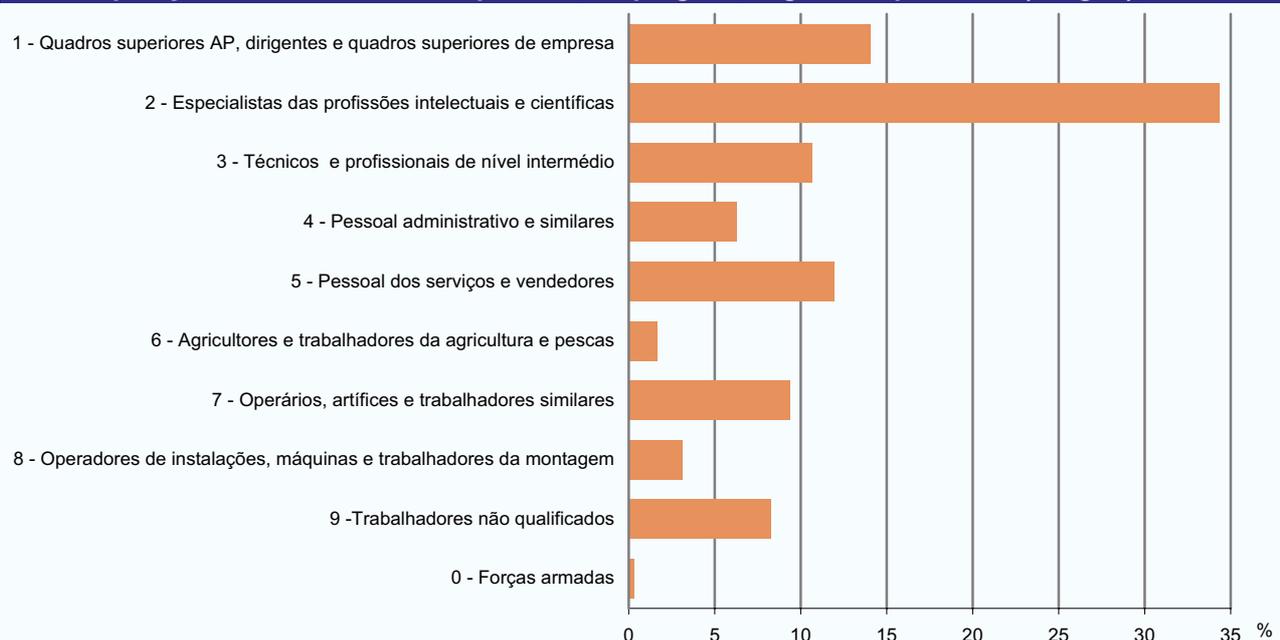


### Grupo profissional mais representativo - “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”

Da análise da população empregada segundo o grupo profissional ressalta a concentração no grupo profissional “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” que absorvem quase 35% dos efectivos empregados. Os grupos “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”, “Pessoal dos serviços e vendedores” e “Técnicos e profissionais de nível intermédio” apresentam valores significativos superiores a 10 %.

Figura 12

### População de nacionalidade espanhola, empregada, segundo a profissão (1 dígito), 2001



Uma análise mais detalhada permite verificar que no grupo 2 - “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” são os “Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde” com 22,0 % que contribuem para a importância relativa desse grupo (apenas duas profissões - médico e enfermeiro – representam 1/5 da população empregada).

No grupo 1, os directores de médias e grandes empresas (com mais de 10 empregados) e os directores e gerentes de pequenas empresas contribuem com proporções idênticas para a importância deste grupo.

Quadro 6

População de nacionalidade espanhola, empregada, segundo a profissão (2 dígitos) e sexo, 2001			
Profissão	Total	Homens	Mulheres
11 Quadros superiores da administração pública	0,2	0,4	0,0
12 Directores de empresa ( com mais de 10 empregados)	7,3	10,8	3,0
13 Directores e gerentes de pequenas empresas	6,5	8,2	4,4
21 Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia	3,7	5,3	1,7
22 Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	22,0	14,8	30,8
23 Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	3,3	2,5	4,2
24 Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	5,4	4,5	6,6
31 Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, engenharia e trab. similares	3,1	4,2	1,7
32 Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	1,1	0,9	1,2
33 Profissionais de nível intermédio do ensino	1,1	0,8	1,6
34 Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	5,4	5,3	5,5
41 Empregados de escritório	5,3	4,5	6,3
42 Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares	1,0	0,5	1,6
51 Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	7,5	5,8	9,5
52 Manequins, vendedores e demonstradores	4,4	3,6	5,5
61 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	1,1	1,5	0,7
62 Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência	0,5	0,8	0,1
71 Operários, artesãos e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil	4,0	7,1	0,1
72 Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	2,8	5,0	0,1
73 Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, e trabalhadores similares	0,6	0,6	0,6
74 Outros operários, artesãos e trabalhadores similares	2,0	1,7	2,4
81 Operadores de instalações fixas e similares	0,1	0,2	0,0
82 Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem	1,2	1,1	1,3
83 Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	1,8	3,2	0,1
91 Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	5,0	1,8	8,9
92 Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	0,4	0,6	0,2
93 Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora e transportes	2,8	3,8	1,7
01 Forças armadas	0,3	0,5	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Enquanto nos “Especialistas das ciências da vida e profissionais de saúde” se destacam claramente as mulheres, com uma proporção que é o dobro da dos homens, no grupo dos directores há um claro predomínio dos homens.

A importância dos profissionais com elevados níveis de qualificação, estará associada ao crescente investimento espanhol em Portugal, com a consequente mobilidade de dirigentes e quadros superiores.

As possíveis carências de especialistas em algumas áreas da sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível da saúde, podem justificar o elevado número de “especialistas” espanhóis a exercer profissão nessa área.

De facto, o sector de actividade económica que empregava mais população espanhola era o da “Saúde e Acção Social” com uma proporção de 25,3%. “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico” com 15,9%, “Indústrias transformadoras” com 11,8% e “Alojamento e Restauração” com 8,8%, eram os ramos de actividade económica mais significativos.

Quadro 7

População de nacionalidade espanhola, empregada, segundo o ramo de actividade económica, 2001		
Sector de actividade económica (Secção da CAE)	Nº de indivíduos	%
A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	95	2,1
B - Pesca	13	0,3
C - Indústrias extractivas	13	0,3
D - Indústrias transformadoras	529	11,8
E - Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	14	0,3
F - Construção	337	7,5
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico	716	15,9
H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	396	8,8
I - Transportes, armazenagem e comunicações	153	3,4
J - Actividades financeiras	94	2,1
K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	337	7,5
L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	144	3,2
M - Educação	235	5,2
N - Saúde e acção social	1140	25,3
O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	209	4,6
P - Famílias com empregados domésticos	45	1,0
Q - Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	28	0,6
TOTAL	4498	100,0

### Maioria da população espanhola trabalhava por conta de outrem e em empresas de média e grande dimensão

Relativamente à situação na profissão a grande maioria da população empregada (79,1%) trabalhou *por conta de outrem*. Os patrões representavam 12,1% e os trabalhadores por conta própria 4,7%.

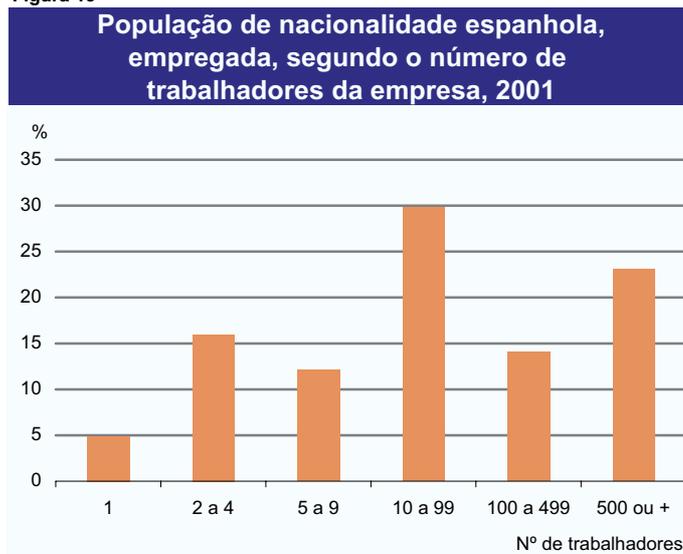
Quadro 8

População de nacionalidade espanhola, empregada, segundo a situação na profissão, 2001						
Situação na profissão	Total	Homens	Mulheres	Total %	Homens %	Mulheres %
Patrão / Empregador	546	345	201	12,1	14,0	9,9
Trabalhador por conta própria	210	135	75	4,7	5,5	3,7
Trabalhador por conta de outrem	3557	1928	1629	79,1	78,0	80,4
Trabalhador familiar não remunerado	28	9	19	0,6	0,4	0,9
Outra situação	157	56	101	3,5	2,3	5,0
Total	4498	2473	2025	100,0	100,0	100,0

Os homens apresentavam proporções ligeiramente superiores nas categorias “Patrão/ Empregador” e “Trabalhador por conta própria”.

A análise do número de trabalhadores da empresa onde a população espanhola exerceu a sua profissão indicamos que a maior proporção de espanhóis (29,8%) trabalhava em empresas com 10 a 99 trabalhadores, seguindo-se as empresas com 500 ou mais trabalhadores com uma proporção de 23,1%.

Figura 13



**Em suma, o perfil *tipo*<sup>5</sup> da população de nacionalidade espanhola residente em Portugal segundo os Censos 2001:**

- Residia na área da grande Lisboa;
- Tinha 40 anos;
- Era casada;
- Possuía uma qualificação académica de nível superior;
- Vivia do trabalho;
- Estava a exercer uma profissão;
- Pertencia ao grupo profissional - “Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde”;
- Trabalhava na área da saúde;
- Trabalhador por conta de outrem;
- Trabalhava em empresas de média e grande dimensão.

**Notas**

<sup>1</sup> Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

<sup>2</sup> Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>3</sup> Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>4</sup> Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>5</sup> Baseado nas proporções mais significativas nas diferentes variáveis analisadas. Para a idade foi considerada a idade média.

## **Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português**

**Autor:** José Henrique Dias Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:**

A escassez de fontes estatísticas disponíveis cria dificuldades na estimação do saldo migratório interno. Portugal é um país sem registos anuais de migrações, por isso, foram seguidas várias abordagens para estimar a componente das migrações. No entanto, os resultados obtidos pelas metodologias propostas não foram satisfatórios.

O presente artigo procura uma metodologia sólida para estimar a componente do saldo migratório interno tendo sido ensaiadas três hipóteses. A primeira considera constante, durante dez anos, o saldo migratório interno apurado no momento censitário. A segunda introduz uma matriz de probabilidades de transição constante que ajusta os fluxos migratórios à população. A terceira metodologia assenta numa matriz de probabilidades de transição estocástica e é um modelo com um comportamento totalmente dinâmico. A metodologia da matriz constante parece ser a que melhor se adapta ao problema. Infelizmente, não é possível provar que a metodologia da matriz estocástica produza melhores resultados.

**Abstract:**

The lack of statistical sources available raises difficulties to estimate the net internal migration. Portugal is a country without an annual migration register, therefore, various approaches are taken to estimate the migration component. However, the results obtained by the proposed methodological frames were not satisfactory.

The present paper provides three methodological frames able to estimate the net internal migration component. The first considers constant, for ten years, the net internal migration obtained in the census moment. The second introduces a constant transition probability matrix that fits the migration flows to population. The third methodological frame lays in a stochastic transition probability matrix and is a model with a total dynamic behaviour.

The constant matrix methodology seems to be the one that better solves the problem. Unfortunately, it's not possible to prove that the methodological frame with a stochastic matrix produces better results.

**Palavras-Chave:**

Saldo migratório interno, matriz de probabilidades de transição, processo estocástico, cadeia de Markov.

**Key-Words:**

Net internal migration, transition probability matrix, stochastic process, Markov chain.

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido enquanto estagiário profissional no Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido enquanto estagiário profissional no Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População

**Methodology to produce the net internal migrations: Three approaches to apply in the Portuguese case**

## Introdução

O cálculo do saldo migratório interno (**SMI**) anual implica uma metodologia que reúna a qualidade e a simplicidade.

Para além da metodologia seguida pelo Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, que assentava em saldos ou taxas migratórias internas constantes<sup>1</sup>, tinha sido disponibilizada uma proposta de metodologia pela Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo<sup>2</sup> que introduz uma matriz de probabilidades de transição constante cuja formalização está incompleta. Depois de bem especificada, a metodologia da matriz de probabilidades constante poderá constituir uma proposta plausível para o problema do cálculo do SMI anual.

Pretende-se um modelo que torne possível a obtenção do SMI anual para a década 1991-2001.

Os Censos 1991 permitiram a obtenção do SMI para 1991<sup>3</sup>, no entanto, os SMI dos dez anos seguintes terão de ser obtidos tendo por base algumas hipóteses.

O objectivo deste trabalho é propor uma metodologia robusta que permita estimar os valores dos SMI anuais, bem como, fazer previsão para um horizonte de pelo menos vinte anos.

## 1 Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual

### 1.1 Metodologia do SMI anual constante

A metodologia do SMI anual constante é muito simples. Consiste em utilizar os valores dados pelos Censos 91 para determinar o  $SMI_c^4$ . Esse valor para o  $SMI_c$  assume-se constante ao longo da década até que se apurem os valores dados pelos Censos 2001.

#### 1.1.1 Descrição da metodologia

Notação:

$SMI_c^n$  - Saldo migratório interno para o concelho  $c$  no ano  $n$ .

$OUT_c^{t,t+x}$  - População que em  $t$  residia no concelho  $c$  e que em  $t+x$  residia noutro concelho (População que entre  $t$  e  $t+x$  emigrou do concelho  $c$ ).

$IN_c^{t,t+x}$  - População que em  $t+x$  residia no concelho  $c$  e que em  $t$  residia noutro concelho (População que entre  $t$  e  $t+x$  imigrou para o concelho  $c$ ).

$x$  - Período que medeia o momento em que é feito o apuramento da população e o momento censitário<sup>5</sup>.

$SMI_c^x$  - Saldo migratório interno para o concelho  $c$  no período  $x$ .

Saldo migratório interno:

$$SMI_c^x = IN_c^{t,t+x} - OUT_c^{t,t+x} \quad (1)$$

Saldo migratório interno anual<sup>6</sup>:

$$SMI_c^n = SM I_c^x \cdot (365/x) \quad (2)$$

### 1.1.2 Abordagem crítica

A hipótese de que os fluxos inter-concelhios da população se mantenham inalterados ao longo de uma década é muito redutora. Existe uma série de condicionantes nomeadamente demográficas, sociais, económicas e até mesmo naturais, que obrigam a que esses fluxos tenham um comportamento variável.

Mesmo que o objectivo desta metodologia fosse obter  $SMI_c^n$  apenas para 1991, existem duas questões que têm de ser colocadas.

A primeira refere-se ao período  $x$ . Este período deveria ser um ano ou um múltiplo do ano. No caso de existir sazonalidade na série das migrações, esta metodologia gera uma fonte de erro.

Se entre o dia 1 de Janeiro de 1991 e o dia 15 de Abril de 1991, os movimentos migratórios forem diferentes dos três meses e meio que se seguem, então o ajustamento linear assume-se como um erro grave.

A segunda está ligada à validade dos dados obtidos. Se a metodologia proposta não assentar em hipóteses simples, poderá surgir propagação de erros. Na verdade, os modelos que tratam dados pouco precisos deverão ser simples e práticos.

Esta metodologia tem como ponto forte a simplicidade. Se o objectivo for apurar a população ano a ano, então temos uma metodologia válida, porque o peso do SMI na população não é muito grande. No entanto, para o cálculo do SMI temos que propor uma hipótese que não assuma que o valor do  $SMI_c^n$  para o ano de 1991 se mantenha constante para os dez anos seguintes.

No caso do SMI, sabe-se à partida que a sua tendência de evolução não é constante<sup>7</sup>.

Desta forma, torna-se necessário procurar uma metodologia que não assente em hipóteses tão redutoras.

## 1.2 Metodologia da matriz de probabilidades constante

Esta metodologia, introduz uma matriz de probabilidades de transição, em que cada uma das probabilidades é calculada com base no rácio entre o número de indivíduos que migraram de A para B e a população residente no Concelho de origem (A) no momento inicial<sup>8</sup>.

Assume-se que a probabilidade de migrar do concelho A para o concelho B mantém constante.

Existem aspectos que não estavam totalmente especificados em estudos anteriores, sendo que, a descrição seguinte apresenta novas especificações<sup>9</sup>.

### 1.2.1 Descrição da metodologia

Notação:

$\{M^x = [m_{ij}^x], \text{ com } i, j = 1, \dots, m\}$  – Matriz de fluxos migratórios inter-concelhia para o período  $x$ .

$m_{ij}^x$  – População que migrou do Concelho  $i$  para o Concelho  $j$  no período  $x$ .

$\{M^n = [m_{ij}^n], \text{ com } i, j = 1, \dots, m\}$  – Matriz de fluxos migratórios inter-concelhia para o ano  $n$ .

$m_{ij}^n$  – População que migrou do Concelho  $i$  para o Concelho  $j$  no ano  $n$ .

$m_{ii}^n$  – População que não emigrou do Concelho  $i$  durante o ano  $n$ .

$\{MP^n = [mp_{ij}^n], \text{ com } i, j = 1, \dots, m\}$  – Matriz de probabilidades de transição inter-concelhia para o ano  $n$ , considerando  $m$  Concelhos/Regiões.

$mp_{ij}^n$  - Probabilidade de migrar do Concelho i para o Concelho j no ano n.

$L_i^n$  – Soma dos elementos da linha i da matriz  $M^n$

O método recursivo:

A matriz de fluxos para o período compreendido entre 31/12/89 e 15/04/91 é conhecida. Essa matriz é designada por  $M^x$ .

Passo 1) Obtenção da matriz de fluxos anualizada para o ano n (n=1991) ( $M^n$ )

$$m_{ij}^n = m_{ij}^x * (365/470), \text{ para } i \neq j$$

$$m_{ij}^n = m_{ij}^x, \text{ para } i = j \quad (3)$$

Passo 2) Obtenção da matriz de probabilidades de transição

$$mp_{ij}^n = m_{ij}^n / L_i^n, \text{ para } i, j = 1, \dots, m \quad (4)$$

Em que<sup>11</sup>:

$$L_i^n = \sum_j m_{ij}^n, \text{ com } i = 1, \dots, m \quad (5)$$

Passo 3) Cálculo da população para o ano n+1<sup>12</sup>

$$Pop_{c;n+1} = Pop_{c;n} + SN_{c;n} + SMI_{c;n} + SME_{c;n} \quad (6)$$

Em que:

$Pop_{c;n+1}$  = A população do Concelho c no início do ano n+1.

$Pop_{c;n}$  = A população do Concelho c no início do ano n.

$SN_{c;n}$  = O saldo natural do Concelho c para o ano n.

$SMI_{c;n}$  = Saldo migratório interno do Concelho c para o ano n

$SME_{c;n}$  = Saldo migratório externo do Concelho c para o ano n

O cálculo do  $SMI_{c;n}$ :

$S_i m_{ic}^n$  – Total da população que imigrou para o Concelho c no ano n.

$S_j m_{cj}^n$  – Total da população que emigrou do Concelho c no ano n.

Como a matriz  $\{M^n = [m_{ij}^n], \text{ com } i, j = 1, \dots, m\}$  é conhecida, podemos obter  $SMI_{c;n}$  através da seguinte expressão:

$$SMI_{c;n} = S_i m_{ic}^n - S_j m_{cj}^n, \quad c = 1, \dots, m \quad (7)$$

O cálculo do  $SME_{c;n}$  :

Como se conhece o saldo migratório total (  $SMT_{c;n}$  ), então obtém-se o saldo migratório externo da seguinte forma:

$$SME_{c;n} = SMT_{c;n} - SMI_{c;n} \quad (8)$$

Desta forma consegue-se calcular  $Pop_{c;n+1}$ <sup>13</sup>

Passo 4) Obtenção da matriz de fluxos para o ano n+1 (  $M^{n+1}$  )

Notação:

$\{ M^{n+1} = [m^{n+1}_{ij}] , \text{ com } i,j=1,\dots,m \}$  – Matriz de fluxos migratórios para o ano n+1.

$m^{n+1}_{ij}$  – População que migrou do Concelho i para o Concelho j no ano n+1.

A obtenção dos elementos da matriz de fluxos migratórios para o ano n+1 é dada por:

$$m^{n+1}_{ij} = Pop_{i;n+1} \cdot mp^n_{ij}, \text{ com } i,j=1,\dots,m \quad (9)$$

**Passo 5) Voltar ao passo 3** – conhecida a matriz  $M^{n+1}$ , temos a possibilidade de calcular o  $SMI_{c;n+1}$  e dadas as variáveis ( saldo natural, saldo migratório externo e população do ano n+1 ), podemos obter  $Pop_{c;n+2}$ , bem como a matriz  $M^{n+2}$ .

Em geral, obtém-se a matriz de fluxos para o ano n+k<sup>14</sup>:

$$m^{n+k}_{ij} = Pop_{i;n+k} \cdot mp^n_{ij}, \text{ com } i,j=1,\dots,m \quad (10)$$

### 1.2.2 Abordagem crítica

Esta metodologia incorpora a componente que se prende com a tendência de evolução da população em cada um dos concelhos. Neste caso, os fluxos migratórios evoluem com o tempo. No entanto, essa evolução não está associada à matriz origem/destino, mas sim à população considerada no início de cada ano.

Esta metodologia supera a primeira porque introduz um processo dinâmico na evolução dos fluxos migratórios, no entanto, a não introdução de dinamismo temporal na matriz de probabilidades de transição é uma limitação óbvia.

Importa referir que este modelo pode ser posto em prática com alguma facilidade, o mesmo poderá não acontecer se introduzirmos uma matriz de probabilidades de transição estocástica.

O ajustamento anual linear feito para obter a matriz de fluxos migratórios continua a ser adoptado, o que significa que o processo iterativo possui uma fonte erro que será propagada sempre que utilizarmos a matriz de probabilidades de transição.

Esta metodologia só fornece melhores resultados do que a anterior porque os fluxos migratórios ajustam-se à população, ou seja, o SMI tem uma referência de evolução. Deste modo, o grande ganho desta metodologia é não assumir que o SMI é constante. A evolução do SMI depende da evolução da população, logo qualquer modelo que ajuste o SMI como função da população é melhor do que um modelo que não ajusta o SMI a nenhuma variável.

Temos assim, uma metodologia mais robusta apenas por considerar que o fluxo migratório é função da população e não por utilizar a matriz de probabilidades de transição.

### 1.3 Metodologia da matriz de probabilidades estocástica

Esta metodologia, introduz uma matriz de probabilidades de transição estocástica, em que se assume que a probabilidade de migrar do concelho A para o concelho B não se mantém constante ao longo do tempo.

#### 1.3.1 Descrição da metodologia

Utilizando a notação já definida, passemos a descrever o método recursivo subjacente ao novo modelo.

Começamos por percorrer os quatro passos da metodologia anterior. Quando chegamos ao final do passo 4, temos a matriz  $\mathbf{M}^{n+1}$  (ano de 1992) especificada.

Conhecida a matriz  $\mathbf{M}^{n+1}$ , temos os passos seguintes:

Passo 1) Obtenção da matriz de probabilidades de transição para o ano  $n+k$ <sup>15</sup>

$$mp^{n+k}_{ij} = [m^{n+k}_{ij} / L^{n+k}_i] \text{ para } i,j=1,\dots,m \quad (11)$$

Em que:

$$L^{n+k}_i = \sum_j m^{n+k}_{ij}, \text{ com } i=1,\dots,m \quad (12)$$

Verificando-se a identidade:

$$L^{n+k}_i = \text{Pop}_{i,n+k} \quad (13)$$

Passo 2) Cálculo da população para o ano  $n+k+1$

$$\text{Pop}_{c,n+k+1} = \text{Pop}_{c,n+k} + \text{SN}_{c,n+k} + \text{SMI}_{c,n+k} + \text{SME}_{c,n+k} \quad (14)$$

Em que:

$\text{Pop}_{c,n+k+1}$  = A população do Concelho c no início do ano  $n+k+1$ .

$\text{Pop}_{c,n+k}$  = A população do Concelho c no início do ano  $n+k$ <sup>16</sup>

$\text{SN}_{c,n+k}$  = O Saldo Natural do Concelho c para o ano  $n+k$

$\text{SMI}_{c,n+k}$  = Saldo migratório Interno do Concelho c para o ano  $n+k$

$\text{SME}_{c,n+k}$  = Saldo migratório Externo do Concelho c para o ano  $n+k$

O cálculo do  $\text{SMI}_{c,n+k}$ :

$\sum_i m^{n+k}_{ic}$  – Total da população que imigrou para o concelho c no ano  $n+k$ .

$\sum_j m^{n+k}_{cj}$  – Total da população que emigrou do concelho c no ano  $n+k$ .

Como a matriz  $\{\mathbf{M}^{n+k} = [m^{n+k}_{ij}], \text{ com } i,j=1,\dots,m\}$  é conhecida, podemos obter  $\text{SMI}_{c,n+k}$  através da seguinte expressão:

$$\text{SMI}_{c,n+k} = \sum_i m^{n+k}_{ic} - \sum_j m^{n+k}_{cj}, \text{ c}=1,\dots,m \quad (15)$$

O cálculo do  $\text{SME}_{c,n+k}$ :

Como se conhece o saldo migratório total ( $\text{SMT}_{c,n+k}$ ), então o saldo migratório externo é obtido da seguinte forma:

$$SME_{c;n+k} = SMT_{c;n+k} - SMI_{c;n+k} \quad (16)$$

Desta forma podemos calcular  $Pop_{c;n+k+1}$ .

Passo 3) Obtenção da matriz de fluxos para o ano  $n+k+1$  ( $M^{n+k+1}$ )

Notação:

$\{M^{n+k} = [m^{n+k}_{ij}]\}$ , com  $i,j=1,\dots,m$  – Matriz de fluxos migratórios para o ano  $n+k+1$ .

$m^{n+k+1}_{ij}$  – População que migrou do Concelho  $i$  para o Concelho  $j$  no ano  $n+k+1$ .

A obtenção dos elementos da matriz de fluxos migratórios para o ano  $n+k+1$  é dada por:

$$m^{n+k+1}_{ij} = Pop_{i;n+k+1} \cdot mp^{n+k}_{ij}, \text{ com } i,j=1,\dots,m^{17} \quad (17)$$

Passo 4) Voltar ao passo 1 e fazer  $k=2$ .<sup>18</sup>

### 1.3.2 Abordagem crítica

Este modelo é uma proposta válida para o cálculo do SMI anual, no entanto, a matriz estocástica só varia de acordo com a evolução do peso dos fluxos migratórios na população. Desta forma, a matriz varia muito pouco. O ponto fraco desta metodologia assenta no facto de a matriz estocástica não variar muito. Para além disso, não existe a garantia de que a introdução de uma matriz estocástica produza melhores resultados.

Existe, ainda, a possibilidade de aplicar os processos de Markov, no entanto, os erros associados à recolha e tratamento dos dados podem ser relevantes e, neste caso, teríamos um modelo que propagava os erros à medida que estimava as matrizes.

## 2 Estudo comparativo do SMI das três metodologias<sup>19</sup>

A metodologia do SMI anual constante assenta na hipótese de o SMI anual se manter constante ao longo da década.

Os valores para a população são iguais para as três metodologias porque o saldo migratório total é conhecido. Deste modo, **SMI+SME** assume um valor idêntico para todas as metodologias. Na verdade, só os valores do **SMI** e **SME** se alteram de metodologia para metodologia.

Representando analiticamente, temos:

$$Pop_{c;n+1} = F(Pop_{c;n}; SN_{c;n}; SMI_{c;n}; SME_{c;n})^{20} \quad (18)$$

Em que,  $c=1,\dots,m$  e  $n=1991,\dots,2000$

Se o objectivo fosse apenas calcular a população ano a ano, então a metodologia do SMI anual constante seria a escolhida porque se conhecia o saldo migratório total para todos os anos.

No entanto, não se pode considerar a metodologia do SMI anual constante como uma proposta plausível para calcular o saldo migratório interno anual. O fundamento desta afirmação assenta no facto de as migrações internas variarem devido a factores de diversas ordens.

Os gráficos das figuras 1 a 7 mostram a evolução dos valores do **SMI** calculados pelas duas primeiras metodologias para as regiões por NUTS II. Como seria de esperar, o SMI da metodologia do SMI anual constante não se alterou ao longo da década. Temos assim um modelo que produz uma solução simples mas pouco adaptada à realidade.

Prever com a metodologia do SMI anual constante equivale a considerar que o **SMI** será sempre constante.

Podemos então dizer que a metodologia do SMI anual constante não serve para fazer previsão. Será que a metodologia da matriz de probabilidades constante serve? Isso veremos mais adiante quando tratarmos da previsão para o período 2000-2020.

Figura 1

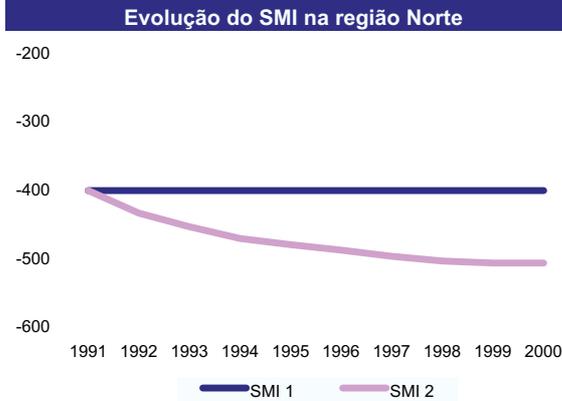


Figura 2

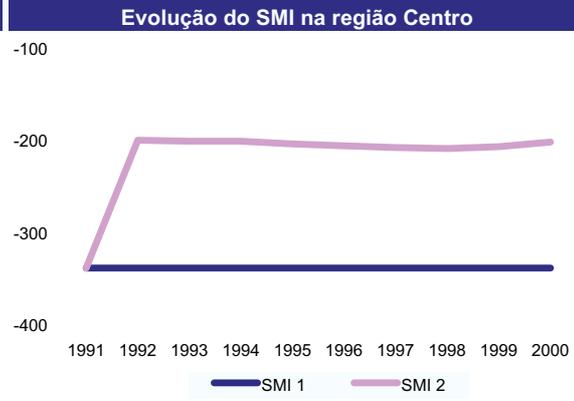


Figura 3

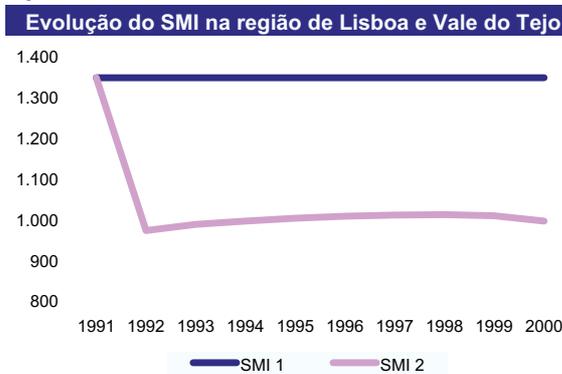


Figura 4

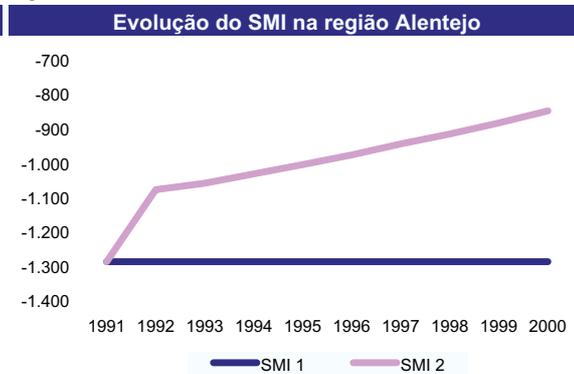


Figura 5

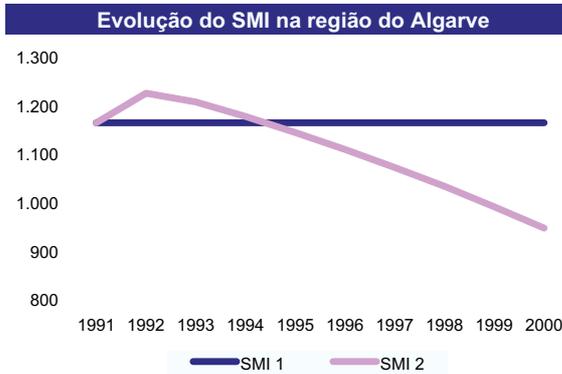


Figura 6

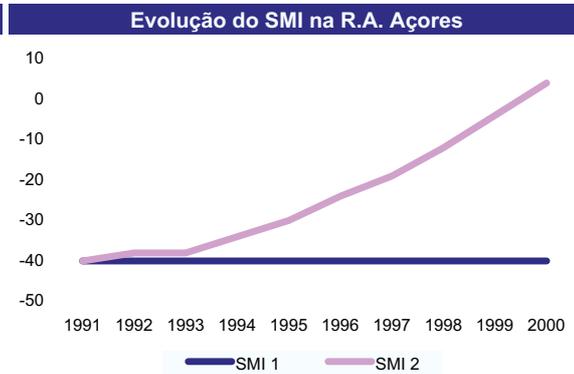
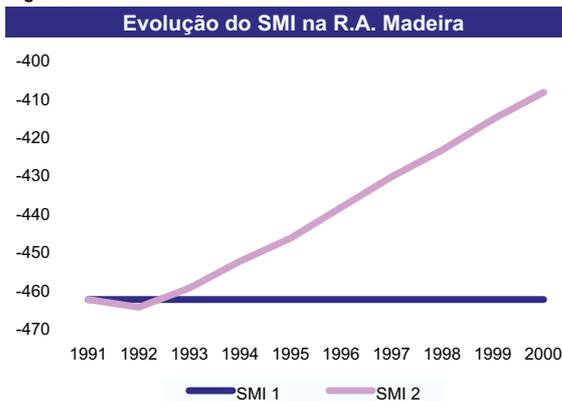


Figura 7



Como se pode verificar, os resultados obtidos pelas duas metodologias são significativamente diferentes.

Analisando os resultados obtidos pela metodologia da matriz de probabilidades constante, podemos verificar que:

- Na região Norte, a tendência de evolução do SMI é decrescente, ou seja, o SMI torna-se cada vez mais negativo.
- Na região Centro, o SMI passa de -337 em 1991 para -198 em 1992 e mantém uma tendência quase constante no resto da década.
- Na região de Lisboa e Vale do Tejo, o SMI passa de 1352 em 1991 para 977 em 1992 e mantém uma tendência praticamente constante no resto da década.
- Na região do Alentejo, a tendência de evolução do SMI é crescente. O SMI começa por ser muito negativo no princípio da década, aproximando-se de zero ao longo desta. O valor do SMI em 2000 é de -843.
- Na região do Algarve, o SMI decresce ao longo da década, no entanto, é sempre positivo e dificilmente mudará de sinal.
- Na R.A dos Açores, o SMI apresenta uma tendência crescente. Em 1991, o SMI é -40, e em 2000 já se apresenta positivo.
- Na R.A. da Madeira, a situação é semelhante à verificada na R.A dos Açores, no entanto, o SMI apresenta-se mais negativo do que o verificado na R.A. dos Açores.

A metodologia da matriz de probabilidades constante parece ser adequada para fazer previsões, no entanto, é necessário analisar os casos em que a tendência é constante.

### 3 A evolução dos saldos migratórios interno, externo e total

Figura 8

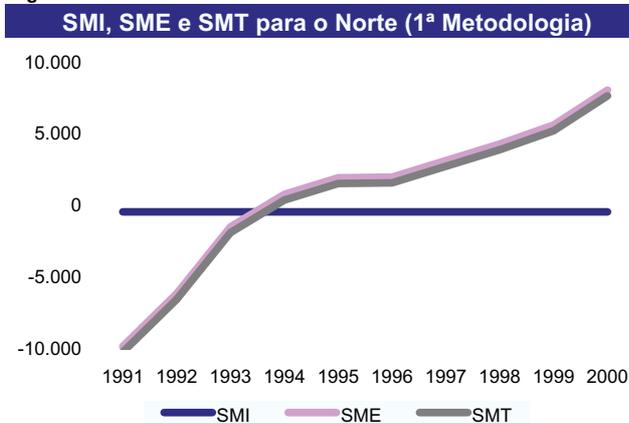


Figura 9

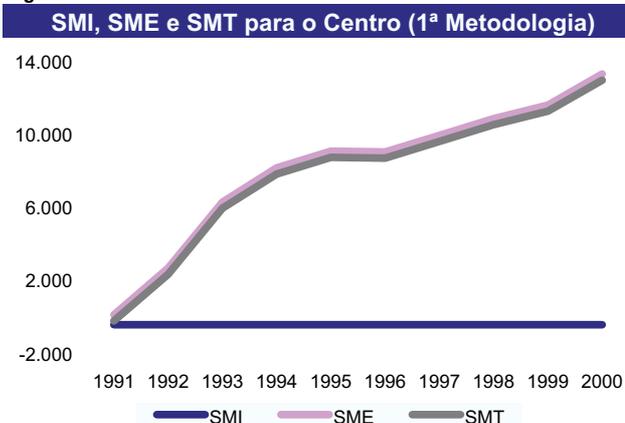


Figura 10

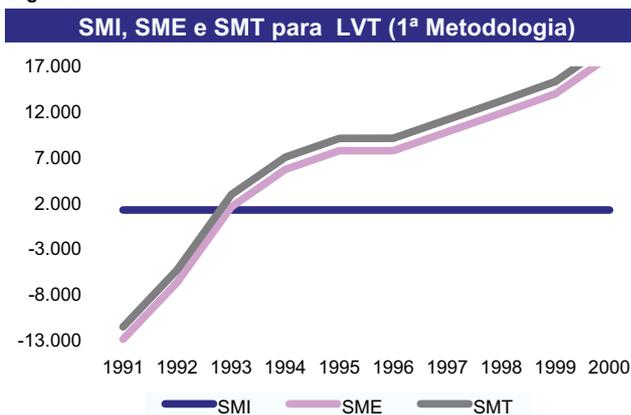


Figura 11

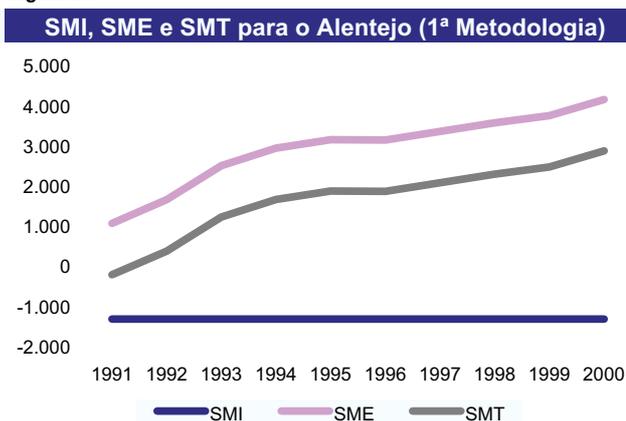


Figura 12

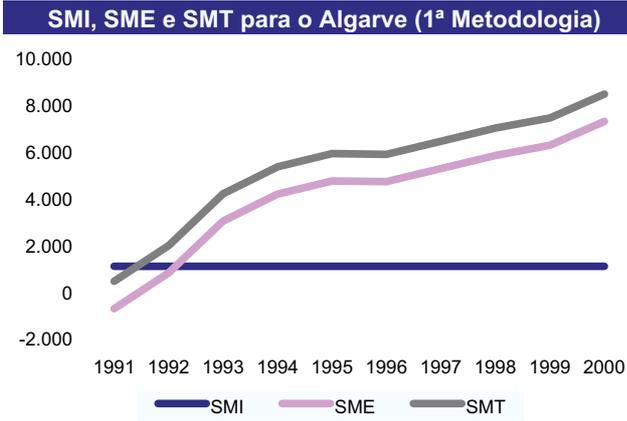


Figura 13

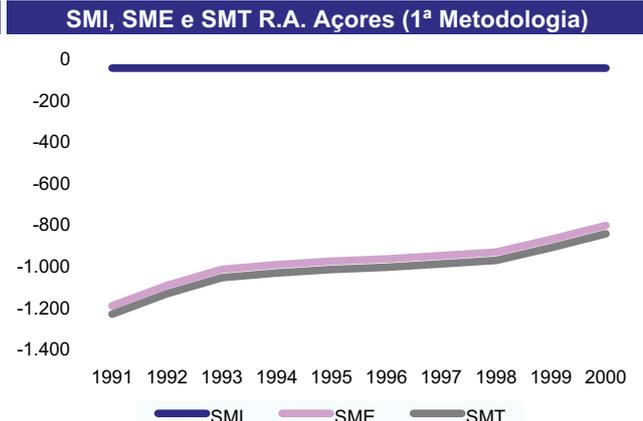


Figura 14

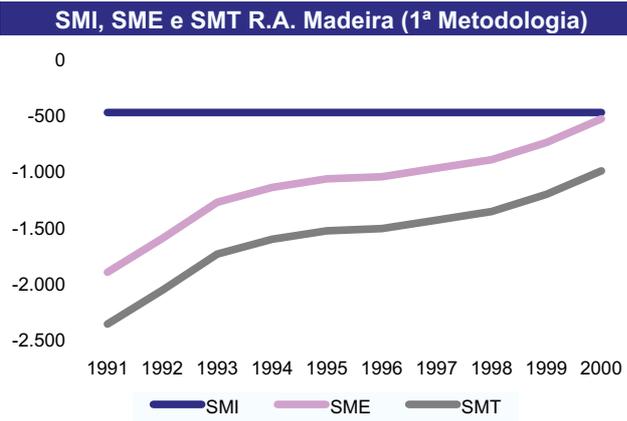


Figura 15

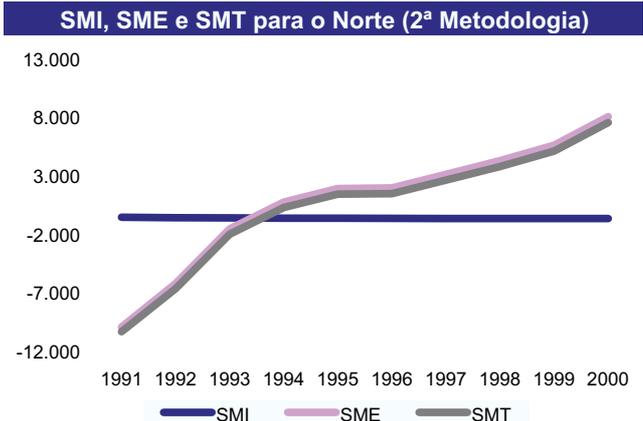


Figura 16

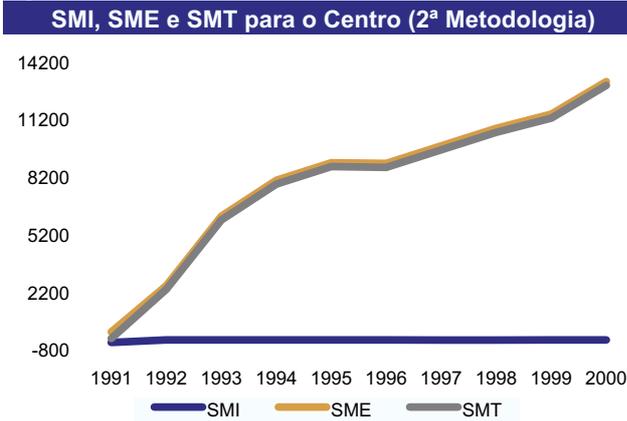


Figura 17

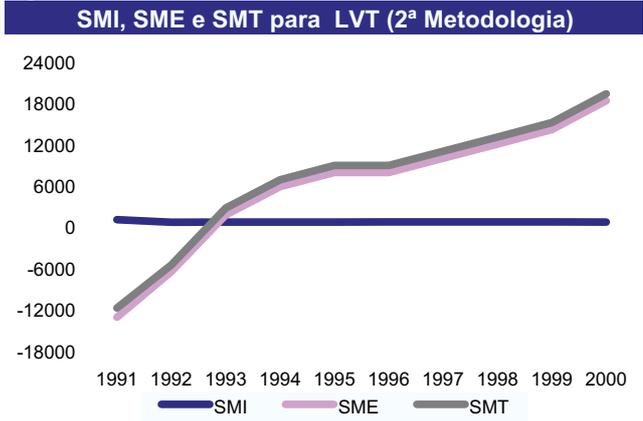


Figura 18

## SMI, SME e SMT para o Alentejo (2ª Metodologia)

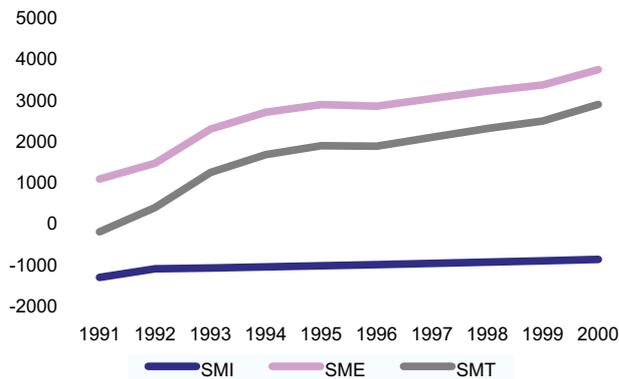


Figura 19

## SMI, SME e SMT para o Algarve (2ª Metodologia)

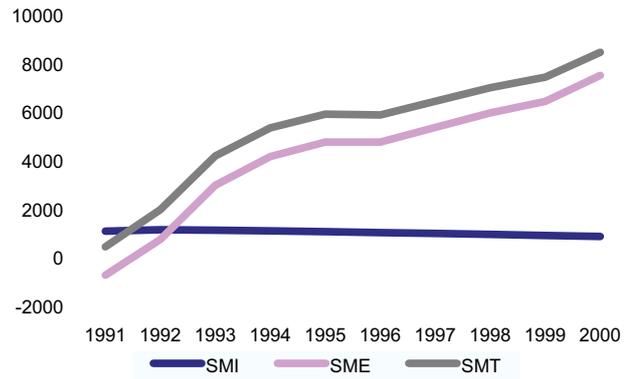


Figura 20

## SMI, SME e SMT R.A. Açores (2ª Metodologia)

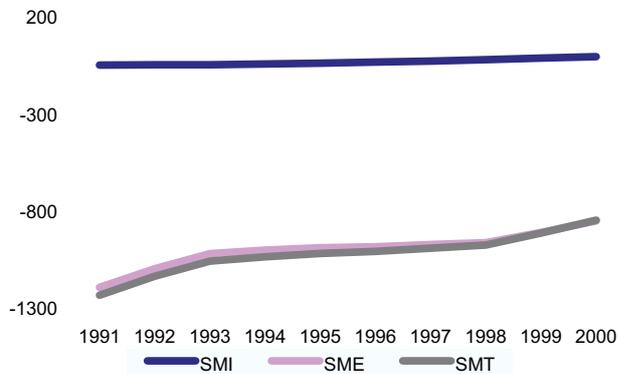
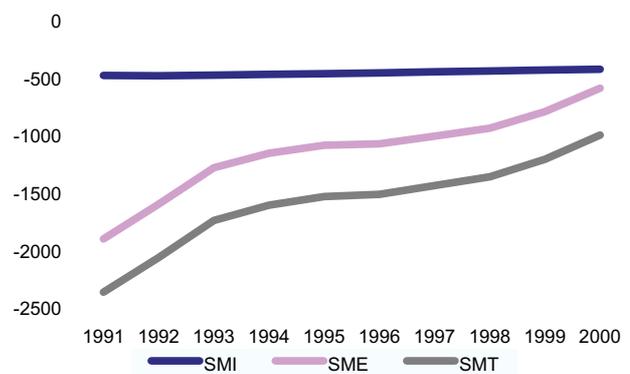


Figura 21

## SMI, SME e SMT R.A. Madeira (2ª Metodologia)



Na região Norte, o SMI é negativo, ou seja, a emigração supera a imigração.<sup>21</sup>

Só as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve apresentam um SMI positivo, o que significa que a população tem tendência a migrar para estas regiões.

O Alentejo é a região que apresenta o SMI mais baixo, o que é consequência da desertificação. No entanto, o SMT tem sido positivo<sup>22</sup>, o que significa que o SME compensa o SMI.

É importante referir que a década de noventa tem sido marcada por uma profunda transformação nas migrações. O SME tem crescido em todas as regiões, assumindo, a partir de meados dos anos 90, valores positivos<sup>23</sup>. Portugal começa, assim, a assumir-se como um país de emigração, sendo a maioria dos imigrantes provenientes dos países de Leste, América Latina e África.

Podemos dividir as regiões em dois grupos distintos.

O primeiro é constituído pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve que apresentam um SMI positivo. Temos assim, regiões com tendência a aumentarem a sua população<sup>24</sup>. É de referir que o aumento da população pode ser gerado apenas por termos  $SMT - SN > 0$ .

O segundo é formado pelas restantes regiões que apresentam um SMI negativo. São regiões que só não perderão população, porque o SME compensa os valores deficitários nas variáveis SMI e SN.

Uma análise por regiões mais pequenas ou mesmo por concelhos seria proveitosa e permitiria observar uma certa heterogeneidade no interior de cada NUTS II<sup>25</sup>.

## 4 Fundamentação das metodologias

Antes de propor uma metodologia de cálculo do saldo migratório interno, é necessário compreender bem a noção de migrações internas.

As migrações internas estão intimamente ligadas ao processo de mudança de uma economia e à criação de pólos de desenvolvimento.

Existem regiões de maior atracção que têm um saldo migratório positivo. No caso português, temos as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. As restantes regiões são de maior dispersão porque têm um saldo migratório negativo.

Portugal é um país onde existem movimentos migratórios internos relevantes. Os grandes pólos urbanos são cada vez mais o destino de indivíduos que procuram oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

O desenvolvimento determina o fluxo migratório interno em Portugal. Por um lado, as regiões do Litoral apresentam saldos migratórios internos positivos. Por outro, as regiões do interior geralmente menos desenvolvidas possuem saldos migratórios internos negativos.

Depois de compreendido o conceito de migrações, podemos criticar as metodologias existentes e propor outras.

O cálculo do saldo migratório total( assumindo a notação anteriormente definida) é feito do seguinte modo:

$$SMT_c^x = SME_c^x + SMI_c^x$$

Esta forma de cálculo do saldo migratório total é adoptada nos E.U.A, sendo possível analisar a metodologia nos U.S Census Bureau.

Deste modo, encontrou-se fundamento teórico para a forma de cálculo do saldo migratório interno seguida no presente estudo.

Retomando a expressão utilizada para o cálculo anual da população, temos:

$$Pop_{c,n+1} = Pop_{c,n} + SN_{c,n} + SMI_{c,n} + SME_{c,n}$$

Nos E.U.A, surgiu a ideia de determinar o saldo migratório total como a diferença entre a variação da população e o saldo natural<sup>26</sup>. Desta forma, temos:

$$Pop_{c,n+1} - Pop_{c,n} - SN_{c,n} = SMI_{c,n} + SME_{c,n}$$

Na verdade, não se utilizou esta metodologia, no entanto, o processo iterativo da metodologia proposta neste estudo assenta na igualdade seguida pelos Norte Americanos.

A utilização de um algoritmo iterativo não é uma novidade. Na Holanda, devido à limitação dos dados disponíveis, utiliza-se um algoritmo iterativo de ajustamento proporcional ( Iterative Proportional Fitting)<sup>27</sup>.

## Referências bibliográficas

Annual Immigration, Outmigration, Net Migration, and Movers from Abroad for Regions: 1980-2000 - Source: U.S. Census Bureau;

DRLVT/Serviço de Estudos, Proposta de metodologia para cálculo do saldo migratório interno, Novembro de 2001;

E. van Imhoff, L.van Wissen, K, Spieb - Regional Population Projections in the Countries of the European Economic Area - 1994 (pg 44 a 46);

Green, William H. - "Econometric Analysis", Prentice Hall, 3<sup>rd</sup> ed., 1997;

Johnston, Jack e Dinardo, John - "Econometric Methods", McGraw Hill, 4<sup>th</sup> ed., 1997;

Karlin, Samuel and Taylor, Howard M.- "An Introduction to Stochastic Modeling", Academic Press, 3<sup>rd</sup> ed., 1998;

Kotz, Samuel and Johnson, Norman L. – “Encyclopedia of Statistical Sciences”, Editors-in-Chief, volume 1, 1982;  
 Murteira, Bento J. F. - “Análise Exploratória de dados – Estatística Descritiva”, MacGraw Hill, 1993;  
 Murteira, Bento J. F. - “Probabilidades e Estatística”, volume II, MacGraw Hill, 2ª ed. Revista, 1989;  
 Oliveira, Cristina e Peixoto, João - Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental, 1992-1999;  
 Price V. Fishback, William C. Horrace and Shawn Kantor - NBER Working Paper No.W8283, Issued in May 2001;  
 Wolfram, Stephen - “The Mathematica Book”, 3rd ed., Mathematica Version 3, 1996;

## Anexo A

Valores do SMI anual para a 1ª metodologia

Saldo migratório interno para os anos 1991 a 2000 ( Por Nuts II)	
( Saldo migratório interno anual constante)	
Regiões	Saldo Migratório
Norte	-400
Centro	-337
Lisboa e Vale do Tejo	1352
Alentejo	-1281
Algarve	1168
R.A.Açores	-40
R.A.Madeira	-462

Fonte: INE, Estimativas provisórias de população residente, 1991-2000

## Anexo B

Valores do SMI anual para a 2ª metodologia

Saldo migratório interno para os anos 1991 a 2001 (Por Nuts II)							
( Matriz de probabilidades de transição constante ou não estocástica)							
Anos	Norte	Centro	L.V.T	Alentejo	Algarve	R.A.A	R.A.M
1991	-400	-337	1352	-1281	1168	-40	-462
1992	-433	-198	977	-1073	1229	-38	-464
1993	-453	-199	991	-1053	1211	-38	-459
1994	-470	-199	1000	-1026	1181	-34	-452
1995	-479	-202	1008	-999	1148	-30	-446
1996	-487	-204	1012	-971	1113	-24	-439
1997	-496	-207	1015	-939	1076	-19	-430
1998	-502	-206	1016	-910	1037	-12	-423
1999	-506	-205	1013	-878	995	-4	-415
2000	-505	-199	1000	-843	951	4	-408
2001	-500	-192	983	-808	903	14	-400

Fonte:INE, Estimativas provisórias de população residente, 1991-2000

## Anexo C

Valores do SMI anual para a 3ª metodologia

Saldo migratório interno para os anos 1991 a 2001 ( Por Nuts II)							
( Matriz de probabilidades de transição estocástica)							
Anos	Norte	Centro	L.V.T	Alentejo	Algarve	R.A.A	R.A.M
1991	-400	-337	1352	-1281	1168	-40	-462
1992	-433	-198	977	-1072	1229	-39	-464
1993	-454	-199	992	-1053	1211	-38	-459
1994	-469	-199	1000	-1026	1181	-34	-453
1995	-479	-202	1007	-999	1149	-30	-446
1996	-487	-205	1012	-971	1113	-24	-438
1997	-496	-206	1014	-939	1076	-19	-430
1998	-503	-207	1016	-910	1037	-11	-422
1999	-507	-205	1013	-877	995	-4	-415
2000	-506	-200	1001	-843	952	5	-409
2001	-500	-191	983	-808	903	14	-401

Fonte: INE, Estimativas provisórias de população residente, 1991-2000

## Notas

<sup>1</sup>O DECP propôs uma metodologia que assenta numa hipótese muito redutora, ou seja, considera que os SMI anuais são constantes para a década inteira.

<sup>2</sup>O documento da DRLVT encontra-se em anexo.

<sup>3</sup>Os resultados dos censos 1991 permitiram obter um saldo migratório para o dia 1 de Janeiro de 1991 com base na resposta à questão sobre a residência anterior, em 31 de Dezembro de 1989, comparativamente ao momento censitário.

<sup>4</sup>Saldo migratório interno anual para o concelho  $c$ .

<sup>5</sup> $x$  pode não corresponder a um ano e é dado em dias. No presente caso,  $x$  corresponde a 470 dias.

<sup>6</sup>Consultar artigo da DRLVT

<sup>7</sup>Consultar Oliveira, Cristina e Peixoto, João – 2001.

<sup>8</sup>No presente estudo, consideram-se as regiões por NUTS II em vez dos concelhos.

<sup>9</sup>Consultar Karlin, Samuel e Taylor, Howard M. - 1998.

<sup>10</sup>Só os elementos fora da diagonal principal é que são anualizados, isto porque os elementos da diagonal principal não são fluxos migratórios.

<sup>11</sup> $L_i^n$  é a soma dos elementos da linha  $i$  da matriz de fluxos para o ano  $n$ . Desta forma, garante-se que  $S_j \text{mp}_{ij}^n$ , para um  $i$  fixo, seja 1.

<sup>12</sup>Consultar Price V. Fishback, William C. Horrace e Shawn Kantor - 2001.  $\text{Pop}_{c,n}$  é conhecida só para o ano  $n$ , ou seja, para 1 de Janeiro de 1991.  $\text{SN}_{c,n}$  é conhecido todos os anos.

<sup>13</sup> $\text{Pop}_{c,n+1}$  é a população estimada para 1 de Janeiro de 1992.

<sup>14</sup>A matriz de probabilidades de transição é constante.

<sup>15</sup>Começa-se com  $k=1$ .

<sup>16</sup>É conhecida só para o ano  $n$  e depois é calculada recursivamente.

<sup>17</sup>A matriz de probabilidades de transição é estocástica.

<sup>18</sup>Neste caso o  $n$  é fixo. Fez-se  $n=1991$  e os incrementos são feitos atribuindo valores  $k=1,2,\dots,10$ .

<sup>19</sup>A terceira metodologia produz resultados muito semelhantes aos obtidos pela segunda, porque a matriz de probabilidades estocástica varia pouco.

<sup>20</sup>O simbolo \* significa que as variáveis assumem valores distintos para as diferentes metodologias.

<sup>21</sup>Quando se fala em emigração e imigração, entenda-se sempre emigração e imigração interna.

<sup>22</sup>O SMT da região do Alentejo só foi negativo em 1991.

<sup>23</sup>O SME só não assume valores positivos para as Regiões Autónomas.

<sup>24</sup>É possível ver a evolução da população em cada uma das NUTS II num ponto posterior do estudo.

<sup>25</sup>A análise por concelhos poderá não ser feita, no entanto, serão analisadas com algum detalhe as NUTS III.

<sup>26</sup>Consultar E. van Imhoff, L. van Wissen e K. Spieb - 1994.

<sup>27</sup>Price V. Fishback, William C. Horrace and Shawn Kantor – 2001.